TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA 23

Rosa Varela Gomes

Silves (*Xelb*), uma cidade do *Gharb Al-Andalus*: território e cultura

IPA
INSTITUTO PORTUGUÊS
DE ARQUEOLOGIA

TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA; 23

COORDENAÇÃO EDITORIAL
António Marques de Faria

DESIGN GRÁFICO
www.tvmdesigners.pt

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Facsimile, Lda.

TIRAGEM
500 exemplares

Depósito Legal
158769/00

ISSN 0871-2581

ISBN 972-8662-05-X

Instituto Português de Arqueologia
LISBOA
2002

PATROCÍNIOS
Câmara Municipal de Silves
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian
Região de Turismo do Algarve
Comissão de Coordenação da Região do Algarve – Projecto "Rede de Centros Históricos de Influência Islâmica no Sul da Península Ibérica e Norte de Marrocos"
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de Albufeira

ÍNDICE

Para o Mário, a Rosa e a Rita

Agradecimentos

A realização do presente trabalho só foi possível graças a profícua conjugação de esforços entre a autora e diferentes investigadores ou colaboradores, assim como ao apoio de diversas entidades públicas e privadas, a quem devemos expressar o nosso profundo reconhecimento.

Em primeiro lugar devo agradecer ao Professor Doutor Artur Nobre de Gusmão, orientador da nossa tese de mestrado e da presente dissertação, incentivador, desde o início, das escavações arqueológicas em Silves, nomeadamente na sua alcáçova. Os trabalhos ali realizados foram por ele seguidos, em visitas que propositadamente efectuou, mostrando-se sempre interessado e disponível para nos ouvir e aconselhar, propondo alterações pertinentes, fazendo correcções, sugerindo alguns caminhos, ou estimulando-nos a continuar em momentos de algum desânimo.

A nossa gratidão estende-se ao Professor Doutor António Augusto Tavares, antigo responsável pela Área de Arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que nos acolheu, através de candidatura por concurso público, para ali leccionarmos a disciplina de Arqueologia Medieval. Os seus incentivos, o acompanhamento científico prestado e a amizade com que nos brindou, ao longo de anos, não podem ser esquecidos.

Cabe-nos, neste momento, expressar os nossos agradecimentos à Professora Doutora Maria José Pimenta Ferro Tavares, pelo apoio que sempre nos proporcionou e, designadamente, enquanto coordenadora da Comissão Científica do Departamento de História da F.C.S.H. da U.N.L., como também à amizade com que nos tem distinguido.

A todos os meus colegas, do Departamento de História da F.C.S.H., devo o bom ambiente existente, próprio ao magistério e à reflexão científica, mas ainda o interesse pelo desenrolar da minha investigação. Entre eles devo salientar a Professora Doutora Maria Helena Trindade Lopes, actual coordenadora da Variante de Arqueologia e da Comissão Científica do Departamento, sempre compreensível e solícita, sendo capaz de resolver os problemas que nos têm surgido no desempenho da nossa profissão naquela Casa. Foi, aliás, através da Comissão Científica que obtive dois anos de dispensa de serviço docente, permitindo-me realizar, em continuidade, algumas das intervenções arqueológicas apresentadas no presente estudo, tendo as disciplinas por mim leccionadas ficado a cargo da Professora Doutora Maria da Conceição Rodrigues, a quem agradeço e com a qual mantive, ao longo dos anos, relacionamento cordial que me apraz registar.

Devo ainda palavras de estímulo, pelo trabalho que tenho vindo a desenvolver, ao Professor Doutor António de Oliveira Marques, cuja saber, capacidade de trabalho e obra realizada, considero modelares.

Não posso deixar de aqui, publicamente, registar a amabilidade e eficiência com que sempre fui atendida pela D. Marília Augusta Chaves, chefe da Repartição do Pessoal da nossa Faculdade, tendo sido capaz de aconselhar-me nos trâmites burocráticos.

O nosso apreço estende-se ao Professor Doutor Miguel Telles Antunes, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, dado ter não só efectuado estudos sobre a fauna proveniente de alguns dos arqueossítios apresentados, como a leitura e classificação dos numismas muçulmanos que recolhemos. Foi, aliás, por seu intermédio que o Professor Doutor João Pais, da mesma Faculdade, veio a colaborar connosco, estu-

dando a flora antiga obtida nos mesmos locais, e a quem também apresentamos o nosso reconhecimento.

Ao Professor Doutor Armando Santinho Cunha, da Faculdade de Medicina Dentária, devo a sua disponibilidade e interesse no acompanhamento dos nossos trabalhos, assim como o estudo dos espólios osteológicos humanos que recuperámos, tendo obtido importantes informações de carácter anatomopatológico e histórico.

As datações, por radiocarbono, de amostras obtidas nos diferentes arqueossítios investigados de Silves foram elaboradas sob a direcção do actual subdirector do Instituto Português de Arqueologia, Engenheiro António Monge Soares, responsável pelo Laboratório de Radiocarbono, do Instituto Tecnológico e Nuclear, a quem cumpre agradecermos a alta eficiência demonstrada e também o interesse pelo desenrolar das nossas investigações, bem expresso nas visitas anuais que fez às escavações.

Os Drs. Francisco Alves e Luís Raposo, antigo e actual director do Museu Nacional de Arqueologia, proporcionaram as autorizações necessárias para que pudessemos estudar espólios provenientes de Silves, pertencentes àquela Instituição, e que foram incluídos neste trabalho.

Cumpre-nos agradecer ao Professor Doutor José d'Encarnação a cedência de bibliografia e o apoio oferecido.

Os Drs. José Palhinha e José Norton facultaram-nos importantes informações referentes ao Castelo de Alvor, tendo-nos o primeiro cedido textos, por ele obtidos na Torre do Tombo, assim como a planta do Castelo Belinho, e o segundo cerâmicas, encontradas naquele arqueossítio, tal como conjunto de outros fragmentos provenientes do Castelo de Paderne. Para eles vai, também, o nosso muito obrigado.

Aos nossos Amigos D. Josefa Cabrita e José Luís Cabrita, antigos vereadores do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Silves, agradecemos o encorajamento e as ajudas que, anualmente, continuam a dar-nos para prosseguirmos com as intervenções arqueológicas na sua cidade mas, também, diversas informações de carácter histórico-arqueológico. A José Luís Cabrita, sempre diligente, devemos a identificação de muitos numismas medievais, provenientes das nossas escavações, assim como a permissão de estudarmos materiais arqueológicos por ele encontrados e recolhidos, durante décadas, aquando de obras na cidade de Silves.

Para o Luís Miguel Cabrita, que connosco colaborou na maioria dos trabalhos agora apresentados, nos acompanhou em diversas visitas pelo concelho e se prontificou a ler actas camarárias, tendo em vista obter dados com interesse histórico-arqueológico, vai, de igual modo, o nosso reconhecimento e amizade.

Devo, ainda, salientar a compreensão e o interesse sempre manifestado pelo Dr. Padre Ferro, responsável pela Fábrica da Igreja Paroquial de Silves, durante os trabalhos arqueológicos realizados nas propriedades daquela Instituição (escavações no Salão Paroquial e Residência Paroquial) e o apoio que sempre nos facultou.

Os trabalhos arqueológicos, de campo e gabinete, agora apresentados não teriam sido possíveis sem a participação económica e logística das Instituições a seguir mencionadas.

A Câmara Municipal de Silves foi quem maior apoio nos ofereceu, ao longo dos anos em que ali procedemos a escavações arqueológicas. Estas resultaram de interesses comuns, respondendo ao nosso projecto científico, como tendo em vista a valorização do património histórico-arqueológico da cidade e, sobretudo, a necessidade de realizar escavações arqueológicas que permitissem o salvamento documental de áreas afectadas pela renovação urbana. Durante os últimos anos foi decisiva a intervenção do então presidente da edilidade, José Correia Viola, possibilitando que constituíssemos, com funcionários camarários, uma

equipa fixa, cujo interesse e experiência adquirida, rentabilizou o desenvolvimento daquelas acções.

As nossas investigações em Silves não teriam tido a mesma amplitude sem o empenho directo e constante em tais trabalhos de José Correia Viola, verdadeiro apaixonado pela Arqueologia e, sobretudo, pela sua terra natal, tendo cedo percebido que o desenvolvimento de Silves poderia também assentar nos seus valores patrimoniais.

É com justiça que devo assinalar o desempenho prestado por Lúcia Cabrita, da oficina de restauro do Museu Municipal de Arqueologia de Silves, que connosco tem há anos colaborado, no campo e em gabinete, nomeadamente na separação, colagem e inventariação dos espólios, nos quais a cerâmica foi sem dúvida o mais moroso. Não podemos esquecer, ainda, Isabel Nunes, Céu Mateus, Luísa Mogo, Helder Duarte, Neves Pascoal ou João Rato, que infelizmente já não se encontra entre nós, e muitos outros funcionários da Câmara Municipal de Silves que sempre nos prestaram a sua melhor colaboração.

Entre aqueles que connosco pontualmente trabalharam devo referir os grupos de alegres jovens estudantes de Silves, alguns deles hoje licenciados e, ainda, os meus alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Estes, ao longo de sucessivos anos e durante os trabalhos de campo, ficaram instalados em dependências da Escola Secundária de Silves, graças à amabilidade da antiga reitora, actual presidente da Autarquia, Dr.ª Maria Isabel da Silva Soares.

Os nossos agradecimentos estendem-se às Dr.as Ana Cristina Machado Nunes e Cristina Manuela Gaspar, licenciadas pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, que connosco têm colaborado nos últimos anos, empenhadamente e muitas das vezes sem horários, de modo a produzirem os levantamentos e a grande maioria dos desenhos incluídos nesta dissertação.

Agradecemos, ainda, a todos aqueles cujo nome, por lapso ou simples esquecimento, não figura no presente texto mas que, de algum modo, contribuíram para que ele se tornasse possível.

Além das autorizações sempre necessárias para a realização de escavações arqueológicas que, anualmente, me foram concedidas pelo IPPC/IPPAR/IPA, estes Institutos concederam-me subsídios fundamentais para a realização daquelas, cabendo-nos, por isso, agradecer aos directores dos seus diferentes Departamentos de Arqueologia, Drs. António Carlos Silva, Fernando Real e ao actual director e subdirector do IPA, respectivamente Professor Doutor João Zilhão e Engenheiro António Monge Soares.

Cumpre-me, ainda, recordar, com saudade, o Doutor Caetano de Mello Beirão, que foi o primeiro director dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul do IPPC e, entusiasticamente, apoiou o início das escavações em Silves, onde aliás connosco colaborou, na companhia do Arq. Mário Varela Gomes e do Dr. José Luís Martins de Matos. Foi ele também um dos incentivadores para que dirigissemos escavações na alcáçova daquela cidade.

À Fundação Calouste Gulbenkian e, em especial ao então director do seu Serviço de Belas-Artes, Professor Doutor Artur Nobre de Gusmão, devemos bolsa para a preparação desta dissertação, assim como subsídio para podermos consultar bibliografia, apenas disponível em bibliotecas especializadas no estrangeiro. Aquela Instituição contribuiu, de igual modo, com o pagamento de uma primeira análise de radiocarbono, realizada em Lyon, tal como para análises, ainda em curso, de pastas de cerâmicas.

Ao João Varela Gomes devo o contínuo apoio técnico, prestado durante o processamento do presente texto, tendo sido capaz de resolver as sucessivas contrariedades que mesmo as máquinas mais sofisticadas nos presenteiam.

Todavia, os estímulos decisivos e determinantes para a conclusão desta dissertação foram dados pela minha Família. A ela devo a compreensão pela pouca atenção que lhe dediquei, nos últimos anos, e, em especial, aos meus Pais e às minhas duas filhas, a Rosa e a Rita. Estas sempre tentaram compreender e aceitaram o meu trabalho, prontificando-se a passarem comigo, em Silves, durante vários anos, as suas férias, pouco comuns, devido aos interesses da mãe e do pai.

Ao Mário, o meu melhor interlocutor nestas matérias, devo o incentivo para o prosseguimento dos meus estudos, além da paciência para ler todo este trabalho, ajudando-me na classificação dos numismas medievais e em muitos outros assuntos. Também, na sua qualidade de arquitecto, foi responsável pela reconstituição gráfica das estruturas habitacionais que encontrámos na área urbana e na alcáçova, pela consolidação e restauro destes últimos, pelo decalque dos grafitos que ali identificámos, assim como de quase todas as fotografias agora apresentadas.

Este livro integra dois capítulos da dissertação de doutoramento que apresentámos, em 1999, na F.C.S.H. da U.N.L.

Agradecemos ao Professor Doutor Mário Barroca e ao Dr. José Marcelo Mendes Pinto, informações relativas a alguns dos numismas agora publicados.

A publicação do presente trabalho deve-se ao Professor Doutor João Zilhão, director do I.P.A, assim como às diferentes entidades que o patrocionaram.

As alterações bibliográficas, segundo as normas de publicação do I.P.A., devem-se ao Dr. António Faria que, com especial empenho, acompanhou a presente edição.

Capítulo 1

"Porque, nunca é demais insistir, em Arqueologia demonstra-se e prova-se, mas arqueológicamente. E essas provas, bem elaboradas, hão-de valer a despeito das contrárias opiniões de qualquer diferente autoridade, antiga ou moderna, seja qual for a sua proveniência".

GUSMÃO, 1956, p. 44

Introdução

1.1. Objectivos

Os meus primeiros passos na investigação histórica, através da História da Arte e da Arqueologia, iniciaram-se quando era ainda aluna da Faculdade de Letras de Lisboa, onde conclui, em 1977, o Curso de História, na Variante em História da Arte. Os caminhos então trilhados respeitaram sobretudo à Pré e Proto-História.

Silves e a Arqueologia Medieval haveriam de surgir naquele percurso quando, casuisticamente, identificámos naquela cidade, na companhia de Mário Varela Gomes e do saudoso Caetano de Mello Beirão, o já bem conhecido Poço-Cisterna almoada e nele exumámos cerâmicas medievais. Como entre nós, apenas, José Luís de Matos tinha, na altura, dedicado algum trabalho àquela Idade, solicitámos a sua colaboração. Verificámos então que aquele dispunha de conhecimentos seguros no que respeitava aos aspectos culturais em geral, mas que não encontravam contraponto no concernente à cronologia e origem dos tipos cerâmicos que tínhamos recuperado durante a intervenção arqueológica.

Tal situação, dizia-nos José Luís de Matos, devia-se ao grande atraso dos estudos ceramológicos. Constatámos, por isso, que até aquela data, conhecia-se muito menos das produções medievais e, em particular, das muçulmanas, importadas ou autóctones da Península, que das cerâmicas pré ou proto-históricas. E assim, tal perspectiva tão pobre tornou-se, quase de imediato, em aliciante desafio (Gomes e Gomes, 1995, p. 41, 42).

Influenciou-nos, ainda, para desenvolver o nosso interesse no sentido de estabelecermos um projecto de investigação sobre Silves Medieval, a solicitação do então Presidente da Câmara, o malogrado José Viseu, para procedermos a investigações de carácter histórico e arqueológico na cidade. Esta, segundo ele, apesar de celebrada desde a Idade Média por escritores, poetas e historiadores, não mostrava correspondência, em termos materiais, desse esplendor pelo que achava que podíamos contribuir para o conhecimento daquele passado, que muitos dos seus conterrâneos punham até em causa (Fig. 1).

Recordemos, por exemplo, que as muralhas da alcáçova de Silves eram consideradas como totalmente construídas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos quarenta, aquando das Comemorações Centenárias da Fundação da Nacionalidade. As muralhas da medina, com as suas torres albarrãs, que, inegavelmente, constituem importante património legado pela presença islâmica no *al-Andalus,* eram não só pouco conhecidas, não lhes sendo concedida qualquer importância histórica e monumental, mas tidas por alguns como sendo contemporâneas, relacionadas com as lutas liberais e, nomeadamente, com as campanhas do Remexido, natural do concelho de Silves (S. Bartolomeu de Messines). Este panorama é, aliás, confirmado com a destruição que se processava de uma torre albarrã, hoje totalmente recuperada, situada junto ao Museu Municipal de Arqueologia, quando procedemos à identificação do poço-cisterna.

Para além da inquietação intelectual comum a todos que se dedicam a uma ciência, foram os contributos referidos que nos conduziram à efectivação do projecto de investigação intitulado “Evolução Humana no Concelho de Silves, da Pré-História à Idade Moderna”, que apresentámos ao IPPC, em 1980, merecendo a sua aprovação.

Aquele era um projecto ambicioso, dado abranger longa diacronia, desde as primeiras ocupações humanas até à Idade Contemporânea. Contava, no entanto, para a prossecução do seu programa de trabalhos, com a colaboração de outros investigadores, não só no campo da Arqueologia, como de outras ciências, como a Antropologia, Arqueozoologia, Arqueobotânica, Geologia, etc.

A par da vertente científica, com a publicação dos resultados obtidos, procurámos, também, oferecer a componente de divulgação e animação cultural, em paralelo com a valorização social, através de conferências e de exposições, criando-se, desde o início, uma mostra permanente de Arqueologia na Biblioteca Municipal, trabalho que deu origem à consolidação e restauro de diversos materiais e monumentos, à formação de pessoal técnico local, à criação do Museu Municipal de Arqueologia de Silves e ao seu órgão científico — a revista *Xelb* — de que se publicaram três volumes (Gomes, Gomes e Beirão, 1986, p. 77-83; Gomes e Gomes, 1984, p. 35-44; Gomes, 1986), entre muitas outras acções.

Com a continuação dos trabalhos fomo-nos circunscrevendo, cada vez mais, ao estudo da Silves Medieval, através de prospecções na área de influência da cidade e, sobretudo, na área urbana, mas tendo como centro a alcáçova. Contudo, o estudo da Pré e Proto-História da região não foi descurado, tendo esta área sido tratada, em diferentes

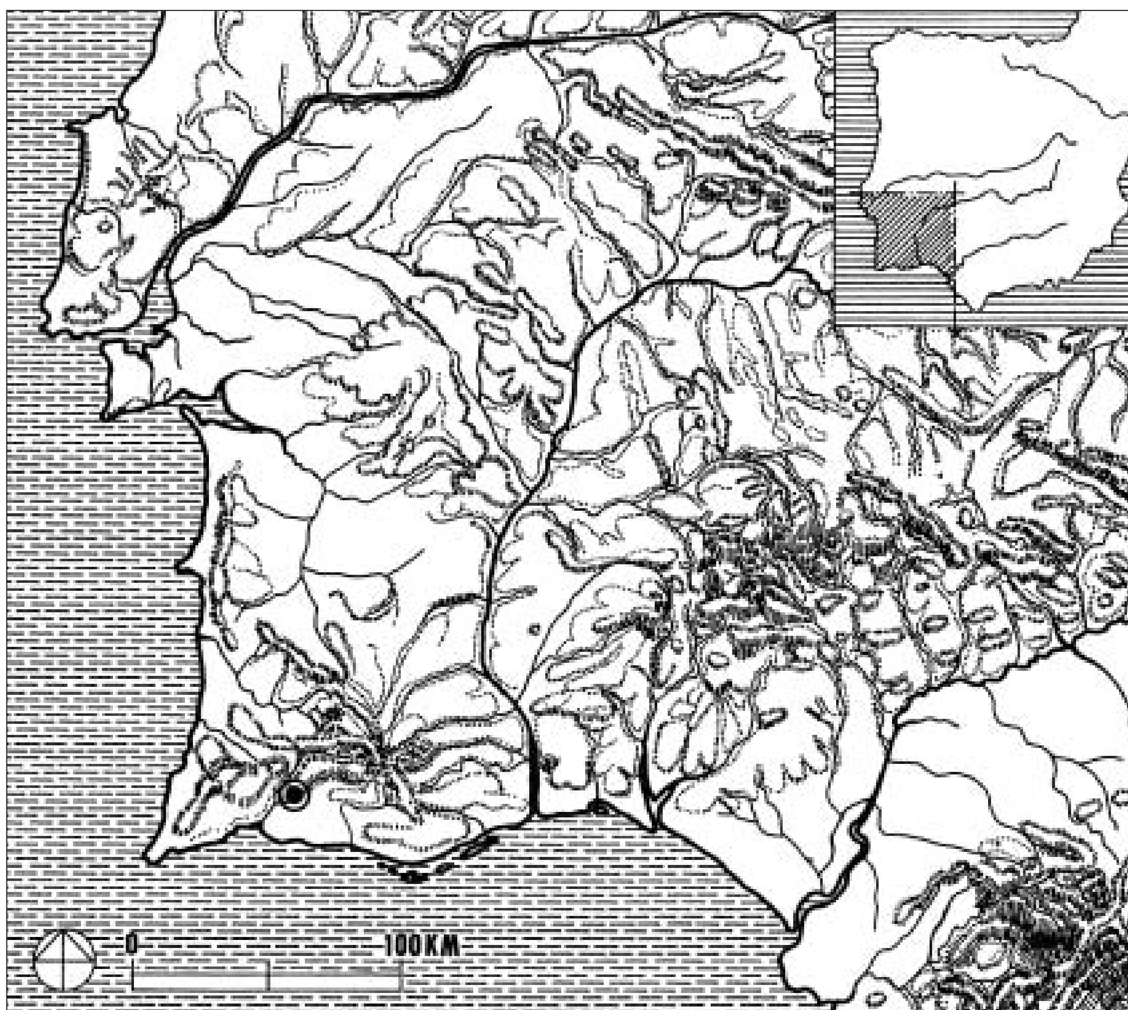


FIG. 1 – Mapa do Sul de Portugal, com a localização da Cidade de Silves.

estudos, por Mário Varela Gomes, contando por vezes com a colaboração de Caetano Beirão e Carlos Penalva, ou chegando a abordar temas etnológicos com Rui Maneira Cunha, designadamente aquando do salvamento documental do património submerso pelo regolfo da barragem do Funcho-Alto Arade.

O prosseguimento das investigações no Castelo de Silves respeita o desenvolvimento de projecto estritamente científico, sendo local, por excelência, capaz de nos proporcionar melhores informações, dado encontrar-se bem delimitado e estrategicamente situado, tornando-se, por isso, testemunho único para o estudo das suas sucessivas ocupações. De facto, trata-se de espaço circunscrito por muralhas, sem edificações modernas no seu interior, mas onde viveram as élites medievais em sucessivos momentos do processo histórico. Presentemente, a área de escavações arqueológicas no Castelo constitui a sua principal atracção turística.

As restantes intervenções arqueológicas que efectuámos em Silves tiveram que compatibilizar-se com interesses particulares ou camarários específicos, revestindo em alguns casos a configuração de escavações de salvamento ou de emergência, conforme especificaremos aquando do estudo proporcionado por cada uma delas. Nestes casos foi, de igual modo, seguida metodologia rigorosa, apesar das muitas pressões exercidas pelos promotores das obras dos sítios que investigámos, oferecendo-nos imensa quantidade de informação, relacionada sobretudo com o quotidiano urbano e constituindo excelente contraponto para os testemunhos obtidos na alcáçova. E ela não se esgota no trabalho agora apresentado, dado que ainda se encontram em curso estudos referentes aos restos de fauna ou flora exumados, análises petrográficas das pastas das cerâmicas, datações de radiocarbono, etc. Também não tratámos os espólios anteriores ao século VIII, nem os ulteriores à primeira metade do século XIII. As escavações continuam, anualmente, proporcionando novas informações.

1.2. O Barlavento algarvio e a arqueologia medieval

O desenvolvimento do nosso trabalho em Silves precedeu o início, nos anos oitenta, de escavações arqueológicas sistemáticas e seguindo metodologias modernas, em particular no Sul de Portugal, integradas em projectos de investigação bem definidos em relação ao Período Muçulmano. Entre aqueles e a par do que decorreu em Silves, reconhecido como pioneiro, salienta-se o de Mértola, tendo ambos oferecido resultados inovadores, quer no campo científico, quer no didáctico e museológico, embora cada um deles tenha tido não só objectivos como evolução com dinâmica própria.

Um terceiro projecto de investigação, sob responsabilidade da Doutora Helena Catarino, da Universidade de Coimbra, abordou o estudo de algumas fortificações do Algarve Oriental (Castelo de Alcoutim e Relíquias) e do Barlavento (Paderne e Salir), dando lugar a dissertação de doutoramento.

Nos últimos anos têm vindo a ser investigados a sul do Tejo importantes níveis medievais em centros urbanos, como Almada, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Monsaraz, Mourão, Beja, Montemor-o-Novo, Aljustrel, Moura, Serpa, Faro, Loulé ou Lagos e, por certo, em outros locais, onde se promoveram intervenções arqueológicas. A divulgação da informação proporcionada por aqueles trabalhos tem sido feita de modo muito desigual, através de pequenos artigos ou de exposições (temporárias ou permanentes) dos materiais recuperados, embora a grande maioria dos resultados obtidos se encontre inédita. Têm sido, importantes as intervenções em núcleos rurais, quer para estudar a distribuição do povoa-

mento (Algarve Oriental), determinadas fortificações (Mesas do Castelinho e Juromenha) ou assentamentos agrícolas (Vale do Boto e Alcaria Longa) (Gomes, 1995, p. 293-296)[1].

A Arqueologia Medieval vem, assim, adquirindo, aos poucos, estatuto próprio com a organização de colóquios, a publicação de revistas da especialidade e integrando os *curricula* de cursos universitários, tanto ao nível das licenciaturas como dos mestrados, mas, igualmente, com a realização de teses de mestrado e de doutoramento, assentando em trabalhos arqueológicos (Catarino, 1997-98; Gomes, 1988; Macias, 1996).

Apesar do início dos anos oitenta coincidir com a desmontagem da exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia, tendo todo o espólio medieval, e não só, sido arquivado, os finais da década seguinte ficaram assinalados com a inauguração de importante exposição intitulada "*Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*", acompanhada pela publicação do catálogo respectivo, profusamente ilustrado e onde colaboraram arqueólogos que presentemente investigam tal temática.

Como é natural, dada a mais prolongada presença islâmica no Algarve, esta região e, em especial, o seu Barlavento, integram os primórdios da investigação arqueológica medieval no nosso país, remontando os trabalhos ali efectuados aos tempos pioneiros da nossa Arqueologia. Estácio da Veiga, A. dos Santos Rocha, J. Leite de Vasconcellos e Abel Viana, entre outros, ali identificaram e recolheram objectos arqueológicos medievais ou realizaram escavações em sítios com testemunhos da presença muçulmana. De facto, tais investigadores foram responsáveis pelo estudo e divulgação de espólios provenientes de Silves, Lagos, Bensafrim, Aljezur ou Faro, em colecções de museus municipais, distritais e do hoje Museu Nacional de Arqueologia.

Estácio da Veiga identificou e escavou diversos silos medievais no concelho de Aljezur e em Bensafrim, tendo procedido aos levantamentos de três cisternas no Castelo de Silves, dois dos quais chegaram até nós, tendo ainda ali recolhido diverso espólio (Figs. 2, 3). Em Bensafrim A. dos Santos Rocha explorou silos, de onde retirou cerâmicas muçulmanas

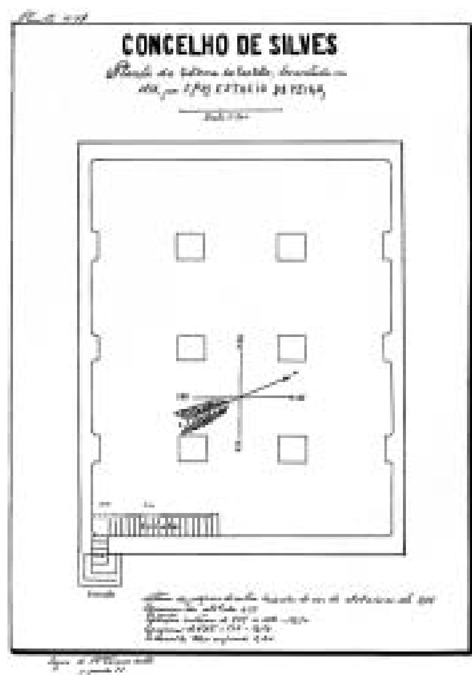


FIG. 2 – Planta do aljibe do Castelo de Silves (seg. Estácio da Veiga, 1878).



FIG. 3 – Levantamento de cisterna do Castelo de Silves (seg. Estácio da Veiga, 1878).

(Santos, 1972, Figs. 218, 219; Rocha, 1909, p. 20-21, est. III; Vasconcellos, 1902, p. 119-123, 1918, p. 133-135, Fig. 15; Veiga, 1887, p. 419-428; 1889, p. 43; Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, est. IV).

J. Leite de Vasconcellos parece não ter procedido a escavações no Algarve, limitando-se a obter, por oferta ou compra, peças detidas por particulares, alguns dos quais conhecidos coleccionadores, com que enriqueceu o Museu Etnológico.

Todavia, o núcleo de artefactos islâmicos daquela Instituição não é muito rico, sobretudo se comparado com as colecções pré e proto-históricas ou do Período Romano, reflectindo o pouco interesse por tal área da investigação (Fig. 4).

Somente nos finais dos anos sessenta do presente século é que se iniciaram escavações no Cerro da Vila, em Vilamoura (Loulé), importante estabelecimento agrícola muçulmano que sucedeu a assentamento romano e tardo-romano. Ofereceu, além de materiais corres-



FIG. 4 – Objectos islâmicos obtidos por J. L. de Vasconcellos em Silves, para o Museu Etnológico Português; A-Lucerna, com o disco e o fundo decorados a molde (seg. Vasconcellos, 1902, 122); B-Lucerna (seg. Vasconcellos, 1927, 1246); C- Fragmento de talha decorado por estampilhagem (seg. Vasconcellos, 1927, p. 256).

pondentes ao início da permanência medieval no local, alterações arquitectónicas que denunciam diferentes preocupações de carácter económico e cultural (Matos, 1983, p. 375-389; 1991, p. 429-456).

Têm-se realizado no Barlavento campanhas sistemáticas de escavações arqueológicas, além das efectuadas em Silves, no Castelo de Salir. Estas proporcionaram, embora circunscritas a área reduzida, interessantes informações sobre a organização do espaço habitacional no interior daquela fortificação e, em particular, em relação ao espólio recuperado (Catarino, 1992a, p. 9-32, 1992b, 1995, 1997-98, p. 470-543).

A intervenção arqueológica no Castelo de Paderne não alcançou resultados de vulto visto que os níveis muçulmanos não chegaram a ser explorados (Catarino, 1990, p. 128, 1994, p. 76, 77, 86). Em outros locais, como Loulé, os trabalhos arqueológicos corresponderam a situações pontuais, sob a forma de "operações de salvamento", no centro histórico do núcleo urbano. Também projectos de recuperação de monumentos, como acontece no Castelo de Aljezur, levaram à investigação de níveis com ocupação islâmica. Por outro lado, prospecções arqueológicas, tendo em vista a elaboração de cartas patrimoniais, têm conduzido à identificação de numerosos arqueossítios islâmicos.

Podemos concluir que são ainda escassos os dados arqueológicos disponíveis para o cerca de meio milénio de presença muçulmana no Barlavento Algarvio. Este corresponde à antiga área de influência da Silves muçulmana, havendo necessidade de se desenvolverem escavações sistemáticas, tanto em assentamento rurais, como urbanos ou em fortificações, e de se publicarem arqueograficamente materiais e resultados de muitos trabalhos arqueológicos ainda inéditos. Apesar de terminarmos o presente século com diversos sítios investigados continua-se a publicar, de modo científico, muitíssimo pouco.

1.3. Metodologia

1.3.1. Trabalhos arqueológicos

Somente escavações com elevado grau de minúcia, servidas por registo cuidado, permitem a análise fina dos testemunhos arqueológicos, e a criação de corpo de dados que possibilitam reconstituir parte do modo de vida das comunidades que nos legaram tais documentos.

A nossa responsabilidade torna-se maior quando as intervenções arqueológicas se realizam em áreas urbanas, normalmente com intensa ocupação dos solos ao longo de séculos, onde os "entulhos" e "lixos", por vicissitudes várias, se foram acumulando, quase sempre oferecendo larga expressão diacrónica e constituindo, por isso, importante, mas complexo, manancial de informação.

Recordemos o significativo contributo histórico de tal informação pelas palavras de Artur Gusmão: "*O atraso com que os historiadores descobriram a arqueologia medieval e a sua inicial relutância em perfilhá-la devem-se precisamente à nítida deslocação que esse perfilhamento implicava, quer no próprio conceito de História, a rever, quer nos processos tradicionais de trabalho, quer na catalogação hierárquica das chamadas fontes*". (Gusmão, 1956, p. 27)

Nas intervenções arqueológicas que estruturam o presente trabalho, tentámos, sempre que possível, conjugar os dados obtidos no terreno com os hauridos nos textos disponíveis, tanto em relação à alcáçova como à área urbana de Silves, embora tendo presente as diferenças entre o tempo cronológico, ou dos acontecimentos, e o tempo arqueológico, ou seja o da formação dos testemunhos que investigámos.

Aquela metodologia permitiu melhor reconstituir o quotidiano das populações, atendendo a que os vestígios arqueológicos sofreram, normalmente, importantes alterações pós-deposicionais. Todavia, sabemos que tudo quanto chegou até nós, embora muitas das vezes possamos dispor de milhares de peças arqueológicas para um só local, não reflecte senão uma pequena fracção das complexas actividades humanas ali processadas sendo, portanto, muito limitados os universos de estudo em relação às realidades pretéritas de que aqueles espólios são os derradeiros testemunhos.

Pusemos à vista pavimentos, alicerces ou sectores de paredes, com pouca altura, pertencentes a espaços habitacionais de pequenas dimensões ou de palácios, restos de equipamentos privados ou colectivos. Recuperámos chaves e detectámos orifícios onde giravam gonzos de portas que desapareceram, exumámos elementos decorativos de móveis e de pequenos objectos para sempre perdidos, ou fragmentos de armas de conflitos que, nos séculos XII e XIII, alteraram, em termos político-administrativos e culturais, a vida da cidade de Silves e de todo o seu território.

Também recolhemos ecofactos, designadamente restos de alimentos, de origem vegetal e animal, importantes para o conhecimento da economia das sociedades que os utilizaram, como de aspectos climáticos, entre outros. Porém, o espólio mais numeroso é, sem dúvida, constituído pelas cerâmicas, presentes, em abundância, nos quotidianos humanos desde os tempos neolíticos e ainda hoje insubstituíveis no dia-a-dia de todos nós. A verdadeiramente extraordinária quantidade de tais testemunhos, a diversidade de qualidades de fabrico e de decorações, a sua evolução, assim como as funções que evidenciam, fazem com que eles sejam excelentes indicadores para muitos comportamentos humanos, encontrando-se ligados às actividades económicas mais simples e diárias, às complexas redes de comércio local ou à distância, aos aspectos de caracterização social, à evolução tecnológica e à interacção cultural, como a aspectos de ordem religiosa e até lúdica.

A título exemplificativo, importa assinalar que no Castelo de Silves registámos mais de setenta e dois mil e quinhentos fragmentos de cerâmicas, das quais foi possível identificar trinta formas. Para o sítio da Arrochela estudámos dezasseis mil e quinhentos fragmentos, enquanto a Zona a Sul da Sé proporcionou oito mil e oitocentos fragmentos, tendo-se contado na Torre Albarrã cerca de dois mil e quatrocentos fragmentos, confirmando-se a importância quantitativa e qualitativa destes testemunhos. Eles somam quase cem mil exemplares, desconhecendo-se, por ora, outro trabalho que envolva tão elevada informação.

Os arqueossítios agora apresentados foram investigados segundo o método de escavação preconizado por Mortimer Wheeler e, ulteriormente, divulgado por diferentes arqueólogos, entre os quais, mais recentemente, Colin Renfrew e Paul Bahn. Aquele assenta no registo tridimensional, das estruturas e dos materiais exumados, metodologia que adaptámos a todas as intervenções realizadas, tendo em vista a optimização dos resultados. Importa recordar que a divulgação daquele método em Portugal, se deve a Eduardo da Cunha Serrão (com quem ainda trabalhámos em 1975, no Algarve), tendo-o utilizado, pela primeira vez, precisamente em níveis medievais, mais precisamente na intervenção arqueológica que realizou, em 1955, no Castelo de Sesimbra (Renfrew e Bahn, 1991, p. 74-79; Wheeler, 1954, p. 80-84; Serrão e Vicente, 1959, p. 324-327).

Em todos os locais que investigámos tentámos proceder segundo as recomendações já usuais, tendo sempre como referência quadrículas, orientadas em função dos pontos cardeais ou adaptadas a cada uma das situações intervencionadas, conforme se indica nos textos que constituem capítulos do presente estudo.

A escavação fina iniciou-se sempre a partir do topo das camadas, não se desprezando mesmo os testemunhos sub-actuais, muito embora esses materiais não sejam tratados

neste trabalho que, conforme o título do mesmo indica, abrange, apenas, o Período Islâmico. Tal informação será publicada em estudos, monográficos e multidisciplinares, que preparamos para cada um daqueles arqueossítios.

Nas intervenções realizadas na área urbana optámos pela escavação integral, em extensão e profundidade, das zonas disponíveis, anulando-se, no final, os testemunhos deixados para controlo estratigráfico (Arrochela, Salão Paroquial e Residência Paroquial), visto tratar-se de sítios para onde estavam previstas construções, dependentes do estudo arqueológico. Assim, alcançámos a compreensão global de todos os vestígios existentes, tendo como objectivo melhor diagnosticar as situações.

Na escavação arqueológica que temos vindo a efectuar na alcáçova, a única realizada em continuidade ao longo de mais de dez anos, observámos, por um lado, que trabalhos de ajardinamento no local e remeximentos perpetrados em época sub-actual, tinham substancialmente alterado as camadas iniciais, e que, por outro lado, os testemunhos para controlo estratigráfico, que inicialmente preservámos, dificultavam a compreensão daquele espaço, sobretudo no que concerne à articulação funcional dos diferentes compartimentos reconhecidos. Como só a exploração em área permite melhor compreensão, em particular das relações entre os espaços detectados, havendo interesse em musealizar as estruturas exumadas e perante as condicionantes acima referidas, resolvemos, depois de procedermos ao registo, gráfico e fotográfico das sucessões estratigráficas existentes, retirar as bancadas de controlo.

Também não deixámos de realizar o registo tridimensional dos artefactos encontrados *in situ,* assim como a representação gráfica dos que considerámos mais significativos para cada camada, a par do desenho de plantas, alçados e cortes das estruturas ou de sequências estratigráficas, integrando ou não aqueles testemunhos (Gomes, 1988, p. 51-69; Maccari--Poisson, 1980, p. 167-174).

Todas as terras foram crivadas, através de crivo manual ou mecânico, com malha não superior a 5 mm, tendo-se recolhido a totalidade dos fragmentos de cerâmica e de outros materiais arqueológicos, assim como de ossos e conchas.

Foram também feitas, frequentemente, recolhas de amostras de terras, carvões e de outros elementos achados necessários para, em colaboração com diferentes especialistas, pudermos melhor conceptualizar a vida e os gestos das populações que ali viveram.

Registámos a constituição, textura e cores correspondentes a cada camada arqueológica identificada, sendo as cores referenciadas a partir das *Munsell Soil Color Charts* e, por isso, devem entender-se como aproximadas. Aquele catálogo cromático serviu ainda na caracterização das cerâmicas.

Procedemos ao inventário e estudo sistemático dos espólios exumados, após lavagem, colagem e marcação, constituindo a cerâmica, conforme antes assinalámos, o acervo mais numeroso.

Não estudámos os ecofactos (faunas e floras), assim como não procedemos às análises físicas e químicas de diferentes materiais encontrados, dado não termos preparação para tal, pelo que aqueles têm vindo a ser entregues a especialistas, conhecendo-se já alguns resultados (cf. Cap. 1.4).

Podemos concluir deixando expresso que o nosso trabalho restringiu-se ao estudo arqueológico dos testemunhos daquilo que normalmente se entende por cultura material, ou seja das estruturas e dos artefactos que as acompanhavam, não deixando de os interpretar em termos históricos, tanto segundo as vertentes económica, social e técnica, como sob a perspectiva ideológica e cognitiva.

1.3.2. As fontes – textos e iconografia

Durante a realização do presente estudo obtivemos significativas informações, com graus de fidelidade ou de importância díspares, e origem diversificada, tanto em textos medievais como de Época Moderna. Tais informações foram devidamente citadas, quando julgadas pertinentes, não se tendo incluído na bibliografia apresentada, no final do presente trabalho, textos que, embora tivessem sido consultados, não citámos.

Os textos mais antigos que referem a cidade de Silves devem-se a autores muçulmanos, tendo sido escritos entre o século X e o século XIV. Eles fornecem-nos interessantes indicações de carácter geográfico, mais ou menos desenvolvidas, aspectos da sua riqueza e importância no contexto do *al-Andalus*, tal como referências de natureza etnológica, administrativa, económica e cultural (Blázquez, 1901, p. 16, 17; Domingues, 1956, p. 8, 11-13; Lévi-Provençal, 1938, p. 130-132, 1953, p. 91; Lopes, 1895, p. 276; Huici de Miranda, 1953, p. 20, 150, 151, 153, 168; Molina López, 1997, p. 269, 272; Maíllo Salgado, 1991, p. 32-35).

Boa parte de tais autores devem ter-se baseado em informações de Edrisi, que descreveu a cidade nos inícios do século XII, e, em particular, os mais tardios, pois repetem-nas embora nos transmitam, em certos casos, especificações interessantes, nomeadamente de carácter económico.

Tais dados podem ser completados com os conhecimentos transmitidos, sobre a cidade e o seu território, na descrição do cruzado que participou, em 1189, na conquista daquela. Embora o seu relato evidencie certo deslumbramento, constitui o mais desenvolvido documento, sobre a Silves islâmica, ali se referindo os seus dispositivos defensivos, muralhas e torres albarrãs, mas, ainda, técnicas construtivas empregues, civis e militares, alguma toponímia, etc. Também os dois forais concedidos, respectivamente, por D. Afonso III e D. Manuel I, guardam significativas considerações de carácter geográfico, administrativo e, em especial, económico. Outras informações podem extrair-se dos documentos relativos à participação de Silves nas Cortes e nos acervos dos Livros das Chancelarias (Andrade e Silva, 1993; Iria, 1982; Lopes, 1844).

Textos ulteriores registaram preciosos elementos sobre a cidade, alguns comprovados arqueologicamente, e muitos deles, embora de época mais recente, transmitiram-nos conhecimentos de carácter económico mas, de igual modo, sobre os equipamentos existentes, o estado de conservação das edificações, alterações urbanas efectuadas que, em conjunto, permitiram-nos uma melhor compreensão e, possível, reconstituição da Silves muçulmana (Domingues, Leal e Moreno, 1984; Guerreiro e Magalhães, 1983; Lopes, 1841; Magalhães, 1970; Salgado, 1786). Entre eles devemos mencionar o "*Livro do Almoxarifado de Silves*", considerado como tendo sido elaborado em 1474, obra que frequentemente citamos em relação a muitos dos aspectos acima mencionados, dado conservar significativas informações sobre o período que nos propusemos estudar.

Facilmente se verifica que a documentação escrita referente a Silves medieval, tanto islâmica como portuguesa, é muito escassa, não se podendo através dela ter compreensão abrangente e contínua da sua evolução urbana, como da vida das diferentes classes sociais que, ao longo dos séculos, elegeram aquele espaço como centro das suas principais actividades, assim melhor se explicando a pertinência do recurso aos documentos arqueológicos.

Importantes aspectos de carácter cronológico da história de Silves são, ainda, imprecisos. De facto, e a título de exemplo, se não parece existirem dúvidas sobre a primeira conquista cristã, realizada a 3 de Setembro de 1189, ou em relação à reconquista muçulmana



FIG. 5 – Gravura inglesa com vista de Silves, datada de 1825.

que a sucedeu cerca de dois anos depois, em 21 de Junho de 1191 (Miranda, 1953, p. 20), o mesmo não acontece no respeitante à conquista definitiva da cidade, em meados do século XIII. Alguns investigadores indicam a data de 1242, a mais recuada, correspondendo ainda ao reinado de D. Sancho II, enquanto outros optaram por 1249, ano que parece obter maior consenso, integrando a conquista de Silves na do Algarve, durante o reinado de D. Afonso III (Botão, 1992, p. 20; Domingues, 1956, p. 36; Herculano, 1847b, vol. IV, p. 376; 1847c, vol. V, p. 192; Lopes, 1841, p. 140-150; Machado, 1997, p. 213, 216; Marques, 1973, p. 112; Mattoso, 1993, p. 124, 134; Peres, 1929, p. 254; Romero-Camacho, 1987, p. 133; Salgado, 1786, p. 295-298). Trata-se de opiniões divergentes, esteadas na informação escrita e na interpretação de factos políticos, para as quais os testemunhos arqueológicos poderão, eventualmente, oferecer contributos esclarecedores.

A iconografia disponível no que diz respeito à cidade de Silves não é diversificada nem recuada, embora permita extrair algumas informações relativas a alterações da sua estrutura urbana, de determinados edifícios e, também, sobre o estado de conservação dos dispositivos defensivos que a protegiam.

As imagens mais antigas são três gravuras publicadas, apenas, entre 1825 e 1844 (Lopes, 1844; S/A, 1842, p. 209).

A primeira é uma litografia, possivelmente do autor inglês J. Hill, que igualmente representou vista de Albufeira. Ali se observa Silves a partir do lado sul, destacando-se as muralhas da medina e da alcáçova, assim como outros edifícios, nomeadamente a Sé (Fig. 5).

Em 1892 a revista "*O Panorama*" publicou vista da mesma cidade, algo idealizada, voltando a conferir maior relevo às muralhas e à Sé. Este documento apresenta construção que

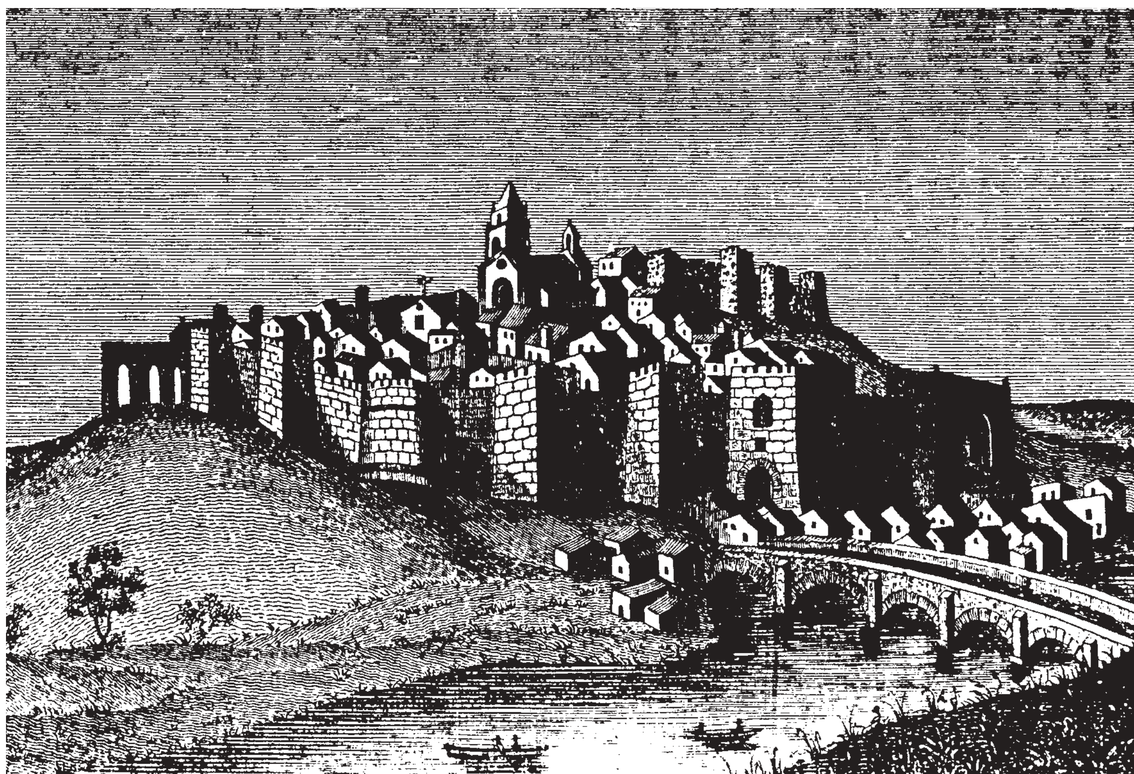


FIG. 6 – Vista de Silves, publicada na revista “O Panorama”, de 1842.

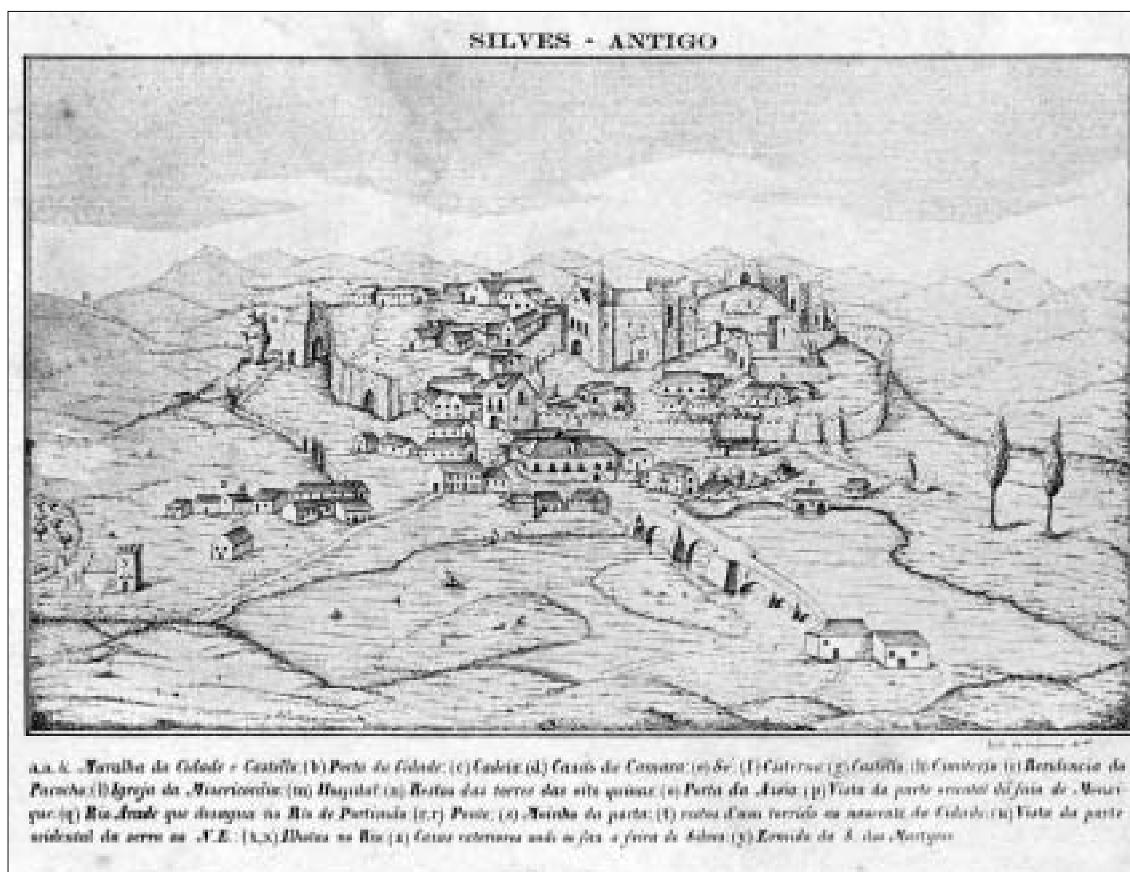


FIG. 7 – Vista de Silves, publicada por João Baptista da Silva Lopes, em 1844.



FIG. 8 – Fotografia dos finais do século XIX, onde se observa a alcáçova de Silves.



FIG. 9 – Postal do início do século XX, com vista do cais e da ponte medieval.



FIG. 10 – Postal do início do século XX, com vista do rio e do Moinho da Porta.

parece corresponder à couraça que partiria da torre, poligonal, situada junto à denominada Porta da Azóia, estruturas hoje desaparecidas (Fig. 6). João Baptista da Silva Lopes deu a conhecer, em 1844, nova representação da cidade de Silves, bem mais completa que a de 1842, mas contendo, de igual modo, importantes distorções (Fig. 7).

Entre os finais do século XIX e meados da centúria seguinte, foram impressos postais com vistas de Silves, algumas das quais pormenorizando aspectos arquitectónicos presentemente alterados ou mesmo inexistentes (Figs. 8-14).

Aqueles documentos completam-se com os publicados, em 1911 e 1934, por Pedro P. Mascarenhas Júdice e, em relação ao Castelo, com as fotografias efectuadas antes das obras de restauro, nos anos quarenta, e publicadas no *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, onde se descrevem tais trabalhos e dão a conhecer levantamentos desenhados daquela edificação (Júdice, 1911, 1934; S/a, 1948, Figs. 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37) (Figs. 15-19).

Quando referimos o nome da cidade muçulmana, hoje conhecida por Silves, optámos pela transcrição *Xelb,* realizada a partir de textos árabes (*Xilb, Xelb, Chelb*) e, em particular, na tradução da "*Descrição da Espanha*", de Edrisi, da autoria de J. António Conde (1799) (Conde, 1799, p. 33; Machado, 1997, p. 29).



FIG. 11 – Postal do início do século XX, com vista do cais e da ponte medieval.



FIG. 12 – Postal do início do século XX, com vista do cais e do casario junto ao rio.



FIG. 13 – Postal do início do século XX, com vista da entrada no Castelo.



FIG. 14 – Postal do início do século XX, com vista do lado nascente das muralhas do Castelo.

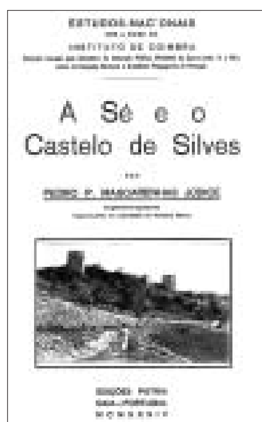




FIG. 15 – Capa da obra “A Sé e o Castelo de Silves”, de Pedro Júdice (1934) e do Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948).

LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO ++++++++++
LIMITE DA ZONA VEDADA A CONSTRUÇÕES -----

FIG. 16 – Planta do Castelo de Silves e da zona envolvente, com a respectiva área de protecção (seg. Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948).

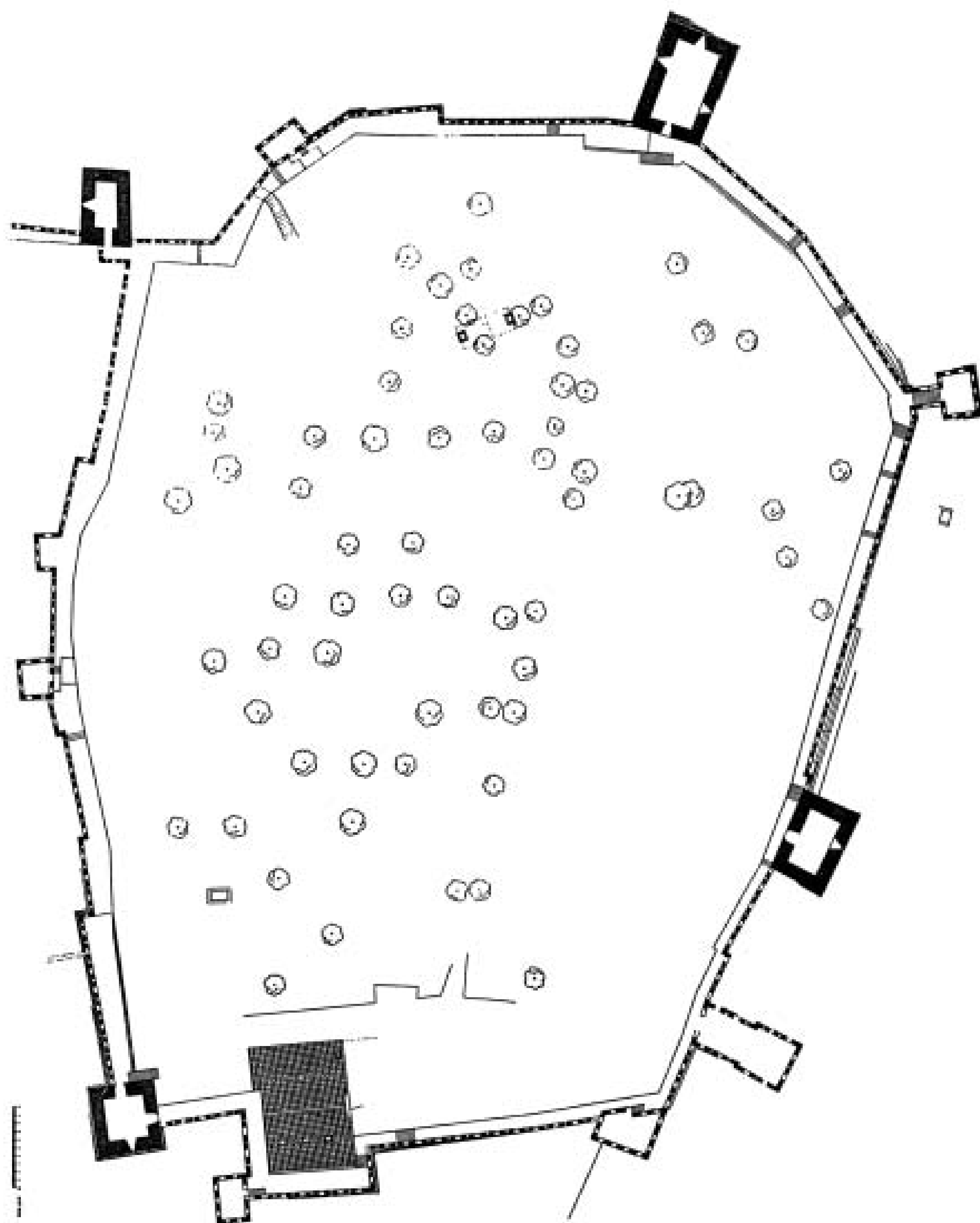


FIG. 17 – Planta do Castelo de Silves, ao nível dos adarves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

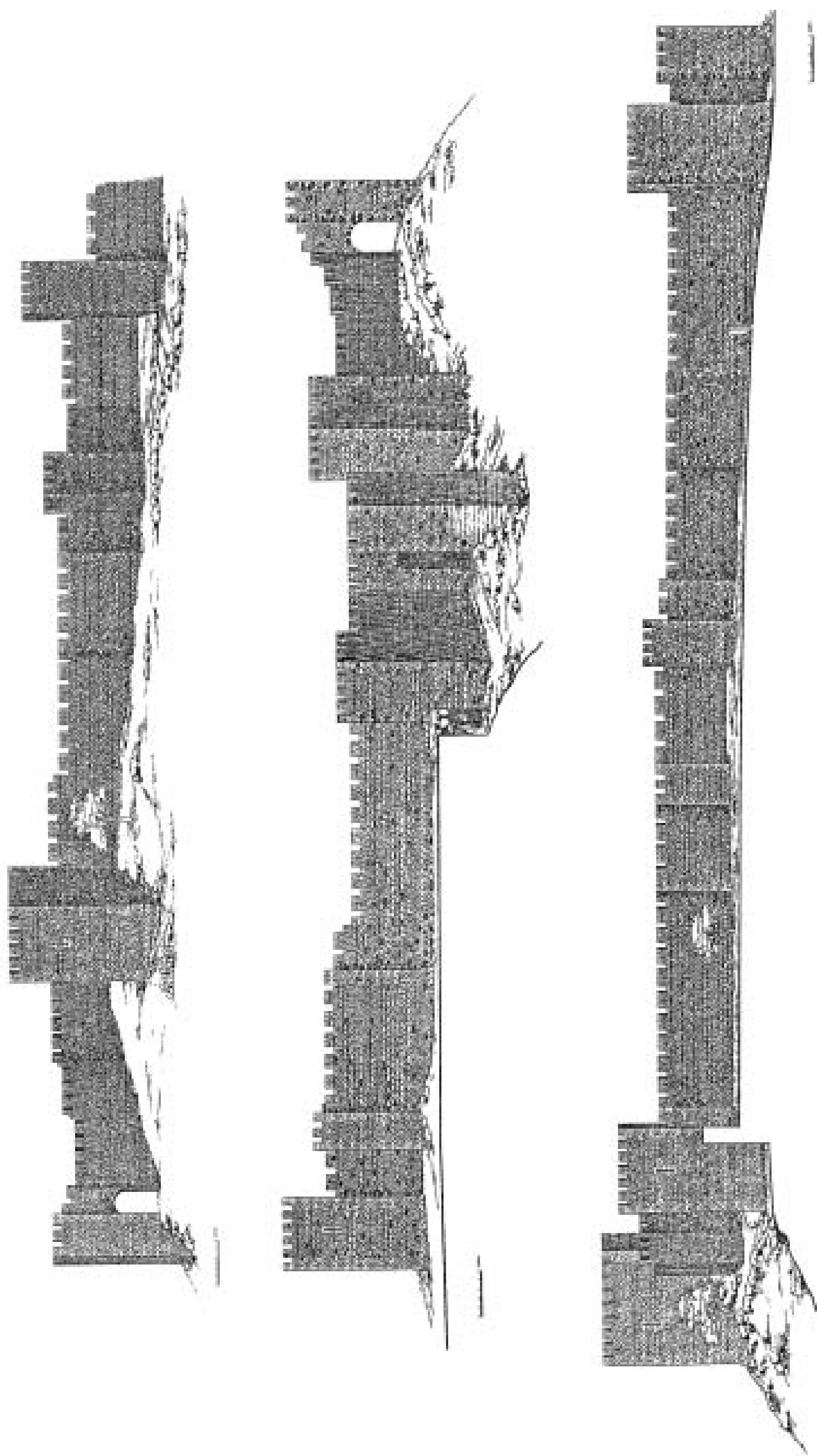


FIG. 18 – Alçados norte, sul e poente, do Castelo de Silves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

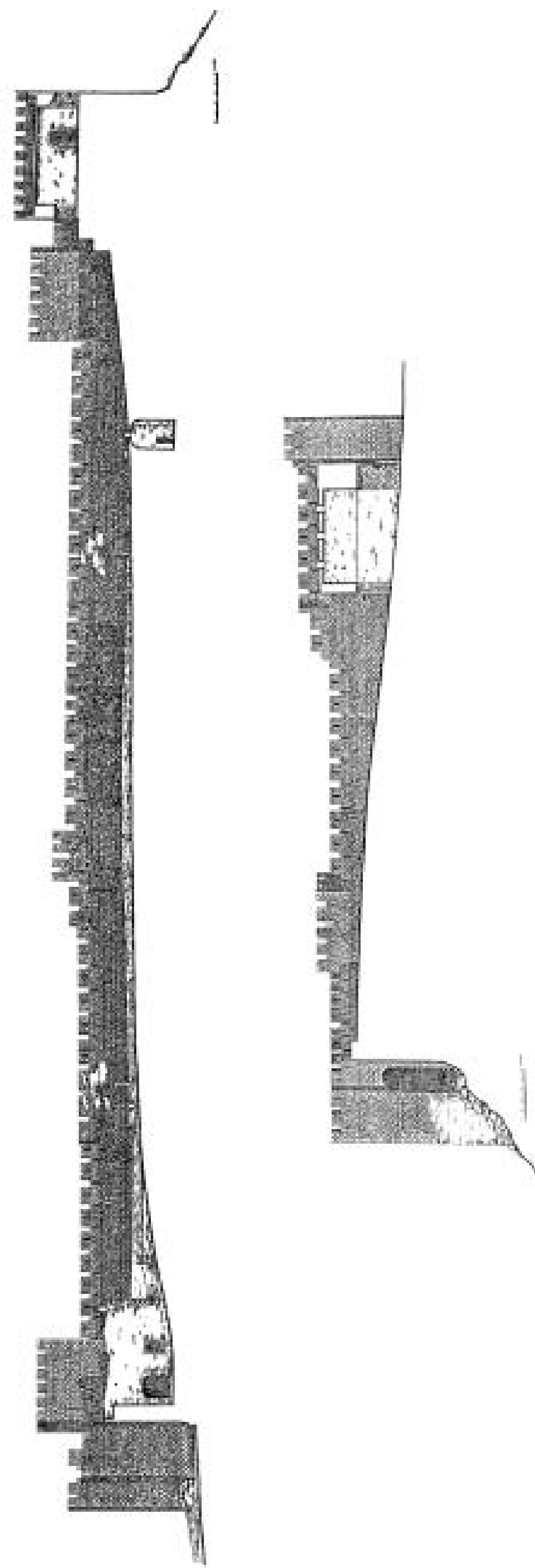


FIG. 19 – Cortes norte-sul e nascente-poente (através da entrada), do Castelo de Silves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

1.3.3. O estudo do espólio

Inventariámos e procurámos estudar todos os artefactos recuperados nos níveis muçulmanos, nos diferentes arqueossítios investigados, embora tivéssemos descrito mais pormenorizadamente, apenas, os completos ou que considerámos representativos, em relação a cada uma das camadas arqueológicas identificadas. Aqueles foram figurados graficamente. Este registo possibilita não só melhor compreensão e estudo das peças, tendo em vista a obtenção de paralelos, no âmbito do presente trabalho, como oferece a outros investigadores material comparativo capaz de proporcionar a criação de futuro banco de dados, o que descrições por vezes demasiadamente sintéticas não permitem obter.

O catálogo daquelas peças foi organizado tendo em atenção a matéria-prima com que foram produzidas, e consta no fim de cada sub-capítulo ou Capítulo, conforme se justifique, sendo este aspecto mencionado na metodologia de cada um dos sítios intervencionados e agora dados a conhecer. Cada artefacto descrito encontra-se acompanhado do respectivo desenho, identificado através do quadrado e camada arqueológica de procedência, em certos casos, da estrutura que integrava e de número de ordem.

Nas descrições dos artefactos usámos critérios comuns, quer se tratassem de peças de cerâmica, pedra, osso ou metal. Assim, todos eles possuem identificação funcional, descrição formal, da matéria-prima com que foram elaborados, cor, decoração, dimensões e outros atributos considerados pertinentes, como o estado de conservação no caso de apresentarem fracturas, de se encontrarem incompletos ou de oferecerem alterações devidas à sua utilização ou às condições de jazida.

No entanto, conforme antes referimos, as cerâmicas constituem o espólio mais numeroso, com características específicas, pelo que tiveram tratamento diferenciado, recorrendo-se ao seu estudo quantitativo. Nas descrições mencionámos a forma do corpo, do gargalo, do bordo, do lábio, do pé ou dos fundos, das asas e de outros elementos de preensão, a constituição das pastas, a cor do núcleo, tal como as variantes de tratamentos dados às superfícies. Foram, também, registados os motivos decorativos oferecidos por muitos dos fragmentos recolhidos, fossem eles plásticos, incisos, impressos ou pintados.

Muitos dos paralelos assinalados para o espólio agora estudado tiveram em atenção o facto de integrarem estratigrafias seguras ou de importância reconhecida, pelo que quase não recorremos a comparações com materiais isolados, impossibilitados de oferecerem dados concretos, tanto ao nível cronológico como cultural. Aliás, elegemos, como princípio fundamental, primeiramente compreender as estruturas e os espólios exumados, através da sua análise interna ou endógena, e só depois tentámos verificar a pertinência das nossas conclusões através de paralelos com outros arqueossítios.

1.3.3.1. As cerâmicas

1.3.3.1.1. As formas

Na classificação morfológica utilizámos, como termo de comparação, peças semelhantes ainda actualmente em uso. Considerámos que embora certas formas pudessem ter dupla função, como por exemplo as panelas, que tanto serviam para confeccionar alimentos como para os armazenar, poderíamos integrar as peças que descrevemos, nos sete seguintes grandes grupos funcionais:

1. Loiça de mesa, que incluí taças, pratos, copos, púcaros, jarros, jarras, bules, aguamanis, garrafas, trípodes e lavabos;

2. Loiça de cozinha, constituída por alguidares, almofarizes, cinchos, frigideiras, tachos, panelas, cuscuzeiras, com os respectivos testos, bases para pão e *tajines*;
3. Loiça de armazenamento, onde integrámos cantis, infusas, cântaros, potes, ânforas, talhas, tal como as respectivas tampas e bases;
4. Contentores de fogo, formados por lucernas, lamparinas, queimadores e fogareiros;
5. Objectos dedicados a actividades lúdicas, que incluem tambores, marcas de jogo e brinquedos;
6. Outros objectos, como as bacias (com funcionalidade múltipla), os tinteiros e os mealheiros (estes conhecidos fora de contexto arqueológico);
7. Cerâmica industrial, correspondendo às telhas, tijolos, ladrilhos, manilhas/tubos ou condutas, alcatruzes, formas de açúcar, bocais de poço e pesos de rede.

Mencionámos, apenas, formas que referimos no presente trabalho, passando-se, em seguida, à caracterização sucinta de cada uma delas, seguindo-se a ordem antes proposta.

1. Loiça de mesa

TAÇA

Recipiente aberto, com corpo de forma hemisférica, sub-hemisférica ou troncocónica, carenada, com carena acusada ou dupla carena, assentando em fundo plano, algo convexo, ou em pé anelar, mais ou menos alto.
Peça multiformal com dimensões variáveis, poderia ser utilizada individualmente ou para servir alimentos.
As taças que apresentam menor diâmetro no bordo são, em geral, mais fundas, podendo ter sido utilizadas, sobretudo, para conter líquidos.
Existem exemplares com as superfícies de cor semelhante à do núcleo, ou vidradas, esmaltadas e, também, com uma ou ambas superfícies decoradas com motivos, pintados, incisos, estampilhados, com decoração policroma e de corda seca. Outras, ainda, mostram decoração plástica, com cordões verticais.
Algumas taças poderiam completar-se com tampa de fecho hermético.
Trata-se de peças com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se mantiveram ao longo de toda a permanência muçulmana.
Esta forma inclui as denominações *ataifor/zafa/safa*, *jofaina/escudella, cazuela/cassola,* que correspondem aos nomes árabes *sahfa, tayfûr, gidâr, ŷafna, qas´a* e *tâŷin* referidos por Rosselló-Bordoy (1991, p. 167-169). Incluímos igualmente as peças denominadas pelos termos *malga, aljofaina*, *albarrada,altemia* e *almofia*, conforme refere Margarida Ribeiro (1987, p. 492-494).

PRATO

Recipiente aberto, com corpo de forma cilíndrica ou troncocónica, de paredes baixas, assente em fundo plano e, em geral, provido de bordo largo sub-horizontal. O diâmetro do bordo aproxima-se do da base, podendo ter dimensões variáveis. Era, em geral, utilizado para servir alimentos à mesa ou para nele serem consumidos.
Trata-se de peça comum nos contextos cristãos, conhecida, apenas, no início da ocupação muçulmana e a partir do século XIII. As superfícies poderiam ser da cor do núcleo, engobadas, brunidas ou decoradas através de pintura.
Corresponde ao nome *disco* com a forma 99 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 170).

COPO

Recipiente de pequenas dimensões, com corpo troncocónico, paredes altas, assente em base plana ou em pé anelar.
Conhecemos exemplares produzidos com pastas claras ou cor-de-laranja e, ainda, com as superfícies vidradas.

PÚCARO

Recipiente de pequenas dimensões, com corpo globular, subcilíndrico ou troncocónico, por vezes carenado, com bordo alto e vertical, assente em fundo plano ou ligeiramente convexo. São características destas peças a existência de uma ou de duas asas, neste caso opostas, ligando a parte superior do bordo ao volume mesial do corpo. Trata-se de peça destinada à mesa, para nela se beber, e de uso individual.
A variante de púcaro que apresenta, apenas, uma asa oferece menores dimensões que a variante com duas asas opostas, esta última sempre bem mais numerosa e de grande pervivência, embora com alterações formais ao longo de toda a permanência islâmica.
As superfícies poderiam ser da cor do núcleo, engobadas, brunidas ou decoradas através de pintura.
Corresponde às formas designadas por Rosselló-Bordoy (1991, p. 165, 166, 168) como *jarrita/jerreta/jarrito/cadaf* e *taza/tassa*, ou aos nomes árabes *barrada*, *qadh*, *ibrîq*, *tassa* ou *tâqra* e, segundo Margarida Ribeiro (1987, p. 492), ainda a *alcalá*.

JARRO

Recipiente fechado de corpo globular ou ovóide, com gargalo largo e alto, assentando em fundo plano, algo convexo ou em anel. Apresenta, ainda, uma asa que liga o bordo à zona mesial do corpo.
Não raro o bordo oferece bico e contorno trilobulado. Trata-se de contentor de líquidos com uso colectivo. As suas dimensões são variáveis.
Esta forma demonstra grande pervivência, embora com variantes formais, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.
Encontra paralelo nas formas 33 e 34, com idêntica denominação, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

JARRA

Recipiente fechado, de corpo globular ou ovóide, gargalo largo, assentando em fundo plano ou em pé anelar. Apresenta duas ou quatro asas, opostas, que ligam o bordo à zona mesial do corpo. Trata-se de contentor de líquidos, para uso individual ou colectivo, e poderia ser completado com tampa ou testo. Esta apresentava forma troncocónica, com pequena pega subcilíndrica central, sendo as suas dimensões variáveis.
Esta forma de vasilha teve grande pervivência, embora com variantes formais, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.
Tem paralelo nas formas 18 a 24, 28 e 30 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 165), denominadas *jarritas* e cujo nome em árabe seria *barrada*.

BULE

Recipiente com corpo globular, mais ou menos achatado, boca larga, gargalo baixo, bico curto e, do lado oposto, uma asa que liga o bordo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo plano, algo convexo, ou em pé, baixo, anelar, que poderia, também, ter sido uti-

lizado para encaixar numa base. Peça de dimensões variáveis, utilizada para conter líquidos e, sobretudo, chá.
Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.

AGUAMANIL

Recipiente com corpo globular, gargalo alto e estreito, com bico longo, apresentando, no lado oposto, uma asa que liga o gargalo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo plano ou em pé anelar. Seria utilizado para conter líquidos, sobretudo água.
Trata-se de vasilha com grande pervivência que, com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana. Alguns aquamanis mostram bico com forma zoomórfica.
É semelhante aos jarros com as formas 37, 38 e 39 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166), cujo nome árabe era *qadh*.

GARRAFA

Recipiente com corpo globular ou ovóide, gargalo estreito e alto, assente em fundo plano ou em pé anelar. Apresenta uma asa, que liga o gargalo à zona mesial do corpo. Peça de dimensões variáveis, era utilizada para conter líquidos podendo, as de menores dimensões, terem servido como galhetas.
Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.
Corresponde à forma *redoma*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

TRÍPODE

Recipiente aberto, com forma cilíndrica ou troncocónica, grande diâmetro no bordo, assente em três pés. Peça de dimensões variáveis, era utilizada para servir alimentos. Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana (séculos XII-XIII).
Encontra paralelos em peças com o mesmo nome ou denominadas *respeus*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 168), sendo o nome árabe *atfîya*.

LAVABO / PIA DE ABLUÇÕES

Recipiente aberto com forma sub-paralelepipédica ou cilíndrica, paredes oblíquas e assente em fundo plano. As suas dimensões são variáveis.
Trata-se de vasilha destinada a lavar os dedos, no início, durante ou no final das refeições ou usada em abluções. Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana (séculos XII-XIII).
Pode corresponder às formas *albarrada* ou *aljofoina* de Margarida Ribeiro (1987, p. 492), ambas consideradas como lava-mãos.

2. Loiça de cozinha

ALGUIDAR

Recipiente aberto, em geral de grandes dimensões, com forma subcilíndrica ou troncocónica, paredes mais ou menos oblíquas e assente em fundo plano. Por vezes oferece grandes diâmetros, tanto no bordo como no fundo. Seria utilizado para preparar alimentos na cozinha e, quiçá, para lavar loiça.

Trata-se de peça com larga pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, como ulteriormente, alcançando os nossos dias.
Corresponde às denominações de *lebrillo, alcadafe/ribell, llibrell* ou *gibrell* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 169), cujo nome árabe seria *librîl, qasrîya, qadh*, sendo referido, por Margarida Ribeiro (1987, p. 492), como alguidar.

ALMOFARIZ
Recipiente com forma cilíndrica ou troncocilíndrica, paredes muito espessas e pequeno diâmetro, tanto no bordo como no fundo. Assenta em base plana.
Seria utilizado para pisar e misturar especiarias, ervas aromáticas e outros condimentos, com pequeno pilão ou mão.
Trata-se de peça pouco comum, ao longo de toda a permanência muçulmana em Silves, contrariamente ao que acontece a partir dos séculos XIV-XV.

CINCHO
Recipiente aberto, de forma troncocónica, assente em base algo convexa, provido de orifícios circulares. As dimensões são variáveis.
Trata-se de vasilha utilizada na manufactura de queijos.
Peça com grande pervivência, dada a sua funcionalidade, e que, embora pouco frequente nos contextos muçulmanos, poderá ter existido ao longo de toda aquela permanência.

FRIGIDEIRA
Recipiente baixo, com forma cilíndrica ou troncocónica, paredes pouco inclinadas e assente em fundo plano ou ligeiramente convexo. As dimensões são variáveis.
Esta peça era utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os frigir ao lume.
Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.
Corresponde à forma denominada *cazuela/cassola,* por Rosselló-Bordoy (1991, p. 169), sendo o seu nome árabe *qas´a* ou *tâŷin*.

TACHO
Recipiente, com forma cilíndrica ou troncocónica, baixo e largo, com paredes pouco inclinadas. Assenta em fundo plano ou ligeiramente convexo e apresenta, em geral, duas asas, opostas, que ligam o bordo ao corpo ou ao fundo da peça. As dimensões são variáveis.
Esta peça era utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os cozinhar ao lume.
Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve o longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

PANELA
Recipiente fechado, com corpo globular ou ovóide, mais ou menos achatado, assente em base plana, ligeiramente convexa ou em bolacha. Apresenta uma asa e, mais comummente, duas asas, opostas, que ligam o bordo à zona mesial do corpo. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de peça utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os cozinhar ao lume. Estes recipientes eram completados com uma tampa, ou testo, de forma troncocónica e com pequena pega subcilíndrica, central.
Esta vasilha oferece grande pervivência e, embora com acentuadas variantes formais, manteve-se ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.
As variantes detectadas em Silves são semelhantes às formas 73 a 81, designadas como *marmita/olla*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 168).

CUSCUZEIRA

Recipiente fechado com corpo de forma globular, mais ou menos achatado, base algo convexa e provida de múltiplos orifícios circulares. Esta peça era utilizada sobre um recipiente de ir ao fogo, repleto de água, tendo em vista cozer o cuscuz ao vapor. Por vezes utilizou-se uma panela a que se perfurou o fundo.
Trata-se de vasilha comum, dada a sua funcionalidade, nos contextos muçulmanos dos séculos XII-XIII, altura em que a iguaria nela cozinhada terá sido divulgada na Península Ibérica.
Esta vasilha teria forma similar à forma 102, designada erradamente por *colador* (=coador) por Rosselló-Bordoy (1991, 170) ou por cuscuzeiro, segundo Margarida Ribeiro (1987, p. 492), sendo o seu nome em árabe *kaskas*. Em berbere aquela prato chama-se *kuskus*.

BASE PARA PÃO

Peça em forma de placa, com contorno circular e dimensões variáveis, que servia como suporte para cozer o pão no forno ou num fogareiro.
Seria recipiente pouco usual mas, dada a sua funcionalidade, poderá ter-se mantido ao longo de toda a permanência muçulmana.

TAJIN

Conjunto que inclui taça ou frigideira e respectiva tampa. Esta dispunha de orifícios para a saída do vapor. Era utilizada para confeccionar e, também, servir à mesa cozidos e guisados, sendo forma actualmente comum no mundo muçulmano norte-africano. Nas escavações arqueológicas realizadas recuperámos, apenas, as tampas do que pensamos terem sido peças deste tipo. Segundo Rosselló-Bordoy (1991, p. 93) o nome árabe seria *tazin/tuazun*; *tâŷin/tawâŷîn*.

3. Loiça de armazenamento

CANTIL

Recipiente fechado, com forma globular algo achatada, fundo convexo e pequeno gargalo. Apresenta duas asas, opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo e serviam para pendurar este contentor. As suas dimensões são variáveis.
Trata-se de vasilha utilizada para guardar e transportar pequenas quantidades de líquidos.
Este utensílio apresenta grande pervivência, dada a sua funcionalidade, predominando nos contextos islâmicos, em particular, nos séculos XII-XIII.
Corresponde à designação de *cantimplora/baldraca* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 165) e pode corresponder à forma *alcarraza* de Margarida Ribeiro (1987, p. 492).

INFUSA

Recipiente com forma globular alongada, ou piriforme, gargalo alto, assente em fundo plano e provida de asa, ligando o gargalo a um ponto do volume mesial do corpo.
Trata-se de contentor de líquidos, semelhante ao cântaro, mas de menores dimensões.
A forma desta peça é idêntica à de exemplares denominados *jarra/gerra*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 164).

CÂNTARO

Recipiente fechado, com corpo de forma globular ou ovóide alongada, assente em fundo plano e com gargalo alto. Apresenta duas fortes asas, largas e opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo. Mostra, normalmente, grandes dimensões.
Trata-se de peça com grande pervivência, destinada a armazenar ou transportar líquidos e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

POTE

Recipiente baixo, com forma globular, assente em base plana. Estas vasilhas, de dimensões médias, eram utilizadas para conter líquidos, sólidos e, quando mais pequenos, cosméticos.
Trata-se de peça com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.
A sua forma corresponde às denominações *orza/ancolla* e *limeta* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 164, 167), cuja denominação em árabe era *qulla* e *limma*.

ÂNFORA

Recipiente, com forma ovóide, de grande formato, provido de duas asas, opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo convexo ou plano e as suas dimensões são variáveis. Trata-se de vasilha utilizada no armazenamento e transporte, por terra ou mar, de alimentos líquidos ou sólidos.
Este contentor teve grande pervivência, dada a sua funcionalidade e antecedentes, embora predominem em Silves, por ora, os exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.

TALHA

Recipiente com forma ovóide e paredes espessas, podendo apresentar duas asas opostas. Assenta em fundo plano e as suas dimensões são variáveis, mas em geral grandes.
Trata-se de vasilha utilizada para armazenar líquidos ou produtos sólidos. Estes contentores eram completados, normalmente, com uma tampa, de forma troncocónica e pega, subcilíndrica, central. Algumas das talhas para água eram colocadas sobre bases de forma cilíndrica.
Estas peças mostram grande pervivência e, embora com variantes formais, mantiveram-se ao longo de toda a permanência muçulmana.
Corresponde às formas denominadas *tinaja/alfabia*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 162, 163), cujo nome árabe seria *jâbîya*.

BASE DE TALHA

Elemento de forma cilíndrica onde assentavam as talhas. Era, em geral, provido de bico, por onde saí a água vertida pelo fundo da talha que suportava.

4. *Contentores de fogo*

LUCERNA

Recipiente com corpo de forma cilíndrica ou sub-esférica, assente em fundo plano, provido de bico longo e de uma asa. Esta, em geral, liga o bordo à base. As suas dimensões são variáveis.
Trata-se de peça utilizada na iluminação, oferecendo grande pervivência, dado que, embora com variantes formais, manteve-se ao longo de toda a permanência muçulmana.
Este utensílio corresponde às formas denominadas *candil*, *llantia* e *llumeta* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 174), cujo nome árabe seria *qandîl* e *misbâh*.

LAMPARINA

Recipiente aberto, com corpo de forma hemisférica, cilíndrica ou troncocónica, assente em pé alto, suportado por base circular.
O corpo encontra-se, em geral, ligado à base por uma asa. Mostra, no lado oposto à asa, um ou dois bicos e as suas dimensões são variáveis. Trata-se de peça utilizada na iluminação.
Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana, séculos XII-XIII, de Silves.
Este utensílio é similar às representações 136 e 137 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 174).

QUEIMADOR

Recipiente aberto com forma, normalmente, de prisma poligonal, assente em base plana. Por vezes apresenta decoração profusa, tanto no interior como no exterior. As dimensões são variáveis.
Vasilha destinada a queimar substâncias aromáticas, mostra grande pervivência, dada a sua funcionalidade, embora predominem em Silves, por ora, exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.
Corresponde à forma dos *quema perfumes* ou *pebeteros*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 173), cujo nome árabe seria *mabjâra*.

FOGAREIRO

Peça com fornalha de forma cilíndrica ou troncocónica, com fundo plano e corpo hemisférico ou troncocónico. A parede comum à fornalha e ao corpo oferece perfurações circulares. A boca da fornalha é sub-triangular ou semicircular. Por vezes as paredes interiores mostram suportes horizontais, para apoio da grelha ou de recipientes. As suas dimensões são variáveis.
Trata-se de peça com grande pervivência e que, sem grandes variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os dias de hoje.
Corresponde à forma *anafe/fogo* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 171), embora não tivéssemos, ainda, recolhido exemplares exactamente iguais aos representados por aquele autor, sob os números 113, 114 e 120. O nome árabe deste utensílio seria *tannûr*, *malla* e *nafaj*.

5. *Objectos dedicados às actividades lúdicas*

TAMBOR

Utensílio com forma compósita, constituído por corpo cilíndrico e caixa troncocónica. Esta era revestida por pele esticada. As suas dimensões são variáveis.
Trata-se de instrumento de percussão, em que se rufa normalmente com as mãos, dadas as suas pequenas dimensões, mas também com uma ou duas baquetas.
Peça de grande pervivência, pode ter-se mantido ao longo de toda a permanência muçulmana, embora apenas disponhamos de exemplar atribuído ao século VIII.
Segundo Rosselló-Bordoy (1991, p. 177), pode ser designado por *adufe* ou *atabal,* sendo o seu nome árabe *duf, tabal, tiryâl, bandayr, šaqf* ou *nuqayra*.

MARCA DE JOGO

Apresenta forma cilíndrica. Dispomos, em maior número, de exemplares que aproveitam fragmentos de cerâmica, com contorno circular ou subcircular e arestas boleadas, sendo utilizados para marcar posições ou pontos em diferentes jogos. As suas dimensões são variáveis, desde 0,01 m a 0,02 m de diâmetro, até cerca de 0,10 m de diâmetro.
Trata-se de peça com grande pervivência dado que se manteve, com a mesma forma, ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando, pelo menos, a Idade Moderna.

BRINQUEDOS

Objectos utilizados para distrair e educar crianças. Encontrámos parte de uma figura antropomórfica (boneca) e miniaturas de vasilhas, elaboradas segundo modelos usados no quotidiano, como panelinhas, jarrinhas, pequenas lucernas, etc. Também pequeno prótomo zoomórfico, de equídeo, pode ter pertencido a brinquedo.
Trata-se de peças com grande pervivência, embora predominem, por ora, exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.

6. *Outros objectos*

BACIA

Recipiente com forma subcilíndrica, geralmente de grandes dimensões, assente em fundo plano.
Em Silves apenas se conhecem exemplares do século XIII.

TINTEIRO

Recipiente de pequenas dimensões, com forma bitroncocónica, assente em fundo plano ou em pé, baixo e anelar. Trata-se de vasilha utilizada para guardar tinta de escrever.
Este recipiente, dada a sua funcionalidade, pode ter tido grande pervivência, embora encontrássemos apenas um exemplar, pertencente aos séculos XII-XIII.
Corresponde à forma denominada *tintero/tinter,* por Rosselló-Bordoy (1991, p. 173), cujo nome árabe era *duwaya*.

MEALHEIRO

Peça fechada, de forma globular, com pequena abertura (em forma de fenda) por onde se introduziam moedas. Trata-se de vasilha usada para aforrar dinheiro.
Utensílio com grande pervivência, dada a sua funcionalidade, poderá ter sido utilizado ao longo de toda a permanência muçulmana, devido à existência de intensa circulação monetária. Todavia, conhecemos apenas um exemplar medieval procedente de Silves, encontrado fora de contexto arqueológico.

7. Cerâmica industrial

TELHA

Elemento arquitectónico, com forma de placa rectangular, encurvada ou em meio canudo. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares exumados em Silves variam entre 0,386 m x 0,164 m x 0,014 m e 0,418 m x 0,166 m x 0,012 m. Foi utilizado na cobertura de edifícios e de alpendres, sobre estruturas de madeira.
Alguns exemplares oferecem decorações digitadas, ponteadas ou em linhas onduladas.
Trata-se de peças com grande pervivência, conhecidas ao longo de toda a permanência muçulmana e ulterior, alcançando os nossos dias.
Corresponde às formas *teja/teula* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 176), cujo nome árabe era *qarmad* ou *qarmada*.

TIJOLO

Elemento arquitectónico com forma paralelepipédica. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares completos, exumados em Silves, mostram 0,285 m x 0,135 m x 0,050 m. Foi utilizado na construção de paredes, abóbadas, colunas e, mais raramente, em revestimentos.
Trata-se de peças com grande pervivência, cujo uso se terá mantido ao longo de toda a permanência muçulmana.

LADRILHO

Elemento arquitectónico com forma de placa paralelepipédica e pequena espessura. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares completos, exumados em Silves, apresentam 0,270 m x 0,210 m x 0,016m.
Eram utilizados na pavimentação de pisos, tanto de compartimentos cobertos como descobertos.
Trata-se de peças com grande pervivência, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.
Esta forma foi referida por Rosselló-Bordoy (1991, p. 176), com a designação de *ladrillo/rajola, tova,* sendo o seu nome árabe *aŷura* ou *laŷûra*.

MANILHA/TUBO OU CONDUTA

Peça com forma cilíndrica provida de orifício central. As dimensões correspondem a medidas padrão e era utilizada nas canalizações de líquidos, em geral de águas limpas.
Trata-se de elementos que, dada a sua funcionalidade, se terão mantido, embora com variantes formais, ao longo de toda a permanência muçulmana.
Corresponde à forma *atanor/tub*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 176).

ALCATRUZ

Peça com corpo de forma subcilíndrica e fundo cónico. Certas particularidades e as dimensões são variáveis em função da forma e da cronologia. Eram utilizados em conjunto, formando as cadeias de nora, para retirar água de poços ou de cisternas.
Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.
Corresponde à forma denominada *arcaduz/caduf*, *cadufol* ou *catufol*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 174), sendo o seu nome árabe *qâdûs*. É referido por Margarida Ribeiro (1987, p. 492) com a designação de alcatruz.

FORMA DE AÇÚCAR

Recipiente com forma subcónica, com orifício circular no ápice, de dimensões variáveis. Era utilizado como molde na fabricação do açúcar, durante a denominada purga.
Trata-se de peça cuja introdução e divulgação na Península Ibérica, pelos Muçulmanos, se terá realizado a partir do século X.
Corresponde à forma *molde de azucar* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 173).

BOCAL DE POÇO

Elemento arquitectónico com forma cilíndrica ou prismática, de dimensões variáveis.
Seria utilizado como protecção da boca de poços ou de cisternas, permitindo o acesso à água. O poço ou cisterna fazia parte do equipamento de muitas das casas islâmicas de Silves e instalava-se no pátio interior daquelas.
Trata-se de peça que, dada a sua funcionalidade, parece ter tido grande pervivência, embora com variantes formais e decorativas, durante toda a permanência muçulmana.
É utilizada designação semelhante por Rosselló-Bordoy (1991, p. 175) *(brocal de pozo)*.

PESO DE REDE

Artefacto com forma ovóide ou subcilíndrica, com perfuração longitudinal, em geral de pequenas dimensões.

1.3.3.1.2. Pastas, tratamento das superfícies e decorações

Nas descrições das cerâmicas considerámos como pasta a massa argilosa utilizada no seu fabrico. Aquela pode apresentar composições variáveis, permitindo-nos classificá-la em função dos seus elementos constituintes, do grau de homogeneidade que apresentam e de compactação.

Os constituintes não plásticos das pastas foram utilizados como desengordurantes, dando maior consistência à componente argilosa e evitando que as cerâmicas fracturassem ao fogo. Assim, as pastas foram consideradas muito homogéneas e compactas, quando os elementos não plásticos oferecem grão finíssimo ou muito fino, formando grande unidade com os argilosos, e sendo normalmente impossível observá-los à vista desarmada. Elas são, em geral, ainda muito homogéneas e compactas quando os elementos não plásticos apresentam dimensões inferiores a 0,5 mm. Pastas homogéneas e compactas evidenciam elementos não plásticos de grão médio, medindo entre 0,5 mm e 1,0 mm, mal calibrados e cuja distribuição mostra, em geral, variações. Pastas contendo elementos não plásticos com grão grosseiro, de dimensões superiores às anteriormente referidas, podendo atingir os 4,0 mm, são, quase sempre, pouco homogéneas e não muito compactas, dado que o grande tamanho do desengordurante não permite tão boa união aos elementos argilosos, fragili-

zando a cozedura. Trata-se de pastas normalmente mal depuradas, aliás pouco comuns nos contextos islâmicos de Silves.

Os elementos não plásticos detectados macroscopicamente, incorporados nas paredes dos fragmentos observados, são a mica, negra (biotite) ou branca (moscovite), o quartzo, o calcário, o feldspato, o arenito vermelho e pequeníssimos nódulos de barro cozido, correspondendo a fragmentos de cerâmica esmagados.

Verificámos, no entanto, que as cerâmicas podem apresentar alterações, em relação às cores dos núcleos e das superfícies das paredes, devido ao tratamento destas e, em particular, ao ambiente de cozedura existente no interior do forno, assim como ao ambiente de arrefecimento.

No caso de o ambiente de cozedura ser oxidante, as cerâmicas apresentam tanto o núcleo como as superfícies das paredes de cores avermelhadas. Por vezes oferecem outras colorações, quando as superfícies receberam tratamento distinto, designadamente engobes ou vidrados.

Em ambiente de cozedura com pouco oxigénio, ou redutor, tanto o núcleo como as superfícies das paredes mostram cores escuras, em tons de castanho ou negro.

Algumas das cerâmicas cozidas em ambiente redutor sofreram arrefecimento em ambiente oxidante, pelo que o núcleo das paredes conserva cor escura, enquanto as superfícies se tornaram de cor castanha avermelhada ou mesmo vermelhas. Também é possível dar-se o inverso e, então, o núcleo das paredes é avermelhado enquanto as superfícies oferecem cores escuras.

As cerâmicas foram agrupadas em função das cores do núcleo ou das superfícies e, ainda, do tratamento dado àquelas. Considerámos, de igual modo, técnicas decorativas, particulares, conduzindo ao tratamento separado das peças correspondentes, como o vidrado, o esmaltado, a decoração policroma, a corda seca, a corda seca parcial, o reflexo metálico, a pintura com azul de cobalto, a técnica do bago de arroz e o esgrafitado sobre engobe negro.

A uma ou a ambas superfícies das peças pode ter sido aplicada, antes da cozedura, um dos tratamentos a seguir enumerados, de modo a impermeabilizar ou a tornar mais homogéneas as superfícies dos recipientes:

AGUADA
Quando é aplicada cobertura, com corante muito diluído, de cor geralmente diferente da pasta.

ENGOBE OU ENGOBO
Corresponde a banho semelhante ao anterior, embora bem mais espesso e cobrindo total ou parcialmente a peça, podendo ser utilizado um óxido, como colorante.

VIDRADO
Quando a peça é coberta, parcial ou totalmente, por camada de óxidos alcalinos de chumbo, que vitrificam ao fogo, assemelhando-se a verniz transparente e podendo-se observar a pasta. É utilizado para impermeabilizar o interior de certas peças, já que quando aplicado no exterior tem sobretudo função decorativa. Este tratamento é acentuado com o emprego de óxidos capazes de conferirem tonalidades. Com o óxido de ferro produziram-se os castanhos e os ocres, com o óxido de manganês os tons de castanho escuro roxo e negro, com óxido de cobalto obtiveram-se os azuis ou os negros, e com o óxido de antimónio os amarelos.

ESMALTE

Corresponde a cobertura vítrea opaca, branca ou colorida, de óxido alcalino de estanho, aplicada sobre peças previamente engobadas. Com a utilização dos óxidos acima referidos obtiveram-se coloridos.

As técnicas decorativas mais recorrentes foram realizadas através de incisões, impressões de matrizes ou estampilhagem, da ornamentação brunida ou esgrafitada, ambas sobre engobe, e, ainda, usando pinturas, com óxidos de cores contrastantes em relação às superfícies.
As formas das cerâmicas não correspondem, somente, a critérios de ordem funcional. Elas possuem, também, características estéticas, mais evidentes em certos tipos de loiça, como a loiça de mesa, mas, de igual modo, em peças de uso comum, nomeadamente de cozinha ou armazenamento, decoradas através de diferentes tipos de ornamentação. Soluções mais simples ou mais complexas valorizaram certos volumes das peças, através das seguintes técnicas:

CANELURA

É um dos processos decorativos mais comuns, em que o oleiro deixa impressos na superfície exterior das peças os dedos aquando da sua formação ou, apenas, tendo em vista decorar certas zonas. Pode ter-se utilizado, de igual modo, uma espátula, permitindo ritmo mais certo para conseguir aquele mesmo efeito.
Algumas vasilhas apresentam somente uma canelura, demarcando o bordo ou na separação entre o colo e o corpo. Outras mostram a totalidade do gargalo e até do corpo preenchidos por caneluras. As caneluras verticais aparecem, normalmente, na decoração das asas. Esta decoração realiza-se com a pasta ainda mole, aquando da montagem dos recipientes ao torno ou depois de desenformadas, como acontecia com as telhas.

INCISÃO

Trata-se de decoração efectuada com espátula fina ou ponta aguçada, podendo oferecer aspecto linear ou ondulado e, mais raramente, pequenas perfurações. Este tipo de ornamentação surge isolado ou por vezes associando diferentes linhas, paralelas, horizontais ou onduladas, que demarcam bordos, o arranque de gargalos ou a ligação entre o colo e o corpo das peças.
As linhas incisas podem ser mais ou menos largas e profundas mostrando secções em V, U ou em ⊔. Realizaram-se antes da peça ser cozida, normalmente após a montagem ao torno.

ESTAMPILHAGEM

Técnica que utiliza a impressão de matrizes, previamente gravadas, com motivos distintos em relevo. As matrizes, ou selos, podem ser planas, de madeira, cerâmica ou metal, como cilíndricas, sendo, neste caso, roladas sobre as superfícies a decorar. Aplicam-se com a pasta mole, podendo usar-se matrizes com diversas formas, dimensões e motivos decorativos, em uma mesma peça, como acontece nas de maiores dimensões (talhas). Por vezes associam-se à decoração impressa motivos incisos, caneluras e até decorações plásticas.
As impressões de matrizes encontradas em Silves mostram motivos antropomórficos, zoomórficos, ambos raros, vegetalistas, geométricos, arquitectónicos, epigráficos ou pseudoepigráficos.

DECORAÇÃO PLÁSTICA

É constituída pela aplicação de elementos modelados, manualmente ou moldados em formas, quando o barro se encontra ainda fresco.
Podem ter carácter zoomórfico (raros), como fitomórfico, geométrico ou arquitectónico.

BRUNIDO

Obtém-se passando pelas superfícies da peça, antes de ser cozida, um seixo de rio, espátula de madeira ou de osso, tornando-as mais lisas. Essas zonas ficam polidas e brilhantes, após a cozedura. Com o mesmo processo podem realizar-se desenhos variados.

PINTURA

Utiliza óxidos, dissolvidos em água, que permitem a obtenção das cores branca, azul, roxa, castanha, negra, verde, amarela, cor-de-laranja ou vermelha, com variantes de tom. Os motivos representados são executados a pincel, com bateria de pincéis ou digitados. Na cor branca foi utilizada, na grande maioria das vezes, caulino.

ESGRAFITO

Técnica que recorre à abertura, com estilete metálico ou outra ponta aguçada, de motivos decorativos sobre zonas ou figuras pintadas ou engobados. Conhecem-se esgrafitos sobre reflexo metálico e sobre engobe negro, de óxido de manganês. Pode ser realizado antes da peça ser cozida ou ulteriormente.

MANCHAS OU PINGOS DE VIDRADO

Observam-se sobre superfícies claras, por vezes formando linhas ou revestindo parcialmente os recipientes.

CORDA SECA TOTAL

Técnica que se traduz na pintura de peças primeiramente cozidas (chacotadas), com esmaltes de cores diferentes, separados por matéria gordurosa ou óxido de manganês, muitas vezes sobre incisões prévias que contornam os motivos decorativos. Uma segunda cozedura fixa o óxido de manganês e os esmaltes.

CORDA SECA PARCIAL

Técnica que decora peças já cozidas, com vidrado ou esmaltes, de uma ou duas cores, contornados com óxido de manganês, deixando extensas áreas em reserva. Uma segunda cozedura fixa os vidrados, esmaltes e o óxido de manganês.

ESMALTE

Processo já antes referido, permitindo produzir cobertura vítrea colorida.

REFLEXO METÁLICO

Técnica que permite a obtenção de peças com motivos pintados em tons metálicos, geralmente dourados. Estes devem-se à aplicação de uma mistura de cinábrio, sulfato de cobre, óxido de ferro, enxofre e prata, usualmente substituída por cobre, sobre peças esmaltadas de cor branca. Estas são novamente levadas ao forno, a fim de cozer as decorações douradas, em ambiente redutor e a baixa temperatura.

BAGO DE ARROZ
Técnica que utiliza espessas camadas de esmalte colorido, em geral nas cores branca ou azul, que obturam elementos trepanados, de modo a mostrarem, à luz, transparência.

1.3.3.1.3. Tipos, ou classes de cerâmicas
A partir dos atributos enunciados definiram-se os seguintes tipos ou classes de cerâmicas:

1. Cerâmicas fabricadas com pastas claras ou vermelhas, com as superfícies esmaltadas de cor branca.
2. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, superfícies esmaltadas de cor branca e decoração pintada de cor azul de cobalto. Integrámos nesta classe um fragmento decorado com a técnica de "bago de arroz".
3. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração de reflexo metálico.
4. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração nas cores verde e castanha, de manganês (policromas).
5. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e superfície(s) esmaltada(s) de cor verde. Algumas superfícies mostram variações de tom, assim como a associação às cores branca ou amarela.
6. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e superfícies esmaltadas de cor castanha. Estas podem apresentar diferenças cromáticas entre as superfícies, da cor castanha clara amarelada à castanha escura.
7. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, mostrando as superfícies decoração de corda seca.
8. Cerâmicas fabricadas com pastas claras ou vermelhas, tendo uma ou ambas superfícies vidradas.
9. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração de corda seca parcial.
10. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração constituída por manchas de vidrado.
11. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração constituída por engobe de cor negra e esgrafitos.
12. Cerâmicas fabricadas com pastas e superfícies de cores claras (branca, bege, rosada ou cinzenta clara).
13. Cerâmicas fabricadas com pastas e superfícies de cor vermelha, observando-se variantes nas cores laranja, castanha ou cinzenta escura.

1.4. Ecofactos

Os restos de macrofaunas recuperados, mamalógica, ictiológica, malacológica, etc..., foram tratados do mesmo modo que os artefactos, tendo sido lavados, colados e marcados, antes de serem entregues para análise.

Os estudos de microfauna e, em particular, de restos florísticos, efectuaram-se a partir da recolha de amostragens de terras, tendo sido o trabalho de crivagem e lavagem realizado, com material apropriado, em laboratório.

Como nas intervenções agora apresentadas nenhuma delas corresponde a típica zona de lixeira, pensamos que as amostras que dispomos são certamente parcelares, dado terem sido recolhidas em espaços periodicamente limpos. São excepção alguns silos, onde eventualmente se acumularam detritos.

Comparámos as informações obtidas para os restos de faunas e de floras de Silves com outras, entretanto disponíveis para níveis muçulmanos ou, mesmo, ulteriores, como as proporcionadas pela área urbana da mesma cidade e, ainda, de outros arqueossítios medievais do Sul de Portugal.

A recuperação de restos florísticos e faunísticos torna-se fundamental na reconstituição do ambiente natural, assim como para abordarmos aspectos relacionados com as dietas alimentares, a economia ou, até, com a ideologia.

O primeiro estudo sobre um conjunto diversificado de faunas, muçulmanas, realizado em Portugal, deve-se ao Professor Doutor Miguel Telles Antunes, que analisou amostras obtidas em diferentes níveis, atribuídos aos séculos VIII-X, do Castelo de Silves (Antunes, 1991).

Neste momento encontra-se em curso projecto de investigação arqueobotânico e paleoecológico, sobre os arqueossítios agora estudados, da responsabilidade do Doutor José Mateus, do Laboratório de Paleocologia, do Laboratório Jardim Botânico de Lisboa, e da autora.

1.5. Datações absolutas

Publicámos, em 1988, a primeira datação absoluta, pelo método do radiocarbono com correcção dendrocronológica, para níveis medievais portugueses. Aquela processada em Lyon, haveria de confirmar a cronologia atribuída à base da sequência estratigráfica por nós identificada na alcáçova de Silves (Gomes, 1988, p. 100). Ulteriormente, obtivemos novos resultados, no Laboratório de Sacavém (I.T.N.) que corroborou a datação inicial, quase coincidindo com aquela, apesar não só de se tratar de diferentes instituições, como de nova amostra, recolhida cinco anos depois da primeira.

Promovemos a utilização deste método, hoje imprescindível à reconstrução histórica, a partir de amostras de carvão vegetal, de fauna malacológica e, também, de restos osteológicos humanos. Assim, obtiveram-se cerca de três dezenas de datações absolutas, pelo radiocarbono, para contextos medievais de Silves, a grande maioria dos quais islâmicos e cujo valor será discutido aquando do estudo dos sítios a que correspondem.

Uma das amostras, obtida a partir de fragmento de osso de esqueleto encontrado insepulto no Castelo de Silves (E1), de indivíduo morto durante a sua primeira conquista, foi efectuada no "Research Laboratory for Archaeology and the History of Art", da Universidade de Oxford, através de acelerador de partículas, devido à escassa quantidade de colagénio da mesma.Importa ainda referir que as datações obtidas cobrem vasta diacronia, desde o século VIII ao século XIII.

QUADRO 1

Datações absolutas, pelo método do radiocarbono (14C) para contextos medievais de Silves (* Data calibrada e corrigida para o efeito de reservatório oceânico).

Sítio	Nível	Fase	Material	Lab.	Idade B.P.	Calib. 2σ (cal. d.C.)	Bibliografia
Castelo	C8	Omíada	carvão	Ly-4167	1240 ± 90	670-890	Gomes, 1988
	C8	Omíada	carvão	ICEN-569	1250 ± 35	672-881	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-571	880 ± 60	1020-1270	inédita
	C 5	Califal	carvão	ICEN-877	1060 ± 35	893-1022	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-672	1160 ± 35	779-971	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-1185	900 ± 45	1025-1251	inédita
	C 4	Taifa	carvão	ICEN-1184	960 ± 70	972-1230	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-875	1190 ± 35	926-941	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-876	1070 ± 35	891-1019	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1183	910 ± 50	1019-1251	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1186	870 ± 45	1036-1278	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1187	960 ± 40	1010-1181	inédita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1189	850 ± 40	1050-1087; 1120-1140; 1155-1280	inédita
	C 3/E1	Almoada	osso *(Homo Sapiens)*	OxA-5634	940 ± 45	1013-1219	inédita
	C 2	Almoada-3ªT.	carvão	ICEN-87	1040 ± 35	899-908; 949-1028	inédita
Arrochela	Silo. 4/C2	Taifa	*Tapes* sp.	Sac-1442	1480 ± 40	869-1023*	inédita
	Silo. 4/C2	Taifa	carvão	Sac-1443	1060 ± 40	892-1029	inédita
Poço-cisterna (SILV.1)	Silo/C2	Omíada	carvão	ICEN-849	1250 ± 50	660-890	Gomes e Gomes, 1995
	Silo	Califal	carvão	ICEN-850	1080 ± 40	885-1019	Gomes e Gomes, 1995
Pátio-anexo ao poço-cisterna	C 4	Omíada	*Cerastoderma ed.*	ICEN-225	188 ± 70	640-920	Gomes e Gomes, 1995
(SILV.3)	C 4	Omíada	carvão	ICEN-202	1140 ± 45	780-993	Gomes e Gomes, 1995
	C 4	Omíada	carvão	ICEN-859	1920 ± 40	804-1002	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	*Ruditapes dec.*	ICEN-550	1620 ± 40	660-890	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	carvão	ICEN-551	1280 ± 40	659-820; 839-855	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	carvão	ICEN-860	870 ± 40	1034-1253	Gomes e Gomes, 1995
Salão paroquial	C 3	Cristã	osso *(Homo Sapiens)*	ICEN-1163	820 ± 60	1046-1099; 1144-1145; 1153-1293	inédita
Moinho do Rodete	mó	Cristã	madeira	ICEN-1027	680±50	1261-1335; 1336-1406	inédita
Carvoeiro	corda	Almoada--Nazari	corda	ICEN-321	760±50	1177-1307; 1361-1378	Alves et al., 1994

Capítulo 2

"A terra de um povo já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado, pelas gerações, onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda, de dois elementos: território e civilização"

RIBEIRO, LAUTENSACH E DAVEAU, 1991, p. 25

Território e cultura

2.1. Enquadramento geográfico

> *"O Algarve é uma estreita faixa de terreno que se estende de este para oeste sobre um comprimento de 155Km e uma largura máxima de 23Km. A sua originalidade vem da sua composição petrográfica (solos a maior parte das vezes calcários, favoráveis pelo desenvolvimento de árvores) da sua proximidade meridional, da sua exposição ao sul, da proximidade do mar, do clima, e da vegetação que ali resulta".* (FEIO, 1949, p. 107)

A instalação de comunidades humanas e o seu ulterior desenvolvimento, dando origem a cidade histórica como Silves, deve-se, sobretudo, à implantação numa região rica em recursos naturais, capazes de proporcionarem abundância e bem estar. A área de influência económica, administrativa e cultural de Silves, durante grande parte da Idade Média,



FIG. 20 – Mapa do Barlavento algarvio.

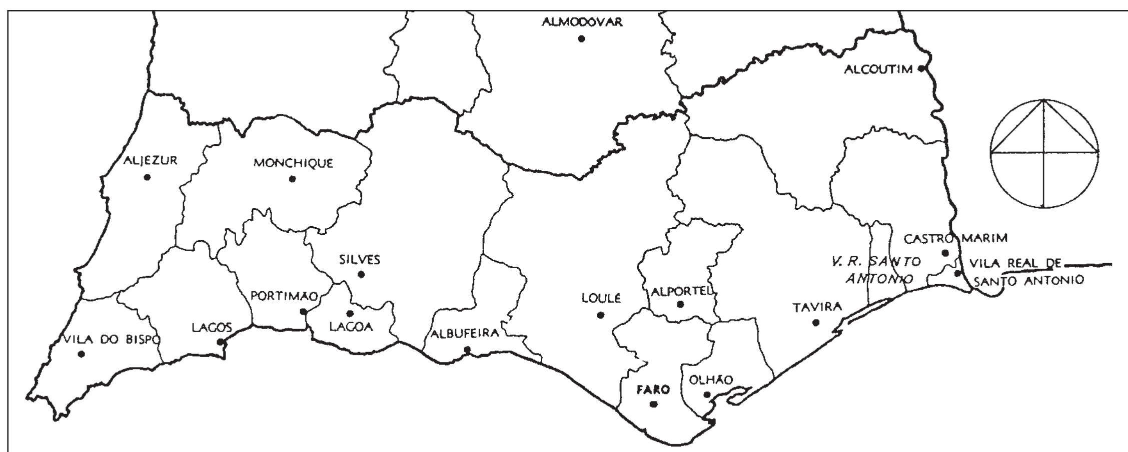


FIG. 21 – Carta da actual divisão administrativa do Algarve.

abrangia todo o Barlavento Algarvio, incluindo território bem diversificado, em relação ao relevo, natureza e constituição dos solos, variações climáticas, de fauna e de flora, ou à navegabilidade dos seus rios; aspectos importantes que, também hoje, condicionam a distribuição das populações.

O actual concelho de Silves é, ainda, o terceiro maior do Algarve em termos de área, tendo recebido foral de D. Afonso III, em 1266, nunca perdendo a sua sede a categoria de cidade (Figs. 20, 21).

2.1.1. Geologia e orografia

O pequeno cerro onde se ergue Silves encontra-se protegido, a norte, por imponente cordilheira, orientada sensivelmente na direcção nascente-poente, que integra a denominada Serra Algarvia, mais precisamente entre os contrafortes das serras do Caldeirão e de Monchique. Aquele acidente natural é, em geral, considerado como a "fronteira" entre o Algarve e as monótonas pene-planícies do Baixo-Alentejo (Fig. 22).

O conjunto montanhoso que forma a Serra inicia-se a Ocidente, a norte do Cabo de S. Vicente, com a Serra do Espinhaço de Cão, de pequena altitude e orientada nordeste-sudoeste, prolongando-se pela de Monchique (*Munt Sàquir* – a montanha sagrada para os muçulmanos), a mais elevada, seguindo-se a do Caldeirão que se estende até ao rio Guadiana (Roldán Castro, 1993, p. 109). São relevos, ainda, pertencentes ao Maciço Antigo, constituídos na Era Primária ou Paleozóica, formados por xistos e grauvaques, com afloramentos eruptivos de rochas graníticas (sienito e foiaíto) na Serra de Monchique (Girão, 1960, p. 48, 56). Aquelas primeiras rochas, com maior extensão, originaram solos pouco férteis, devido à sua menor permeabilidade e à maior acidez. Contudo, o mesmo não aconteceu na zona de Monchique, onde a desagregação das rochas eruptivas proporcionou a existência de terrenos férteis.

A Serra é uma zona inóspita, com relevo acentuado e estreitos vales que comunicam entre si através de pequenos carreiros abertos nas encostas. Existe, no entanto, um ou outro vale mais largo, como o que, na Serra de Monchique, separa a Fóia da Picota ou aquele por onde corre o Alto Arade.

Entre a Serra e o Litoral, desenvolve-se o Barrocal, composto por rochas calcárias (margas e arenitos ou grés), do Jurássico e Cretácico, formadas, mais recentemente, na Era

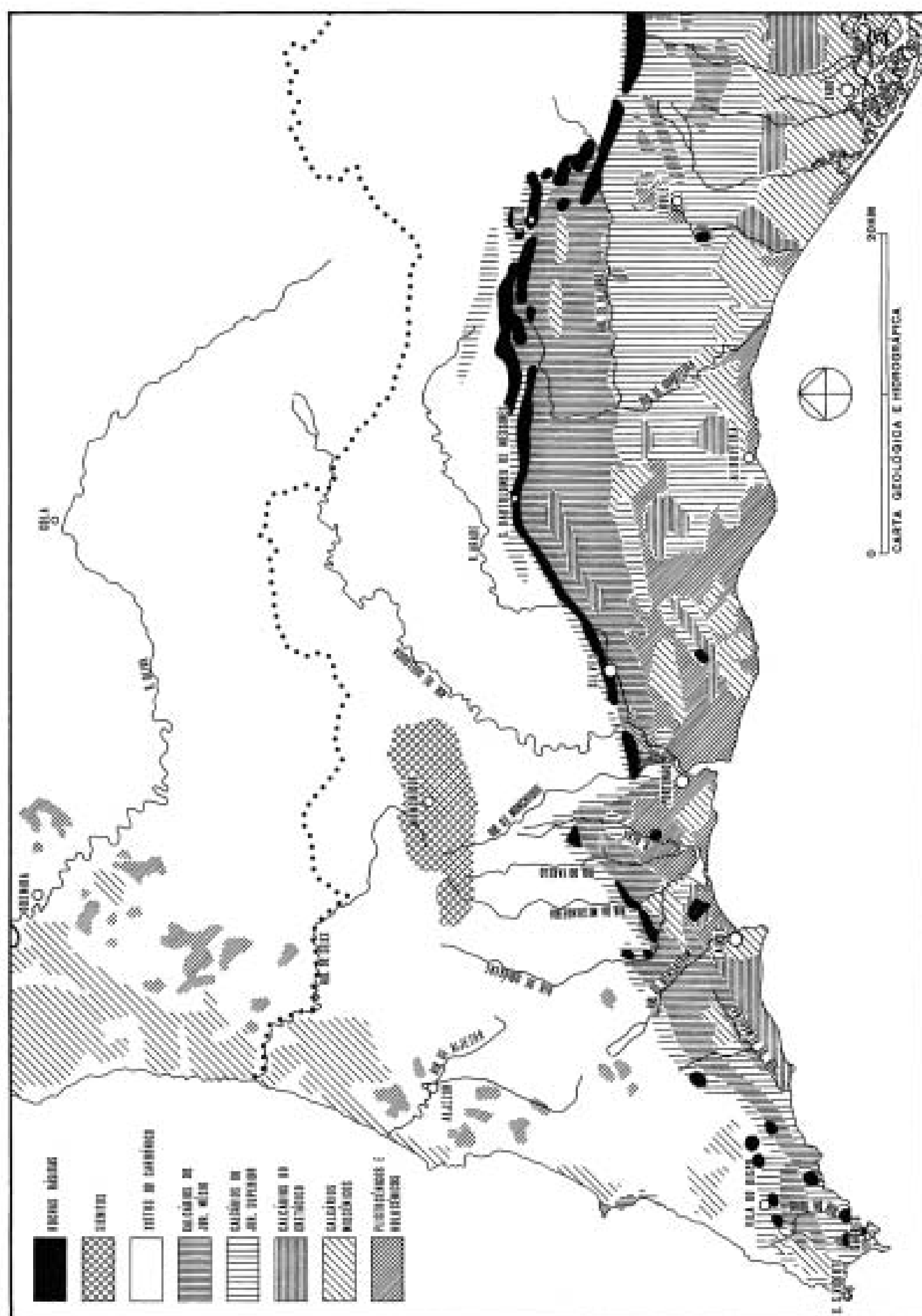


FIG. 22 – Carta geológica e hidrográfica do Barlavento algarvio.

Secundária ou Mesozóica, por sedimentos continentais e marinhos (Cavaco, 1976, p. 18; Feio, 1949, p. 48; Girão, 1960, p. 48, 56).

Ali os solos são relativamente férteis, devido à dissolução dos calcários, dando origem à denominada *terra rossa* que, aliada à existência de cursos de água, tem permitido o incremento da agricultura e nomeadamente da fruticultura (Gaspar, 1993, p. 176; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991a, p. 992). Também a faixa de arenitos, do Triásico, dá lugar a terrenos férteis, aproveitados desde cedo na agricultura, aí se detectando forte implantação humana, desde o Período Romano à Idade Média.

O Barrocal inicia-se na Meia-Serra, em terrenos ainda de encosta, protegido pela cordilheira referida, dos ventos de norte, com relevo menos acentuado, que intercala com vales largos e abertos, como na zona de S. Bartolomeu de Messines, perdendo, gradualmente, a altitude como *"um anfiteatro que olha o mar"* (Feio, 1949, p. 30).

A faixa litoral é constituída por depósitos, a maior parte de origem marinha, formados na Era Terciária ou Cenozóica, e, perto do mar, por areias pliocénicas e plistocénicas do Terciário e Quaternário (Cavaco, 1976, p. 18; Feio, 1949, p. 48; Girão, 1960, p. 48, 56). Os areais e as formações existentes junto à costa, são, normalmente, improdutivos, embora as terras de matriz arenosa que os antecedem proporcionem solos relativamente férteis, muito utilizados na cultura da vinha.

A linha de costa apresenta-se recortada por pequenas enseadas, largas baías como a de Lagos, reentrâncias e grandes cabos. Estes, talhados nas rochas calcárias, mostram plataformas, relativamente baixas, como a Ponta da Piedade e, de igual modo, altas arribas, como a de Sagres - S. Vicente. Existem, ainda, zonas baixas de praias e planícies, algumas abertas pelas redes hidrográficas, onde se desenvolvem áreas lagunares e estuários.

2.1.1.1. Hidrografia

A navegabilidade de certos rios tornou-os em importantes vias de comunicação entre a costa e o interior algarvio. O Arade, que passa junto a Silves indo desaguar a Portimão, é um bom exemplo do que referimos, pois foi, desde a Antiguidade e, pelo menos, até ao século XVI, uma das principais vias de acesso à cidade. No início da passada centúria por ele subiam barcaças, de fundo plano, ali carregando cortiça e frutos secos, que transportavam para o Litoral.

O rio de Aljezur terá sido, igualmente, navegável até àquela povoação, tendo existido importantes troços transitáveis nas ribeiras de Almádena, Bensafrim e Alvor (Bonnet, Mesquita e Viegas, 1990, p. 106).

Muitos dos cursos de água existentes nesta região secam durante os meses de maior calor e, de Inverno, com as chuvas, enchem e transbordam, adquirindo fortes torrentes que causam, por vezes, cheias, assemelhando-se, por isso, aos *yadi* norte-africanos. Este facto pode estar relacionado com a pouca permeabilidade dos solos na região da Serra, cujas águas escorrem para o Barrocal e alimentam várias linhas de água e fontes que, por sua vez, abastecem ribeiras e rios, como a fonte de Querença que fornece água à ribeira de Benémola, ou a do Gramacho, próxima de Silves e cujas águas são lançadas no Arade.

A rede de ribeiras é bastante numerosa e algumas, tal como certos rios, têm o nome das povoações por onde passam, como a da Carrapateira, Bensafrim ou Odiáxere.

Os mananciais predominam, principalmente na região de Monchique, onde o contacto entre as rochas eruptivas e metamórficas conduziu à existência de nascentes de água quente, com particularidades minero-medicinais, sendo a principal a da Fóia, que abastece as termas situadas nas denominadas Caldas.

No Litoral, junto à foz dos rios, instalaram-se, pelo menos desde a Proto-História, comunidades dedicadas à pesca, à produção de sal e ao comércio, tendo-se transformado muitas delas, durante a Romanização e a Idade Média, em populosos núcleos habitacionais, como aconteceu com Lagos, Alvor e Portimão.

A importância económica dos rios, como via para transporte de mercadorias, ficou bem expressa nas Cortes de Viseu, de 1391, ao referir-se a acção dos mercadores *"d'hum porto para outro per dentro dos rios pera carregarem os navios que teem nos ditos portos."* (Iria, 1982, p. 57).

2.1.1.2. Clima

No Barlavento Algarvio observam-se, genericamente, temperaturas amenas, com invernos pouco rigorosos e verões quentes, não raro prolongados. As precipitações são baixas, em especial no Litoral e, em toda a região, nos meses de Julho e Agosto.

Os níveis de humidade são pouco acentuados, sendo maiores no Litoral. A nebulosidade circunscreve-se, em particular, a Monchique e aos cabos de Sagres e S. Vicente. As trovoadas, embora esporádicas, predominam nas zonas mais elevadas.

As condições climatéricas favoráveis, que referimos, podem estar relacionadas com a existência da Serra, a norte, que protege a região das influências continentais, tanto em relação aos ventos frios de Inverno, como às elevadas temperaturas de Verão e, também, devido à proximidade do mar que concorre para a estabilidade atmosférica.

Segundo Amorim Girão (1960, p. 53): *"Toda a região litoral algarvia tem, entretanto, a particularidade da sua exposição ao sul, cuja influência sobre o ambiente é bem manifesta: as condições climáticas juntam-se deste modo às condições geológicas para singularmente individualizar esta pequena região no conjunto do território português"* .

Ao percorrermos o Barlavento notam-se, no entanto, diferenças nas suas próprias sub-regiões. Assim, o Litoral Sul distingue-se do Sudoeste devido, possivelmente, à proximidade do oceano Atlântico. Naquela última sub-região as temperaturas são mais baixas nos meses de Verão, sofrendo vento intenso, sendo no Inverno uma zona muito amena.

Monchique, na Serra, apresenta o mais elevado índice de precipitação do Algarve, com humidade quase permanente e, nos meses mais frios, por vezes com quedas de granizo ou, mais raramente, de neve (Cavaco, 1976, p. 18; Gascon, 1993, p. 139).

Silves embora se localize numa região protegida, no Barrocal, apresenta grandes amplitudes térmicas durante todo o ano. A temperatura diferencia-se, por isso, da que se verifica no Litoral e assim, presentemente, quem ouve os boletins meteorológicos acrescenta, ou diminui, três ou quatro graus à temperatura indicada para Faro.

O Barlavento, apesar das pequenas variantes assinaladas, oferece clima de características mediterrânicas, que se terá reflectido tanto no seu coberto vegetal como na fauna endémica.

2.1.2. Capacidade de uso agrícola do solo

A paisagem, no que respeita ao coberto vegetal e à capacidade de uso agrícola do solo, tem sido, progressivamente, degradada pela antropização. Esta faz-se actualmente sentir com grande impacto, acentuando decadência iniciada ainda em data recente, aquando das grandes campanhas do trigo, dos anos trinta e quarenta do passado século, contribuindo para o empobrecimento quase irremediável dos solos, já de si pouco permeáveis, não permitindo a sua regeneração e ulterior reflorestação. Tais factores são mais do que suficientes para pensarmos que a informação oferecida, pelos solos actuais, apesar de pertinente, é, de certo modo, relativa em relação ao passado.

Ao analisarmos as *Cartas de Capacidade de Uso do Solo* do Barlavento Algarvio, datadas de 1959, verifica-se que os terrenos indicados como possuindo boas aptidões agrícolas, sobretudo para a cultura de cereais, não são numerosos e situam-se, preferencialmente, nos planaltos que envolvem, entre outros, os núcleos urbanos de S. Bartolomeu de Messines, Silves, Monchique, Lagos e Aljezur (Fig. 23).

Ali se reconhece importante veiga fértil, orientada nordeste-sudoeste, que se desenvolve entre Silves e S. Bartolomeu de Messines, onde predominam, em particular junto ao rio Arade, terrenos classificados como sendo de classe A. São solos maioritariamente calcários, constituídos por rochas detríticas, argiláceas e calcárias mas, também, com zonas de barros castanhos avermelhados, não calcários, formados por arenitos, basaltos ou doleritos e outras rochas eruptivas básicas, assim como por aluviossolos antigos e outros modernos, mas de textura pesada. Estes são os terrenos mais férteis, onde a par das árvores de fruto se cultivariam os legumes e, dada a proximidade do rio, seriam, por isso, áreas, preferencialmente, de regadio. Esta zona foi referida no *"Livro do Almoxarifado de Silves"*, datado de meados do século XV, como contendo hortas com árvores, hortaliças e onde se semearia o trigo e, em alguns casos, cevada (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 36-39).

A sul da cidade e intercalando com outra região muito fértil que existe junto a Lagoa, predominam os terrenos considerados das classes B e C. Situam-se numa faixa onde, no século XV e segundo ainda a obra antes citada, existiria a povoação de *"Loubite"*, cujos terrenos eram trabalhados, maioritariamente, por mouros que então ali exploravam vinhedos e figueirais. O mesmo tipo de terrenos prolongava-se até próximo de Estombar, por certo importante centro agrícola medieval, conforme deixa pressupor a existência da povoação fortificada e das muitas azenhas ali reconhecidas (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 45-52).

Na região envolvente de Estombar os solos são mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de*"rañas"*, em certos casos mal drenados, a par de aluviossolos modernos de calcários, que alternam com afloramentos rochosos de calcários ou dolomitos. Segundo descrição do século XVI, *"É fértil o lugar de pão, azeite, de infinito figo, vinho, ameixeiras, amandoais, com suas hortas..."* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 157).

Os terrenos da classe B, menos numerosos, prevalecem em torno de importante vila romana pertencente ao actual concelho de Silves — a Vila Fria —, perto da qual se localizaram restos de alcarias medievais.

Outra região muito fértil situava-se junto de antiga lagoa, que deu origem ao topónimo da actual sede concelhia. Aquela terá sido drenada, conforme indicação de texto dos finais do século XVI: *" três quartos de légua do lugar d'Estômbar, para levante, está o lugar d'Alagoa, ao longo de duas alagoas,... no cimo delas está um cano feito de pedra e cal de muito custo ... este como se fez por causa das águas que vinham dar em ua lagoa, que se aproveitou para se desviarem por este cano as águas para outra parte..."* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 45, 157).

Como nos finais do século XVI, nada se sabe sobre a data de construção daquela grande obra, presume-se que terá sido efectuada anteriormente, talvez nos finais da I Dinastia ou, quiçá, durante o Período Muçulmano. A drenagem fazia-se através de longa vala, apenas parcialmente coberta, ainda existente e que percorre cerca de sete quilómetros até confluir na ribeira de Alcantarilha.

Os solos desta zona são, também, do tipo mediterrâneo, vermelhos, de *"rañas"*, constituídos por aluviossolos antigos e modernos, de textura pesada e origem calcária. Segundo o texto anteriormente referido, o lugar de Lagoa era *"fertilíssimo de pão"*, possuindo *"muitas figueiras, olivais e outras árvores"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 45, 157).

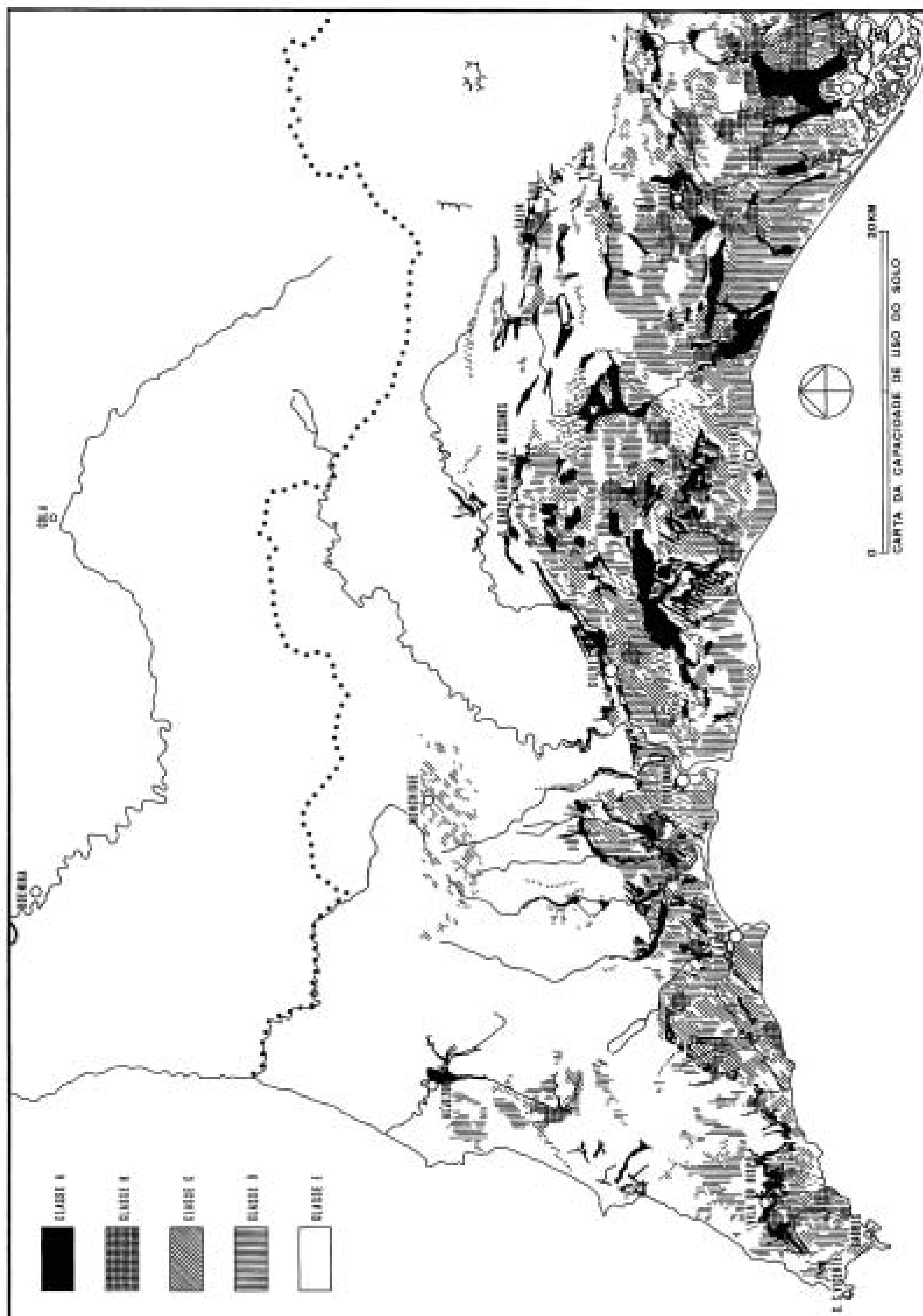


FIG. 23 – Carta da capacidade de uso agrícola do solo do Barlavento algarvio.

Os terrenos da classe A, que existem no Barrocal até Paderne e Alte, intercalam com outros, de igual modo numerosos, da classe B, que se prolongam, em certos casos, até ao Litoral, como em Albufeira e entre Armação de Pêra e Lagoa.

Os solos da classe B são formados, junto à costa, por aluviossolos antigos de textura mediana e aluviossolos modernos, em menor número, predominando, de facto, os solos de calcários vermelhos.

Existem faixas de terras da classe C constituídas, maioritariamente, por solos litólicos, não húmicos, de arenitos.

Junto à costa, antecedendo os afloramentos rochosos de calcários ou dolomitos, os solos são da classe E, tal como a norte de Silves, na zona correspondente à Serra, onde litossolos de xistos ou grauvaques originaram solos esqueléticos que, em alguns casos, embora pobres permitem a existência de certas árvores de grande porte e o pastoreio de ovino-caprinos. Apresentam, no entanto, superfícies escassas com terrenos da classe C, junto a pequenos cursos de água, facilmente inundáveis, que podem ser agricultados. Estes terrenos são mais numerosos a ocidente, junto a Monchique, com solos litólicos húmicos de sienitos e não húmicos, com alguns, poucos, afloramentos rochosos de sienitos. Nesta região da Serra existem terrenos da classe B, apenas junto a Monchique e Marmelete.

Somente mais para Ocidente voltamos a encontrar terrenos da classe A, em particular, junto das ribeiras de Aljezur, Bordeira e Carrapateira, constituídos por solos calcários de textura mediana, assim como na zona da Vila do Bispo e Raposeira, onde pervivem os terrenos calcários vermelhos, de rochas detríticas argiláceas e calcárias, a par de aluviossolos antigos, alguns com textura mediana, formados por barros castanhos avermelhados, de calcários, arenitos, basaltos ou doleritos. Estes solos são rodeados por terrenos da classe B, formados por calcários vermelhos, de rochas detríticas, argiláceas e calcárias, mas de face delgada, que se estendem até próximo do Cabo de S. Vicente, alternando, por vezes, com outros da classe C, constituídos por solos mediterrâneos, de xistos e grauvaques, prolongando-se até Sagres.

Constactamos, pois, que os terrenos mais férteis do Barlavento Algarvio localizam-se, preferencialmente, na região do Barrocal, numa faixa compreendida, sensivelmente, entre Paderne, S. Bartolomeu de Messines, Silves, Lagoa, Bensafrim e Vila do Bispo.

Os terrenos da classe A, situados entre Albufeira e o Cabo de S. Vicente somam, apenas, 8400 hectares. Naquele mesmo território, coincidindo com o que se entende, em geral, por Barlavento, os terrenos da classe B totalizam 4200 hectares e os da classe C, 8400 hectares. Podemos inferir que os terrenos com aptidões agrícolas atingiam cerca de 21 000 hectares.

Os terrenos da classe D somaram 14 400 hectares, sendo a maioria totalmente improdutivos, com 91 800 hectares, considerando-se que o território do Barlavento ocupa 127 200 hectares.

Podemos concluir, de acordo com os dados apresentados, que a percentagem de terrenos agricolamente férteis (classes A, B e C) do Barlavento Algarvio é somente de 16,50%, constituindo importante condicionante ao desenvolvimento das populações ali instaladas.

2.1.3. Coberto vegetal

A flora, distribuída em função das características geomorfológicas e pedológicas dos terrenos, assim como da pressão humana, inclui hoje espécies endémicas e outras importadas (Quadro 2).

Na Serra, em particular na região de Monchique, existe maior variedade de espécies que constituem ambiente do tipo matagal. Naquela região predomina a esteva ou xara (*Cistus ladaniferus* L.), empregue antigamente como produto medicinal, assim como na perfumaria, urzes (*Erica arbórea* L. e *Erica lusitanica*), a giesta (*Genista polyanthus G*. Lobelii), a carqueja (*Pterospartum tridentatum*), a murta (*Myrtus commmunis* L.) e o medronho (*Arbustus unedo* L.). Esta espécie foi reconhecida no povoado calcolítico do Zambujal, na Estremadura, sendo, actualmente, muito abundante em toda a Serra Algarvia, onde é aproveitada na manufactura de conhecida aguardente (Silva, 1988, p. 19).

É, também, provável que certas espécies aromáticas sejam autóctones, como a lavanda (*Lavanda stoechas*), o tomilho (*Thymus vulgaris* L.), muito utilizado no período muçulmano, o rosmaninho (*Rosmarinus*), o zimbro (*Juniperus oxycedrus*) e o loureiro rosa ou loendro (*Nerium oleander*).

Entre as árvores de grande porte, pertencentes à flora autóctone e existentes tanto na Serra como no Barrocal, podemos referir o carvalho (*Quercus ilex*), o carvalho português ou cerquinho (*Quercus lusitanica*), o castanheiro (*Castanea sativa* Mill) que, ainda hoje, se observa em particular na região de Monchique, assim como a azinheira (*Quercus rotundifolia* Lam.), o sobreiro (*Quercus suber* L.), identificado, através de cortiça carbonizada, em povoados calcolíticos da região da Estremadura, como Vila Nova de S. Pedro e Zambujal (Silva, 1988, p. 19).

O zambujeiro (*Olea europea* var. *oleaster* D. C. Me) (variedade selvagem da oliveira), é ainda comum, continuando, no Sul de Portugal, a ser denominado pelo termo muçulmano (*zenboudje*), que também indicava a variedade cultivada (*Olea europea* var. *sativa* D.C. Me) (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988, p. 551).

Endémicas seriam duas espécies de catapereiros (*Pyrus cordata* e *Pyrus bourgaeana* Dcne), a par da cerejeira ou cerdeira (*Prunus avium* L.), e de uma outra variedade que, segundo Plínio, produzia as famosas cerejas lusitanas, transplantadas, durante a Colonização Romana, para a Gália (Alarcão, 1976, p. 34). Qualquer uma daquelas espécies não se encontra, presentemente, muito divulgada no Barrocal, facto que pode dever-se à sua substituição por árvores de fruto, tradicionalmente aceites como introduzidas pelos muçulmanos, como a laranjeira, a figueira, a alfarrobeira e a amendoeira, entre outras. Todavia, sabe-se hoje que os Fenícios terão sido os responsáveis pela importação, pelo menos, da amendoeira e pelo desenvolvimento da cultura da oliveira.

O linho bravo (*Linum bienne* Mill), dada a sua grande dispersão na zona mediterrânica teria, certamente, existido desde cedo nesta região, onde a espécie cultivada (*Linum usitatissimum* L.) foi muito utilizada na tecelagem, ainda neste século.

Análises polínicas, de níveis mais antigos na Meia-Serra do Barlavento Algarvio, feitas para terras recolhidas no interior de cistas da necrópole, da Idade do Bronze, de Alfarrobeira (Silves), de meados do II milénio a.C., indicam coberto vegetal do tipo mediterrâneo, com campos de herbáceas, rodeados por floresta rala, compatível com clima quente e seco (Gomes, 1994, p. 147, 148).

Dispomos, para o extremo sul de Portugal, de outras análises polínicas efectuadas a partir de amostras provindas de dois importantes arqueossítios muçulmanos, a alcáçova de Silves e a medina de Mértola. No primeiro daqueles arqueossítio, para níveis pertencentes ao século XII (C3) e aos finais do mesmo século ou aos inícios do seguinte (C2), enquanto que no segundo são procedentes de estratos dos finais do século XI ou dos começos do século XII, assim como do primeiro quartel do século XIII. Tais trabalhos permitiram verificar que ali predominavam as espécies cultivadas (Pais, 1996, p. 280-282).

Entre aquelas podemos assinalar a figueira (*Ficus carica*), presente em Mértola, nos séculos XI e XII, sendo considerada abundante, em Silves, no século XII. A sua cultura seria

frequente durante o Período Romano, pois os seus frutos, segundo Políbio, eram pouco dispendiosos (Alarcão, 1976, p. 34).

A oliveira (*Olea europaea var. sativa* D.C. Me) foi identificada, por ora, em níveis islâmicos, apenas, de Mértola, datados no primeiro quartel do século XIII, a par da ameixeira (*Prunus domestica insititia*), do pessegueiro (*Prunus persica*), meloeiro (*Cucunis melo*) e da soagem (*Echlum lycops*). Recolhemos, recentemente, endocarpo de pêssego, na camada 6 do Castelo de Silves, com cronologia do século IX.

A videira (*Vitis vinifera*) foi, de igual modo, reconhecida nos dois locais mencionados, através de grainhas de uva, que poderíam pertencer ao fruto maduro ou depois de seco, da espécie doméstica. Segundo Políbio, o vinho, na zona meridional da Lusitânia, nos meados do século II a.C., seria abundante e a baixo preço, pressupondo a existência de extensas plantações daquelas árvores (Alarcão, 1976, p. 34).

Num texto muçulmano, datado da segunda metade do século XIV, as uvas são consideradas como abundantes em Silves, tendo-nos o príncipe *Al-Mutamid*, no século XI, legado, no célebre poema *"Evocação de Silves"*, importante testemunho da transformação daqueles frutos em vinho, apesar das prescrições religiosas: *"Quantas noites passei, deliciosamente junto a um recôncavo do rio com uma donzela cuja pulseira rivalizava com a curva da corrente! O tempo passava e ela servia-me o vinho do seu olhar e outras vezes o do seu vaso e outras o da sua boca"*. Também nas Cortes do Porto, de 1398, existem referências aos vinhos *"que se custumauam encubar em stombar, e aluor e no de buçom"*; as povoações de Estombar, Alvor e Buço, esta em Monchique, todas nos arredores de Silves, cujo desenvolvimento vinícola e comercial foi sempre incentivado pelos monarcas portugueses (Coelho, 1975, p. 300-302; Iria, 1982, p. 77, 78, 1983, p. 135-138, 142-144, 150, 152; Marques, 1984, p. 247; Molina, 1983, p. 60, 305).

Entre os cereais utilizados, certamente no fabrico de pão, regista-se a presença de trigo (*Triticum aestivum*) nos dois níveis estudados de Mértola, assim como, no século XII, em Silves. Neste local e naquela data conhece-se o centeio (*Secale cereale*).

A cevada vulgar (*Hordeum vulgare* L.) foi identificada no interior de um silo, atribuído ao período muçulmano, descoberto, nos anos cinquenta deste século, na quinta da Barrada, no Enxerim, junto a Silves (Silva, 1988, p. 6, 7; Silva e Teles, 1952, p. 1-3).

É provável que na região em apreço existisse o milho miúdo (*Panicum miliaceum* L.), referido na documentação medieval portuguesa, sendo utilizado no fabrico do pão, quando combinado com os cereais anteriormente referidos (Carvalho, 1994, p. 734).

O chícharo (*Lathyrus cicera*) e a erva doce (*Foeniculum vulgare*), esta empregue como condimento na alimentação, foram duas espécies consideradas frequentes no século XII, em Silves, e no primeiro quartel da centúria seguinte em Mértola. Da camada 3 do Castelo de Silves provêem a sabina (*Juniperus phoenicea*), uma espécie de zimbro cujas folhas têm qualidades medicinais, a ervilheira (*Pisum sativum*), assim como variedade de couve (*Brassica* sp.) e foliácea semelhante ao trevo (*Medicago nigra*).

O lódão bastardo (*Celtis australis*) é outra árvore que foi detectada em Silves, nas camadas 2 e 3 da sua alcáçova (séculos XII-XIII).

Reconheceram-se ainda, naqueles dois arqueossítios, bolotas que, embora raras, tanto podem pertencer a sobreiro como a azinheira. Registou-se, de igual modo, a presença do linho (*Linum usitatissimum* L.), a espécie cultivada, como sendo frequente em ambos locais, e, apenas, em Mértola, no primeiro quartel do século XIII, o pinheiro manso (*Pinus pinea* L.).

Nos terrenos alagadiços do Litoral ainda hoje crescem plantas como a morraça (*Spartina stricta*), utilizada como forragem, as sebas (*Zoostera marine*) e sebarrinhas (*Zoostera nana*), empregues para adubar as terras agrícolas, assim como o junco (*Ulex spartioides* e *Ulex xanthocladus*) e o esparto (*Spita tenacissima* L.). Este, de grande interesse económico,

existiria em todo o Barlavento, pois crescia mesmo nos terrenos pobres, remontando a sua utilização, na manufactura de diferentes artefactos, aos tempos pré-históricos. Naquele material fabricam-se, ainda, cestos, cordas, esteiras, etc...

As cordas poderiam ser empregues, no Período Muçulmano, no estaleiro de construção naval, existente em Silves, para equipar os barcos, na calafetagem, nas armações de atum ou para fabricar alpergatas (do árabe de origem berbere, *al-balgat*, *al-bargat* ou *al-pargat*) (Machado, 1958, p. 274-276).

No reinado de D. João III, o esparto do rossio de Silves, propositadamente plantado, era coutado e fazia parte das rendas do concelho (Iria, 1982, p. 78, 79; Lopes, 1841, p. 162).

Segundo escreveu Frei João de S. José, na *"Corografia do Reino do Algarve"*, de 1577, a utilização do esparto era a seguinte: *"Faz-se dele cordoagem grossa e delgada, seirões e seiras e alboções, que são como alcofas pera acarretar terra, e outros serviços, de peneira que o esparto não somente dá proveito e ajuda a seus naturais, os Algarvios, mas também às gentes d'outras partes do mundo, como cada dia vemos"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 124).

Próximo do Litoral, além da palmeira anã (*Chamaerops humilis*), seria frequente a presença do pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Ait), assim como do pinheiro manso (*Pinus pinea* L.), espécie identificada em várias estações arqueológicas como no povoado, aberto, de Pontes de Marchil, junto a Faro, pertencente à transição entre a II Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular e a Idade do Bronze Final (séculos XIII-XII a.C.).

A introdução e divulgação pelos Muçulmanos de novos sistemas de captação, condução e armazenamento de água para rega, assim como de diferentes espécies, frutícolas e hortícolas, proporcionaram, por certo, um melhor aproveitamento dos solos já de si potencialmente férteis. O cultivo de muitas árvores deve ter-se intensificado, como o da oliveira, cujo nome é de origem românica sendo, no entanto, árabe o nome do fruto — azeitona — e do óleo que dele se extrai — azeite —, embora a oleicultura remonte, na região, aos tempos romanos ou, quiçá, mesmo, à Proto-História (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989, p. 636; Rivera Nuñez e Obon de Castro, 1995, p. 220, 221).

Aquela produção tornava necessária a existência de olarias que forneciam os contentores indispensáveis, tanto para a conservação das azeitonas e do azeite — as talhas —, como para o seu transporte — as ânforas —, tendo em vista a exportação do óleo. Nas escavações efectuadas na cidade de Silves, tanto nos níveis islâmicos como medievais portugueses, temos exumado fragmentos de tais recipientes, integrados no interior de espaços habitacionais, nomeadamente de cozinhas e despensas.

Entre as novas espécies frutícolas, que prosperariam no território de Silves, podemos referir a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), proveniente do Mediterrâneo Oriental, e a amendoeira (*Amygdalus comunis*) (cuja origem anda ligada, na região, a famosa lenda de sabor oriental) que, segundo recentes dados arqueológicos, teria sido introduzida pelos " *Fenícios, trazida do Mediterrâneo Oriental"* (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988, p. 557, 1989, p. 636).

Idêntica procedência é conferida ao limoeiro (*Citrus limonia* Lin.) e à laranjeira (*Citrus sinensis* Lin.). Esta, teria inicialmente função decorativa, no caso de ser mais divulgada a espécie de frutos amargos, muito embora certos autores defendam que a variedade doce é da mesma época (Arié, 1987, p. 226; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989, p. 636). Seriam contemporâneos, a ameixeira (*Prunus domestica* Lin.), o damasqueiro (*Prunus armeniaca* Lin.) que, como o próprio nome indica teria proveniência oriental, e a amoreira (*Morus alba* Lin.). A esta espécie andou associada no Sul de Espanha, desde o século IX, a criação do bicho-da-seda, tendo em vista a produção de tecidos, cuja manufactura ficou a dever-se a populações de origem síria. No nosso território só existe referência àquela árvore e à possível produção de seda, no foral que o arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, outorgou,

em 1233, aos moradores no Couto de Ervededo (Arié, 1987, p. 227; Lagardère, 1990, p. 97; Pereira, 1900, p. 5; Pérez Higuera, 1994, p. 18).

Em Silves eram famosos, no Período Islâmico os pomares e as hortas. Os primeiros, provavelmente de maçãs, conforme ainda encontramos em Monchique ou com outras árvores de fruta, como os que perviveram nas margens do rio Arade. Também se produziam na zona uvas, figos, amêndoas, alfarrobas e nozes, constituindo os principais produtos agrícolas com valor de troca, dado que, depois de secos, podiam ser exportados em grandes quantidades (Blázquez, 1901, p. 17; Lévi-Provençal, 1938, p. 130; Molina, 1983, p. 59).

O cedro (*Cedrus loudon*), originário do Líbano e cuja introdução na região poderá remontar ao período muçulmano, seria outra árvore abundante, sendo ainda ali existente nos finais do século XV, conforme documenta o texto referente às obras efectuadas na Sé de Silves por ordem de D. Manuel I, em 1499, especificando-se que *"...o coro foi feito em madeira de cedro, que por esse tempo havia na ribeira de Silves"* (S/a, 1955, p. 24).

Para um melhor aproveitamento dos solos agrícolas é costume, actualmente, plantarem-se leguminosas, como a fava *(Vicia faba)* e a ervilha (*Pisum sativum*), entre as árvores de fruto, sistema que poderia, de igual modo, ter sido utilizado durante o Período Islâmico. Pertencem àquela época as sementes de fava (*Vicia faba*) identificadas num silo encontrado na quinta da Barrada, antes referida e próxima de Silves (Arié, 1987, p. 284; Silva, 1988, p. 11, 23; Silva e Teles, 1952, p. 1-3).

O arroz (*Oryza sativa* Lin.), cuja importação se deve aos muçulmanos, embora a sua grande difusão tenha sido muito ulterior, produzia-se em Aljezur ainda no início deste século. Ele foi, por certo, cultivado no Algarve Islâmico e utilizado, possivelmente, no fabrico de "couscous" (Bonnet, Mesquita e Viegas, 1990, p. 112). Este alimento, embora com variantes, foi muito divulgado durante a permanência almoada na Península Ibérica e era preparado com fécula de farinha de arroz ou de trigo.

Proveniente do Egipto é o taro ou inhame (*Colocasia franantiquorum* Schott) que, segundo parece, foi cultivado, por frades franciscanos, na zona das Caldas de Monchique (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988, p. 55).

Outra planta exógena, a alcachofra (*Cynara scolymus* Lin.), poderá ter sido introduzida na região em época islâmica, existindo, mesmo, espécie denominada alcachofra do Algarve (*Cynara algarbiensis* Cuss).

Aceita-se que a cana-de-açúcar (*Saccharum officinale* L.), tenha sido conhecida na Península no tempo de *Ab-al-Rahman* I, divulgando-se, ulteriormente, por todo o *al-Andalus* e sendo, no século X, dadas indicações no *"Calendário de Córdova"* sobre o seu cultivo. No século XIII, D. Dinis recebia a dízima do açúcar, conforme consta no *"Inventário e Contas"* da Casa daquele rei, que valia cerca de cinquenta vezes mais que o mel (Arié, 1987, p. 226; Díaz García, 1990, p. 60, 61; García Sánchez, 1995, p. 52; Marques, 1987, p. 12; Parreira, 1952, p. 18).

A mais antiga documentação que refere o cultivo da cana sacarina (*qasab al-Sukkar* segundo os textos islâmicos) no Algarve remonta a 1404, altura em que é coutado a João de Palma um terreno, em Quarteira, para ali ser plantada. Tal registo deixa pressupor a sua anterior existência na região que, segundo a tradição, parece recuar, em Silves e Tavira, até ao Período Muçulmano (Fonseca e Pizarro, 1987, p. 73; García Sánchez, 1995, p. 57, 58; Iria, 1988, p. 275; Leite, 1941, p. 219; Parreira, 1952, p. 17-19, 22; Vidal, 1973, p. 12). De 8 de Maio de 1409 data carta de aforamento a João de Palma, Nicolau de Palma e Francisco de Palma, de horta, situada junto do muro da vila de Loulé, para plantação de canas-de-açúcar. Em 1451, além da produção algarvia, existia, de igual modo, açúcar na região de Coimbra e, sobretudo, na Madeira (Fonseca e Pizarro, 1987, p. 73; Garcia Sánchez, 1995, p. 57, 58; Iria, 1988, p. 275; Leite, 1941, p. 219; Parreira, 1952, p. 17-19, 22; Vidal, 1973, p. 12; Vieira, 1993, p. 33).

O açúcar era, no início da sua produção, muito dispendioso, sendo principalmente empregue como artigo medicinal. A sua crescente divulgação peninsular e baixa de preço fez com que fosse substituindo, gradualmente, o mel na doçaria. Um ou outro daqueles adoçantes, misturado com amêndoas moídas e ovos, permitia a confecção dos, ainda hoje bem conhecidos, doces de amêndoa algarvios que, segundo a tradição local, terão origem muçulmana.

As plantas aromáticas foram muito divulgadas pelos Muçulmanos, designadamente o açafrão (*Crocus sativus* L.) que podia ser utilizado na medicina e na tinturaria, fornecendo cor amarela.

Teve uso farmacêutico a almecega ou mastique (*Pistacia lentiscus*), mais conhecida no Algarve pelo nome de aroeira. Os Romanos atribuíam a esta planta as virtudes de firmar as gengivas e branquear os dentes. Para os Muçulmanos era considerada importante no tratamento de tumores no estômago (Aguirre de Cárcer, 1995, p. 156, 157).

Entre as matérias-primas usadas na tinturaria encontra-se a cochinilha ou grã, pequeno parasita de certas árvores de fruto, que permite obter a cor vermelha escarlate ou púrpura. Esta utilização da grã foi assinalada por Plínio, que considerou a Lusitânia como sendo um dos principais centros produtores daquele corante (Guerra, 1995, p. 41, 124). O comércio da grã deve ter perdurado entre as populações islâmicas, pois encontra-se registado no Foral de Silves, de 1266, e no de Porches, concedido vinte anos depois, que uma carga de pimenta ou de grã tinham de pagar, respectivamente, um maravedi ou um morabitino de imposto, conforme regulam o primeiro daqueles documentos ou o segundo (Andrade e Silva, 1993, p. 24; Botão, 1989, p. 34, 40). A grã continuou, ulteriormente, a participar dos circuitos comerciais, sendo exportada, por exemplo, para a Flandres, nos começos do século XIV. Aquele produto era tão valioso que a Coroa deteve o seu monopólio até, pelo menos, ao reinado de D. Manuel I e só a partir de 1499 pôde ser livremente comercializado (Lopes, 1841, p. 165; Marques, 1987a, p. 56, 152).

Muito abundante, em particular na região de Monchique, seria a denominada ruiva dos tintureiros (*Rubia tinctoria* Lin.), de origem mediterrânica e aplicada, ainda hoje, para tingir, de cor vermelha, os tecidos de lã (Lopes, 1841, p. 178).

A existência de pimenta na região que temos vindo a tratar, assinalada nos forais referidos a par da grã, pode estar, apenas, relacionada com o seu comércio, efectuado pelos Muçulmanos, e, mais tarde, pelos mercadores italianos.

Algumas das espécies pertencentes ao coberto vegetal autóctone, ou mesmo exógeno, seriam, também empregues, simples ou manipuladas em conjunto, com finalidades medicinais, sendo devidamente indicadas em tratados próprios (Aguirre de Cárcer, 1995, p. 107, 116, 123, 143-151, 167, 180, 184, 200, 214-218, 249, 310, 315-317, 331-333; Iria, 1988, p. 294).

Os cereais mais cultivados na região seriam o trigo e a cevada, mas existiam outros, como o centeio, o milho painço e a aveia, referidos no foral manuelino de Silves, de 1504 (Andrade e Silva, 1993, p. 173). Em meados do século XIV todo o Algarve importava cereais, pois a região era deficitária naquele alimento, exceptuando-se, possivelmente, a zona da actual Vila do Bispo, conforme se depreende do decreto, datado de 5 de Janeiro de 1375, onde D. Fernando permite que a cidade de Silves possa *"...tirar do Cabo de Sam Vicente e leuar pera a dicta çidade... por seus dinheiros pam trijgo e vjnhos e carnes..."* (Fonseca e Pizarro, 1987, p. 63, 67; Iria, 1982, p. 31, 94, 95).

Todavia, segundo informações obtidas em documentos daquela época *"...a capacidade exportadora do Algarve é, tanto em volume como em valor económico, muito superior à realidade das suas importações"* (Fonseca e Pizarro, 1987, p. 63, 67; Iria, 1982, p. 31, 94, 95).

O*"Livro do Almoxarifado de Silves"*, relata-nos que nas diferentes propriedades, situadas próximo da cidade, se cultivava trigo e, em menor quantidade, cevada (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 20, 36-39, 41, 59, 61, 64, 66).

Existem referências, nos séculos XV e XVI, a*"terras de pão"*, *"horta do paao"*,*"várzea de pão"*, *"fértil de pão"* e *"fertilíssima de pão"*, relacionadas com grande número de terras do Barlavento Algarvio, o que pressupõe a existência de cereais, embora, apenas em Lagos e Silves nos sejam dadas indicações sobre o tipo de cereal cultivado — o trigo —, estimado como sendo *"muito"* naquela segunda cidade (Dias, 1998, p. 407; Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 45, 142, 148, 153, 154, 156-158; Serrão, 1993, p. 102).

No início do passado século cultivavam-se cereais, em especial trigo, nas zonas de S. Bartolomeu de Messines, Silves, Aljezur e Vila do Bispo, sendo esta última considerada *"o celeiro do Algarve"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 124).

Os cereais só seriam importados nos anos de más colheitas e terão sido uma das riquezas da região, pois são referidos moinhos em textos muçulmanos do século XII, sabendo-se que no século XV, existiam, nas proximidades de Silves, azenhas (Blázquez, 1901, p. 16; Carabaza, 1996, p. 58; Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 53, 54, 56-58, 70; Lévi-Provençal, 1938, p. 130; Manchado, 1995, p. 62, 63)[2]. Destas, duas já estavam naquela época destruídas, a do Anadal e outra próxima das salinas de Alvor. No *"Livro do Almoxarifado de Silves"* assinalam-se, junto do Arade, a azenha e o moinho do Crespo, e localizam-se outras azenhas, como duas na Gafaria, uma em Estombar e outra na Mexilhoeira, a azenha das Fontes, transformada em moinho e ainda existente, uma na ribeira *d'Aram* (Arão, junto ao Alvor) e, ainda outra, a da Garoupinha, no reguengo do Castelo do Ninho, onde



FIG. 24 – Localização do Moinho do Rodete.

existia, de igual modo, o moinho da Azambugeira. Os moinhos eram em menor número, sendo referidos o de Vale Travesso e dois outros junto a Silves, o da Porta da Vila e o da Torre, ambos então desactivados. Todavia, o denominado Moinho da Porta, a funcionar em 1483, haveria de ser reactivado, pervivendo até ao passado século (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 33, 53, 73; Serrão, 1993, p. 102). O lucro obtido na moagem dos cereais seria suficientemente importante para que D. Afonso III, no Foral de Silves (1266), conservasse para si e para os seus sucessores *"...os moinhos de Odelouca..."*. Nos finais do século XIII, D. Dinis deixou expresso no Foral de Porches a reserva, para a Coroa *"...e todos os meus herdeiros, os moinhos do rio Arade..."* (Andrade e Silva, 1993, p. 23; Botão, 1989, p. 33, 39).

Conhece-se moinho, junto ao rio Arade e denominado do Rodete, no lugar da Fragura que apresentava, até há poucos anos, na parede voltada a norte, pedra de armas real, com escudo cuja iconografia demonstra ser anterior ao reinado de D. Afonso V (Figs. 24-29). Escavações arqueológicas efectuadas no local, pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul, permitiram exumar vários fragmentos de cerâmica muçulmana pertencentes, possivelmente, às origens daquela edificação, depois reconstruída em diferentes períodos. Foi, ulteriormente, obtida datação de 14C para restos de madeira retirados do orifício central de uma das mós encontrada soterrada, que indicou cronologia atribuída aos finais do século XIII ou ao século XIV. De facto, aquela, uma vez calibrada, apresenta intersecção em 1294 cal AD (ICEN-1027) e os seguintes intervalos: para 1 *sigma* 1283-1325 cal AD e 1354-1358 cal AD; ou, para 2 *sigma,* 1261-1335 cal AD e 1336-1406 cal AD. Trata-se da primeira construção deste tipo a dispor de datação absoluta.

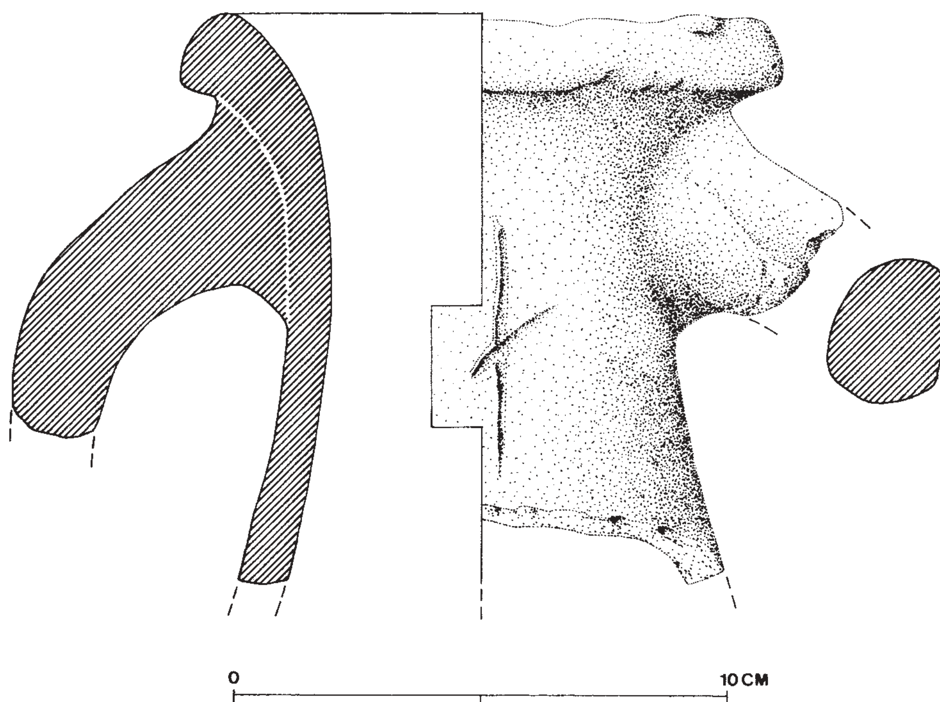


FIG. 25 – Fragmento de ânfora romana, contendo porção do bordo e marca incisa, procedente da zona do Moinho do Rodete.



FIG. 26 – Moinho do Rodete. Aspecto da fachada (R II/92-16).



FIG. 27 – Moinho do Rodete. Pormenor de um dos cunhais, mostrando gravuras cruciformes (R II/92-14).



FIG. 28 – Moinho do Rodete. Aspecto da pedra de armas que ali existia (R XIX/86-37).



FIG. 29 – Moinho do Rodete. Aspecto do local onde se encontrava a pedra de armas (R II/92-15).

O moinho referido, tal como muitos outros, e algumas azenhas, podem remontar à permanência islâmica na região, ou serem mesmo anteriores, aproveitando-se, assim, a energia hídrica, dos rios e das marés, na farinação de cereais.

Além dos moinhos ou das azenhas (*assãniya*), existiam as atafonas (*at-tahunâ*), engenhos também movidos a água e provavelmente de origem romana, mas cujo nome actual mostra ascendência muçulmana. As atafonas serviam para o tratamento de fibras vegetais e de tecidos.

Foram descobertas na Mexilhoeira da Carregação, em 1982, galerias subterrâneas, com 0,90 m a 1,20 m de largura e com 0,80 m a 1,80 m de altura, utilizadas para extrair mós, dos rijos calcários conquíferos, miocénicos, ali existentes (Figs. 30, 31). Aquelas ofereciam grandes dimensões e seriam destinadas aos moinhos, fluviais ou de maré, da região, sendo possível que os calcários daquela exploração fossem, também, utilizados no fabrico de cal (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 49).

QUADRO 2

Espécies vegetais, tanto autóctones como de origem exógena, presentes na região de Silves, durante a Idade Média e testemunhos arqueológicos de algumas delas, tanto procedentes de Silves (Silv.) como de Mértola (Mért.).

Nome comum	*Espécies*	*autóctone*	*exógena*	*test. arq.*
Açafrão	*Crocus sativus* Lin.	•		
Alcachofra	*Cynara scolymus* Lin.		•	
Alfarrobeira	*Ceratonia siliqua*		•	
Ameixeira	*Prunus domestica insititia*		•	Mért., séc. XIII
Amendoeira	*Amygdalus comunis*		•	Silv., sécs. XII-XIII
Amoreira	*Morus alba* Lin.		•	
Aroeira	*Pistacia lentiscus*	•		
Arroz	*Oryza sativa* Lin.		•	
Azinheira	*Quercus rotundifolia* Lam.	•		
Cana-de-açúcar	*Saccharum officinale* Lin.		•	
Carqueja	*Pterospartum tridentatum*	•		
Castanheiro	*Castanea sativa* Mill	•		
Carvalho	*Quercus ilex*	•		
Carvalho português	*Quercus lusitanica*	•		
Catapereiro	*Pyrus cordata* e *P. bourgaeana* Dcne	•		
Cedro	*Cedrus loudon*		•	
Centeio	*Secale cereale*		•	Silv., séc. XII
Cerejeira ou cerdeira	*Prunus avium* Lin.	•		
Cevada vulgar	*Hordeum vulgare* Lin.		•	Silv., séc. XII
Chícharo	*Lathyrus cicera*		•	Silv., séc. XII; Mért., séc. XIII
Couve	*Brassica sp.*		•	Silv., séc. XII
Damasqueiro	*Prunus armeniaca* Lin.		•	
Esparto	*Spita tenacissima* Lin.	•		
Esteva ou xara	*Cistus ladaniferus* Lin.	•		
Erva-doce	*Foeniculum vulgare*		•	Silv., séc. XII ; Mért., séc. XIII
Ervilheira	*Pisum sativum*		•	Silv., séc. XII
Fava	*Vicia faba*	•		Silv., séc. XII

Figueira	*Ficus carica*	•		Silv., séc XII; Mért., sécs. XI-XII
Giesta	*Genista polyanthus* G. Lobelii	•		
Junco	*Ulex spartioides* e *Ulex xanthoclaudus*	•		
Laranjeira	*Citrus sinensis* Lin.		•	
Lavanda	*Lavanda stoechas*	•		
Limoeiro	*Citrus limonia* Lin.		•	
Linho bravo	*Linum bienne* Mill	•		
Linho cultivado	*Linum usitatissimum* Lin.		•	Silv., sécs. XII- XIII; Mért., séc. XIII
Lódão bastardo	*Celtis australis*		•	Silv., sécs. XII- XIII
Loureiro rosa ou loendro	*Nerium oleander*	•		
Medronho	*Arbustus unedo* Lin.	•		
Meloeiro	*Cucunis melo*		•	Mért., séc. XIII
Morraça	*Spartina stricta*	•		
Murta	*Myrtus communis* Lin.	•		
Oliveira	*Olea europaea*	•		Mért., séc. XII
Palmeira anã	*Chamaerops humilis*	•		
Pessegueiro	*Prunus persica*		•	Silv., séc. IX; Mért., séc. XIII
Pinheiro bravo	*Pinus pinaster* Ait	•		
Pinheiro manso	*Pinus pinea* Lin.	•		
Rosmaninho	*Rosmarinus*	•		
Ruiva dos tintureiros	*Rubia tinctoria* Lin.	•		
Sabina	*Juniperus phoenicea*		•	Silv., séc. XII
Sebas	*Zoostera marine*	•		
Sebarrinhas	*Zoostera nana*	•		
Soagem	*Echlum lycops*		•	Mért., séc. XIII
Sobreiro	*Quercus suber* Lin.	•		
Taro ou inhame	*Colocasia franantiquorun* Schott		•	
Tomilho	*Thymus vulgaris* Lin.	•		
Trigo	*Triticum aestivum*		•	Silv., séc. XII ; Mért., sécs. XI-XIII
Urzes	*Erica arbórea* Lin. e *E. Lusitanica* Lin.	•		
Videira	*Vitis vinifera*	•		Silv., sécs. XII-XIII ; Mért., séc XIII
Zambujeiro	*Olea europea* var. *oleaster* D.C. Me	•		
Zimbro	*Juniperus oxycedrus*	•		

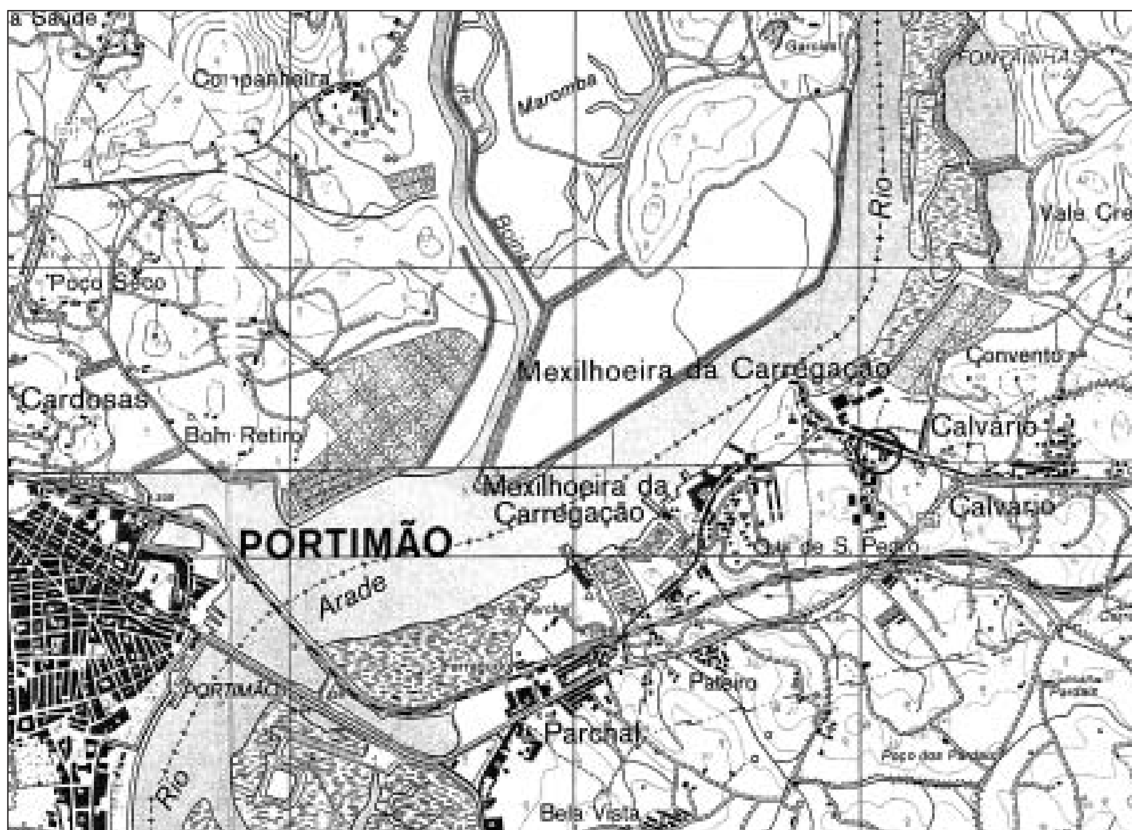


FIG. 30 – Localização das galerias subterrâneas da Mexilhoeira da Carregação.

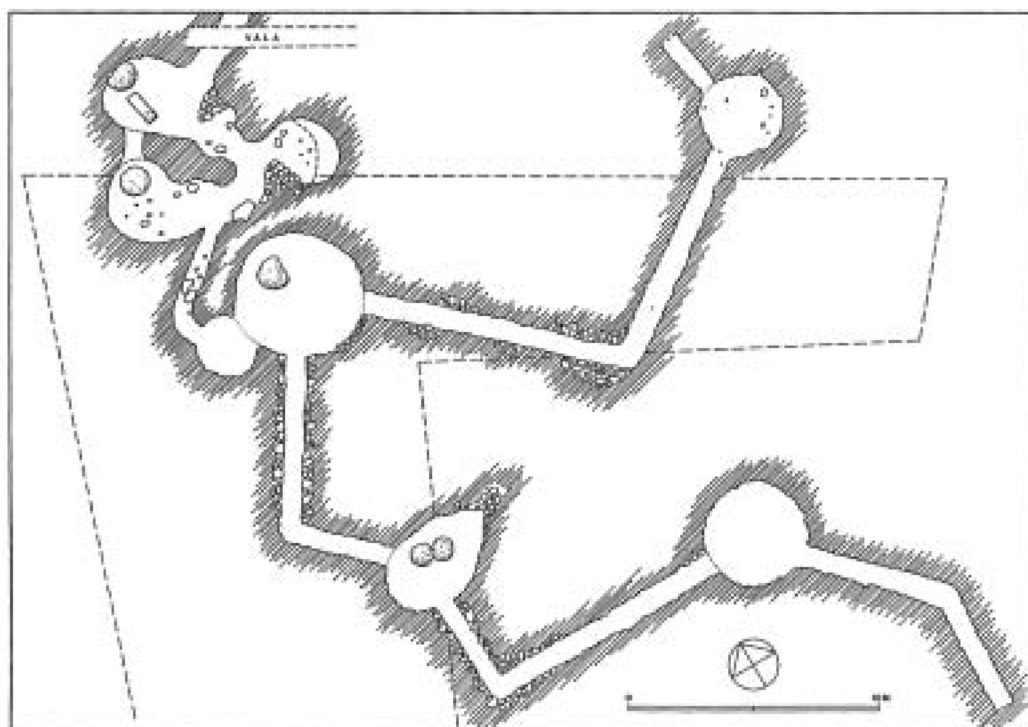


FIG. 31 – Planta das galerias, efectuadas para extracção de mós, da Mexilhoeira da Carregação (segundo J. Palhinha).

2.1.4. Faunas

A fauna autóctone no Barlavento Algarvio, durante a Idade Média, seria bem mais diversificada que a actual, pois muitas espécies foram entretanto sendo extintas, devido às alterações do coberto vegetal e à acção predadora do homem.

O urso (*Ursus arctos* Lin.) era, por certo, ali conhecido, tendo uma daquelas feras atacado o rei D. Dinis, durante uma caçada, no sítio de Belmonte, junto ao rio Guadiana (Iria, 1982, p. 24). Nos séculos XIV-XV, a carne daquele animal foi tabelada, pelo que seria comum a todo o actual território português (Marques, 1987a, p. 109, 464, 1993, p. 161, 241). Na camada 3 do Castelo de Silves, atribuída ao Período Almorávida-Almoada (séculos XII-XIII), recolheu-se unha de um daqueles plantígrados, cuja carne poderá ter sido ali consumida, dado que o presunto de urso era até muito apreciado. A noroeste de Albufeira e a sul da Guia existe, ainda, sítio denominado Vale da Ursa.

Actualmente desaparecidos seriam, no entanto, comuns durante a Idade Média o veado (*Cervus elaphus* Lin.), o gamo (*Dama dama* Lin.), o corço (*Capreolus capreolus* Lin.), o cavalo selvagem (*Equus caballus* Lin.) e o zebro (*Equus asinus* sp.).

Segundo Estrabão, os cavalos selvagens eram muito numerosos na Lusitânia, sendo considerados especialmente velozes (Schulten, 1952, p. 254). Todavia, não sabemos se terão pervivido até à Idade Média, como aconteceu com o zebro. Um exemplar desta espécie encontra-se representado em estampilha, que decora fragmento de talha, do Período Almoada, exumado no Castelo de Silves (Gomes, 1988, p. 125, 126, 140).

Em 1266 e 1286, tanto o zebro como o veado existiam no Barlavento, sendo referidos no Foral de Silves, outorgado por D. Afonso III, como no de Porches, instituído por D. Dinis. Por cada um daqueles animais abatido devia pagar-se um dinheiro de foro, e caso se tratasse da importação de "... *couros de boi, de zebro ou de veado*..." se pagasse meio morabitino, segundo aquele segundo documento, ou com meio maravedi, de acordo com o primeiro (Andrade e Silva, 1993, p. 23, 24; Botão, 1989, p. 34, 40).

Ulteriormente, as carnes de gamo e de zebro foram tabeladas, pelo menos, até ao século XV, altura em que aquela última espécie foi extinta, conforme se depreende do foral manuelino de Silves, de 1504, onde já não existe qualquer menção a tais animais, mas continuando a assinalar-se a presença de veados na região (Andrade e Silva, 1993, p. 175; Marques, 1987a, p. 464). No entanto, o topónimo zebro subsiste, ainda hoje, em pelo menos dois lugares do Barlavento Algarvio, um situado na Serra do Espinhaço de Cão e outro na do Caldeirão, respectivamente nos concelhos de Aljezur e de Silves.

O veado (*Cervus elaphus*) foi reconhecido como sendo abundante em nível, atribuído aos séculos IX-X, da fortificação das Mesas do Castelinho (Almodôvar), tendo-se, também, recuperado restos osteológicos desta espécie em lixeira, em fossa, de casa de Silves, datada dos meados do século XV (Cardoso, 1993, p. 105, 106; Cardoso e Gomes, 1996, p. 208, 253).

Aquele mesmo quadrúpede, o gamo (*Dama dama*) e o corço (*Capreolus capreolus*), encontram-se presentes, embora em percentagens diminutas, entre as peças anatómicas identificadas no espólio exumado no poço-cisterna de Silves, entulhado entre a segunda metade do século XV e o terceiro quartel da centúria seguinte (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p. 66, 71, 72).

Os javalis (*Sus scrofa* Lin.) seriam comuns, tal como hoje, na Serra e no Barrocal (em especial na região de Monchique), como o lobo (*Canis lupus*), a raposa (*Vulpes vulpes* Lin.), o lince (*Lynx pardina*), a gineta (*Geneta geneta*), o texugo (*Meles meles* Lin.), o mangusto (*Herpestes ichneumon*) e, talvez, a lontra (*Lutra* Lin.).

A primeira espécie antes referida encontra-se apenas representada nos espólios osteológicos de níveis do centro urbano de Silves, pertencentes aos séculos XV e XVI (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p. 53).

O coelho (*Oryctolagus cuniculus* Lin.), foi identificado como tendo sido consumido no Castelo de Silves, do século VIII ao século XIII (C8, C6, C3, C2), embora não tenha sido possível determinar se seria selvagem ou doméstico. No mesmo arqueossítio foi reconhecida a presença de cão (*Canis familiaris*), através de roidelas, entre os séculos VIII e o século X, tal como nos séculos XII e XIII.

Exumaram-se, de igual modo, ossos pertencentes a gato doméstico (*Felis catus*), nos níveis dos século VIII e X da alcáçova de Silves, cuja introdução na Península Ibérica parece dever-se aos Fenícios (Antunes, 1995, p. 274), assim como de rato preto (*Rattus rattus*) e de ratinho do campo (*Mus* cf. *musculus*), no estrato do século XII (Antunes, 1991, p. 49, 50, 52, 53, 59-63, 65, 66, 69, 1997, p. 269-277).

Entre as espécies que permitiram a actividade venatória existiam, na região de Silves, além das já referidas, a lebre (*Lepus granatensis* Miller), encontrada no nível do século XII do Castelo de Silves (Antunes, 1994, p. 264), a perdiz (*Perdix rubra*), o pombo bravo (*Columba lívia*), a rola (*Turtur trutur*), a codorniz (*Coturnix communis*), o tordo (*Streptopelia turtur*), a galinhola (*Gallinula chloropus*) e o pato selvagem (*Anas boschas*).

Viveriam, provavelmente, no Barlavento, aves como a abetarda (*Otis tarda*), a cegonha (*Ciconia ciconia*), a garça branca (*Bubulus ibis*), a águia (*Aquila chrysaltus*), o falcão (*Falcotimumculis*) e o açor (*Laurius excurbitur*), entre outras. Uma águia foi representada no anverso de fragmento de placa de marfim, exumado na camada 5 do Castelo de Silves e pertencente ao século X, exibindo, no reverso, figuração de corça (Gomes, 1993, p. 79-83).

Restos de um réptil (*Colubridae* gen. sp.) foram, também, encontrados na camada 3 do Castelo de Silves, pertencente ao século XII.

Foi possível atribuir àquela mesma centúria várias espécies de peixes, como o barbo (*Barbus* cf. *barbus*) e o bordalo (*Leuciscus* cf. *cephalus*), ambos de água doce, ou, ainda, outras como o carapau (*Trachurus* sp.), robalo (cf. *Morone labrax*), pargo (*Pagrus* sp.), goraz (*Pagellus* sp.), sargo (*Diplodus* sp.), boga (*Boops boops*), cação ou caneja (*Mustelus squalus* ou *scyliorhinus*), raia (*Raja* sp.), uje, rato (*Dasyatis* sp.) e a dourada (*Sparus auratus*), que consta, de igual modo, no século VIII (Antunes, 1991, p. 61-63, 65, 66, 69).

Identificaram-se, na alcáçova de Silves, abundantes valvas de moluscos, como o mexilhão (*Mytilus galloprovincialis*), a ostra (*Ostrea edulis*), o berbigão (*Cerastoderma edule*) e a amêijoa (*Venerupis decussata*). Aquela primeira espécie é própria de águas frias e movimentadas, com fundos rochosos, como as da costa Ocidental do Algarve, enquanto que a ostra, a amêijoa e o berbigão criam-se em fundos arenosos e em águas mais temperadas e calmas, como as estuarinas. As ostras proliferavam, até meados do passado século, nas águas salobras do Arade, sendo apanhadas na zona do Ilhéu do Rosário.

A sardinha (*Sardinella aurita*) e, em especial, o atum, seriam pescados no Litoral; tanto o atum branco (*Germo alalunga* Gm.), como o atum vermelho (*Thunnus thynnus* L.) e a albacora (*Neothunnus albacora* L.).

O atum, nas suas três espécies, deve ter sido capturado no Algarve, durante o Período Muçulmano, pois o nome local do sistema de redes utilizado naquela faina, *almadrava*, é de origem árabe. Ulteriormente, em 1520, ali existiam cerca de quinze armações

com tal finalidade (Magalhães, 1970, p. 154; Ponsich, 1988, p. 26; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991a, p. 66, 67, 1991b, p. 1119), tendo diferentes escavações processadas em Silves, tanto em níveis muçulmanos como cristãos, facultado testemunhos osteológicos daquela espécie.

Entre os restos de animais domésticos recolhidos durante as intervenções no Castelo de Silves, utilizados na alimentação dos seus residentes, podemos referir, para além dos mencionados, o boi (*Bos taurus*), o carneiro (*Ovis aries*), identificados desde o século VIII ao século X e nos séculos XII-XIII, e a cabra (*Capra hircus*), reconhecida, por ora, entre os séculos VIII e o X. A galinha (*Gallus domesticus*) foi, apenas, detectada no século XII.

Julgamos importante referir que os estudos osteológicos actualmente disponíveis para o Castelo de Silves se reportam a amostragem e não à totalidade do espólio recolhido, o que, certamente, acarretará repercussões ao nível das interpretações daí decorrentes.

Verificou-se no conjunto da fauna mamalógica recuperada no Castelo de Silves, pertencente a diferentes períodos (ver Quadro 3), a extrema raridade de espécies cinegéticas, exceptuando-se alguns possíveis restos de coelho, os de javali ou de urso, e os elementos identificados como lebre. Tal panorama contrasta com o observado no sítio de Mesas do Castelinho onde, em ocupação correspondente aos séculos IX-X, a percentagem de restos de veado atingiu os 16,10%, tendo ali os restos de coelho/lebre somado 40,30%, percentagem bem mais elevada em relação aos 16,67% e 19,81% correspondentes ao século IX e aos séculos XII-XIII do Castelo de Silves. Atenda-se, ainda, ao facto de os restos anatómicos de mamíferos exumados em lixeira de casa do século XV, da área urbana de Silves, terem evidenciado veado, de igual modo presente no Poço-Cisterna, com entulhos daquele mesmo século e da centúria seguinte, a par de peças osteológicas de corço, gamo e javali (Cardoso, 1993; Cardoso e Gomes, 1996; Gomes, Gomes e Cardoso, 1996). Este último animal, por motivos tanto de carácter profiláctico como religioso, encontra-se, por ora, ausente dos contextos muçulmanos. Tal atitude sofreu profundas alterações devido à mudança dos hábitos alimentares ocorrida a partir da chegada de populações cristãs ao Algarve, em meados do século XIII.

No Castelo de Silves predominam, em termos percentuais, os restos de carneiro/cabra, em relação aos de bovídeo. De facto, a percentagem de ovino-caprinos ali consumidos é superior à recolhida nas Mesas do Castelinho onde, conforme parece, eram, preferencialmente, utilizados na alimentação os animais caçados nas florestas situadas em redor da fortificação.

O restante espólio osteológico recuperado na alcáçova de Silves, que inclui restos de fauna ictiológica, malacológica e de avifauna, indica como seria completada parte da dieta alimentar dos seus ocupantes que, além de diversificada, evidencia predomínio de animais domésticos.

No entanto, tais testemunhos, tanto da alcáçova como dos arqueossítios referidos de Silves, constituem, apenas, pequena parte dos animais realmente consumidos, dada a destruição parcial de elementos osteológicos durante a sua preparação e consumo ou por questões de higiene, como devido à limpeza periódica dos espaços habitacionais, mas, também a aspectos de carácter pós-deposicional ou tafonómicos.

QUADRO 3

Comparação percentual de restos anatómicos dos principais mamíferos, provenientes de arqueossítios medievais do Sul de Portugal e, ainda, de Idade Moderna de Silves.

	Bos taurus	*Ovis/ Capra*	*Sus scrofa/ domesticus*	*Cervus elaphus*	*Dama dama*	*Capreolus capreolus*	*Equus*	*Oryctolagus/ Lepus*	*Vulpes vulpes*	*Canis familiaris*	*Felis catus*	*Meles meles*
Silv. Cast. séc. VIII	1,89%	90,54%	—	—	—	—	—	5,30%	—	—	2,27%	—
Silv. Cast. séc. IX	8,33%	75,00%	—	—	—	—	—	16,67%	—	—	—	—
Silv. Cast. séc. X	5,88%	88,24%	—	—	—	—	—	—	—	—	5,88%	—
Silv. Cast. sécs. XII-XII	8,49%	71,70%	—	—	—	—	—	19,81%	—	—	—	—
Silv. Casa. séc. XV	11,43%	60,47%	10,48%	1,43%	—	—	0,48%	14,76%	—	—	0,95%	—
Silv. Poço-Cisterna. sécs XV-XVI	16,02%	52,94%	21,50%	0,40%	0,20%	0,41%	0,81%	6,09%	0,81%	0,20%	0,61%	—
Mesas do Castelinho sécs IX-X	3,90%	38,90%	0,40%	16,10%	—	—	0,20%	40,30%	0,30%	—	—	—
Mértola sécs XI-XIII	10,80%	46,30%	—	1,00%	—	—	0,30%	40,90%	—	0,30%	—	0,50%

2.1.5. *Recursos naturais*

2.1.5.1. *Actividades extractivas.*

> *"For the inhabitants of the Christian kingdoms in the north of the Iberian Peninsula, al-Andalus represented a kind of El Dorado, or Promised Land"* (CHALMETA, 1994, p. 756).

O arenito, ou "grés vermelho de Silves", que constitui boa parte do substrato rochoso da região do Barrocal objecto do presente estudo, conforme o próprio nome indica, foi, dada a grande quantidade e facilidade de corte, a matéria-prima mais utilizada nas edificações.

Naquele material construiram-se parte das imponentes muralhas e torres que, ainda hoje, cercam a cidade e a alcáçova de Silves, elogiadas por vários autores muçulmanos, por serem fortes (Blázquez, 1901, p. 16; Lévi-Provençal, 1938, p. 130, 1953, p. 91; Molina, 1983, p. 59), comparando, um deles, o arenito com o mármore devido, possivelmente, à sua textura e cor (Molina, 1983, p. 59).

Muitas das habitações muçulmanas de Silves foram erguidas, de igual modo, em arenito, utilizado tanto nas alvenarias de paredes e pilares como, em certos casos, no revestimento de pavimentos, nas soleiras de portas, ombreiras e padieiras, conforme reconhecemos nas diferentes escavações arqueológicas ali efectuadas. Também uma delgada coluna, procedente de casa islâmica do Castelo, foi talhada naquela rocha que serviu, ainda, como suporte de inscrições e para estelas funerárias.

Os blocos de arenito, utilizados nas alvenarias, apresentam tamanhos que permitiam o seu fácil transporte, por um único homem, medindo entre 0,45 m e 0,65 m de maior comprimento, ou seja valores tanto próximos do côvado comum árabe, como do côvado antigo ou real, correspondendo, respectivamente, a 0,461 m e a 0,616 m (Bazzana, 1980, p. 357; Cunha, 1997, p. 37, 47; Jomard, 1822, p. 671; Vallvé Bermejo, 1976, p. 342). O côvado (*cubitus*) medieval português media 0,66m.

Nas alvenarias de melhor qualidade, os diferentes blocos de arenito, depois de aparelhados, com as faces em esquadria e as superfícies aplanadas, por picagem ou bojardagem, eram sobrepostos, na maioria dos casos, uns dispostos longitudinalmente e outros trans-

versalmente àqueles, de modo a melhor travar a construção, sendo a ligação efectuada com argamassa de barro, areia e cal, ou apenas com barro.

Outras construções, como os muros de suporte de terraços artificiais aproveitados na agricultura, os valados, eram edificados com blocos de arenito ou calcário, rudemente afeiçoados em aparelho de pedra-seca, ou seja sem qualquer argamassa de ligação.

Ainda hoje subsistem dois locais com o topónimo Pedreira, um a nascente e o outro a poente de Silves, exactamente junto de grandes afloramentos de arenito vermelho, com sinais de ali se ter processado a sua exploração. Esta era facilitada pelos veios e direcções de clivagem daquela rocha, tal como pela sua pouca resistência ao ataque de ferramentas pesadas.

A boa qualidade construtiva das habitações de Silves, deve ter impressionado o "cruzado anónimo" que, em 1189, participou na primeira conquista daquela cidade, pois descreve-as do seguinte modo: *"as casas erão de tal arte construídas que ainda quando ardia huma não pegava fogo na que estava contígua, pois erão cobertas de ladrilho, as paredes de terra rebocadas de argamassa e poucas de madeira ..."* (Lopes, 1848, p. 108; Pimenta, 1982, p. 170).

No entanto, muitas vezes o grés era utilizado, apenas, no enrocamento de pavimentos e nos alicerces de paredes, depois levantadas com taipa ou adobes. Estes processos construtivos, que utilizavam a terra crua, amassada com água e por vezes com alguma cal, embora tenham sido muito usados na Península pelos Muçulmanos pertenciam, no Algarve, à tradição autóctone que no Sul de Portugal remonta ao Calcolítico, tendo perdurado até ao século XX (Silva e Soares, 1987, p. 39).

Verificámos que, em Silves, a taipa foi largamente usada nas edificações almoadas da alcáçova, como nas habitações, da mesma época, postas à vista a sul da Sé, na rua da Arrochela e no local onde hoje se ergue o Museu Municipal, assim como em habitações dos séculos XV-XVI, daqueles dois últimos locais.Também grande parte das muralhas e torres que cercavam a medina de Silves foram edificadas com taipa, que sobreviveu até hoje, embora com alicerces, a parte inferior e os cunhais de alvenaria de pedra.

As argilas, aluminossilicatos mais ou menos impuros, são muito comuns na região de Silves, formando massas volumosas por alteração das rochas de que derivam. Por isso elas foram aproveitadas tanto no fabrico de taipas, como de adobes, mas, de igual modo, na elaboração de outros materiais de construção, cerâmicos, nomeadamente de tijolos, ladrilhos, telhas e canos.

A taipa, por vezes semelhante ao *opus signinum* romano, era elaborada com barro amassado, areia e cascalho, a que por vezes se juntava cal, sendo depois bem calcada, entre enxaméis ou taipais, permitindo edificar estruturas resistentes, de modo rápido e pouco dispendioso. A qualidade da taipa variava em função das terras disponíveis em cada sítio e, por isso, podemos distinguir, na região de Silves, a do Litoral, a do Barrocal e a da Serra. Esta última é a de melhor qualidade, devido à existência da denominada terra "talisca", mais plástica e contendo pequenos fragmentos de xisto argiloso que ajuda a ligar e a consolidar a terra.

Para termos uma ideia sobre a rapidez da construção em taipa podemos mencionar que uma equipa, constituída por quatro pessoas e durante um dia de trabalho normal ou de oito horas, podia executar seis a oito taipais, em paredes de 0,50 m de espessura, ou seja 4 m^3 a 6 m^3 de paramento sem vãos. Estes eram, em geral, abertos depois da parede executada, por demolição, à picareta.

No *"Livro do Almoxarifado"* de Silves faz-se referência à existência do sítio e da ribeira das Taipas onde, segundo Garcia Domingues,*"há terras arenosas e argilosas até há pouco tempo procuradas para a construção de taipas"* (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 61, 90).

Com o mesmo tipo de terra utilizada na taipa podia-se produzir os adobes — *attob* em árabe.

Aquela técnica foi certamente muito desenvolvida, no Sul de Portugal, a partir da I Idade do Ferro, devido à presença fenícia. Plínio (*H.N.* VII, 194) atribuiu a invenção do

adobe aos gregos atenienses e Vitrúvio, no século I a.C., refere as suas altas qualidades construtivas, chamando-lhes tijolos de tipo *"lídio"*, dizendo medirem um pé e meio de comprimento por um pé de largura (Dalmas, 1986, p. 52, 53; Lillo Carpio, 1993, p. 87, 89).

A massa daqueles elementos construtivos era moldada em formas, paralelepipédicas, de madeira, as "adobeiras" ou "adobeiros", e os adobes deixavam-se a secar ao sol. Empregavam-se sobrepostos, como o tijolo, mas com as juntas verticais desencontradas. As medidas mais habituais, usadas até há alguns anos na Serra, no Litoral e em boa parte do Barrocal do Barlavento, eram 0,15 m x 0,30 m x 0,15 m ou x 0,19 m x 0,30 m x 0,18 m.

Não se têm identificado, em Silves, muitas construções islâmicas em tijolo, sendo excepção três pequenos depósitos de água, situados junto a complexo de banhos de casa almoada do Castelo (casa A), talvez devido à abundância de pedra, fácil de obter e de trabalhar, como o arenito vermelho.

Os ladrilhos encontram-se representados na camada 2 (século XIII) do Castelo, onde revestem diversos pavimentos, como o jardim da casa antes citada, embora tenham sido mais divulgados na área urbana, a partir do século XV.

As telhas de canudo foram muito difundidas durante o Período Islâmico, tendo a sua utilização sido reconhecida, tanto na alcáçova como na área urbana de Silves, desde os níveis do século VIII. Embora com variantes formais, ainda actualmente se empregam com o nome de "telha mourisca" ou "árabe".

As telhas seriam produzidas em fornos próprios, conforme se depreende do *"Foral de Silves"*, de 1266, e do de Porches, de 1286, onde se lê, explicitamente, *"Dêem a dízima dos fornos de telha"*. Ficavam, no entanto, isentos de pagar tal imposto os fornos de olaria de Silves (Andrade e Silva, 1993, p. 24; Botão, 1989, p. 34, 40; Iria, 1988, p. 275).

As telhas devem ter causado certa admiração ao "Cruzado Anónimo", conforme se depreende do trecho que anteriormente transcrevemos. Aquele autor, ignorando, possivelmente, o seu nome, dado serem feitas de barro, denomina-as *"ladrilho"* (Pimenta, 1982, p. 170).

Ainda há bem poucos anos produziam-se "telhas de canudo" nas proximidades de Silves, nomeadamente junto à ribeira das Fontes, aproveitando depósitos aluvionares do Arade, tendo existido outros telheiros na zona de S. Bartolomeu de Messines, também próximos daquele mesmo rio.

As paredes das habitações, quer fossem construídas em pedra, taipa ou adobe, eram rebocadas com argamassa de cal e areia, permitindo melhor isolamento, dadas as capacidades hidrófugas da cal, melhores condições de higiene e maior conforto. Este processo, que aliás ainda se mantém, registou-se durante toda a permanência muçulmana na região.

A cal foi utilizada, de igual modo, no estuque de paredes e tectos, sendo empregue, misturada com areia, na constituição de pavimentos. A recorrência do seu uso permite presumir que existiriam localmente, ou não longe, fornos para o seu fabrico. Estes encontram-se referenciados, no século XVI, na *"aldeia de Estombar"*, zona rica em calcários que, como vimos, não existem na Serra, nem, tão pouco, no Barrocal da região de Silves. Naquela época, parte da cal produzida no Algarve abasteceria empreendimentos portugueses no Norte de África (Magalhães, 1970, p. 182).

Os autores muçulmanos que descreveram Silves, relatam-nos a existência, no seu território, de montanhas que forneciam grandes quantidades de madeira, por certo na zona de Monchique e em outros pontos da Serra. Aquela seria exportada através do porto e, por ser numerosa, abasteceria não só o estaleiro de construção naval ali documentado, como o de *al-Kars Abu-Danis*, a actual Alcácer do Sal (Blázquez, 1901, p. 16; Lévi-Provençal, 1938, p. 130, 1953, p. 91; Molina, 1983, p. 59; Vallvé Bermejo, 1980, p. 222).

2.1.5.2. Mineração

As numerosas minas, proto-históricas e romanas, existentes no Barlavento Algarvio, continuaram a ser exploradas segundo as mesmas técnicas, embora em moldes distintos, após a instalação dos Muçulmanos na região (Fig. 32). Recordemos que a economia romana na Península Ibérica assentava, sobretudo, na mão de obra escrava, enquanto que durante o Período Islâmico os dados actualmente disponíveis indicam explorações de tipo familiar e de menores dimensões. Todavia, somente, em duas delas foi, claramente, registada aquela presença, através de objectos de cerâmica. Nas restantes, os trabalhos ulteriores destruiram, provavelmente, os vestígios das minerações medievais.

Estácio da Veiga classifica como sendo *"cerâmica árabe"*, o espólio encontrado junto da mina de manganês do Morração, pertencente à actual freguesia da Bordeira, no concelho de Aljezur, assim como as *"candeias de barro"*, da mesma época, recolhidas na mina de cobre de Santo Estêvão, freguesia de S. Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves (Veiga, 1889, p. 42, 52) (Fig. 33).

Os materiais provenientes daquela última mina são os únicos que se conservam e, apenas, uma das lucernas, presentemente no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, poderá ter sido utilizada até ao início do século VIII. Trata-se de lucerna (Fig. 34), com representação de motivo estrelar octogonal sobre o corpo, que reproduz a forma Salomonson X de *terra sigillata* africana. Esta foi fabricada a partir de finais do século IV e até ao século VII, momento em que a sua produção entrou em crise devido à ocupação daquele território pelos Muçulmanos (Beltrán, 1990, p. 266, 277, Fig. 127, n.° 1155). Trata-se, no entanto, de forma muito difundida, tanto no Norte de África como na Península Ibérica.

O minério mais abundante no Barlavento seria o cobre mas existia, também, ferro, manganês e, possivelmente, ouro. Estes metais estariam distribuídos pelos cerca de dezoito sítios identificados como mostrando vestígios de antigas minerações, em galeria ou cortas a céu aberto, em geral no Barrocal e, em especial, nas áreas dos actuais concelhos de Aljezur, Silves e Loulé. Podemos, pois, presumir, da sua exploração durante a permanência muçulmana na região.

O minério de cobre terá sido explorado nas minas do Margalho, do Penedo e na de Aljezur, todas naquele concelho (Veiga, 1889, p. 78, 79, 1891, p. 63, 1905, p. 109).

No concelho de Silves, as minas de cobre localizam-se na actual freguesia de S. Bartolomeu de Messines. A mais importante seria a de Santo Estêvão a que pertenceriam, segundo Claude Domergue, as minas da Defesa e Cumiada[3], sendo esta última, apenas, tratada separadamente por Leite de Vasconcellos (Domergue, 1987, p. 520; Vasconcellos, 1918, p. 119, 120). Estácio da Veiga (1889, p. 49-53), por informação do engenheiro Schiappa de Azevedo, de 1864, assinala, próximo das duas minas referidas, a da Estrada e do Lagar, reconhecendo, nas quatro, vestígios de antigas minerações que poderão remontar à Idade do Bronze.

Aquela zona, situa-se a cerca de cinco quilómetros para nordeste de Silves, tendo sido a mina de Santo Estêvão, no século XIX, objecto de estudos de natureza geológica, mineralógica e económica, indicando então as análises de amostras de minério, dali proveniente, alto teor de cobre (38,55%) (Veiga, 1889, p. 49-53, 78, 79, 1891, p. 79, 80). Análises recentes, efectuadas a partir de amostra recolhida à superfície, na mina da Cumiada, mostrou percentagens inferiores, embora altas, com variações entre 11,48% e 19,71%, sendo os valores intermédios entre 15,29% e 13,45% (Cardoso, 1994, p. 149, 150).

Além das minas referidas existem, ainda, na zona de S. Bartolomeu de Messines, a mina de Picalto ou Pico Alto, onde, em trabalhos antigos, foram encontradas "*cunhas*" de cobre (machados planos), vendidas depois em Faro para serem fundidas; a do Zambujal e a do Monte Rosso, próximo da povoação da Amorosa, onde, segundo Estácio da Veiga, *"se*

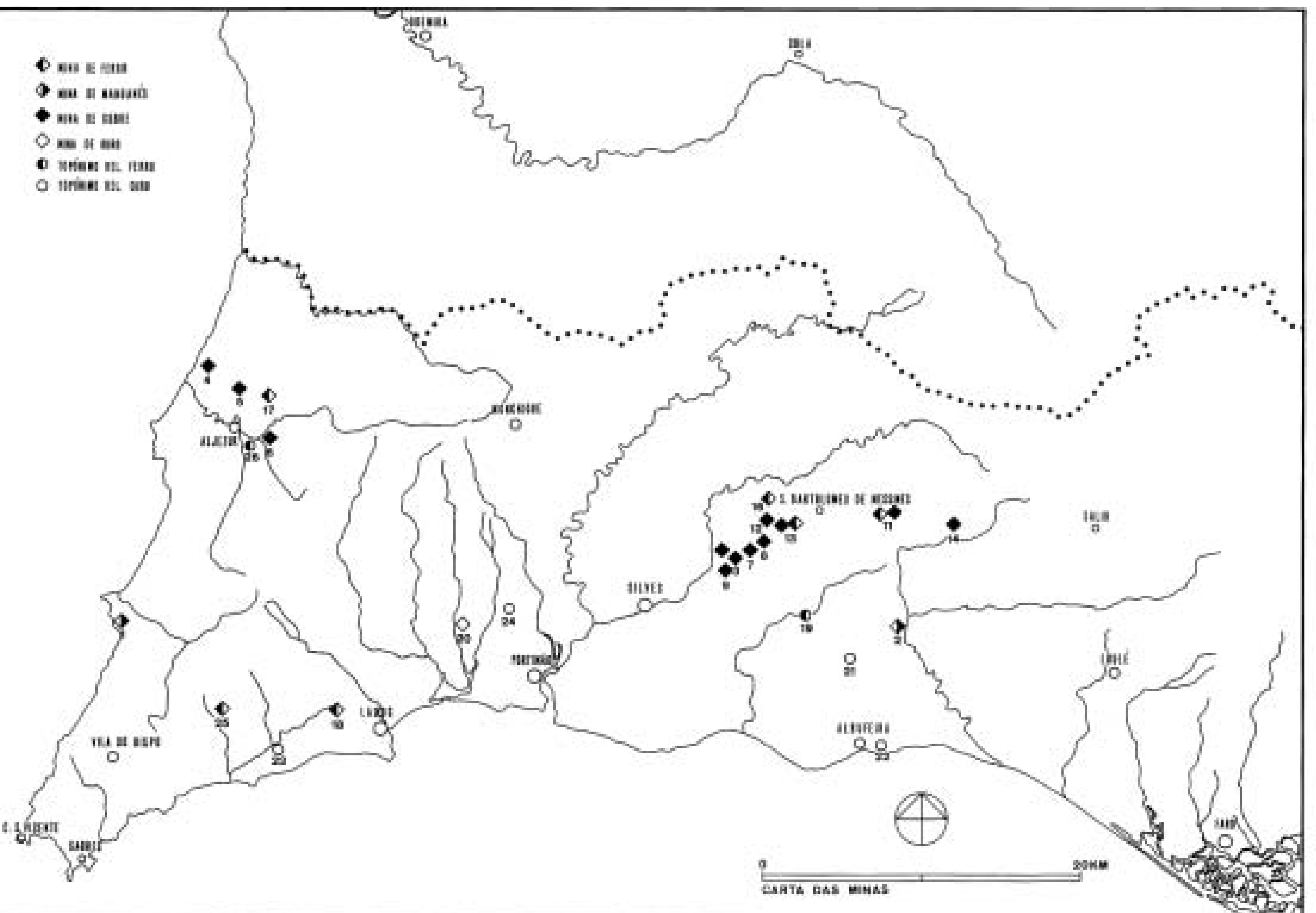


FIG. 32 – Carta das minas do Barlavento algarvio: 1 - Morração; 2 - Vale de Pêgas; 3 - Santo Estêvão; 4 -Margalho; 5 - Penedo; 6 - Aljezur; 7 - Defesa; 8 - Cumiada; 9 - Estrada; 10 - Lagar; 11 - Picalto: 12 - Zambujal; 13 - Monte Rosso; 14 - Atalaia; 15 -Vendinha do Esteval; 16 - Monte Agudo; 17 - Cerro do Rossio; 18 - Adualho; 19 - Ferrarias; 20 - Montoito; 21 - Cerro do Ouro; 22 - Oura; 23 - Almádena; 24 - Almadanim; 25 - Cerro do Haver; 26 - Ferrarias.

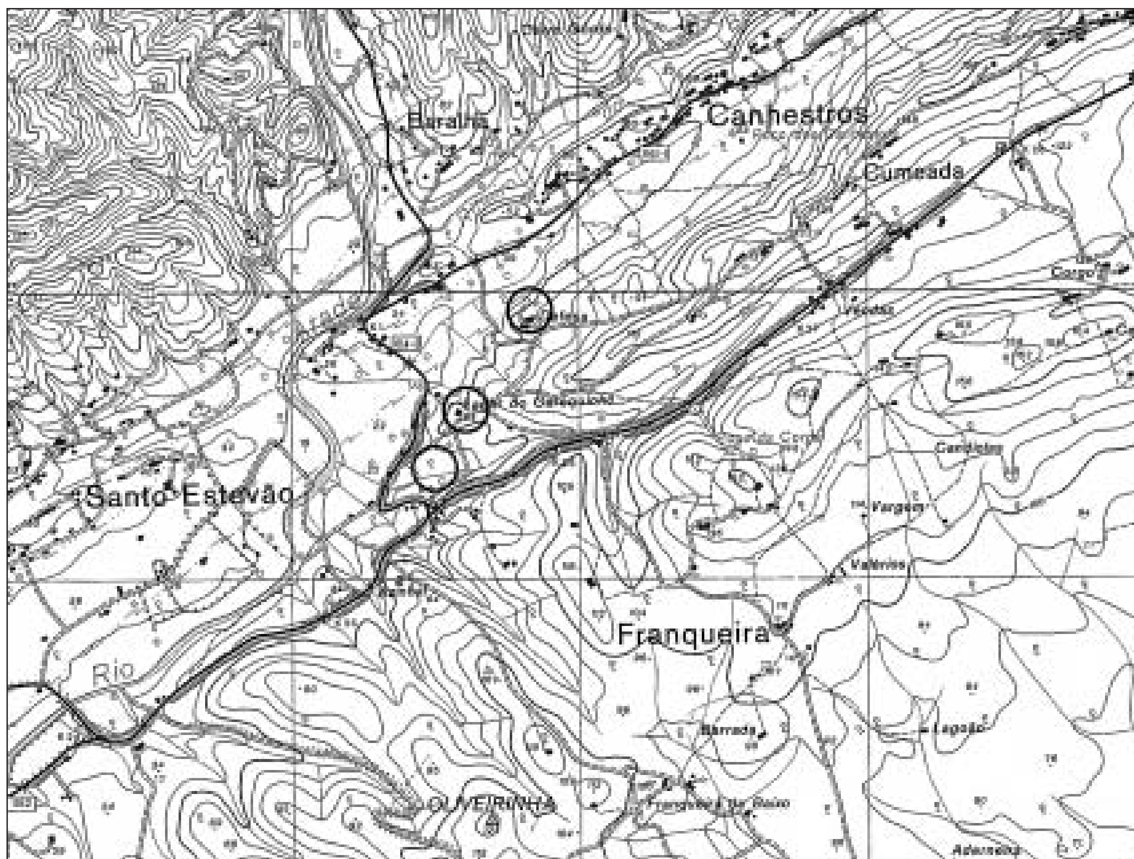


FIG. 33 – Localização das minas da zona da Cumiada (Silves).

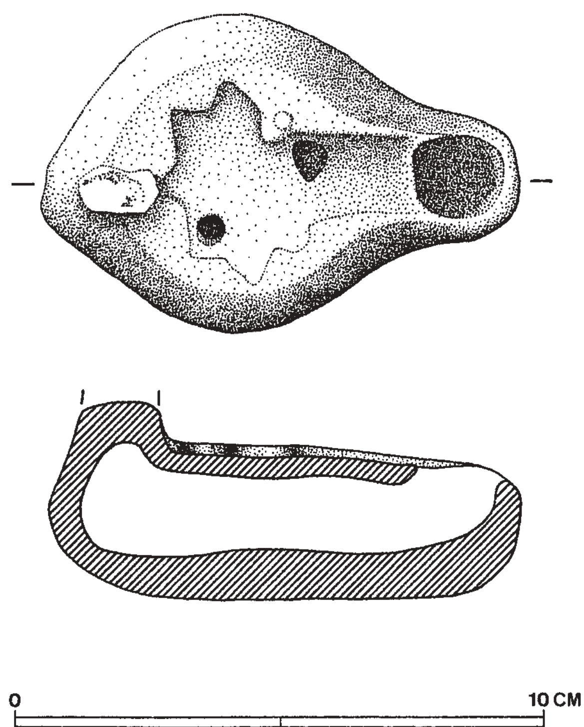


FIG. 34 – Lucerna proveniente da mina de Santo Estêvão, que guarda o Instituto Geológico e Mineiro.

têm achado instrumentos de trabalho romanos", provavelmente os *"objectos de cobre"*, referidos pelo mesmo autor, e que teriam sido vendidos a caldeireiro (Domergue, 1987, p. 520; Veiga, 1887, p. 364, 1889, p. 55, 57, 58, 78, 79, 1891, p. 80-82, 1905, p. 114).

No concelho de Loulé conhecia-se a mina da Atalaia, na freguesia de Alte, explorada, ainda em 1845, devido a concessão obtida, para o efeito, pelo conde de Farrobo. Das antigas explorações subsiste, no Museu Nacional de Arqueologia, lingote de cobre (Inv. 10219), rectangular, com os cantos arredondados (Domergue, 1987, p. 519; Veiga, 1887, p. 382, 1889, p. 37, 59-61, 1891, p. 83-85). Localiza-se na freguesia de Querença, no mesmo concelho, a mina da Vendinha do Esteval (Veiga, 1889, p. 50, 61-64). Nestas minas, além do metal referido, podia obter-se o sulfato de cobre ou caparrosa, muito utilizado, pelos Muçulmanos, na medicina e, em especial, na tinturaria.

O ferro foi explorado no Monte Rosso e no Monte Agudo, perto da povoação da Amorosa, no concelho de Silves, e, provavelmente, na mina de Picalto, no mesmo concelho. Podia, de igual modo, ser extraído dos jazigos do Cerro do Rossio e Cerro do Haver, nos concelhos de Vila do Bispo e Aljezur, e na do Adoalho, ou Adualho, no concelho de Lagos (Santos, 1971, p. 316; Veiga, 1889, p. 41, 42, 44, 45, 78, 79). Estaria relacionado com aquele minério o topónimo Ferrarias, existente tanto a sul de Aljezur como próximo de Algoz, o que pressupõe a existência de fornos e oficinas para a sua redução e trabalho. O ferro era utilizado não só na fabricação de peças empregues no quotidiano, urbano e agrícola, como de armas, conforme indicam as numerosas pontas de virotes de besta e de flechas, recolhidas nos níveis dos séculos XII-XIII do Castelo de Silves.

O ferro e as madeiras existentes no Barlavento tornavam o estaleiro de construção naval de Silves auto-suficiente, em relação às principais matérias-primas necessárias à sua actividade.

O manganês pode ter sido extraído na mina do Morração, freguesia da Bordeira, concelho de Aljezur e em Vale de Pêgas, na freguesia de Paderne, no concelho de Albufeira (Santos, 1971, p. 320, 321; Veiga, 1889, p. 42, 43, 58, 59, 1891, p. 89-91).

A mina de Montoito, na freguesia da Mexilhoeira Grande, concelho de Portimão, é a única onde se assinalou a presença de ouro (Santos e Ferreira, 1969, p. 54). Este metal, embora raro, foi explorado, desde tempos pré-históricos, conforme demonstra espólio calcolítico dos túmulos de Alcalar naquela zona, e em outros locais do Barlavento Algarvio, designadamente nas areias aluvionares de certas correntes fluviais. O mesmo tipo de exploração efectuava-se, segundo autores muçulmanos, no rio Tejo junto a Almada (*al-ma'aden*) cujo nome, de origem árabe, significa a mina, mineral ou metal (Vallvé Bermejo, 1995, p. 56; Blázquez, 1901, p. 21; Cintra, 1954, p. 67; Lévi-Provençal, 1938, p. 23; Lévi-Provençal e Torres Balbás, 1982, p. 174; Machado, 1958, p. 233).

No Algarve, além dos topónimos Almada do Ouro, no concelho de Castro Marim, existem, no Barlavento, Cerro do Ouro, perto de Tunes no concelho de Silves, Oura, no concelho de Albufeira, e vários locais com o nome de Almádena (cuja origem é a mesma de Almada).

Na região de Albufeira, possivelmente num dos locais assinalados, deverá ter existido ouro pois, D. Afonso III na carta de doação daquela povoação à Ordem de Avis, em 1250, reservava para si e seus sucessores *"as extracções de minérios, de ouro ou de prata ou de outro metal"*, referência que desaparece na Carta de Foral concedida por D. Manuel I, em 1504, onde se mencionam outros metais como o ferro, estanho e o cobre (Amado, 1993, p. 71, 72; 1997, p. 59, 61).

A exploração de ouro deixou outros indícios. Assim, no Reguengo do Castelo do Ninho existia, ainda no século XV, aldeia denominada *Almadanyn*, cujos vestígios ali permanecem

(Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 73, 103). Também a ribeira de Almádena, que corre nas freguesias da Luz e de Budens, pertencentes, respectivamente, aos concelhos de Lagos e de Vila do Bispo, poderia estar relacionada com a existência de aluviões auríferas.

2.1.5.3. Florestas e almargens

Parte da madeira obtida nas florestas, em torno de Silves, era transportada, através do rio, conforme se depreende da informação transmitida pelo Foral de D. Afonso III, datado de 1266, onde se pode ler *"Da madeira que vier por água dêm a dízima"* (Andrade e Silva, 1993, p. 24).

As árvores da região mais comuns eram o pinheiro (*Pinus pinea* L.), a nogueira (*Juglans regia* L.) e o castanheiro (*Castanea sativa* L.). Segundo fontes histórico-geográficas muçulmanas, que compilam obras dos séculos X a XIV, a madeira de Silves era exportada para vários países. Ainda recentemente, o castanho obtido na Serra de Monchique, entrava nos circuitos comerciais (Carabaza, 1996, p. 58, 60; Lopes, 1841, p. 150; Molina, 1983, p. 60). Todavia, existem referências aos cedros, conforme vimos no sub-capítulo anterior (cf. Cap. 2.1.3).

Aquela matéria-prima foi empregue na construção naval, a que já aludimos, e na edificação de habitações, sobretudo nos telhados e pisos elevados, que seriam estruturados por pilares e vigas, na fabricação de outros elementos arquitectónicos (portas, janelas,...) ou mobiliário, testemunhado arqueologicamente, através de fechaduras, chaves, pregos e aplicações metálicas.

Certos objectos usuais no quotidiano, tanto urbano como rural, eram elaborados em madeira, como barricas, cubas ou pipas para vinho, escudelas, pratos, colheres, diferentes alfaias agrícolas, cabos para peças metálicas e, ainda, as engrenagens de moinhos, azenhas, atafonas e noras, como, por vezes, alcatruzes destas.

Nos forais de Silves (1266) e de Porches (1286), o comércio de escudelas e de outros recipientes de madeira está regulamentado. Em Liétor (Múrcia) foram, recentemente, recuperadas taças e colheres, muçulmanas, de madeira, atribuídas aos séculos X-XI (Andrade e Silva, 1993, p. 24; Botão, 1989, p. 34, 40; Navarro Palazón e Robles Fernández, 1996, p. 82, 83). No entanto, dada a grande quantidade de cerâmicas encontradas, durante as escavações arqueológicas, nos níveis muçulmanos, parece-nos que a utilização de recipientes de madeira terá sido mais divulgada, dada a tradição cultural, nos níveis medievais ulteriores à conquista cristã, embora se encontrem, por ora, ausentes no registo arqueológico de Silves, mas sendo conhecidos, por exemplo, em Setúbal (Travessa da Portuguesa, escavações inéditas de C. T. da Silva, a quem agradecemos a informação oral).

As florestas serviriam, de igual modo, de refúgio às várias espécies de animais selvagens antes assinaladas e que, em alguns casos, poderiam constituir importante meio de subsistência de populações com menores recursos económicos e proporcionarem o entretenimento, através da actividade cinegética, das élites.

As árvores que povoavam florestas, bosques e matagais, nas vizinhanças de Silves, forneceram, também, lenha que abasteceu os fornos de pão, cerâmica, telha e de cal, assim como resina, com a qual se produzia o alcatrão (*al-qitrān*) e o pez (*al-zift*). Estes poderiam ser exportados, como produtos secundários da madeira, ou utilizados para calafetar as embarcações construídas no estaleiro da cidade (Lirola Delgado, 1993, p. 297; Vallvé Bermejo, 1980, p. 223).

Além das florestas, bosques e matagais, encontravam-se na região as almargens, palavra etimologicamente derivada do árabe (*al-marj*) que significa prado ou pastagem. Seriam, por isso, terrenos propícios para a criação de gado. Junto a Silves subsiste, ainda, actualmente o sítio do Almarjão, onde identificámos restos de importante alcaria.

Durante as escavações arqueológicas, que temos efectuado na área urbana de Silves, exumámos, conforme referimos, numeroso espólio osteológico, pertencente a ovino-caprinos e a bovídeos, tanto nos níveis muçulmanos como medievais portugueses, espécies por certo criadas nos terrenos de pastoreio que envolviam a cidade. Ali detectámos, também, elementos de fusos e de rocas, metálicos ou de osso, permitindo pressupôr que se fiava o linho e a lã. Esta seria tão abundante que, no Período Islâmico, chegou a ser exportada (Iria, 1988, p. 411).

A subsistência, em particular, dos bovinos, estava assegurada pelos abundantes terrenos de pasto da região de Silves, pois, ainda no século XVI, o gado de Loulé era levado a pastar, em certos anos, tanto no termo daquela cidade como no de Lagos (Magalhães, 1970, p. 113-115). Na mesma centúria (1573), durante pretensa caçada ao javali, um bovídeo surpreendeu, junto a Silves, D. Sebastião (Iria, 1976, p. 100).

2.1.5.4. Mar e rios

> *"As variações anuais da temperatura e salinidade parecem poder explicar a falta ou a abundância dos principais peixes de interesse económico, especialmente do atum vermelho e sardinha"* (RIBEIRO, LAUTENSACH E DAVEAU, 1991a, p. 70).

Os diferentes rios e, em especial, o mar, que banha o litoral do Barlavento Algarvio, seriam importantes meios de comunicação, permitindo não só os contactos com o *hinterland*, mas o comércio com o exterior, por vezes a grande distância. Eles proporcionavam, ainda, a pesca e a recolecção de mariscos, grandes fontes alimentares, usufruídas tanto pelas populações litorais como pelas do interior. De facto, o peixe, depois de salgado e seco, podia entrar nos circuitos comerciais, servindo como moeda de troca com diferentes produtos, mesmo de outras regiões da Península e até do Mediterrâneo, prosseguindo-se tradição comercial com origens na Proto-História e especialmente desenvolvida no Período Romano.

O estudo da fauna recolhida no interior das habitações muçulmanas do Castelo de Silves permitiu identificar, como já referimos, várias espécies de peixes e moluscos, a maior parte de proveniência marinha, sendo apenas duas as espécies piscícolas de origem fluvial, enquanto que a fauna malacológica procedeu, sobretudo, da área estuarina do Arade.

Além daqueles peixes seriam consumidos outros, como o atum (*al-tum*), que tanto poderia ser pescado próximo da praia, através de armações ancoradas ao fundo do mar, como a algumas milhas da Costa, com redes flutuantes (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991, p. 67, 68).

Uma fateixa de ferro, actualmente em exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Silves e recolhida junto da Praia do Carvoeiro, deve ter pertencido a armação para captura de atum (Figs. 35-37). Ela apresenta restos de cordas que puderam ser datados, através do radiocarbono, oferecendo cronologia situada entre a primeira e a segunda metade do século XIII, tratando-se, muito provavelmente, de produção muçulmana (Alves, Soares, Cabral, Gomes e Ribeiro, 1994, p. 409, quadro I).

Existiram no mar do Algarve, conforme documentam textos medievais e os dados arqueológicos, maior número de espécies do que aquelas pescadas nos nossos dias devido, entre outros factores, à actual escassez de plâncton, que terá enfraquecido biologicamente tanto as águas mediterrânicas como as atlânticas.

Aquela abundância representou uma riqueza real para as populações instaladas no Litoral, complementando a sua exploração sazonal com a agricultura e conduzindo a sistemas mistos de exploração do território. Assim acontecia em diferentes locais da Costa Algar-



FIG. 35 – Fateixa muçulmana encontrada ao largo da Praia do Carvoeiro (R II/92-9).



FIG. 36 – Pormenor de garra da fateixa muçulmana do Carvoeiro (R II/92-10).



FIG. 37 – Pormenor dos braços da fateixa muçulmana do Carvoeiro (R II/92-11).

via, onde a denominada "mão de obra anfíbia" servia prática económica agro-marítima, modelo herdado dos tempos longínquos da Pré-História e que terá, possivelmente, atravessado a Romanização (Amado, 1997a, p. 59-62; Gomes e Silva, 1987, p. 25).

A baleia, hoje desaparecida do mar do Algarve, caçava-se, provavelmente, no *Garb al--Andalus*. D. Afonso III, na carta de doação de Albufeira à Ordem de Avis de 1250, reservou para si e seus sucessores os direitos sobre a baleação mas, ulteriormente, D. Dinis, em 1340, arrendava as *"baleações"* algarvias a Afonso Domingues e em meados do século XIV, seriam o bispo e o cabido de Silves que *"detinham interesses"* na captura daqueles mamíferos (Iria, 1988, p. 214; Marques, 1987a, p. 112; Oliveira, 1905, p. 144). Persistem, ainda, entre Albufeira e Sagres topónimos como Balaia, e três locais com os nomes de Balieira, por certo reminiscências daquela actividade. Foi identificado fragmento de vértebra de baleia no interior da estrutura 8, da rua da Arrochela, em Silves, cujo espólio é atribuído a ocupação cristã dos séculos XIII-XIV (cf. Cap. 6.5.8.).

Além do nome de certas espécies piscícolas e de moluscos, pervive, na nossa culinária, receita muito divulgada — o peixe de escabeche (*al-mujallal*) — de origem oriental (Lirola Delgado, 1993, p. 374).

A actividade piscatória encontra-se reflectida nos espólios arqueológicos, da área urbana de Silves, através de pesos de rede, como os exemplares recuperados durante as escavações da Residência Paroquial ou na área anexa ao poço-cisterna (Silv.3), assim como por anzóis recolhidos no Castelo.

O mar fornecia, também, o sal que, além da sua utilização culinária, era fundamental na conservação dos alimentos, tanto da carne como do peixe, possibilitando o seu ulterior transporte e comercialização, a grandes distâncias, em recipientes de cerâmica ou em barricas de madeira. Alguns dos peixes assim conservados são, actualmente, muito apreciados no Algarve, como a moxama (em árabe *muxuamma'a* = seco), constituída por atum salgado e seco. Aquele termo regista-se, pelo menos, desde o século XVI (Machado, 1961, p. 192).

As salinas existiriam, tal como durante a Colonização Romana, junto à costa, nas zonas estuarinas, e teriam continuado a ser exploradas na região de Silves, sendo este facto assinalado no Foral daquela cidade, de 1266 e instituído por D. Afonso III, como no Foral de Porches, outorgado por D. Dinis em 1286 e, de igual modo, em 1504, no foral manuelino de Silves. Em todos eles o rei reservava para a Coroa as salinas, tanto as já em laboração, como as que viessem a ser construídas, assim como detinha o monopólio do sal. Havia mesmo em Silves, em meados do século XV, a Casa do Sal, conforme relata o *"Livro do Almoxarifado"*, para controlo daquele comércio e arrecadação dos direitos pertencentes ao Rei (Andrade e Silva, 1993, p. 23; Botão, 1989, p. 33, 39; Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 15, 81; Lopes, 1841, p. 278; Rau, 1984, p. 67).

Existe, presentemente, importante mina de sal gema no concelho de Loulé, embora não se saiba se terá sido conhecida e explorada na Idade Média, tal como aconteceu com jazidas semelhantes, na região de Saragoça e de Granada, aproveitadas pelos Muçulmanos (Arié, 1987, p. 236; Vallvé Bermejo, 1980, p. 220). Quer se tratasse de sal obtido nas salinas ou em minas, este produto entraria facilmente nos circuitos comerciais sendo, por isso, exportado para outras regiões.

No mar, junto ao Cabo de S. Vicente, havia coral (*marŷān*), empregue tanto na joalharia como na ornamentação. Considerado, ainda hoje, importante artigo de luxo seria, por tal facto, comercializado (Lirola Delgado, 1993, p. 380). A sua exploração, possivelmente naquele local e *"nas costas de Portugal"*, efectuou-se durante a permanência muçulmana tendo-se registado a mesma, assim como o seu tráfico, a partir, pelo menos, da Época Omíada (Gozalbes Cravioto, 1991, p. 31). Ulteriormente, a sua procura manteve-se dado que, em

15 de Janeiro de 1450, o Infante D. Henrique obteve concessão para, durante cinco anos, poder explorar e vender coral, só pagando metade da dízima usual. Monopólio semelhante foi, anteriormente, concedido a estrangeiros (Iria, 1989, p. 43, 74, 75; Lopes, 1841, p. 100; Marques, 1987a, p. 112, 169, 176; Sousa, 1991, p. 25, 209, 210).

O coral pode ter sido utilizado pelas populações orientais, instaladas em Silves, pois, como se sabe, atribuíam-lhe propriedades profilácticas. Nas escavações por nós efectuadas, na área urbana daquela cidade, verificámos que as peças de coral, pertencentes a pendentes, são, por ora, apenas provenientes de níveis medievais portugueses, pois teria, para os Cristãos, de igual modo, função apotropaica, acreditando-se ser capaz de curar doenças, constituir antídoto para venenos e afastar o mau-olhado.

O ambar cinzento (*'anbar*), empregue na perfumaria e na medicina, existiu na região que temos vindo a tratar, conforme se depreende em *"Una Descripcíon Anónima de al-Andalus"*, dos fins do século XIV, onde se lê: *"Nas costas do oceano ocidental recolhe-se um ambar cinzento ('anbar) de tão alta qualidade que não tem igual paralelo no mundo habitado"* (Molina, 1993, p. 19; Trillo San José, 1996, p. 258).

No *"Mapa Económico da Espanha Muçulmana"*, Lévi-Provençal e Torres Balbás (1982, p. 172) assinalam a existência de ambar em zona próxima do Cabo de S. Vicente. Aquela substância, dado o seu valor, pode ter sido explorada, apenas, durante a permanência muçulmana, tendo constituído mais uma das riquezas naturais do Barlavento Algarvio.

Para além dos recursos naturais oferecidos pelo mar e rios existentes no território de Silves, devemos, ainda, referir que a água proveniente dos rios, ribeiras e fontes era fundamental para o abastecimento dos principais núcleos urbanos. Assim, tornava-se necessário, muitas vezes, dada a sua extrema importância, construir dispositivos dedicados à sua defesa como a couraça, que protegia o acesso ao precioso líquido. Recordemos que a tomada da couraça de Silves foi decisiva para a conquista cristã da cidade, em 1189.

Os rios permitiam, igualmente, o desenvolvimento de sistemas de regadio, através da construção e organização de acéquias para distribuição de água aos terrenos limítrofes, proporcionando o desenvolvimento agrícola, de hortas e pomares, e a consequente riqueza das populações. A palavra acéquia deriva do árabe onde significa o mesmo que em português: açude, ribeiro ou canal para rega.

Algumas águas continham propriedades medicinais e, ainda hoje, existem diversas "fontes santas" na Serra em torno de Silves. Todavia, tiveram especial importância as águas termais, sulfurosas, de Monchique, utilizadas pelo menos desde o Período Romano e até à actualidade. Por ali passou D.João II na sua derradeira viagem por Terras do Algarve, onde viria a falecer, tentando aliviar os irremediáveis males de que padecia.

O próprio topónimo Monchique (a montanha sagrada em árabe) reafirma a transcendência do local, talvez originalmente ligado à existência das nascentes salutíferas, cujas propriedades medicinais seriam milenarmente conhecidas.

2.2. Das origens à islamização

2.2.1. Pré e Proto-História

A grandeza de *medinat Xelb* é o culminar de evolução, lenta e gradual, tendo, em nosso entender, antecedentes que podem remontar à Idade do Bronze; altura em que se acentuaram as desigualdades entre cada região, devido às suas riquezas naturais, meios de produção e comercialização. Estes factores, que permitiram grande desenvolvimento econó-

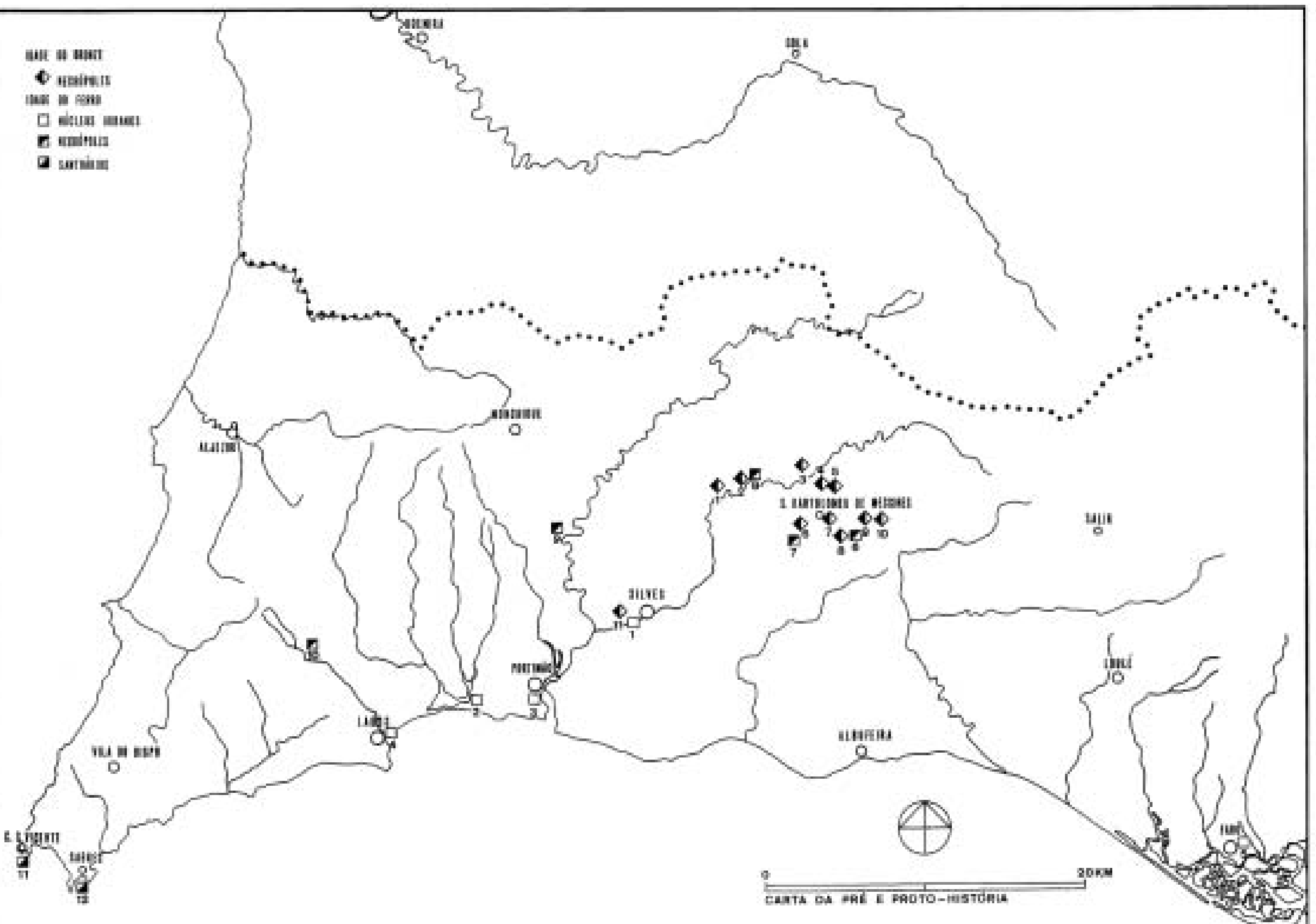


FIG. 38 – Carta dos principais arqueossítios pré e proto-históricos do Barlavento algarvio.Idade do Bronze: 1 - Alfarrobeira; 2 - Passadeiras; 3 - Charrua; 4 - Gavião; 5 - Furadouro; 6 - Monte Boi; 7 - Monte da Figueira; 8 - Portela; 9 - Zambujal; 10 - Messines; 11 - Monte Branco. Idade do Ferro: 1 - *Cilpes* (Rocha Branca/Silves); 2 - *Ipses* (Alvor Velho); 3 - *Portus Hannibalis (?)* (Portimão); 4 - *Lacobriga*; (Monte Molião); 5 - *Ossonoba* (Faro); 6 - Cômoros da Portela; 7 - Benaciate; 8 - Passadeiras; 9 - Dobra; 10 - Fonte Velha; 11 - Cabo de S. Vicente; 12 - Ponta de Sagres.

mico e a interacção cultural, beneficiados por estímulos provindos tanto do Atlântico, da Europa Central como do Próximo Oriente, conduziram a uma maior especialização artesanal e, consequentemente, a uma mais marcada hierarquização social das populações autóctones.

A riqueza cuprífera da área do actual concelho de Silves terá permitido maior interacção e o desenvolvimento das comunidades da Idade do Bronze ali instaladas, associando-se a terrenos férteis, tanto da Serra como do Barrocal, servidos por vias de comunicação terrestres ou fluviais. Embora, por enquanto, se conheçam, preferencialmente, as necrópoles, assim como alguns artefactos, é provável que os povoados maiores ficassem próximos, em sítios com boas condições naturais de defesa e, possivelmente, reforçados por muralhas. Mas existiram, também, pequenos *habitats*, do tipo das granjas, dependentes da exploração agro-pecuária, talvez em regime familiar, situados em zonas sem condições naturais de defesa e próximos de cursos de água. Algumas destas populações podiam instalar-se, sazonalmente, no Litoral para usufruirem, em determinados meses, dos recursos naturais proporcionados pelo mar e, provavelmente, para comercializarem alguns dos seus excedentes. Participámos na escavação de assentamento deste tipo descoberto, e parcialmente intervencionado, junto a Faro, no sítio das Pontes de Marchil.

Foi Estácio da Veiga (1891, p. 235) quem, primeiramente, identificou e atribuiu à Idade do Bronze, no concelho de Silves, artefactos e necrópoles (Fig. 38). Estas, eram constituídas por sepulturas do tipo cista, abertas no solo ou no substrato rochoso, delimitadas e cobertas por lajes, tendo planta de forma sub-quadrangular, rectangular ou trapezóidal. Um dos cemitérios localizados por aquele arqueólogo pioneiro situava-se no Serro da Figueira, a 800 m sudeste da igreja de S. Bartolomeu de Messines, e ofereceu punhal de cobre semelhante a outro proveniente do Monte Boi, a 600 m a oeste daquele mesmo templo, junto à estrada que liga a povoação mencionada a Silves (Veiga, 1891, p. 82, 83, 286, 287). Outras cistas foram reconhecidas no Serro da Portela, a sudeste do templo referido, no Zambujal, a 1 km noroeste de Messines, assim como existiam diferentes núcleos de tais monumentos nos relevos próximos daquela povoação, tendo sido recuperada, em um deles,*"adaga de cobre"* (Veiga, 1887, p. 81, 286, 1891, p. 80-82, 284). O mesmo autor atribuiu os vestígios de antigas minerações, que reconheceu no Pico Alto ou Picalto e no Monte Rosso, assim como os artefactos de cobre que recolheu naqueles locais e na proximidade do Monte do Pomar, às populações que sepultavam os seus mortos nas necrópoles por ele identificadas (Veiga, 1889, p. 55, 56, 1891, p. 80, 83).

A descoberta, na área urbana de Silves, de artefactos de pedra e de cobre, como dois machados daquele metal e restos de outro de bronze, assim como próximo da cidade (no alargamento da estrada que liga Silves a S. Bartolomeu de Messines), de ponta de flecha e de lâmina de alabarda, com espessamento central, e, ainda, de machados de pedra e percutores, juntamente com cerâmicas romanas e muçulmanas, entre os entulhos retirados da denominada Cisterna dos Cães, no Castelo de Silves, conduziram Estácio da Veiga (1887, p. 361-363, 1889, p. 125, 126; 1891, p. 78, 79, est. VII) a classificar tal poço, islâmico, como tendo pertencido a antiga mina. Considerou, em função de todos aqueles dados, a existência de um povoado proto-histórico — *"castrum"* — no local onde hoje se ergue a alcáçova (Veiga, 1889, p. 47). Todavia, as escavações arqueológicas, ali em curso, não confirmaram aquela classificação, dado não termos atingido, por ora, níveis contendo tais materiais.

No entanto, próximo da área onde hoje se ergue a cidade de Silves existiu povoado daquela época, o único até agora conhecido na região, junto ao rio Arade, no local denominado cerro da Rocha Branca onde, durante as três campanhas de escavações arqueológicas, se exumaram, no nível mais antigo de ocupação, cerâmicas da Idade do Bronze Final.

Entre estas destaca-se fragmento de taça carenada, com mamilos perfurados verticalmente, sobre a carena (Gomes, 1993, p. 79; Gomes, Gomes e Beirão, 1986, p. 78).

A prosperidade das comunidades daquele período pode ser compreendida através da troca de bens, como os metais, que permitiram contactos com o exterior. Estes são conhecidos, em particular, através da evolução da arquitectura tumular e dos espólios exumados nas necrópoles, conduzindo H. Schubart, em 1975, a considerar a existência de uma Idade do Bronze do Sudoeste que abrangeria, no actual território português, o Algarve e o Baixo Alentejo (Schubart, 1975).

Os contactos exógenos das populações instaladas na região da Serra e do Barrocal (cujo desenvolvimento económico estaria relacionado com a agro-pastorícia, a metalurgia e o comércio daí derivado) é testemunhado através de figurações de armas metálicas, em estelas descobertas nas necrópoles. Assim, observa-se na estela recolhida na necrópole de Alfarrobeira a figura de "objecto ancoriforme" que, em outros monumentos, costuma estar associado a representação de espada, como acontece na estela de Passadeiras I, na mesma zona, onde, além daquele artefacto, em outra face, se esculpiu, em relevo, espada, que parece pender de correia, com lâmina larga e empunhadura de guardas com extremidades semicirculares, terminada em botão duplo e, na face oposta, alabarda.

Espadas semelhantes foram, de igual modo, esculpidas nas estelas de Passadeiras II e III.

Aquelas armas têm vindo a ser datadas, através de paralelos com protótipos peninsulares e creto-micénicos, em torno aos inícios da segunda metade do segundo milénio a.C. (Gomes, 1994, p. 76, 86, 88, Fig. 2).

Tais monumentos, decorados com os atributos próprios das funções de chefia, teriam funcionado como símbolos do poder e identificavam os sepulcros onde jaziam os restos mortais de chefes-guerreiros, detentores do poder político-militar, económico e talvez religioso, conferindo-lhes, por isso, estatuto diferenciado (Gomes e Monteiro, 1976- 77, p. 328-330).

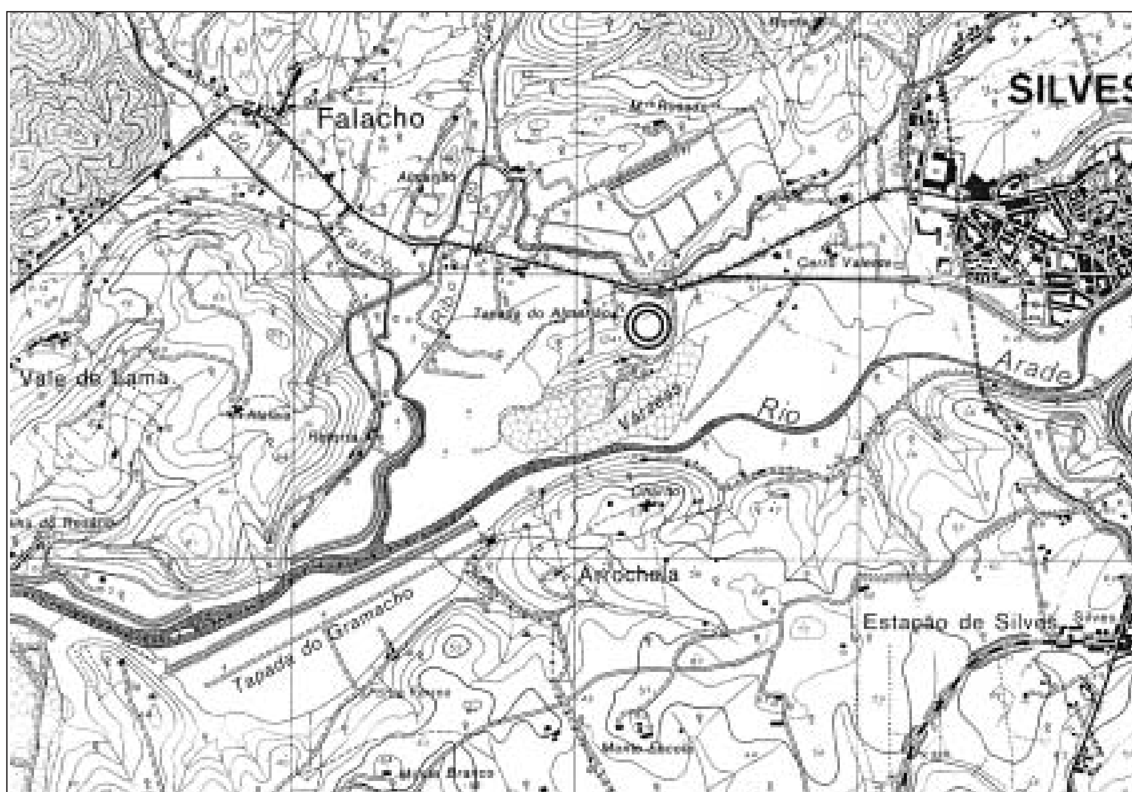


FIG. 39 – Localização do assentamento fenício-púnico da Rocha Branca (Silves).

A intensificação do comércio com o Próximo Oriente permitiu o contacto entre as populações instaladas no Sudoeste Peninsular com outras comunidades, cultural e tecnicamente mais desenvolvidas. A instalação de estabelecimentos comerciais fenícios, nomeadamente de entrepostos e de feitorias, com a consequente fixação de gentes exógenas, deram origem a alterações, de ordem económica, social e cultural, assim como à introdução de importantes inovações, como o fabrico de artefactos de ferro, da cerâmica montada ao torno rápido, à difusão da mais antiga escrita do Ocidente Europeu e aos primórdios do urbanismo.

Aquele novo surto civilizacional é conhecido no actual concelho de Silves, por ora através do estabelecimento fortificado do cerro da Rocha Branca e de três necrópoles; a dos Cômoros da Portela, de Benaciate e das Passadeiras, a nordeste daquela cidade e não longe de S. Bartolomeu de Messines.

Desde os séculos VIII e até ao século V a.C. existiu, na Rocha Branca feitoria fenício-púnica, localizada em antiga península, rodeada pelas águas do rio Arade, tendo, por isso, fácil acesso ao mar mas, dada a sua situação, controlaria quem se aproximasse por via fluvial (Fig. 39).

As mais antigas estruturas ali identificadas correspondem a casas e armazéns que seriam defendidos por forte muralha, com cerca de 1,50 m de espessura, construída com grandes blocos de calcário e de arenito, formando planta sub-rectangular. Ulteriormente, entre os séculos VI-V a.C., foi edificado novo dispositivo defensivo, com blocos de menores dimensões, abrangendo espaço mais reduzido, com planta de forma ovalada, mas defendido por torres, ocas, sub-rectangulares.

A atribuição cronológica que referimos foi possível devido à estratigrafia reconhecida e aos espólios ali recolhidos, obtendo-se a sua confirmação através de análises radiocarbónicas. Estas ofereceram, para a fase de ocupação mais antiga, depois de devidamente calibradas, datações compreendidas entre 752 cal BC e 530 cal BC (Gomes, 1993, p. 82, 83).

Entre os materiais exumados contam-se cerâmicas orientais, montadas ao torno rápido, como ânforas e as produções cinzentas e de verniz vermelho (pratos e taças de bordo horizontal), com as superfícies de tom salmão ou acastanhado, de boa qualidade, conforme é próprio dos exemplares recuados.

Feitorias semelhantes poderão ter existido em outros pontos do Barlavento, no Alvor (*Ipses*) e no Monte Molião (*Lacobriga*), em território dominado pelos Cinetes. Este povo instalou-se em toda a região até ao Cabo Cinético (actual Cabo de S. Vicente) e partilhava o Algarve com os Cónios, cujo território se situava a oriente, até ao rio Guadiana, segundo informação do *"Périplo Massaliota"*, do século VI a.C., transmitida por Avieno na "*Ora Maritima*" (200-225) (Schulten, 1955, p. 105-108, 1959, p. 340-342).

Foi durante a I Idade do Ferro que se acentuaram as diferenças entre os núcleos proto-urbanos, onde afluiam estrangeiros e, em especial, bens sumptuários, e os meios rurais onde o trabalho, na terra e nas minas, continuou a ser executado com tecnologias ancestrais.

Nas necrópoles dos Cômoros da Portela, de Benaciate e das Passadeiras, exumaram-se estelas funerárias epigrafadas que, tal como as anteriores da Idade do Bronze Final, demarcariam as sepulturas dos chefes ou de elementos socialmente destacados daquelas comunidades. Tais monumentos, contendo a mais antiga escrita conhecida no Ocidente Europeu, confirmam a presença de élites cultas e a grande influência provinda do Mediterrâneo Oriental. No fragmento da estela denominada Benaciate I observa-se, além da banda epigrafada, de que restam somente quatro caracteres, a representação de cavaleiro.

Este apresenta gorro ou tiara alta, à maneira oriental, e parece montar, de lado, o cavalo, conduzindo-o pela rédea, podendo representar a heroicização equestre do guerreiro tumulado, ligada ao mito da "última viagem".

Na região em apreço conhecem-se outros fragmentos de estelas epigrafadas, tendo-se registado a presença de dez exemplares no concelho de Silves e de seis no de Lagos (Silva e Gomes, 1992, p. 162). Esta escrita, utilizada entre os séculos VIII a.C e VI a.C., não encontra antecedentes locais nem foi usada ulteriormente e teria sido, possivelmente, compreendida apenas por certas élites.

Seria pertencente a túmulo de importante personagem da região de Silves, o fragmento de esfinge proveniente daquela cidade e actualmente em exposição no seu Museu Municipal de Arqueologia. Esculpida em mármore, muito branco, apresenta cabeça, com elaborado penteado de tranças e canudos, à maneira grega, conforme paralelos dos finais do VI a.C. ou dos inícios da centúria seguinte.

Em meados do século V a.C. e no século IV a.C. chegam ao Algarve contributos culturais e, possivelmente, populações de origem continental, sobretudo mesetenha, com influência celta (*Celtici*), que desconheciam a escrita e a cerâmica montada ao torno rápido, provocando profundas alterações sócio-económicas, culturais e políticas, dando origem à II Idade do Ferro.

Reconhecemos tais influências na estação arqueológica da Rocha Branca, através da presença de cerâmicas manuais, decoradas com impressões e incisões, cozidas em ambiente redutor e provavelmente de produção local ou regional. Identificaram-se outras, importadas, de influência cartaginesa e ibero-púnica, como ânforas, vasos decorados com bandas, pintadas de cor vermelha escura ou castanha, taças e pratos de "verniz vermelho", de tipo tardio, assim como fragmentos de cerâmica grega, como *kylikes*, decorados com figuras vermelhas, alguns atribuíveis ao pintor de Viena do grupo 116, activo em 375--350 a.C. (Rouillard, 1991, p. 182, 183, 415, 460). Também se exumaram objectos metálicos e peças de vidro, que incluem contas e um, raro, fragmento de *amphoriskos* de pasta vítrea policroma.

Perto de uma das mais importantes minas da região, a de Santo Estêvão, foram recolhidas duas esculturas, de bronze: um caprino, provavelmente utilizado no culto da divindade pré-romana, com carácter ctónico, Atégina, assim como a, possível, representação da própria deusa, de pé e envolta em comprida túnica.

Nos últimos tempos proto-históricos assistiu-se ao desenvolvimento de diversos aglomerados populacionais, dando origem a cidades de que se conhecem certos topónimos, encontrando-se na origem de algumas urbes algarvias actuais, como *Balsa*-Tavira, *Ossonoba*-Faro, *Cilpes*-Silves e *Lacobriga*-Lagos. *Ipses* deu lugar ao Alvor e *Portus Hannibalis* talvez a Portimão. Os contactos com o Mediterrâneo Oriental diminuem, sendo os espólios importados primeiramente, de origem cartaginesa, em substituição do comércio fenício ou helénico, e, depois, itálica.

A ocupação tardo-sidérica da Rocha Branca ofereceu materiais com influência itálica, como ânforas (Dressel 1-A), e cerâmicas campanienses, a que estão associados denários romanos, de prata, datados entre 149 a.C. e 121 a.C. O seu desenvolvimento nos inícios da Romanização conduziu a importante núcleo urbano que cunhou moeda com a legenda *Cilpes*, no século I a.C. Talvez ali residisse a sede de uma terceira *civitas* algarvia, que dominasse todo o Algarve Ocidental, em paralelo com *Ossonoba*, no Algarve Central, e *Balsa*, no Algarve Oriental (Alarcão, 1990, p. 361; Gomes, 2001, p. 31; Veiga, 1889, p. 47, 1910, p. 229, 232, 233) (Fig. 40).

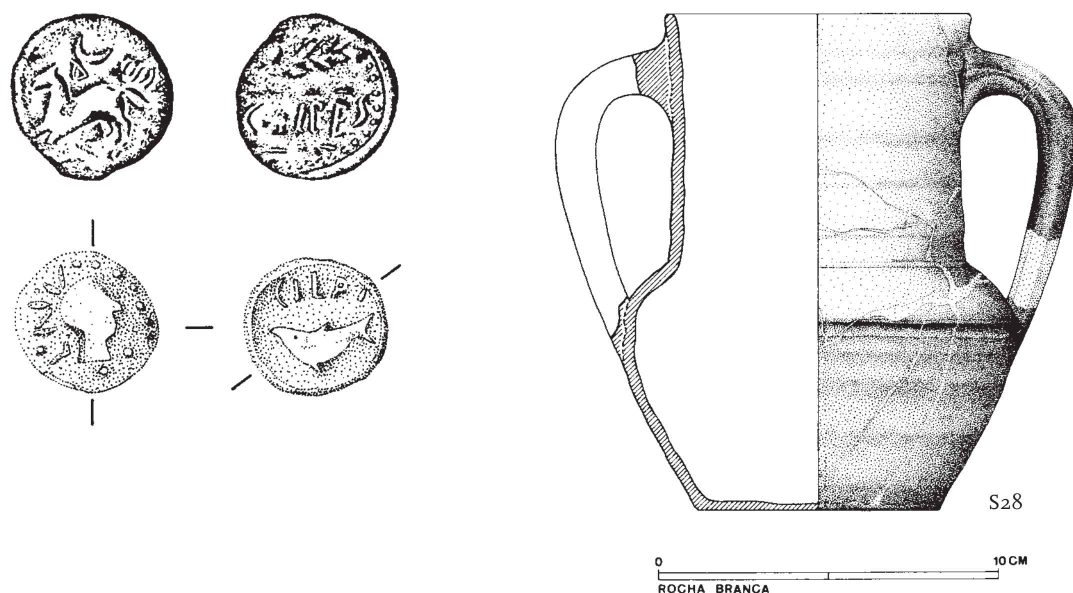


FIG. 40– Numismas de *Cilpes* (um encontrado nos arredores de Silves e o outro no Monte Molião-*Lacobriga*) e púcaro islâmico da Rocha Branca.

2.2.1.1. Colonização Romana

A Romanização do Algarve e a implementação de uma nova ordem político-administrativa e económica, originou a transformação dos antigos *oppida* indígenas. No Barlavento verificou-se o desenvolvimento, preferencialmente, de povoações litorais, como *Portus Hannibalis* (Portimão), *Ipses* (Alvor), *Lacobriga* (Lagos), assim como a instalação de *villae* nas suas proximidades. A exploração dos férteis terrenos agrícolas, como dos recursos mineiros e marinhos, estes conduzindo à produção de preparados e conservas de peixe (*garum* e *liquamen*), pelo menos até aos séculos IV-V, proporcionaram riqueza às élites e algum bem-estar às populações ali instaladas (Edmondson, 1990, p. 132, 142; Fabião, 1992-93, p. 248, 249; Ponsich, 1988, p. 233, 234).

Pensamos, conforme acima referimos, que o primitivo núcleo urbano, responsável pela origem da actual cidade de Silves, se localizaria no cerro da Rocha Branca, a partir do assentamento fenício-púnico ali existente, tendo, durante o Período Imperial, continuado a sua vocação de entreposto comercial. Esta manteve-se, pelo menos, até ao século IV, como demonstram, entre outros materiais arqueológicos, os numerosos fragmentos de ânforas ali recolhidos. Contudo, a permanência humana no local perviveu, pois entre as terras revolvidas, que proporcionaram a descoberta daquela estação arqueológica, recolhemos cerâmicas medievais, nomeadamente do Período Muçulmano.

A presente área urbana de Silves teria, já no século II, importante templo, conforme testemunham dois volumosos capitéis de mármore, lápides e alguns materiais encontrados dispersos, datando também, por certo, daquele período os indícios da sua estruturação viária, que ainda hoje caracterizam o centro histórico da cidade (Fig. 41).

Assim, a Silves medieval, terá herdado do planeamento romano duas grandes vias, correspondentes ao *cardo maximus* e ao *decumanus*, que se cruzam junto à Sé.

Dali provêm os capitéis referidos, um deles encontrado aquando das obras efectuadas, nos anos quarenta, na zona fronteira ao templo mencionado (Fig. 42). O segundo capitel,

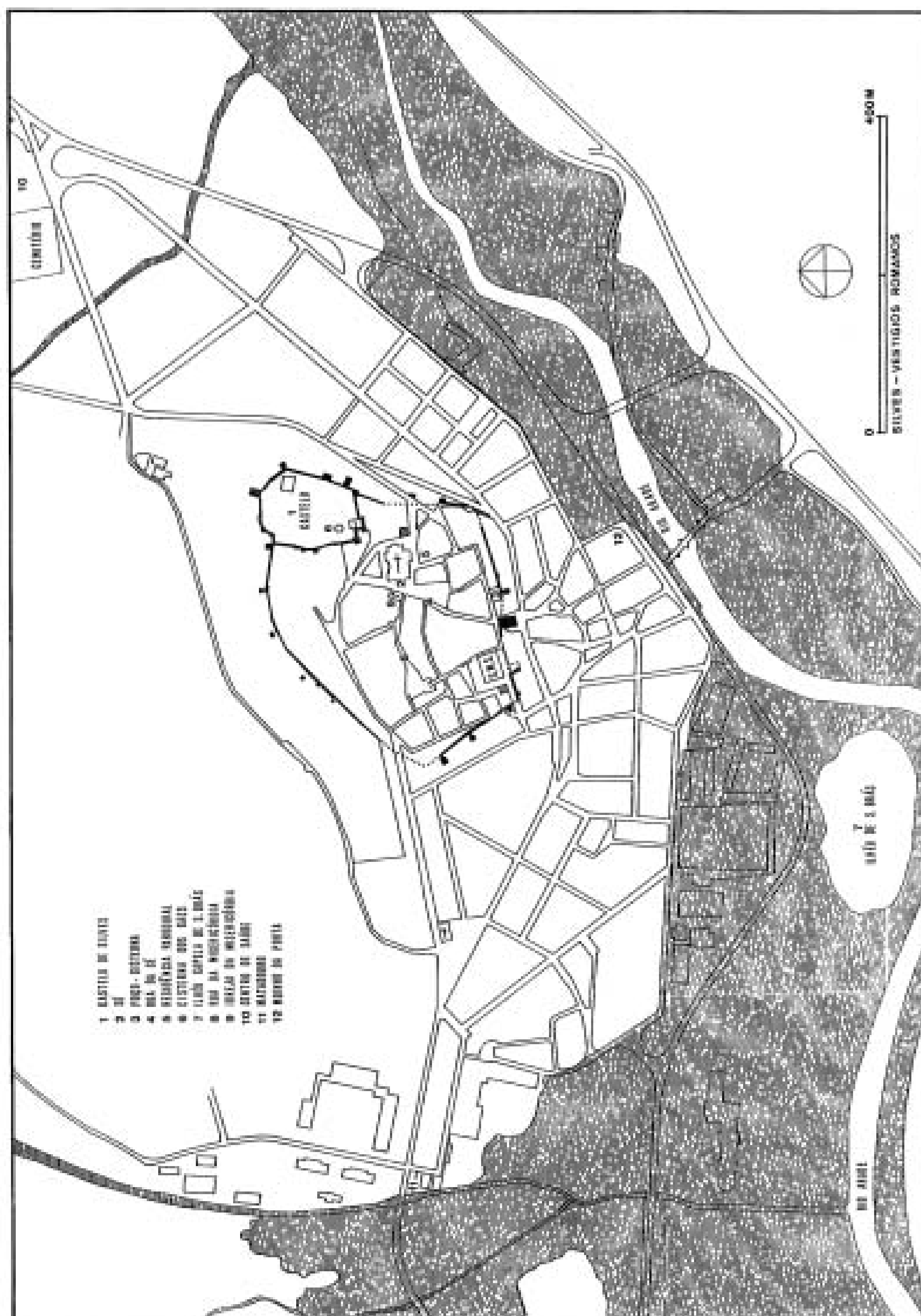


FIG. 41 – Carta dos principais achados romanos da cidade de Silves.



FIG. 42 – Capitel romano (séc. II) encontrado junto à Sé de Silves (R IV/90-34).



FIG. 43 – Tampa de sepultura romana (séc. II), recolhida no Castelo de Silves (R III/99-4).

amputado da decoração original, mas possivelmente semelhante ao primeiro, foi detectado na mesma área e guardava-se na igreja da Misericórdia.Trata-se de elementos arquitectónicos que, dadas as suas dimensões, pertenceriam a grande edifício, possivelmente um templo que se ergueria no local onde, segundo a tradição oral, se construiu a Mesquita Maior e, mais tarde, a actual Sé. A hipótese de reutilização daqueles elementos da arquitectura religiosa romana em edifícios ulteriores, ligados ao culto, não deve ser liminarmente afastada, pois não só em um deles foi apagada a decoração, podendo ter sido redecorado com gesso ou usado assim, como não é raro encontrarmos materiais de construção romanos em edificações muçulmanas.

Também no Castelo de Silves verificámos a reutilização de placas de mármore e de troços de colunas do mesmo material, com origem romana ou tardo-romana, e ali exumámos, fragmentos de telhas, de *sigillatae* e até uma moeda do Imperador Crispus, cunhada em Roma, datada no século IV (Figs. 44, 45).

São, por ora, escassos os fragmentos de cerâmicas romanas encontrados em Silves. Um deles, com aspecto rolado, de *sigillata sudgálica* foi descoberto, sobre o substrato rochoso, na zona envolvente do Poço-Cisterna (Silv.1), onde acompanhava pequeno bronze de difícil identificação mas provavelmente do reinado de Honório (393-423). Outro fragmento de *sigillata* foi recolhido nos entulhos medievais que preenchiam grande silo situado no pátio anexo àquele local (Silv. 3).

Na escavação realizada na Residência Paroquial (cf. Cap. 5.2) descobrimos, de igual modo sobre o substrato rochoso, dois fragmentos de recipiente de *terra sigillata*, possivelmente produzido na Gália.



FIG. 44 – Troço de coluna, romana, reaproveitada em construção almoada do Castelo de Silves.

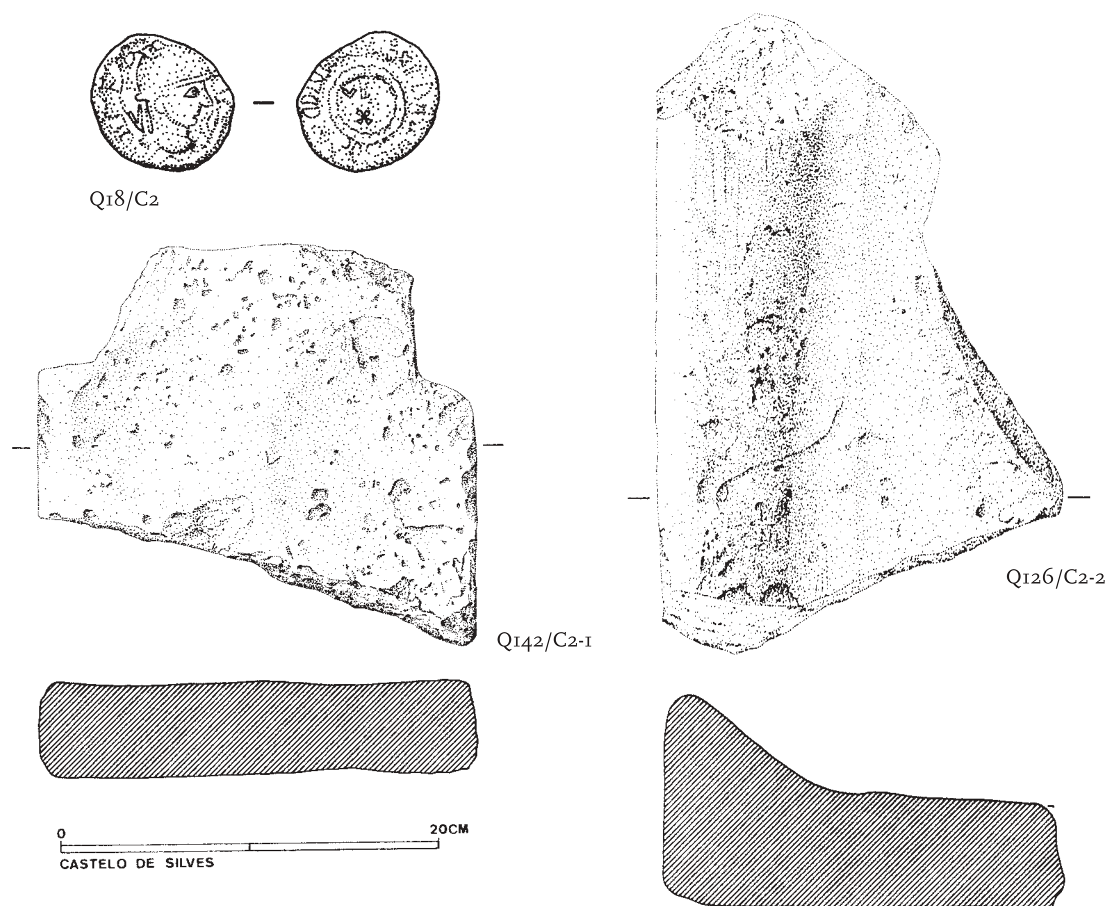


FIG. 45 – Moeda do século IV e fragmentos de *tegulae* romanas, recuperadas em nível almoada do Castelo de Silves.

Recentemente surgiu, aquando da abertura de caboucos para edificação de prédio situado perto da rua Elias Garcia e não longe do rio Arade, fragmento correspondendo ao fundo de ânfora republicana.

É proveniente de Silves, ou dos seus arredores, pequena ara consagrada a Diana, dos finais do século II, presentemente no Museu de Lagos (D'Encarnação, 1984, p. 103, 104; Santos, 1972, p. 96). Idêntica procedência foi indicada para duas lápides funerárias que guarda o mesmo museu.

Uma daquelas lápides, a melhor conservada, foi classificada como sendo da segunda metade do século II, tendo sido consagrada aos deuses Manes e oferecendo as quatro faces decoradas; a outra, em pior estado de conservação, foi atribuída à centúria seguinte (D'Encarnação, 1984, p. 120-122; Santos, 1972, p. 96, 97). No entanto, ambas terão sido executadas para importantes personagens, devido não só ao tipo e qualidade dos monumentos mas, em particular, porque nesta última a dedicante identificou-se com os *tria nomina* (D'Encarnação, 1984, p. 121).

Será contemporânea, ou algo anterior às inscrições citadas, a tampa de sepultura, de mármore e em forma de pipa, por nós identificada no interior da alcáçova, ali utilizada como pia (Fig. 43).

Também o Museu Municipal de Arqueologia de Silves mostra urna, de chumbo e com forma ovóide, descoberta em local indeterminado da cidade, que podemos atribuir ao século II (Fig. 46).

A presença dos monumentos funerários mencionados indicaria uma ou mais necrópoles que se situariam no exterior da área urbana, quiçá junto a uma das entradas na cidade, como era comum no mundo romano.



FIG. 46 – Urna romana, de chumbo, descoberta na área urbana de Silves (Col. do M.N.A. em depósito no M.M.A.S.) (RIII/99-6).

Dispomos de referência do século XVIII a achado de moedas, possivelmente romanas, "*em huma escavação cafual na Cidade de Sylves*", indicação importante visto que os numismas encontrados, avulso, na cidade ou nas suas proximidades não são numerosos e pertencem, quase todos, ao Baixo Império, cunhados nos séculos III e IV (Cenáculo, 1791, p. 75; Santos, 1972, p. 102-104). É excepção um dupôndio, recolhido na rua da Sé e cunhado em Mérida, no reinado de Tibério (14-87), pertença de José Luís Cabrita e em exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Entre os restantes numismas de Silves podemos identificar exemplares de Constantino I (306-337), Constante (333-350) e Honório (395-425), todos eles propriedade de José Luís Cabrita e em depósito naquele mesmo museu.

Duas lápides funerárias e uma votiva, assim como um, possível, templo dedicado a Neptuno foram referidos, como de Silves, nos *"Excerptos"* de Francisco Escoto (1707) e por Frei Vicente Salgado (1786, p. 306), que não localizou nenhuma de tais inscrições. Segundo José d'Encarnação uma daquelas lápides pertenceria à epigrafia olisiponense e a outra, já desaparecida, à de Collipo, tendo, esta última, sido atribuída como sendo de Silves, provavelmente, porque o seu desenho se encontrava numa pasta, de Frei Manuel do Cenáculo, conservada na Biblioteca Pública de Évora (*Álbum Cenáculo*), juntamente com desenhos de inscrições sepulcrais existentes na Sé da antiga capital do Algarve (D'Encarnação, 1984, p. 40, 295).

Ao templo dedicado a Neptuno poderiam pertencer os capitéis, que assinalámos, embora o local mais propício para a instalação de santuário dedicado àquela divindade, frequentado por navegantes, fosse próximo do rio ou, mesmo, num ilhéu. De facto, junto da cidade, mas hoje desaparecido, situava-se um ilhéu, *"na margem direita do rio... onde se divide em dous braços igualmente navegaveis, os quaes vão reunir-se perto do pégo do Pulo..."*, em frente da Fonte Nova e onde existiu a capela dedicada a S. Brás (Lopes, 1841, p. 281). Dela perviveu, até ao passado século, o chão de arenito vermelho. Outro local poderia ser o ilhéu do Rosário (Fig. 48). Neste arqueossítio têm sido recolhidos abundantes materiais romanos, dos séculos II e I a.C. ou ulteriores, sendo, ainda, visíveis compartimentos e tanque de salga (Fig. 49). A cristianização do local é-nos confirmada através dos restos de pequena capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, cuja imagem foi recolhida na matriz de Ferragudo (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 33).

As *villae* identificadas na área do actual concelho, até à presente data, estariam sobretudo vocacionadas para a exploração agrícola, conforme deixa pressupor a sua localização (Fig. 50).

Constitui exemplo daquele tipo de assentamento a denominada Vila Fria, que devido a intensa ocupação, mesmo contemporânea, se encontra muito destruída. Embora as estrutu-

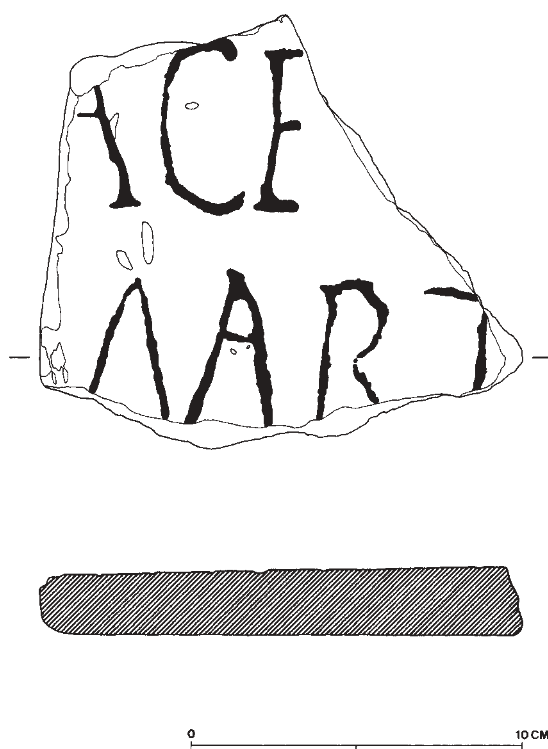


FIG. 47 – Fragmento de lápide paleocristã de Silves (seg. Dias e Gomes, 1992).

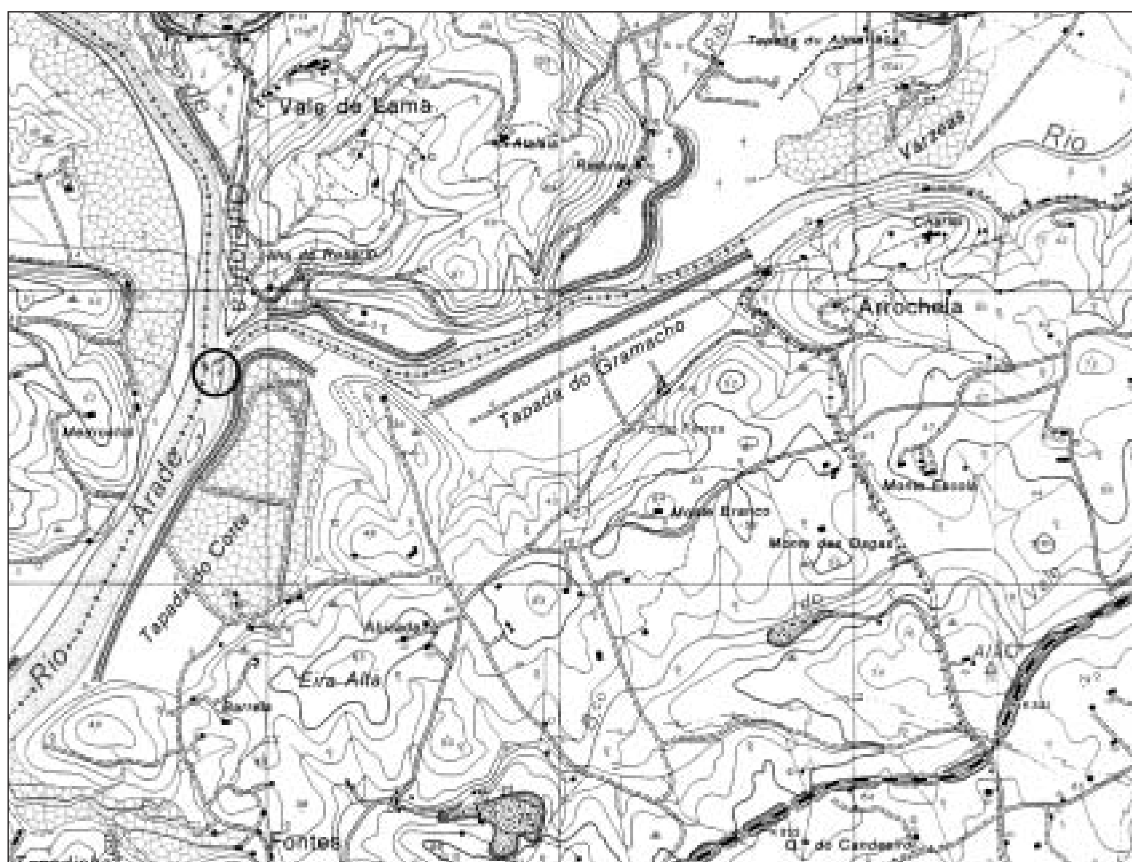


FIG. 48 – Localização do Ilhéu do Rosário (Silves).

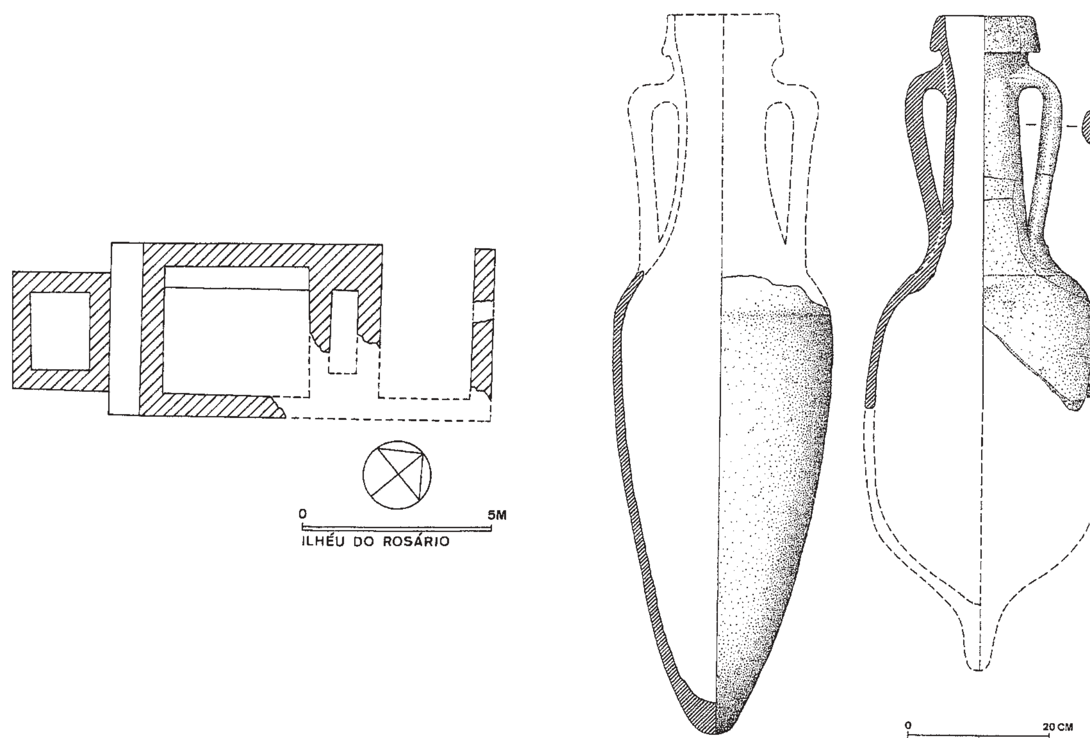


FIG. 49 – Planta de construções do Ilhéu do Rosário e ânforas romanas republicanas ali encontradas (seg. Gomes, Cardoso e Alves, 1995,).

ras romanas estejam ao nível dos alicerces pode, ainda, observar-se a presença da *pars urbana* e da *pars rustica* e, na primeira zona, restos de salas pavimentadas com mosaicos. Os numismas ali recolhidos, como um cunhado no reinado de Constantino II (337-340), assim como outros materiais arqueológicos, pressupõem ocupação do local nos séculos III-IV.

Outras estações romanas jazem soterradas ou foram destruídas, devido a trabalhos agrícolas e de urbanização, conhecendo-se, apenas, alguns materiais ou plantas esquemáticas, como é o caso das existentes nas fazendas da Amoreira e do Morgado das Taipas, ambas na freguesia do Algoz, sendo a zona denominada, genericamente, por Algoz Velho (Andrade e Andrade, 1974-77, p. 407-415; Santos, 1972, p. 71-78; Vasconcellos, 1918, p. 130). Naqueles dois locais Leite de Vasconcellos terá identificado a necrópole e no Morgado das Taipas recolheu vários utensílios de ferro, cerâmicas e moedas, entre os quais um bronze de Cláudio, cunhado em 41 (Andrade e Andrade, 1974-77, p. 407-415; Santos, 1972, p. 71-78; Vasconcellos, 1918, p. 130).

Arqueossítios semelhantes existiram na freguesia de Alcantarilha, no sítio da Vala, de onde provém áureo de Domiciano (81-96), na Lameira e nas Terras Velhas, onde Maria Luísa Afonso dos Santos recolheu vários fragmentos de cerâmica romana que classificou nos séculos I e II (Santos, 1972, p. 79-87).

Foi oferecido, em 1994, ao Museu Municipal de Arqueologia de Silves, por Diogo Pereira Coutinho, áureo de Graciano (367-383) recolhido, ao que parece com outros idênticos, numa das suas propriedades, na freguesia de Alcantarilha, no sítio do Cerro da Coxa (Quinta da Lameira). Dois outros numismas daquele achado encontram-se em colecções particulares de Beja.

Entre as *villae* situadas junto à costa vocacionadas, especialmente, para a actividade industrial relacionada com a produção de preparados de peixe, podemos referir a estação

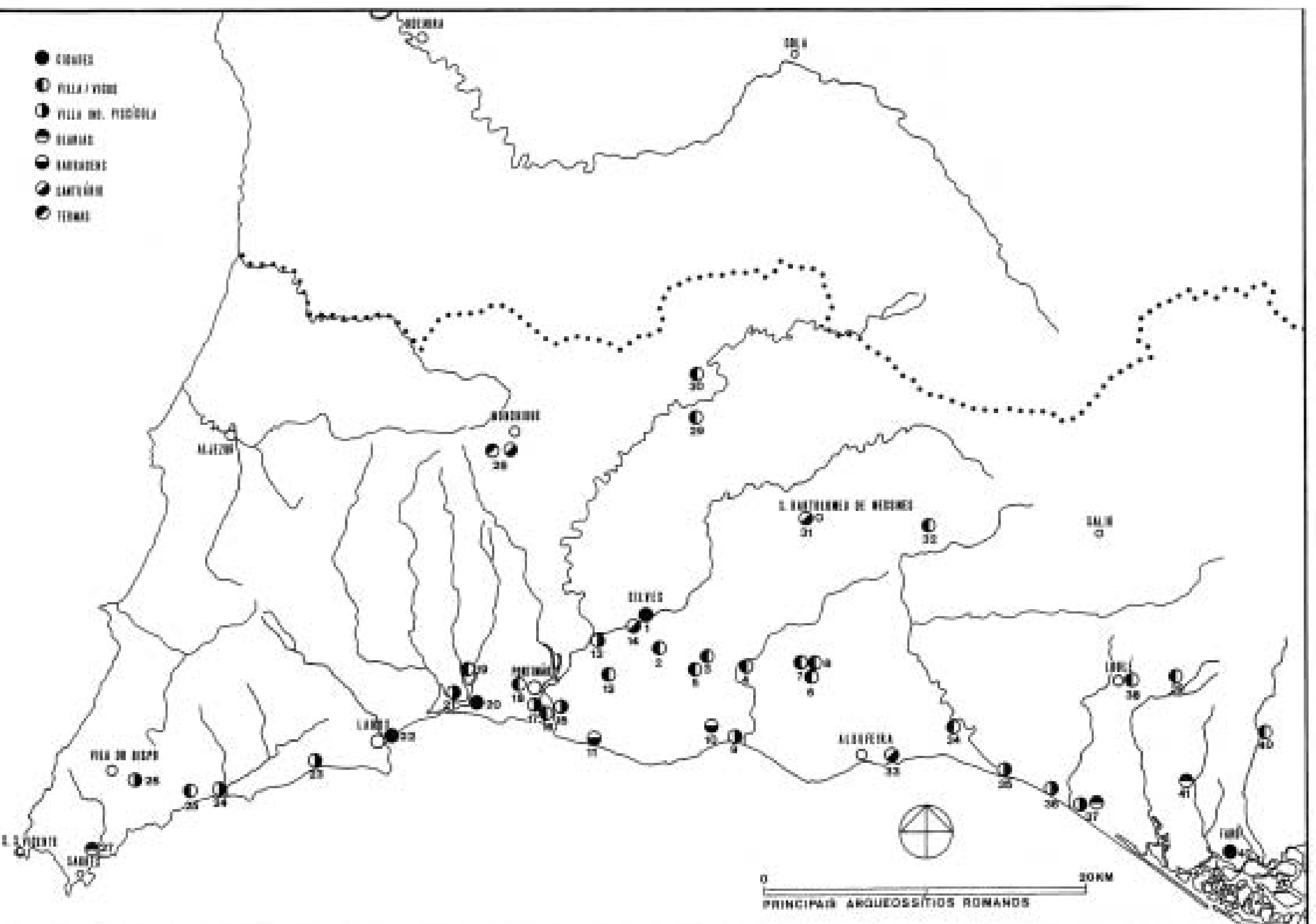


FIG. 50 – Carta dos principais arqueossítios romanos do Barlavento algarvio: 1 - Silves; 2 - Vila Fria; 3 - Lameira; 4 - Cerro da Côxa; 5 - Vala; 6 - Terras Velhas; 7 - Amoreira; 8 - Taipas; 9 - Armação de Pêra; 10 - Ponte dos Mouros; 11 - Presa dos Mouros; 12 - Vale da Amargura; 13 - Ilhéu do Rosário; 14 - Ilhéu de S. Brás; 15 - Angrinha; 16 - Montemar; 17 - Portimões/Convento de S. Francisco/Pontal; 18 - Vale da Arrancada; 19 - Abicada; 20 - *Ipses*; 21 - Rocha/Vau; 22 - *Lacobriga*; 23 - Luz; 24 - Boca do Rio; 25 - Figueira; 26 - Raposeira; 27 - Martinhal; 28 - Caldas de Monchique; 29 - Sapeira; 30 - Monte Branco; 31 - S. Pedro; 32 - Santa Margarida; 33 - Santa Eulália; 34 - Retorta; 35 - Vilamoura; 36 - Loulé Velho; 37 - Quinta do Lago; 38 - Loulé; 39 - Aprá; 40 - Milreu; 41 - S. João da Venda; 42 - *Ossonoba*.

romana que existiu próximo da ribeira do Vale da Areia, na praia da Angrinha, onde se ergue o forte de S. João de Ferragudo, no actual concelho de Lagoa, que ofereceu, entre outro espólio, moeda, de bronze, cunhada no reinado de Nero (54-68) (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 67; Veiga, 1891, p. 181).

A identificação de tanques de salga, hoje desaparecidos, na praia de Armação de Pêra, no concelho de Silves, e em Portimões, no estuário do rio Arade (Portimão), indicam, de igual modo, a presença de outras *villae*, e de actividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos marinhos (Gomes, 1970, p. 88; Gomes e Gomes, 1988, p. 93). Destes estabelecimentos o mais importante seria o de Portimões, também designado por ruínas do Estremal. Situa-se a sul de Portimão, mais precisamente entre o convento de S. Francisco e a Praia da Rocha. Ali foram recolhidas cerca de oitocentas moedas romanas, com cronologias situadas entre os séculos III e IV, assim como muitos outros materiais, entre os quais fragmento de *tegula* com a marca *Pardali*.

Em torno do local onde hoje se ergue o convento de S. Francisco, em Portimão, existiu outro assentamento romano, ali se tendo detectado restos de mosaico e diversos materiais. No interior do convento encontram-se reutilizadas duas colunas romanas (Gomes e Gomes, 1988, p. 90, 94). Junto à Praia da Rocha foram descobertos, restos dispersos de jazidas romanas, entre os quais sistema de lagaretas (Vau).

Ainda no litoral do Barlavento, existiram outras importantes *villae,* como a da Abicada, no concelho de Portimão, onde, além de significativos vestígios arquitectónicos, se exumaram cerâmicas e moedas atribuídas aos séculos III-IV (Gomes e Gomes, 1988, p. 89). Uma outra, no sítio da Boca do Rio, no concelho de Vila do Bispo, teria igualmente grandes dimensões, conforme se pode comprovar através de diferentes construções que ali têm vindo a ser postas à vista. Terá tido ocupação iniciada no século I e que se prolongou até aos séculos IV-V.

A prosperidade dos estabelecimentos mencionados assentaria, essencialmente, no aprovisionamento, industrialização e exportação dos recursos marinhos (Gomes e Silva, 1987, p. 56-58).

Semelhante estratégia de exploração económica pode ser reconhecida junto da Raposeira onde, recentemente, foram identificados tanques de salga e numismas romanos (Gomes e Silva, 1987, p. 41).

Os produtos fabricados nos complexos industriais, que referimos, seriam transportados em contentores — as ânforas — que permitiam não só o fácil armazenamento como o seu transporte. Conhecem-se, no Barlavento, por ora, dois importantes centros oleiros, situando-se um, na zona de Portimões, e outro, quiçá maior, no Martinhal ou Murtinhal, no concelho de Vila do Bispo.

Naquele último local produziram-se ânforas das formas Almagro 50, considerada rara, assim como das formas 51 a-b e 51c, com cronologias compreendidas entre os séculos III e V d.C. (Gomes e Silva, 1987, p. 67; Silva, Soares e Correia, 1990, p. 231). Material similar foi, também, fabricado em dois outros importantes centros oleiros algarvios, localizados, respectivamente, na Quinta do Lago, no concelho de Loulé, e em S. João da Venda, no concelho de Faro (Arruda e Fabião, 1990, p. 201; Fabião e Arruda, 1990, p. 221).

As barragens tiveram, por certo, importante papel no abastecimento das *villae* e dos complexos industriais de preparados de peixe. Entre as detectadas no Algarve cabe referir, nas proximidades de Silves, a da Ponte dos Mouros, situada entre os concelhos de Lagoa e de Silves, no vale do Olival, de que resta parte do paredão em *opus incertum* (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 23, 83), e a da Presa dos Mouros, no barranco do Vale da Lapa, dela subsistindo um troço com cerca de 5,15 m de comprimento (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 23, 85).



A JÚPITER ÓPTIMO MÁXIMO
EM MEMÓRIA DE
LÚCIO ATÍLIO MÁXIMO
SEVERIANO, FILHO
MODELO DE PIEDADE,
LÚCIO ATÍLIO ATILIANO
E ARTÚLIA
SEVERA, FILHA DE GAIO,
COLOCARAM COM...
LIBRAS DE PRATA
(Seg. J. d'Encarnação, 1984, 107)

FIG. 51 – Base de estátua dedicada a Júpiter Óptimo Máximo, de S. Bartolomeu de Messines (col. Museu de Évora, em depósito no M.M.A.S.).

Na região da Meia-Serra, a nordeste de Silves, conhecem-se, em particular, sepulturas romanas que podem corresponder a necrópoles de pequenas *villae*, vocacionadas para a exploração mineira e agro-pastoril, cujas origens remontam aos tempos proto-históricos.

Em um de tais túmulos, no Monte Branco (S. Marcos da Serra), recolheram-se, entre outros materiais, unguentário, de vidro, e taça de *terra sigillata*, atribuídos ao século I. Cronologia semelhante teria a necrópole identificada, na mesma freguesia, no sítio da Sapeira, de onde provêm um ferro de lança e duas taças de *terra sigillata*.

Também nos arredores de S. Bartolomeu de Messines, em Passadeiras, Bica Alta e Vale dos Corgos, escavou Mário Varela Gomes sepulturas parcialmente violadas, correspondentes a pequenos assentamentos agrícolas. No primeiro arqueossítio o ritual utilizado foi a incineração, enquanto que nos restantes detectaram-se inumações, em túmulos construídos com lajes de pedra local, acompanhadas por espólios que indicam cronologias dos séculos III ao V.

Uma base de estátua, dedicada a Júpiter Óptimo Máximo e atribuída aos finais do século II ou aos inícios da centúria seguinte, foi encontrada junto à capela de S. Pedro, em S. Bartolomeu de Messines. Segundo indicação da epígrafe, teria suportado a representação daquela divindade, revestida a prata (Fig. 51). O monumento, achado nos finais do século XVIII, pertenceu à colecção de D. Frei Manuel do Cenáculo, onde foi referenciado com a indicação de *"S. Bartolomeu de Messines na Serra de Monchique"* (D'Encarnação, 1984,

p. 107-109; Santos, 1972, p. 117-119). Esta peça deve relacionar-se com o poder económico proporcionado pela exploração mineira, existindo exemplares, dedicados à mesma divindade, a norte do Douro, em zonas próximas de minas e normalmente militarizadas. Talvez ela fosse mandada executar por alto funcionário ligado à administração que controlaria aqueles empreendimentos na região.

Entre os diferentes achados de numismas romanos, distribuídos um pouco por todo o concelho de Silves, devemos referir o tesouro de S. Marcos da Serra. Além de se conservar parte da vasilha que o continha e a tampa de cortiça, guardam-se, no Museu de Arqueologia de Silves, vários médios bronzes, cunhados no tempo dos imperadores Diocleciano, Galério Maximiano, Maximiano Hércules e Constâncio Cloro, ou seja dos finais do século III aos inícios do século IV (Santos, 1972, p. 121-126).

Os numerosos materiais recolhidos durante as dragagens efectuadas, em 1970 e 1982, no rio Arade confirmam a existência de intensa actividade comercial durante a presença romana, na região de Silves, entre, pelo menos, meados do século II a.C. até ao século V d.C. (Silva, Soares e Soares, 1987, p. 215). O espólio é diversificado mas predominam os fragmentos de ânforas. Obtiveram-se, também, fragmentos de peças de *terra sigillata* e grande número de moedas, algumas publicadas, mas permanecendo a maioria inédita, destacando-se um *aureus* de Faustina, datado do século II (Alves, 1986, p. 132, 140; Teichner, 1995).

Aquele comércio processava-se com diferentes regiões da Península, o Norte de África (ânforas ibero-púnicas — tipo *Pellicer* D e neopúnicas — *Maña* C2), a Tunísia (ânforas *Beltrán* 56 — *"africana grande"*), entre os finais do século II e os finais do século IV, ou, ainda, com o Mediterrâneo Oriental, na segunda metade do século V d.C. e nos inícios da centúria seguinte (*sigillata clara, Late Roman C*, da forma 3 de Hayes) (Silva, Soares e Soares, 1987, p. 208, 218).

O desmembramento progressivo, a partir do Baixo Império, das estruturas político-administrativas romanas provinciais, irá reflectir-se no sector económico, com a diminuição dos contactos comerciais. Este facto é comprovado com o abandono de *villae* vocacionadas para a manufactura de preparados de peixe, assim como para a produção de contentores para o seu transporte, e, de igual modo, dos centros industriais entre os séculos IV e V. Podemos referir, como exemplo, os casos do Martinhal, Boca do Rio, Portimões, Abicada, Armação de Pêra e Loulé Velho, entre outros. Os materiais e, em especial, os numismas, daquela última estação arqueológica, em exposição no Museu Municipal de Loulé, assim documentam (Edmondson, 1990, p. 142; Gomes e Serra, 1996; Santos, 1971, p. 70-75; Veiga, 1910, p. 211).

2.2.1.2. Transição e mudança

Conhece-se, por ora, muito pouco da passagem, no Algarve, do Período Tardo-Romano ou Visigótico-Bizantino para o Muçulmano, tanto em relação às estruturas socio-económicas e culturais, como aos testemunhos da cultura material, designadamente das arquitecturas civil, religiosa ou militar, e dos espólios quotidianos (Fig. 52). De facto, com o abandono de muitas das *villae* entre os séculos IV e V, conforme referimos, as populações, se continuaram a permanecer na região, podem ter-se instalado, por razões de segurança, nos núcleos urbanos o que, devido à sua intensa ocupação ulterior, dificulta a conservação de tais testemunhos e o seu estudo. No entanto, um bom contributo tem sido dado pelas intervenções arqueológicas em *villae*, como Milreu (Estói), no concelho de Faro, Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e, em especial, na do Cerro da Vila (Vilamoura), concelho de Loulé, onde se registaram continuidades de ocupação que abrangem a presença muçulmana.

Em Milreu as estruturas mais antigas foram atribuídas ao século I, tendo-se identificado, no século IV, grandes obras de remodelação e, ulteriormente, vestígios de comuni-

FIG. 52 – Carta dos principais arqueossítios tardo-romanos/visigótico-bizantinos do Barlavento algarvio: 1 - Silves; 2 - *Ossonoba*; 3 - Cabo de S. Vicente; 4 - Senhora da Rocha; 5 - Vale da Arrancada; 6 - Poço dos Mouros; 7 - Lameira; 8 - Centieiras; 9 - Alcarias; 10 - Terras Cavadas; 11 - Vale da Amargura; 12 - Vilamoura; 13 - Loulé Velho; 14 - Quinta do Lago; 15 - Aprá; 16 - Milreu; 17 - Monchique.

dades paleocristãs e visigóticas, assim como alguns materiais diversos e inscrição islâmica (Hauschild, 1986, p. 153, 160; Teichner, 1994, p. 89-91). Como a ocupação deste arqueossítio teve longa duração, pelo menos entre os séculos I e X, produziu-se, ao longo daquele milénio, profundas alterações na vivência dos seus habitantes, reflectidas na utilização dos espaços e nos espólios (Teichner, 1993, p. 91, 95, 97).

Quanto ao Montinho das Laranjeiras, descoberto e parcialmente escavado por Estácio da Veiga e, recentemente, por Justino Maciel, permitiu verificar que à importante *villae*, com basílica cristã, sucedeu-se ocupação islâmica. Este local foi frequentado desde o século I até ao século XI, cronologia confirmada através da presença de cerâmicas muçulmanas (Coutinho, 1993, p. 39; Maciel, 1993, p. 214, 218; Santos, 1972, p. 377; Veiga, 1887, p. 487).

No Cerro da Vila, os vestígios romanos foram atribuídos aos séculos III-IV. Ali se registou também a presença visigótica, dos séculos VI-VII, e muçulmana, sendo o início desta última classificada por J. Luís de Matos, em 1983 e 1991, nos séculos IX-X, e por nós, em 1988 e 1995, nos séculos VIII-IX embora, em trabalho recente aquele autor, tenha escrito: *"A julgar pelo conjunto de materiais recolhidos na estação arqueológica não existe qualquer hiato entre os períodos tardios romanos e o período inicial islâmico"* (Gomes, 1988, p. 99, 1995, p. 22, 24, 30; Marques, 1992, p. 249-251; Matos, 1983, p. 388, 1991, p. 429, 435, 437, 449, 453, 1996, p. 27). Como as estruturas tardo-romanas não foram destruídas, com a presença islâmica, tendo mesmo sido reutilizadas, é provável que não se tivesse dado, de igual modo, abandono total das mesmas. Tal como aconteceu nas estações anteriormente referidas, houve continuidade na sua ocupação, documentada pelas cerâmicas ali exumadas e que atribuímos ao século VIII (Gomes, 1995, p. 22, 24, 30).

A construção de silos, pelos novos ocupantes do Cerro da Vila, no interior de espaços habitacionais romanos poderá, no entanto, significar algumas alterações do carácter funcional daqueles, derivadas de motivações culturais e económicas. Não esqueçamos que muitas casas islâmicas guardam silos sob diversos compartimentos. Por outro lado, a existência de tais estruturas de armazenamento podem indicar maior contributo económico da actividade agrícola, como a sua exploração em moldes bem diferentes dos colonizadores romanos, deixando de haver distinção entre a *pars* urbana e a rural.

Milreu e, em particular, o Cerro da Vila, são dois bons exemplos da pervivência da ocupação de sítios romanos devido, em parte, à sua localização e da versatilidade proporcionada em termos de estratégia económica.

Em outro arqueossítio, a Quinta do Lago, no concelho de Loulé, verificou-se ocupação romana, atribuída aos séculos III-IV, e, nas proximidades, a instalação de núcleo habitacional muçulmano, com a respectiva necrópole, que entregou materiais classificados nos séculos VIII e IX (Arruda e Fabião, 1990, p. 199; Gomes e Gomes, 1988, p. 80; Gonçalves, 1983-84, p. 270, 271; R.F., 1984, p. 1, 3, 1986, p. 44, 45).

Os testemunhos das populações que viveram no actual concelho de Silves, entre a permanência romana e muçulmana são, por ora, escassos. Dos tempos paleocristãos, além de alguns fragmentos de cerâmicas, resta-nos parte de uma placa de mármore, com inscrição funerária, descoberta em local desconhecido da medina, durante obras de demolição (Dias e Gomes, 1992, p. 180) (Fig. 47), assim como raros elementos arquitectónicos.

Um fragmento de ábaco e um capitel visigótico, ambos de mármore cinzento, do tipo S. Brissos (Beja), encontram-se actualmente em exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Silves. O fragmento de ábaco, atribuído aos séculos VI-VIII, provém de sítio indeterminado da área urbana da cidade (Fig. 53).

O capitel referido, com idêntica cronologia, foi recolhido nas proximidades da Sé (Fig. 54).



FIG. 53 – Ábaco visigótico de Silves.



FIG. 54 – Capitel visigótico de Silves (R VI/87-43).



FIG. 55 – Capitel visigótico da ermida de Nossa Senhora da Rocha (Lagoa) (R XVI/94-28).



FIG. 56 – Capitel visigótico da ermida de Nossa Senhora da Rocha (Lagoa) (R IV/94-11).

Conhece-se outro capitel semelhante ao mencionado, reutilizado em coluna da galilé da ermida de Nossa Senhora da Rocha, não longe de Silves (Figs. 55, 56). Este local de culto, no actual concelho de Lagoa, foi edificado no século XVI, embora podendo ter origem recuada, e sendo aquele elemento tido como proveniente de templo talvez existente nas proximidades. O mesmo pode ser originário de Silves, dadas as semelhanças com o capitel antes dado a conhecer.

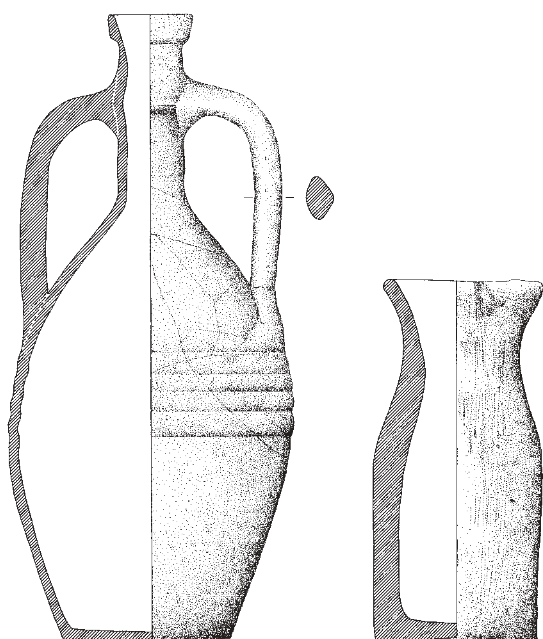
A zona das Terras Velhas, entre as freguesias de Pêra e de Alcantarilha, que engloba os sítios da Arrancada, Centieiros e Morgado da Lameira, foi considerada, por Maria Elisa Gomes, como sendo zona arqueológica romano-visigótica. Tal afirmação relaciona-se com o facto daquela investigadora ter detectado ruínas pertencentes a espaços habitacionais, sepulturas e cerâmicas, classificadas como sendo visigóticas, em particular no segundo sítio indicado (Gomes, 1970, p. 82-84). No local das Terras Cavadas, pertencente ao Morgado da Lameira, achou, ainda, telhas muçulmanas próximo de necrópole, na altura, destruída (Gomes, 1970, p. 85, Fig. 10).

Dada a boa qualidade dos terrenos desta região para a agricultura, poderá ter havido, tal como verificámos em relação à Quinta do Lago, continuidade da sua ocupação, localizando-se os novos assentamentos humanos em sítios próximos aos anteriores.

O Padre Semedo de Azevedo, pároco de Albufeira, escavou, no sítio de Centieiros (Silves), algumas sepulturas, onde exumou, entre outros materiais hoje infelizmente dispersos, cerâmicas visigóticas. O mesmo prior terá explorado no sítio do Poço dos Mouros, em Alcantarilha, necrópole cujo espólio, *"bilhas e vasilhinhas intactas"*, classificou como sendo visigóticas (Santos, 1972, p. 87). Entre estas, conserva o Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira uma característica garrafa com duas asas, opostas, e copo, com corpo subcilíndrico, de fabrico muito tosco, encontrados associados e sendo atribuíveis ao século VI-VII (Fig. 57).

Durante as intervenções arqueológicas que efectuámos em Silves, junto do Poço-Cisterna (Silv.1) e no pátio anexo àquele monumento (Silv.3), exumámos significativo conjunto de cerâmicas do período que temos vindo a tratar e entre as quais fragmentos de *terra sigi llata* clara, do tipo D. Um deles, pertenceu a pátera, decorada por estampilhagem, reconhecendo-se, no interior do fundo, a perna de um cordeiro (*Agnus Dei*). Possuímos, também, cerâmicas fabricadas com pastas, bem depuradas, cor-de-laranja, nomeadamente, um bule, com fundo plano, paredes caneladas e bordo biselado, fragmento de cântaro, com gargalo alto, duas asas, opostas e sobrelevadas, com a superfície exterior das paredes, caneladas e fragmento de grande taça com bordo extrovertido. Existem, de igual modo, cerâmicas produzidas com pastas mal depuradas, contendo elementos não plásticos, de grão médio a grosseiro, com cor vermelha ou castanha e manchas cinzentas. A este último grupo, melhor representado, pertence pequeno *oenochoe*, com fundo plano, colo destacado e bordo trilobulado, assim como fragmentos de potes e de panelas, com bordos biselados, um dos quais com característica decoração incisa, parte de frigideira de paredes altas e subverticais, com bordo plano mas ligeiramente espessado, assim como um fragmento de ânfora, correspondendo a porção do bordo, espessado no exterior, e ao arranque de uma asa oferecendo engobe espesso de cor bege.

Aqueles testemunhos jaziam sob a mais antiga muralha muçulmana, integrando a camada 4 dos quadrados 2, 4, 6, 8, 9, 10, 25, 37 e 39 do pátio anexo ao Poço-Cisterna (Silv. 3) e a mesma camada nos quadrados 6, 7, e 18 da zona envolvente do Poço-Cisterna, onde se detectou fragmento da parede de *oenochoe*, cozido em ambiente redutor e decorado com linha incisa, horizontal e ondulada (Silv. 1). As peças referidas pertencem às produções tardo-romanas e visigótico-bizantinas, com bons paralelos em diferentes arqueossítios



peninsulares. Elas testemunham a continuidade da ocupação humana, na área urbana de Silves, entre os séculos VI-VII e o século VIII, ou seja entre os últimos tempos cristãos e os primeiros anos da administração islâmica da cidade4 (Fig. 58) (Gomes e Gomes, 1990, p. 60-62; Ripoll López, 1996, p. 254, 260).

Também na camada 8 do Castelo de Silves exumámos pequenos fragmentos de cerâmicas que podem ser atribuídos ao período que temos vindo a tratar. Um deles, cozido em ambiente redutor, com cor cinzenta, mostra típica decoração incisa em ziguezague.

FIG. 57 – Garrafa e copo visigóticos, da necrópole de Poço dos Mouros (Alcantarilha, Silves).

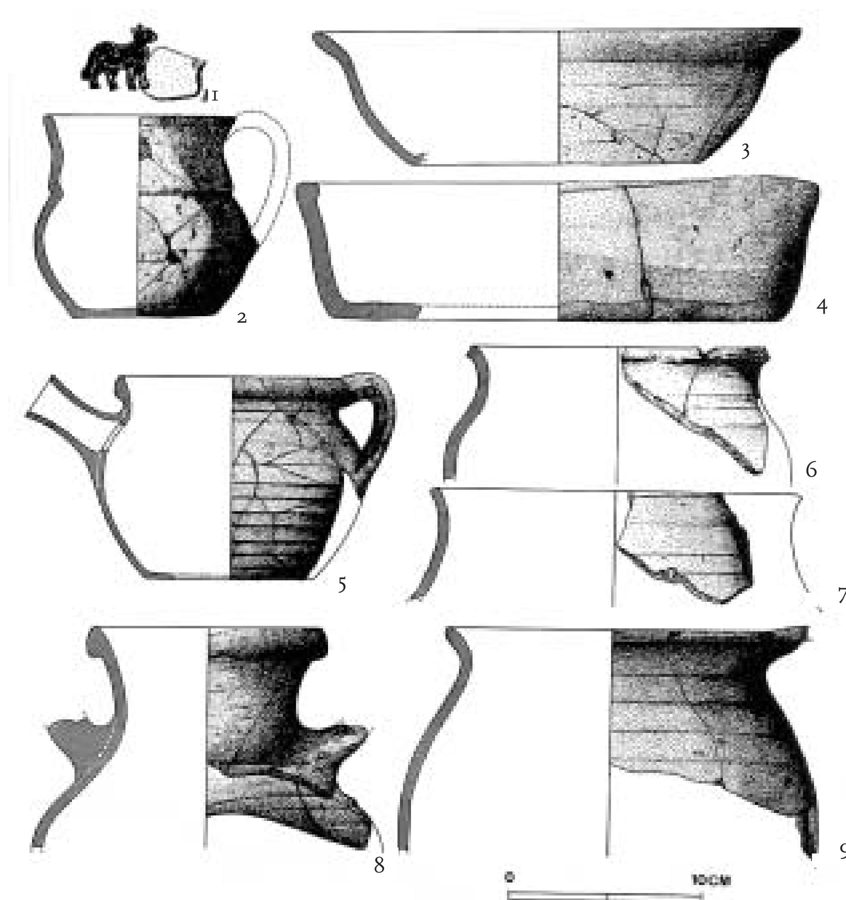


FIG. 58 – Área anexa ao Poço-Cisterna (Silv. 1 e Silv. 3). Cerâmicas exumadas na camada 4 (séculos VI-VII) (seg. Gomes e Gomes, 1992).

2.2.2. *Silves e o Algarve*

2.2.2.1. *Prestígio e hierarquia*

A integração do Algarve, a partir de 713, no Califado Omíada de Damasco e a chegada a este território de novos conquistadores-colonos muçulmanos, tanto de origem oriental como norte-africana, em verdadeiras etnomigrações, interrompe certa continuidade, algo conturbada, no mundo tardo-romano ou visigótico-bizantino daquela zona. Assim, além das alterações socio-económicas, políticas e religiosas, deram-se, de igual modo, profundas transformações na organização e valorização de determinados agregados urbanos.

Silves é um bom exemplo de cidade que, aparentemente, sem grande prestígio nos séculos VI-VII, passou a ser considerada nos textos islâmicos, desde o século X aos inícios do século XIV, como a maior ou, pelo menos, uma das mais importantes urbes do *Garb al-Andalus* (Blázquez, 1901, p. 16-18; Coelho, 1975, p. 300-302; Lévi-Provençal, 1938, p. 129-131, 140, 141, 192; 1953, p. 91; Lopes, 1895, p. 276; Molina, 1983, p. 59, 60). A grandeza da cidade ficou a dever-se, em parte, à sua implantação estratégica entre a Serra e o Litoral, no cruzamento de duas das principais vias de acesso ao Algarve, para quem vinha do norte (uma por S. Bartolomeu de Messines e outra por Monchique) e da que longitudinalmente atravessava aquela região, encontrando-se suficientemente próxima da costa para auferir da riqueza proporcionada pelos recursos marinhos (pesca e sal), numa zona muito rica em água, solos agrícolas férteis, madeira e minérios.

A preponderância e influência de Silves, conquistada por *Abd al-Aziz* em 713, pode estar relacionada com os seus primeiros ocupantes maometanos que, segundo alguns textos, seriam oriundos do Yémen (Blázquez, 1901, p. 17; Lévi-Provençal, 1938, p. 130). A quase mítica proveniência dos seus habitantes, da região que esteve na origem da própria civilização islâmica, enobreceu-a, tal como por ter sido uma das últimas grandes cidades muçulmanas do Ocidente Peninsular.

O seu porto foi utilizado, logo em 846, como local de embarque da embaixada de *'Abd al-Rahman II* que negociou a paz com a corte normanda, evidenciando a sua importância e implantação geo-política estratégica (Coelho, 1972a, p. 118; Fabricius, 1892, p. 3; Picard, 1997, p. 67).

Não esqueçamos ainda que, no século XI, Silves foi escolhida, pelo rei *Al-Mutadid* de Sevilha, de entre todas as cidades dependentes daquele reino taifa, para ser administrada pelo seu filho e príncipe herdeiro, *Al-Mutamid*, que nela permaneceu vários anos e lhe dedicou, ulteriormente, eloquente poesia em que recorda, *"com saudade"*, *"os tempos ali passados"* (Coelho, 1975, p. 300-302).

Em Silves funcionou oficina monetária que cunhou moeda a partir de 1146, durante as denominadas Segundas Taifas, conhecendo-se exemplares de prata e um de ouro. Este constitui o único batido no actual território português, sendo datado de 1149 (Antunes e Sidarus, 1991-92, p. 34; Franco, 1968; Marinho, 1990, p. 135, 136, 1991, p. 89, 1991-1992, p. 170; Medina Gómez, 1992, p. 376).

À magnificência da cidade, bem expressada nos textos daqueles que a visitaram ou dela tiveram notícias, associou-se, desde sempre, a presença dos seus inesquecíveis poetas, como *Mariame Alansari*, *Ibne Almilhe*, *Ibne Amar*, *Assilbia*, assim como uma plêiade de historiadores e filósofos, dos quais não podemos deixar de mencionar *Ibn Qasi*, *Ibne Asside*, *Ibne Mozaine*, *Ibne Badrūn* e *Salam Al-Bāhilī* (Arié, 1987, p. 371, 392, 394, 410; Coelho, 1972, p. 82, 83, 1975, p. 51, 151, 253, 363, 365, 367, 385; Sidarus, 1993, p. 8).

Silves foi não só o último bastião da civilização muçulmana no Extremo Ocidente (*Garb*) do *al-Andalus*, como se tornou, desde cedo, em espécie de referência, tanto em termos culturais como religiosos, envolta por auréola de misticismo e saudade, para o que terá também contribuído a sua proximidade com o grande centro de peregrinação situado no Cabo de S. Vicente.

Quando, nos finais do século XII (1189), D. Sancho I conquistou *medina Xelb*, acrescentou ao título de rei de Portugal, o de Silves e do Algarve, dado o especial significado político-religioso de tal empresa (Dalché, 1992, p. 25; Herculano, 1847, p. 216; Mattoso, 1993, p. 13). Este domínio foi efémero, pois o califa almoada, *Ya'qub Al-Mansur*, investiu, como represália, contra o território cristão até ao Tejo, obrigando, cerca de dois anos depois, os ocupantes de Silves a retirarem-se pacificamente.

O esplendor da antiga *Xelb*, destruída e incendiada em 1189, pelos homens do rei português coadjuvados por cruzados, foi parcialmente restituído, tendo-se então realizado grandes obras públicas e, nomeadamente, remodelado ou erguido novos dispositivos defensivos.

Da decadência de Silves deixou-nos, para sempre, *Assilbia* a impressionante poesia:

"Silves, ó minha Silves, eras outrora um paraíso
mas transformaram-te tiranos no fogo do inferno.
Foram injustos que não temeram o castigo do Senhor
mas nenhuma coisa oculta é oculta para Alá".
(COELHO, 1975, p. 385)

2.2.2.2. Estratégia de controlo territorial

A cidade muçulmana seria, na continuação da *polis* grega e da *urbe* romana, o centro do poder político, religioso e militar, com função organizadora do tecido social, como da estrutura económica e administrativa, de determinado território. De facto, "*Sem território não há cidades*", conforme escreveu José Mattoso, dado que é determinante para qualquer agregado humano os recursos proporcionados pela sua área próxima ou sob sua influência (Mattoso, 1992, p. 15). Mesmo as cidades desenvolvidas pelo comércio, necessitaram de territórios capazes de oferecer a subsistência aos seus habitantes.

No Algarve a grande importância de Silves foi, por vezes, partilhada com Faro, alternando entre as duas a liderança daquela região ou, então, dominando, separadamente, o Barlavento e o Sotavento, ao tornarem-se capitais de reinos independentes (Lopes, 1911, p. 46). O limite entre as duas cidades seria, sensivelmente, o mesmo definido, hoje, entre os concelhos de Albufeira e o de Loulé, distando, por isso, esta "fronteira" cerca de vinte e cinco quilómetros de ambas, o que correspondia a uma jornada de caminho pedestre (Fig. 59). Assim, seriam necessários dois dias para percorrer, a pé, a distância entre elas, coincidindo igualmente a demarcação entre aqueles importantes núcleos urbanos, com a divisão das duas grandes zonas geográficas algarvias acima referidas.

No século XVI, o concelho de Silves abrangia vasto território que se estendia desde Albufeira a Sagres, ou seja, a todo o Barlavento Algarvio (Guedes, 1988, p. 93, 118). Tal divisão (cuja origem remontará, a nosso ver, aos tempos proto-históricos, integrando o Barlavento, o território dos Cinetes e o Sotavento o dos Cónios) pode, ainda, ser observada em mapa, elaborado pelo geógrafo real Robert, em 1751.

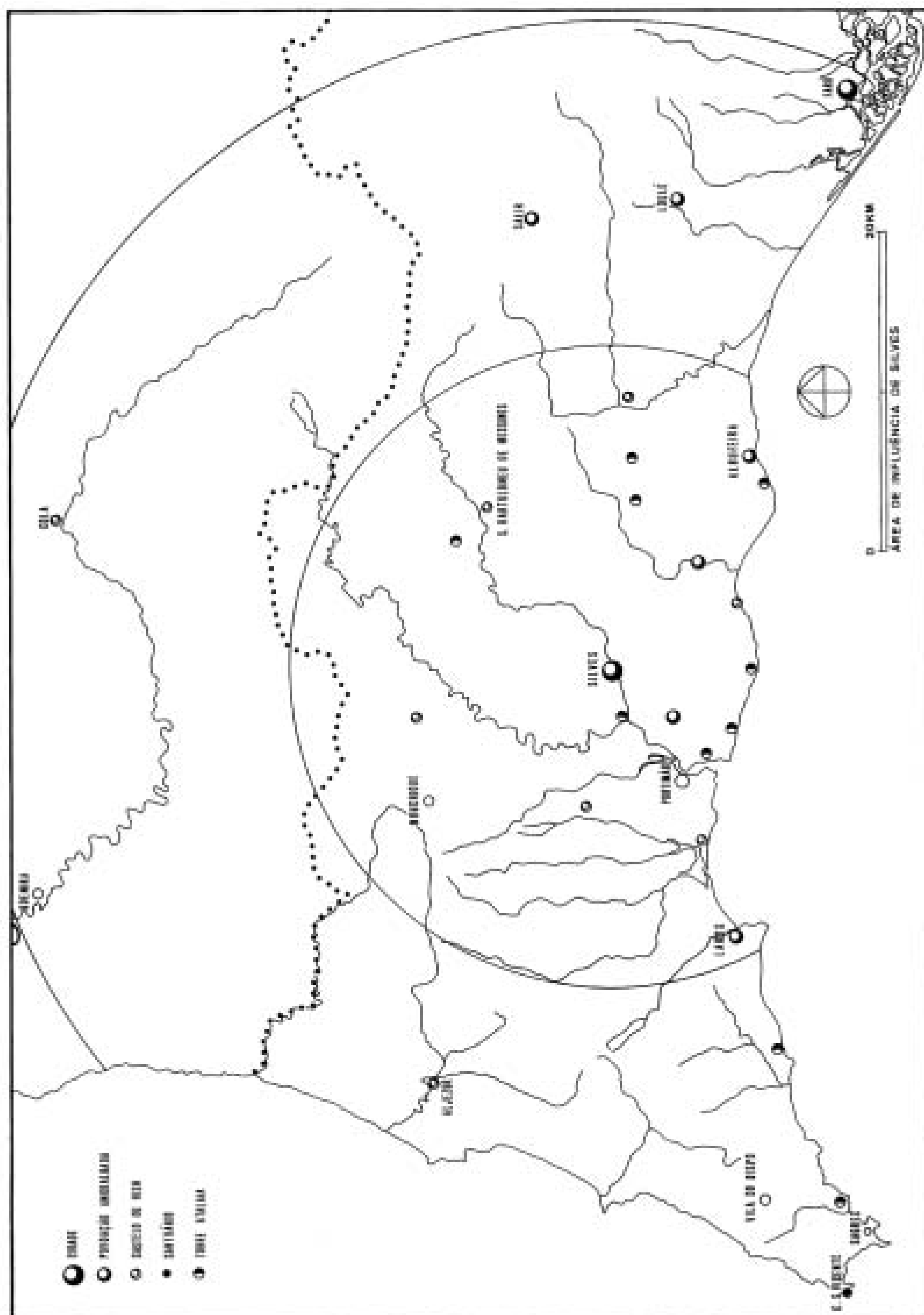


FIG. 59 – Carta com a área de influência de Silves.

2.2.3. *Silves no Barlavento.*

2.2.3.1. A organização do espaço

A área de influência de Silves prolongava-se para oriente até às terras dos actuais concelhos de Lagoa e Albufeira e, sobretudo, para ocidente, incluindo todos os concelhos do Barlavento e parte do Baixo-Alentejo. Ali existiu importante centro religioso considerado, por Cristãos e aceite como tal por Muçulmanos, local de grande devoção: a igreja do Corvo (*Conisat-al Gorah* ou *Kiniciet al Corabb*). Esta, segundo Edrisi, situava-se sobre um promontório a sete milhas do cabo de S. Vicente, antigo *Promunturium Sacrum*, o que equivale, possivelmente, a cerca de dez kilómetros daquele, próximo da latitude da actual povoação de Vila do Bispo, ou conforme indicam os textos cristãos do século XIII, em S. Vicente ou "Caniça do Corvo", designação mal traduzida do árabe e que significa igreja e, quiçá, templo não islâmico (no caso de derivar de *al-Kanisa*) ou, apenas, ruínas religiosas (de *Kanisyya*), indicando, em qualquer dos casos, comunidade moçárabe (Blázquez, 1901, p. 17, 18; Caballero Zoreda e Arce, 1995, p. 191; Epalza, 1997, p. 53, 55, 56; García Sánchez-Albornoz, 1978, p. 223; Machado, 1958a, p. 297; Moita, 1973, p. 20; Picard, 1983, p. 80, 83).

No século XII localizava-se na região de Silves o *ribat* fundado pelo famoso mestre sufi *Ibn Qasi*, dali natural, e que a tradição localiza em Aljezur. No entanto, os textos indicam a existência de convento, de aguerridos monges fundamentalistas, no sítio da Arrifana, onde subsistem as ruínas de antigo forte construído no reinado de D. João III, mas cuja origem poderá ser mais antiga (Lagardère, 1998, p. 227, 240; Lopes, 1911, p. 112; Seybold, 1903, p. 125). Carlos Tavares da Silva, arqueólogo do Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, identificou silos, contendo cerâmicas muçulmanas, a cerca de 200 m das ruínas referidas, na extremidade norte da arriba, e em local sobranceiro à baía ali existente.

Aquelas construções podem relacionar-se com o referido *ribat*, edificado junto à costa e conforme era costume no Norte de África, não inviabilizando o papel estratégico do castelo de Aljezur, que controlaria os acessos, por terra e mar, para quem, vindo do Norte, se dirigisse à orla marítima voltada a sul.

A segurança de todo o território referido, durante os séculos XII e XIII, assentava em importante sistema defensivo, cuja origem poderá ser mais antiga, constituído por povoações amuralhadas, pequenas fortificações (*husun*) e torres atalaias, dependentes de *Xelb*.

A maior concentração daqueles dispositivos situava-se próximo da cidade, sob o seu controlo directo, sendo ainda possível observar restos de alguns, embora alterações ulteriores, mais ou menos extensas, os modificassem ou tenham sido abandonados após a Reconquista.

As estruturas defensivas mencionadas, além de protegerem os agregados urbanos próximos do mar, defendendo-os da pirataria turca e cristã, vigiavam os principais caminhos, assim como as zonas de passagem entre o Baixo Alentejo e o Algarve, permitindo, por isso, uma mais segura circulação de pessoas e bens. Eles serviam de refúgio, em caso de perigo, aos habitantes das alcarias e, mesmo, das propriedades agrícolas. Este facto está comprovado, em relação a Alvor e Silves, pois o cruzado que, em 1189, participou na conquista daquela cidade relata-nos ter encontrado *"a terra optimamente cultivada, mas sem habitantes, por terem fugido todos para a cidade"*. E João Baptista da Silva Lopes menciona mesmo o nome das povoações fortificadas então conquistadas: *"por esta ocasião da tomada de Silves vierão ao dominio dos Portugueses os Castelos de Carphanabal, que suppomos ser Terça-Nabal, Lagos, Alvôr, Portimão, Monchique, Montagudo, Carvoeiro e Paderne, que todos pertencião ao dominio de Silves"* (Lopes, 1848, p. 116; Pimenta, 1982, p. 161). Teria sido pois, como é aliás normal, no interior dos recintos fortificados que as populações procuraram refúgio.

2.2.3.2. Povoações fortificadas

No Litoral ou próximo dele, tiveram muralhas Albufeira, Alcantarilha, Estombar, Lagos e Aljezur. No *hinterland*, existia Salir e Loulé, com tais dispositivos mas possivelmente dependentes de Faro. Parece-nos, no entanto, que a fortificação de Salir funcionaria, conjuntamente com o *hisn* de Paderne, como *"fronteira"* entre o Barlavento e o Sotavento (Fig. 59).

Passamos a descrever as principais características e a informação histórico-arqueológico julgada pertinente, para cada uma das povoações fortificadas e dispositivos defensivos dependentes de *Xelb*.

2.2.3.2.1. Albufeira (Concelho de Albufeira)

Coordenadas Gauss: W 898 135 (seg. a *C.M.P.* n.° 605, Albufeira, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1978)[5] (Fig. 60).

Topónimo que, segundo José Pedro Machado, deriva do árabe *al-buhairâ*, diminutivo da palavra *bahr* que significa *mar*, *lago* ou *lagoa* (Machado, 1958, p. 123).

O núcleo urbano mostra localização privilegiada, em antiga península, rodeada parcialmente por altas arribas sobranceiras ao mar. Podia defender vasta extensão de costa, beneficiando do facto de o horizonte visual, em dias sem nebulosidade, se prolongar até à Península de Faro. A sua posição estratégica deu origem a sucessivas reconstruções, mesmo na Idade Moderna.



FIG. 60 – Localização da actual cidade de Albufeira.

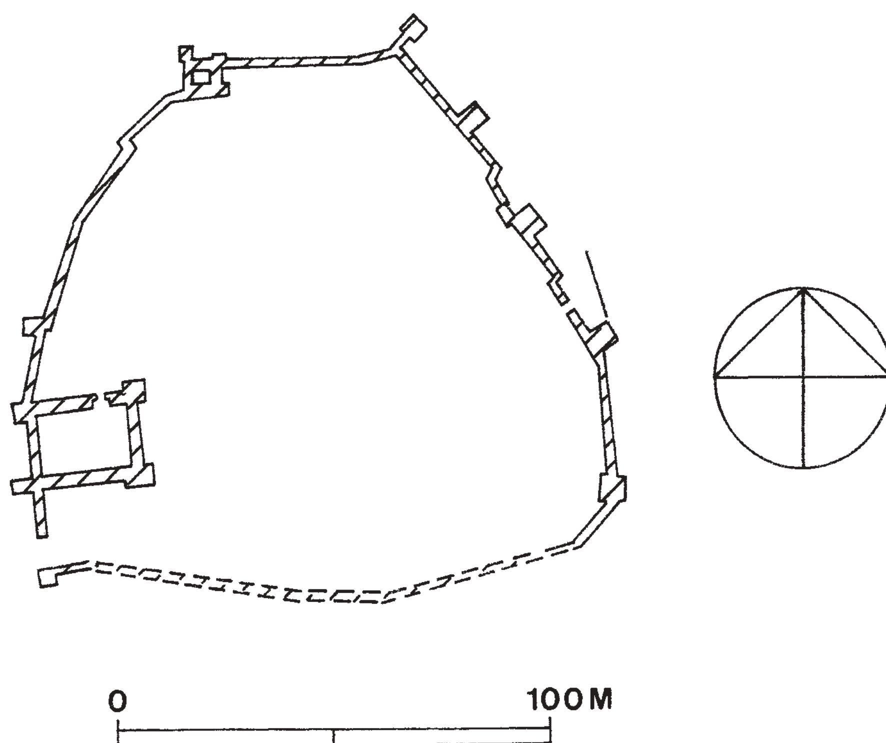


FIG. 61 – Planta da fortificação islâmica de Albufeira.

Da fortificação muçulmana subsistem troços de muralha, dissimulados por construções recentes, parte de uma torre, de pedra e taipa, mostrando planta quadrangular. Esta integraria a chamada Porta do Norte ou da Praia, com dispositivo defensivo constituído por muralhas formando planta poligonal, defendido por torres adossadas e talvez uma albarrã (Amado, 1993a, p. 22, 23) (Fig. 61).

O Castelo de Albufeira, após a conquista definitiva do Algarve, foi doado por D. Afonso III, em 1250, à Ordem de Avis, *"com todo o seu termo e districto, que lhe pertencia, quando estava em poder dos Mouros"* (Amado, 1997, p. 59-63; Lopes, 1848, p. 161).

Dispomos de descrição de Albufeira, do século XVI, onde se diz que ainda seria *"cercada de muro fortíssimo, no qual tem três portas, ũa para o norte, outra para o levante, e outra para o poente. Está torreada de nove torres, e tem seu castelo com duas torres muito fortes, e dentro ua cisterna d'água; e assi fica a vila inexpugnável e parece de fora mui crespa, e em roda, da banda do norte, corre um ribeiro, que lhe serve de profunda cava"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 159). A fortificação mencionada, tal como se verificou em relação com a conservação das muralhas de Silves, poderia coincidir com o dispositivo defensivo muçulmano, descrito por Alexandre Massaii, em 1621, do seguinte modo: *"esta a Villa situada em sítio alto e forte de natureza... he serquada de bons muros ao antiguo,..."* (Guedes, 1988, p. 114).

Um desenho da colecção da Casa de Cadaval, do século XVII, mostra o bom estado de conservação das muralhas islâmicas de Albufeira, também parcialmente reproduzidas em gravura inglesa de 1813 (Nobre, 1989, p. 37).

O recinto muralhado ocupava área com cerca de 13 000 m^2.

2.2.3.2.2. Alcantarilha (Concelho de Silves).

Coordenadas Gauss: W 810 182 (seg. a *C.M.P.* n.º 604, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 62).

Desenvolve-se na encosta sul de pequeno outeiro, junto da ribeira com idêntico topónimo. Este teria origem na palavra árabe *al-qantarâ* que significa passagem ou ponte. Segundo José Pedro Machado conhece-se a forma toponímica afim *Alcantarim*, em documento de 1504-1505, denominando reguengo situado a norte do cabo de S. Vicente (Freitas, 1938, p. 37; Machado, 1958, p. 149, 150).

Os restos dos panos das suas muralhas encontram-se integrados em construções modernas. No entanto, dada a sua importância, foi mandada refazer, em 1571, no reinado de D. Sebastião. Este rei, em 28 de Janeiro de 1573, passou pela *"aldea"* que apresentava *"cerca de muro toda em roda e com baluartes em logares convenientes por ser perto da costa"* (Guedes, 1988, p. 41, 118, 119; Iria, 1976, p. 101).

A fortificação encontrava-se, ainda, relativamente bem conservada em 1948, quando João de Almeida a viu. No entanto, aquele autor publica, como sendo de Alcantarilha, fotografia de outro castelo (Almeida, 1947, p. 504-506).

Nas ruas da povoação têm sido encontrados numerosos silos, assim como materiais arqueológicos de diferentes períodos.

Alcantarilha teria tido função defensiva semelhante à de Estombar, controlando zona de passagem entre Silves e Faro, assim como importante sector da costa.



FIG. 62 – Localização da povoação de Alcantarilha (Silves).

2.2.3.2.3. Estombar (Concelho de Lagoa).
Coordenadas Gauss: W 685 200 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P. 1979 (Fig. 63).

Fica situada no topo de pequena elevação junto da ribeira de Vale Formoso. Da fortificação, que teria tido planta poligonal, conservam-se os restos de uma torre, com planta quadrangular, medindo cinco metros de lado, construída em taipa e com alicerces e cunhais de pedra, adossada a pequeno sector do pano da muralha, edificada naquele mesmo aparelho (Fig. 64). Esta técnica construtiva é semelhante à existente nas torres, situadas a norte, da muralha da medina de Silves.

A fortificação de Estombar defenderia importante zona de passagem entre o Litoral e o Barrocal, encontrando-se, de igual modo, junto de uma das principais vias de comunicação com a capital e perto localizava-se a zona portuária da actual Mexilhoeira da Carregação.

Foi a tentativa de reconquistar Estombar que conduziu *Ibn-al-Mahfut* a sair de Silves facilitando, deste modo, a tomada definitiva daquela cidade pelo mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia (Tarouca, 1952, p. 270).

Estombar, no século XVI, ainda tinha *"castelo de ũa só pedra talhado em que os mouros se recolhiam a pelejar, com um poço ao pé, deminuído já, da antiguidade..."* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 157).

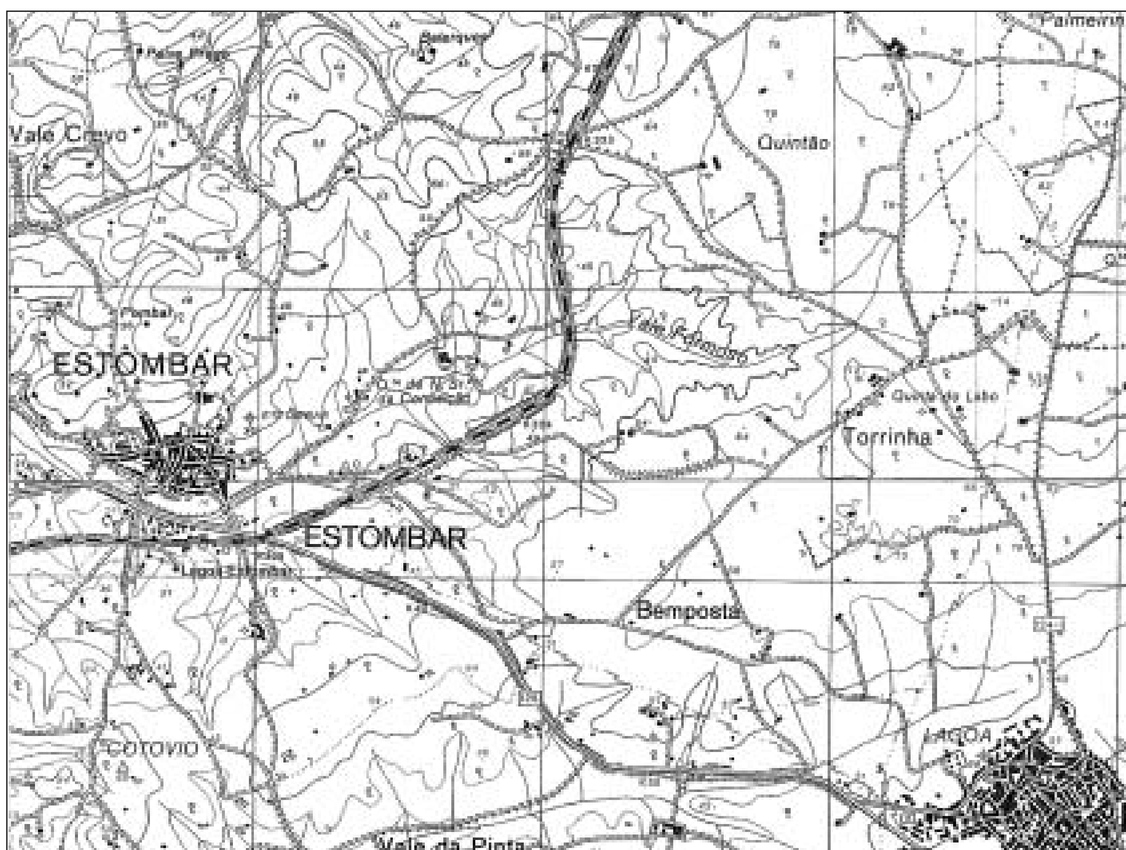


FIG. 63 – Localização da povoação de Estombar (Lagoa).

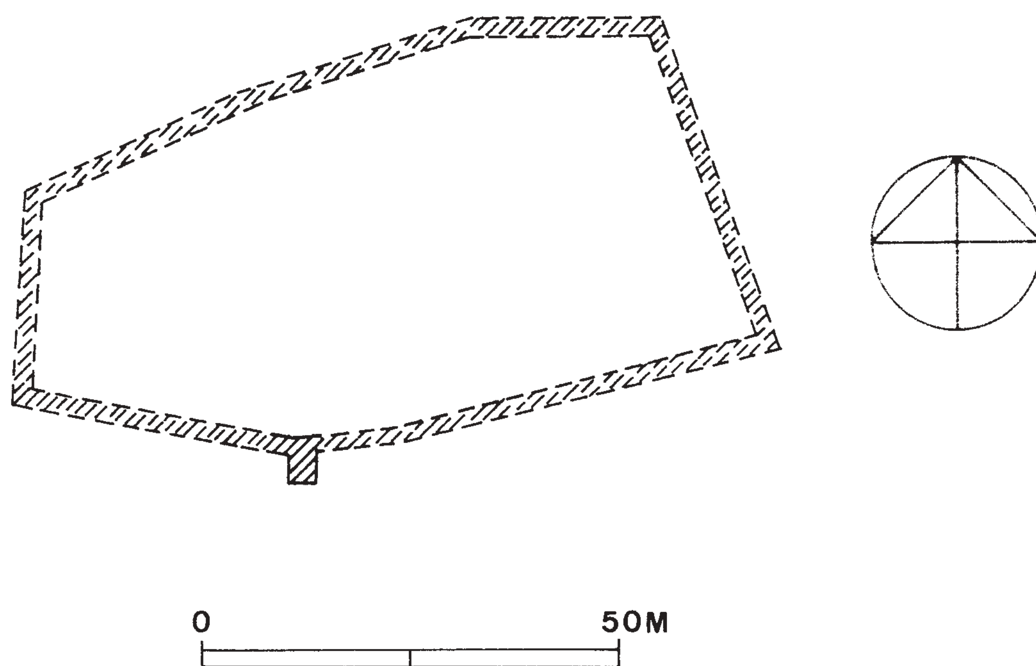


FIG. 64 – Reconstituição da planta do Castelo de Estombar (Lagoa).

2.2.3.2.4. Lagos (Concelho de Lagos).
Coordenadas Gauss: W 519 155 (seg. a *C.M.P.* 602, n.° Lagos, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1978).

Este centro urbano, foi referido no século XII, por Edrisi, como sendo vila com porto (Blázquez, 1901, p. 17). No entanto, dado controlar importante e fértil zona agrícola poderia ter sido fortificado. Elevado à categoria de cidade em 1573 gozou, nos finais da Idade Média, e sobretudo durante a Idade Moderna, de grande desenvolvimento, dando origem à readaptação a novas estratégias militares do possível sistema defensivo islâmico, o que dificulta a sua identificação (Lopes, 1841, p. 227).

À fortificação muçulmana poderia, a nosso ver, pertencer a denominada Porta de S. Gonçalo, protegida por duas potentes torres albarrãs. Dispositivo defensivo similar apresenta a Porta de D. Afonso III, ou Arco do Repouso, existente nas muralhas da medina de Faro e, embora com as devidas diferenças, poderia integrar o mesmo grupo a denominada Porta da Almedina de Silves. Esta parece ser variante, com uma única torre albarrã, maior, e cujo acesso à parte superior se efectuava através de dois passadiços, enquanto que a entrada na medina se fazia por porta, depois de se passar um dos dois arcos laterais situados entre a torre e a muralha.

A Porta de S. Gonçalo de Lagos, dadas as suas características, poderia ter sido construída nos séculos XII-XIII sendo, por ora, o único vestígio evidente da fortificação muçulmana. No entanto, dada a adopção após a Reconquista de sistemas defensivos muçulmanos, pensamos que só trabalhos arqueológicos poderão, com alguma precisão, confirmar a atribuição cronológica referida.

2.2.3.2.5. *Aljezur (Castelo de Aljezur).*
Coordenadas Gauss: W 405 391 (seg. a *C.M.P.* n.° 584, Aljezur, esc. 1:25 000, S.C.E.P. 1979).

Castelo, bem conservado, situado no topo de um cerro, sobranceiro à actual povoação que se desenvolve até junto do rio de Aljezur. Este terá sido navegável e deverá ter tido porto.

A fortificação foi referida no século XVI como sendo "*em um serro muito alto e deborcante, onde se afirma haver grande tesouro*" e a povoação foi descrita, no século seguinte, como *"situada em hu alto, O qual he serquada de outros m.tos Out.os e não ja de muros e tem hu Castello antigo E em p. te arruinado..."* Segundo Baptista Lopes, Aljezur tinha, em 1841, *"hum castello forte em tempos dos mouros, cujas ruínas ainda hoje se conservam na parte mais elevada do serro ao S., de figura octogona com duas torres huma ao N., outra ao S., huma formosa cisterna em hum lado interior, conservada em bom estado..."* (Lopes, 1841, p. 202; Guedes, 1988, p. 142; Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 140).

O dispositivo defensivo muçulmano teria tido planta poligonal e dele subsistem muralhas, torre de planta circular assim como a cisterna abobadada.

Foi integrado na Coroa Portuguesa em 1246, sendo considerado, presentemente, como*"admirável miradoiro"* (Correia, 1987, p. 11-13; 1987a, p. 4; 1988, p. 5).

Escavações arqueológicas que têm vindo a ser efectuadas no interior daquele monumento, dirigidas por Carlos Tavares da Silva, permitiram verificar importante sequência estratigráfica que revela ocupações desde a Idade do Bronze Final/Idade do Ferro até à Idade Moderna. Os níveis muçulmanos integram estruturas habitacionais, muito fragmentadas, assim como dois silos e materiais que puderam ser atribuídos aos séculos XII-XIII.

2.2.3.2.6. *Salir (Concelho de Loulé).*
Coordenadas Gauss: X 075 305 (seg. a *C.M.P.* n.° 588, Salir, esc. 1:25 000, *S.C.E.P.,* 1980) (Fig. 65).

Localiza-se na Meia-Serra, no cimo de elevação, entre a ribeira dos Moinhos e a do Touriz, na zona de "fronteira" entre Faro e Silves, podendo proteger, por isso, ambas cidades dos conquistadores vindos do Norte. A actual povoação encontrava-se, ainda, delimitada pela fortificação que a defendia, embora as muralhas estejam, em grande parte, destruídas, soterradas ou incorporadas em edificações que constituem o actual núcleo urbano. No seu interior refugiar-se-iam, em caso de ameaça, os habitantes das comunidades próximas, conforme sugerem os topónimos Alcaria e Almarginho.

O dispositivo defensivo almoada, com planta poligonal, bem adaptado à topografia do outeiro onde está instalado, foi construído com pedra e taipa. Mostra restos de quatro torres albarrãs e de pelo menos outras três adossadas. No seu interior teria duas vias de comunicação que se cruzavam sensivelmente ao centro (Fig. 66).

Escavações arqueológicas que ali se têm realizado, desde 1987 e sob direcção de Helena Catarino, permitiram identificar na zona intra-muros, no lado noroeste e junto à muralha, estruturas habitacionais organizadas a partir de rua e onde surgiu abundante espólio. Este corresponde a ocupação intensa do local, durante o Período Almoada, embora alguns testemunhos indiquem, em nosso entender, maior antiguidade, podendo remontar aos séculos X-XI (Catarino, 1992a, p. 21, 22, 28, 29, 1992b, p. 7-28, 1995, p. 9-30). Ocupa área com cerca de 4200 m^2.

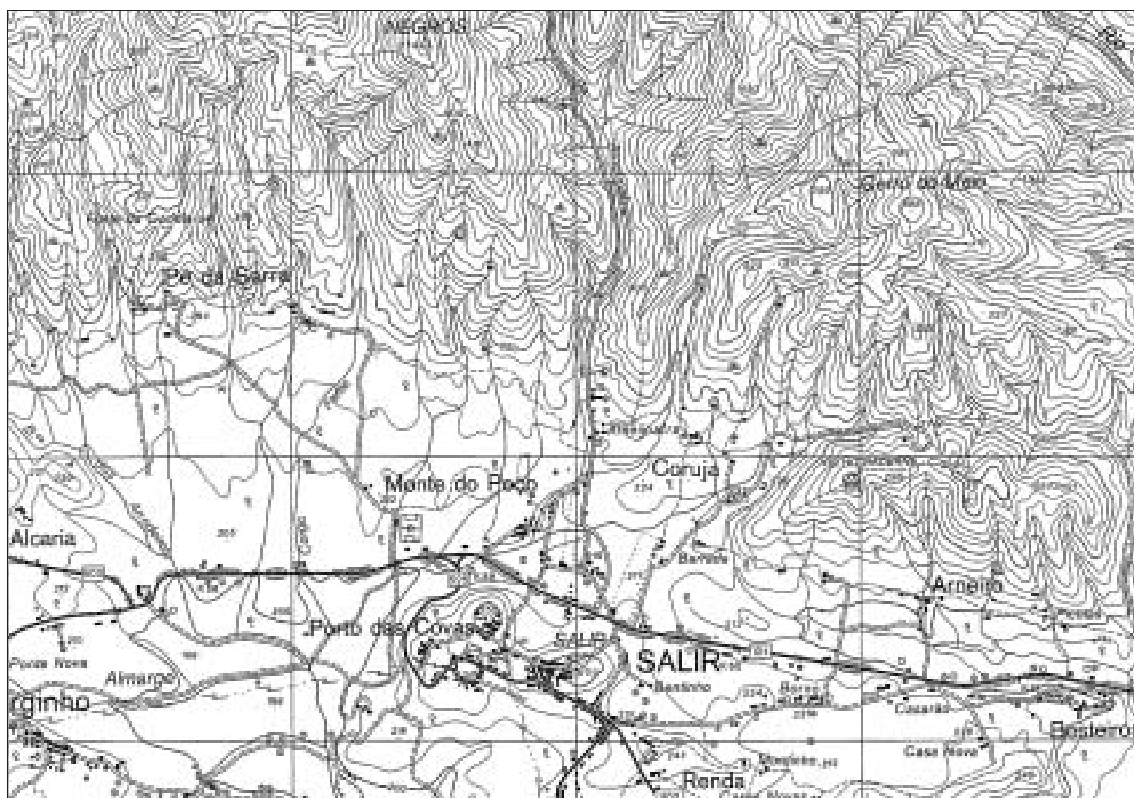


FIG. 65 – Localização da povoação de Salir (Loulé).

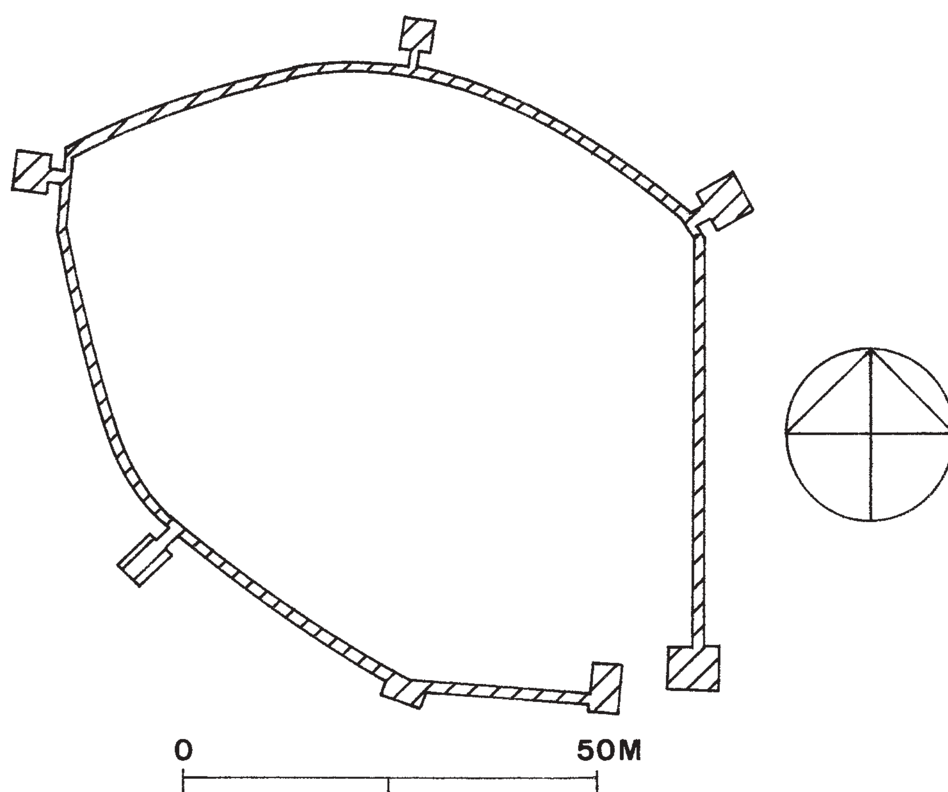


FIG. 66 – Planta do Castelo de Salir (Loulé).

2.2.3.3. *Castelos (husun)*

As pequenas fortificações, com guarnição militar, poderiam estar isoladas, como o *hisn* denominado Castelo Belinho (do Linho ou do *Nynho*, no século XV), ou o Castelo do Alferce, ou ainda próximas de núcleos urbanos, como os *husun* de S. Bartolomeu de Messines, Paderne, Porches e Alvor (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 70, 103).

Verificámos que os *husun* existentes no território de Silves apresentam planta sub-quadrangular ou sub-rectangular. Esta morfologia poderia indicar cronologia recuada, visto tais formas terem antecedentes que remontam aos acampamentos romanos, tendo sido muito divulgadas no *al-Andalus* desde o século X. Assim, apesar dos escassos materiais estudados de algumas daquelas fortificações indicarem cronologia compatível com os últimos tempos da ocupação muçulmana do *Garb*, não podemos deixar de colocar a hipótese de ter havido pervivência e fortificações mais antigas, dada a sua importância funcional e, em particular, estratégica. Este facto foi, de igual modo, comprovado na região de Niebla, onde existem dispositivos defensivos com planta sub-quadrangular, ou rectangular, do século X, embora reutilizados tanto até ao século XIII como ulteriormente (Bazzana e Cressier, 1989, p. 43; Pavón Maldonado, 1996, p. 38-54).

2.2.3.3.1. *Castelo Belinho (Concelho de Portimão).*

Coordenadas Gauss: W 625 265 (seg. a *C.M.P.* n.° 594, Mexilhoeira Grande, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 67).

Localiza-se no actual Morgado do Reguengo, próximo da ribeira de Boina, no topo de planalto elevado e estreito, de onde se domina vasta panorâmica, alcançando-se, mesmo, Silves.

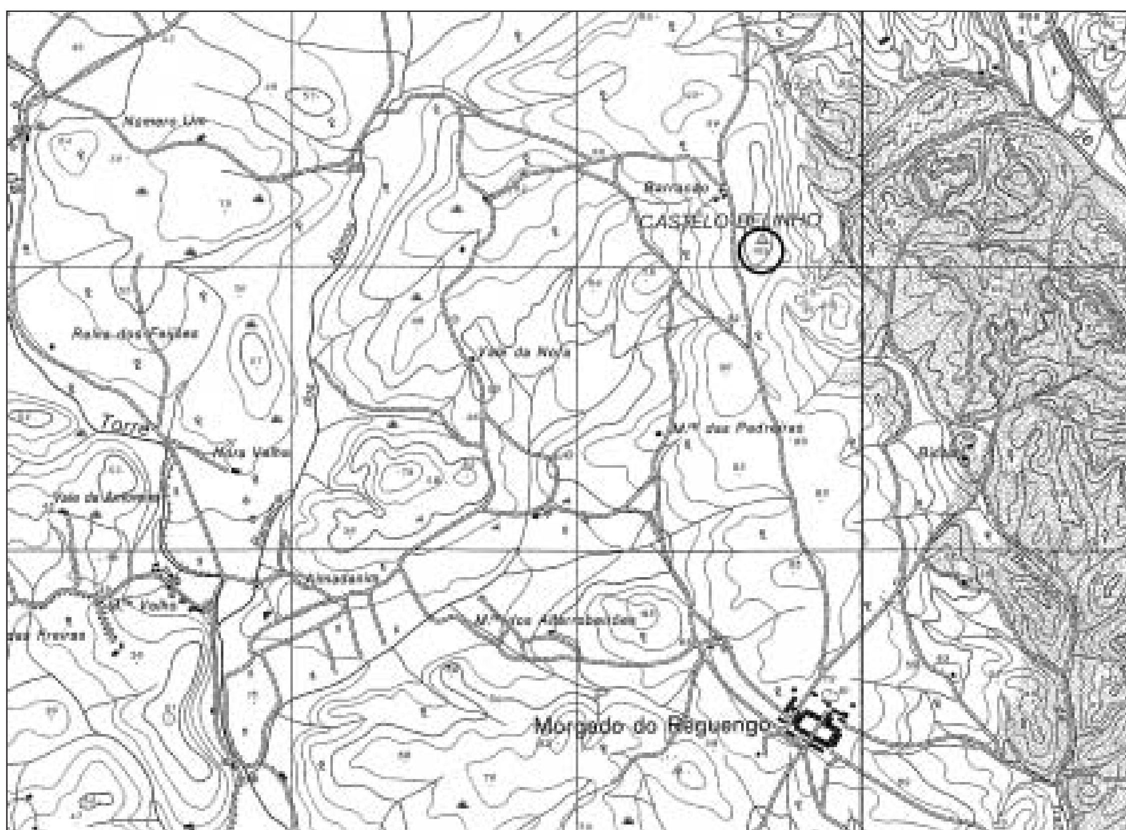


FIG. 67 – Localização do Castelo Belinho (Portimão).

Esta fortificação controlava uma das passagens para Ocidente, através do sítio ainda hoje denominado Porto de Lagos e, possivelmente, serviria de refúgio às populações das alcarias e propriedades agrícolas vizinhas. Aliás, bem perto, a sudoeste, situava-se a alcaria de Almadanim (Gomes e Gomes, 1988, p. 90).

Foi erguido em taipa, sobre alicerces de pedra, e mostra planta sub-quadrangular com entrada defendida por torre. No interior existia uma cisterna, actualmente muito destruída, tal como acontece com toda a construção, devido ao seu completo abandono (Fig. 68).

Ocupa área com, aproximadamente, 740 m².

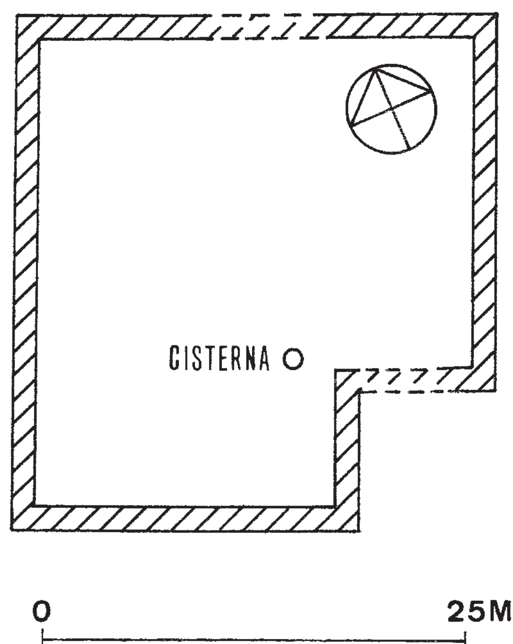


FIG. 68 – Planta do Castelo Belinho (Portimão) (seg. J. Palhinha).

2.2.3.3.2. Castelo do Alferce (Concelho de Monchique).
Coordenadas Gauss: W 682 395 (seg. a *C.M.P.* n.º 586, Amorosa, 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 69).

Situa-se no serro do Castelo, próximo da povoação do Alferce na Serra de Monchique, tendo sido identificado e desenhado, no passado século, por Estácio da Veiga, embora dado a conhecer apenas pela sua sobrinha-neta. A fortificação, segundo aquele autor, conservava, no interior, cisterna com planta de forma rectangular.

Em visita que efectuámos ao local, na companhia de Mário Varela Gomes e de Luís Corado Alves, verificámos que a implantação desta fortificação permitia controlar uma das principais vias de comunicação entre o Baixo Alentejo e o Algarve, que passaria por Monchique, e dali, através do vale aberto pela ribeira de Odelouca, poderia alcançar-se Silves.

Este dispositivo defensivo encontra-se muito destruído, devido à acção dos elementos meteóricos e, em particular, à densa vegetação que, sobre ele, se desenvolveu. No entanto, na planta desenhada por Estácio da Veiga vem escrito que se trata de *"uma fortificação arrasada"*, pressupondo-se que estivesse já mal conservada (Figueiredo, 1895, p. 241; Santos, 1972, p. 69, Fig. 203).

A fortificação era constituída por um núcleo central, com muralhas definindo recinto de planta sub-quadrangular, ocupando cerca de 1400 m² (Fig. 70). No sector sudoeste e nascente apresenta, por ora, 3 m de altura, tendo sido construída em aparelho regular, com pedras de dimensões médias, tendo as maiores 0,40 m de comprimento . No sector sul mostra aparelho semelhante e teria cerca de 5 m de largura na base que, deste lado, parece bem conservada. No lado nascente aproveita, em parte, afloramento rochoso. O paramento que a delimita a norte seria semelhante aos restantes. No interior observa-se a cisterna, situada a cerca de 5 m da muralha situada a sul.

Aquela construção seria abobadada e mede 4 m de comprimento, 2,20 m de largura e, pelo menos, 1,50 m de altura. A cobertura encontra-se tombada no seu interior, que era revestido por formigão, constituído por cal, areia e fragmentos de telhas. Na parede sul reconhecem-se restos de, possíveis, degraus.

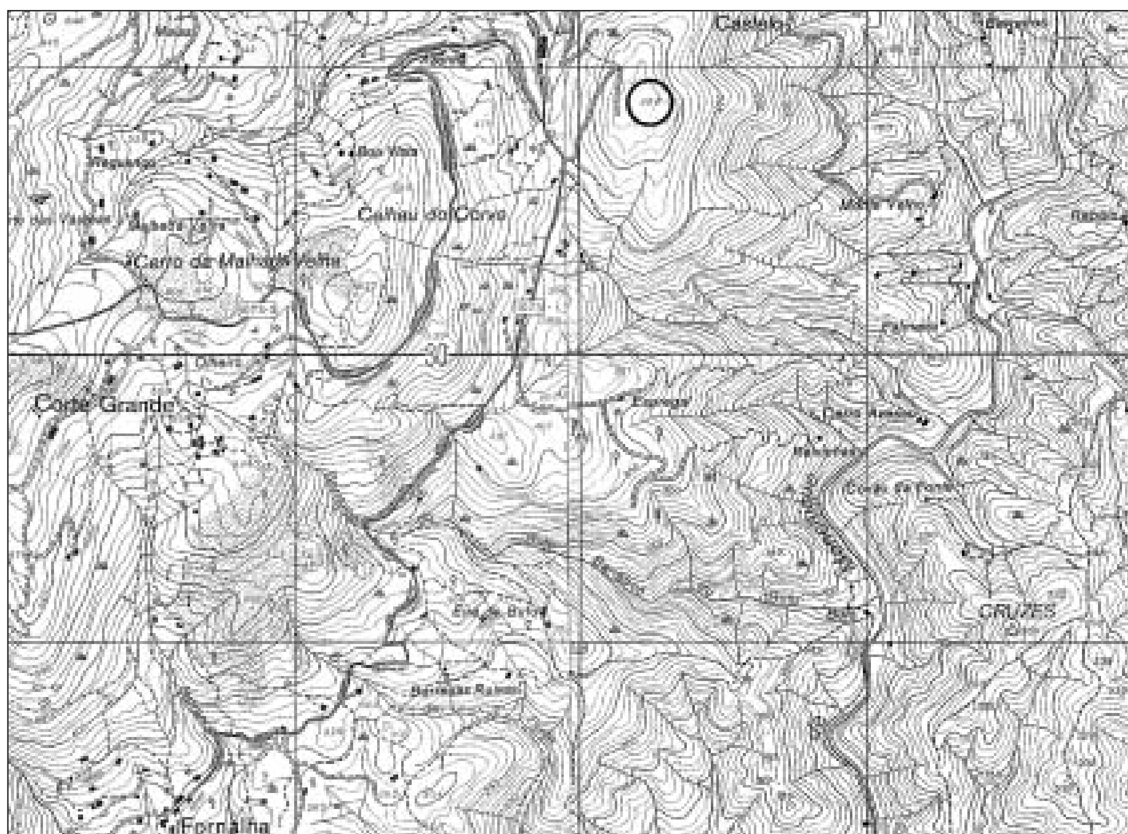


FIG. 69 – Localização do Castelo do Alferce (Monchique).

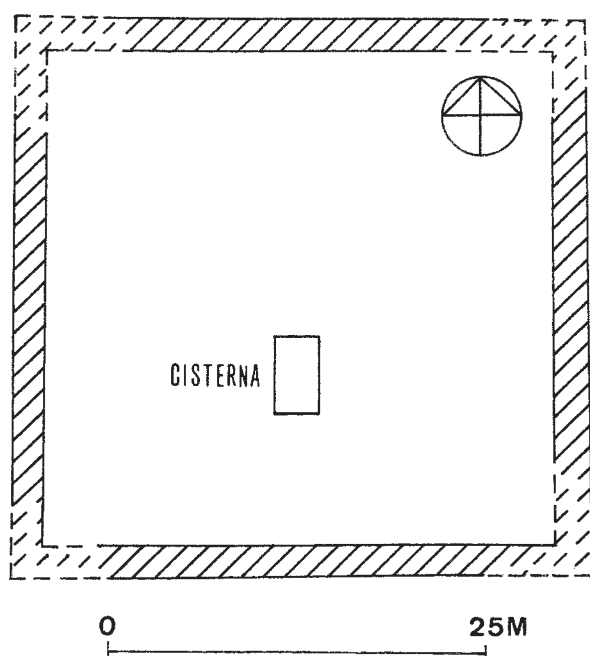


FIG. 70 – Planta do Castelo do Alferce (Monchique).

O núcleo central deste dispositivo defensivo seria cercado por provável segunda ordem de muralhas (Fig. 71). Esta teria sido identificada por Estácio da Veiga, apenas no sector norte mas prolonga-se, de igual modo, no lado poente, onde se verifica que tem cerca de 1 m de altura.

A segunda muralha foi construída com blocos, irregulares, de foiaíte, intercalando pedras de grandes dimensões com outras mais pequenas, e teria entre 1,50 m a 2,00 m de largura média (Fig. 72).

No interior do espaço fortificado recolhemos alguns fragmentos de telhas, muçulmanas, com características marcas de sulcos digitados dispostos longitudinalmente.

As considerações que Maria Luísa Affonso dos Santos elabora sobre este dispositivo conduzem-nos a pensar que



FIG. 71 – Castelo do Alferce. Aspecto da muralha do lado poente (R IV/96-12).



FIG. 72 – Castelo do Alferce. Aspecto do paramento exterior da segunda ordem de muralhas (R IV/96-11).

não visitou o local. De facto, é completamente impossível vigiar a costa do sítio onde foi construído este *hisn,* conforme aquela autora advoga.

Visto que não encontrámos vestígios de nenhuma fortificação na actual povoação de Monchique, pensamos que será este o denominado *"Castelo chamado de Monchique"* que com todos os seus "*termos antigos e modernos*" foi doado por D. Sancho I à Sé de Silves (Lopes, 1848, p. 133).

2.2.3.3.3. Castelo de S. Bartolomeu de Messines (Concelho de Silves).
Coordenadas Gauss: W 868 326 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, S. Bartolomeu de Messines, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Segundo João de Almeida, erguia-se no cimo do cerro denominado Penedo Grande, *"a 0.3Km nordeste da antiga povoação de Messines, 23,5 Km a nordeste do Cabo Carvoeiro, e a 15 Km a nordeste do Castelo de Silves"* (Almeida, 1947, p. 506, 507).

Defenderia não só esta região do Barrocal, como se encontrava junto de uma das principais vias de entrada no Algarve e que dali conduzia ao Litoral, como da que pela Meia-Serra se dirigia para Oriente, em direcção a Alte, e, para Ocidente, a Monchique.

2.2.3.3.4. Castelo de Paderne (Concelho de Albufeira).
Coordenadas Gauss: W 940 211 (seg. a *C.M.P.* n.° 596, Algoz, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1980) (Fig. 73).

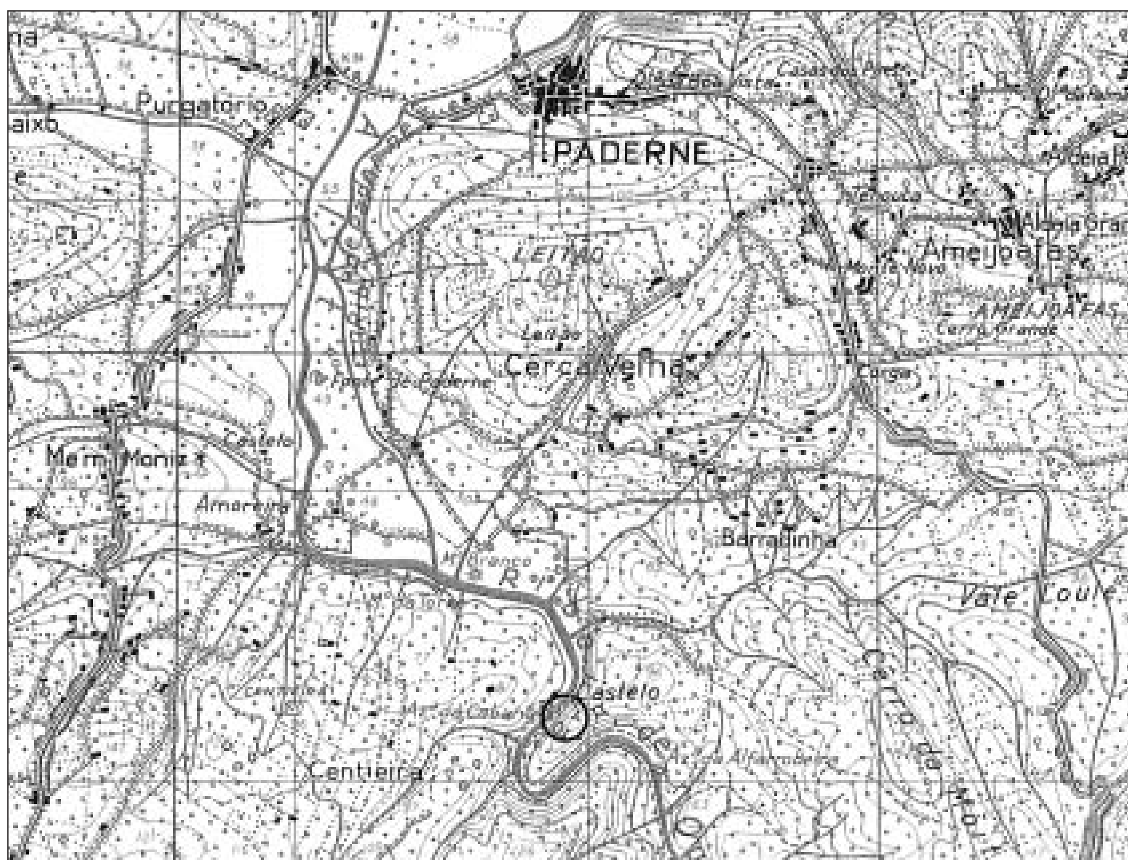


FIG. 73 – Localização do Castelo de Paderne (Albufeira).

Foi edificado no Cerro do Castelo, em alto esporão sobranceiro à ribeira de Quarteira, entre Silves e Loulé. Deveria defender não só a antiga povoação com o mesmo nome, que hoje se situa a noroeste daquela fortificação, como controlar, de igual modo, importante passagem entre o Barrocal e o Litoral algarvio.

Trata-se de construção almoada, de taipa, bem conservada, mostrando planta sub-rectangular, adaptada à morfologia do terreno, servida por entrada, em cotovelo, voltada para nascente, defendida por potente torre albarrã e barbacã (Figs. 74, 75) No interior mostra, ainda, a cisterna, com planta rectangular. Ocupa área medindo cerca de 3000 m^2.

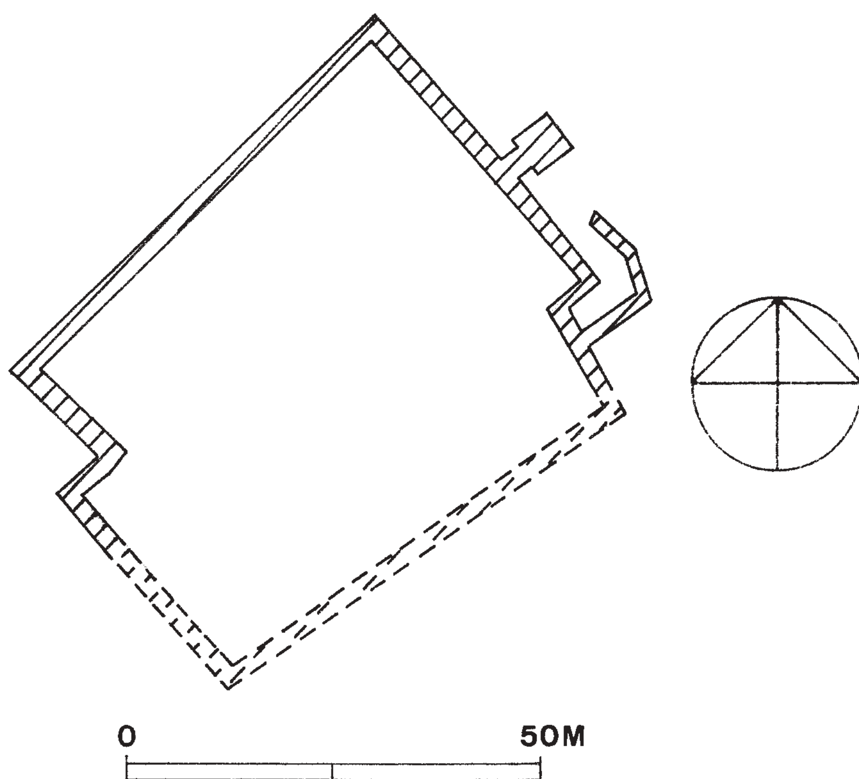


FIG. 74 – Planta do Castelo de Paderne (Albufeira).

Segundo Henrique Fernandes Sarrão é descrito, no século XVI, como sendo *"antigo, edificado pelos Mouros, sobre um cabeço, com muros inteiros, posto que antiquíssimos; tem somente ua porta da banda do levante; cai sobre ũa ribeira, que corre ao longo de um alto rochedo, onde o castelo está, ora despovoado e sem gente; e dentro está ua cisterna muito boa; há nela ua ermida de Nossa Senhora, onde tem ermitão contínuo"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 160).

Escavações arqueológicas realizadas, em 1987, no interior desta fortificação pouco contribuiram para o seu estudo, dado que os níveis muçulmanos foram insuficientemente explorados (Catarino, 1990, p. 128, 1993, p. 76, 77, 86). No entanto, dada a descoberta de materiais medievais, nomeadamente numismas, e, em particular, de cerâmicas atribuídas aos séculos XIV-XV, assim como a presença de uma ermida, com elementos arquitectónicos dos séculos XV-XVI, pode pensar-se que o local, após a reconquista continuou a ser ocupado, muito embora, tivesse deixado de ter interesse em termos estratégicos e defensivos. Segundo parece ainda se realizam, anualmente, romarias ao antigo templo no interior do recinto fortificado.



FIG. 75 – Castelo de Paderne. Entrada defendida por barbacã e torre albarrã (R X/88-10).

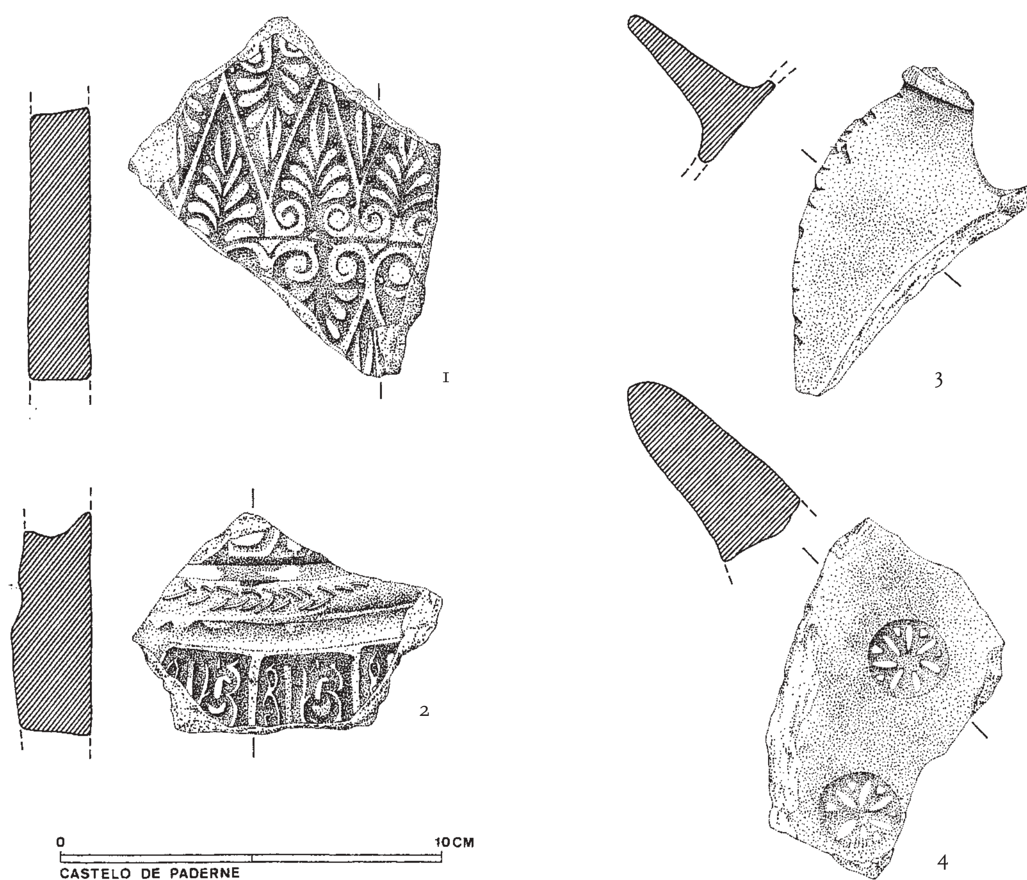


FIG. 76 – Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Paderne.

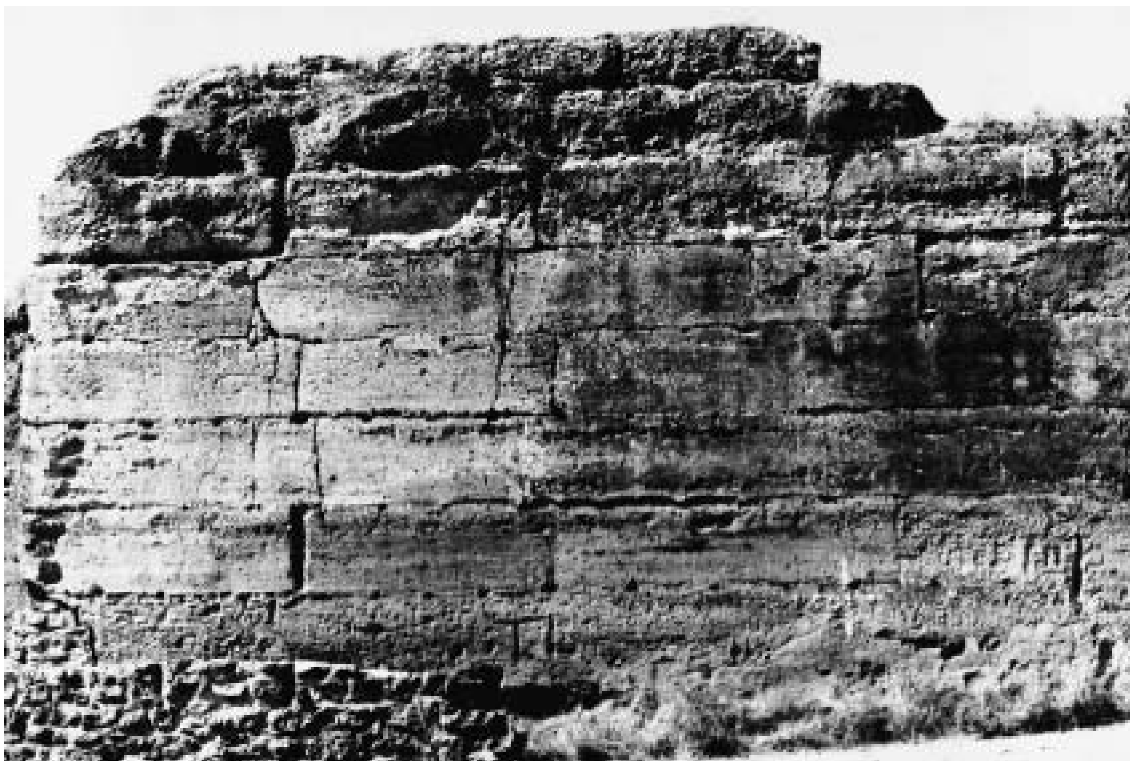


FIG. 77 – Castelo de Paderne. Aspecto do aparelho, de taipa, do interior da muralha (R V/96-14).



FIG. 78 – Castelo de Paderne. Aspecto do aparelho, de taipa, da torre albarrã, observando-se a imitação de juntas das pedras em massa de cor branca (R V/96-13).

Tivemos, recentemente, oportunidade de estudar conjunto de materiais, almoadas, recolhidos por José Norton, na zona da encosta exterior ao castelo de Paderne (Fig. 76). Graças à amabilidade do seu proprietário foi-nos possível reconhecer quatro fragmentos de talhas que, pelas características apresentadas, confirmam a atribuição cronológica referida. Assim, aquelas peças apresentam o núcleo das paredes de cor castanha clara, cinzenta clara ou cinzenta (10YR 6/3; 10YR 7/3; 5Y 6/1; 2.5YR 5/0). Dois dos fragmentos pertencem a paredes, oferecendo a superfície interior de cor semelhante ou algo mais escura que a do núcleo, exibindo a exterior decoração estampilhada, coberta por esmalte, aderente mas já sem brilho, de cor verde. A decoração é constituída, em uma das peças (1) por duas bandas, horizontais, preenchidas por teoria de palmetas. A outra (2) apresenta duas bandas, tendo uma motivo pseudo-epigrafado, encontrando-se a segunda imperceptível, sendo separadas por motivo espinhado impresso com rolete sobre cordão.

Observámos dois fragmentos de asas, mostrando um deles (4) ambas superfícies esmaltadas, de cor verde, decoradas com matrizes, circulares, de carácter fitomórfico. O segundo fragmento de asa (3) possuí o núcleo e as superfícies cor-de-laranja (2.5YR 5/8) e seria rematado, possivelmente, por cabeça zoomórfica apresentando, a partir do cabeção, pequenos traços incisos.

Embora estas peças tivessem sido recolhidas no exterior da fortificação, pensamos que serão contemporâneas da sua última ocupação muçulmana.

2.2.3.3.5. Castelo de Alvor (Concelho de Portimão).

Coordenadas Gauss: W 592 181 (seg. a *C.M.P.* n.º 603, Portimão, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1978) (Fig. 79).

Foi edificado num planalto situado perto de pequena enseada onde desaguam as ribeiras de Arão, Farelo e Alvor. Defenderia não só a povoação piscatória com o mesmo nome, de origem pré-romana (*Ipses*), como importante sector da costa mas, também, o provável acesso ao interior através dos cursos de água referidos. Trata-se de construção de planta subquadrangular, edificada em alvenaria de pedra e que teria tido entrada em cotovelo. Ocupa área com cerca de 960 m^2 (Fig. 80).

Da primitiva fortificação muçulmana orientada nordeste-sudoeste, pervive parte da porta de entrada, com 2,50 m de largura, estando os dois cachimbos dos gonzos dispostos a cerca de 2,60 m do chão actual.

A fortificação foi construída com blocos de pedra, irregulares, sobretudo de calcário conquífero do Miocénico local, muito embora incorpore elementos de arenito vermelho (grés de Silves) argamassados com cal, pedra miúda e fragmentos de cerâmica (Fig. 81). A muralha do lado sudoeste mede 1,70 m de espessura, na zona mais elevada, e cerca de 6,00 m de altura. Subsiste, no interior, junto à porta de entrada, parte da escada, com cerca de 0,50 m de largura, que dá acesso ao passeio de ronda. A sudeste observa-se, ainda, restos de espesso muro, com aparelho semelhante ao da fortificação, que poderia ter pertencido a barbacã e, na mesma direcção, os alicerces de uma torre.

Na fortificação muçulmana viveria guarnição militar instalando-se o núcleo populacional, no seu exterior, na zona próxima da praia, onde se desenrolariam as principais actividades económicas.

O castelo do Alvor foi referido pelo cruzado que participou na conquista de Silves, em 1189, como estando na dependência daquela cidade, tendo sido parcialmente destruído e os seus habitantes mortos (Pimenta, 1982, p. 160, 161).

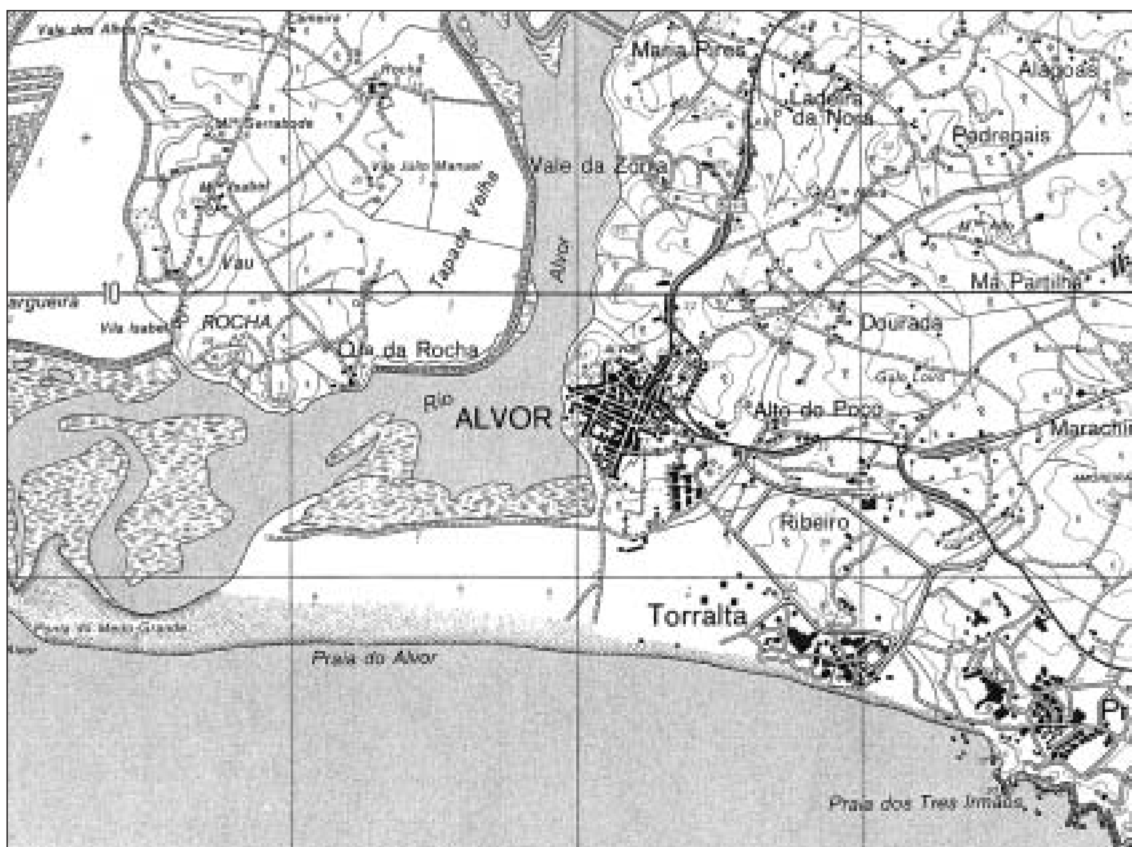


FIG. 79 – Localização do castelo de Alvor (Portimão).

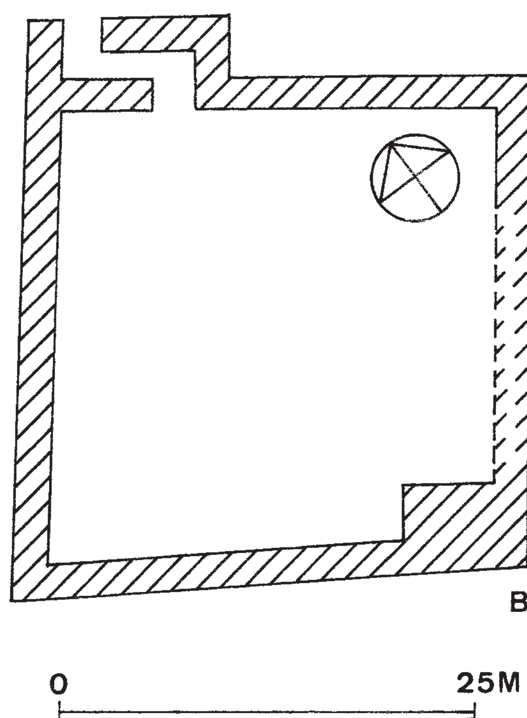


FIG. 80 – Planta do castelo de Alvor (Portimão).

Das origens daquele dispositivo defensivo conta-nos, no século XVI, Henrique Fernandes Sarrão, que teria sido fundado *"pelo grande Aníbal"* no sítio da *"Vila Velha"* onde *"ainda se acham alicerces velhos"* (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 150). Segundo, Alexandre Massaii, no século seguinte, Alvor teria *"hu fortezinho pequeno, quadrado e sem traues, q nelle se recolhem á gente q.do ha rebatte..."* (Guedes, 1988, p. 129, 130).

No denominado *"Dicionário Geográfico"* o pároco da freguesia do Alvor, respondendo à pergunta 25 elaborada pelo Padre Luís Cardoso, em 1758, relata-nos a existência, antes do terramoto de 1755, de *"hum castello com bastante grandeza, as muralhas dele são bastante altas e fortes, as portas são três, sobre as quais estava huma torre com cazas honde vivião os capitais mores..."* (Cardoso, 1758, vol.3, fl. 375-391)[6].



FIG. 81 – Castelo de Alvor. Aspecto do aparelho do interior da muralha (R IV/96-23).

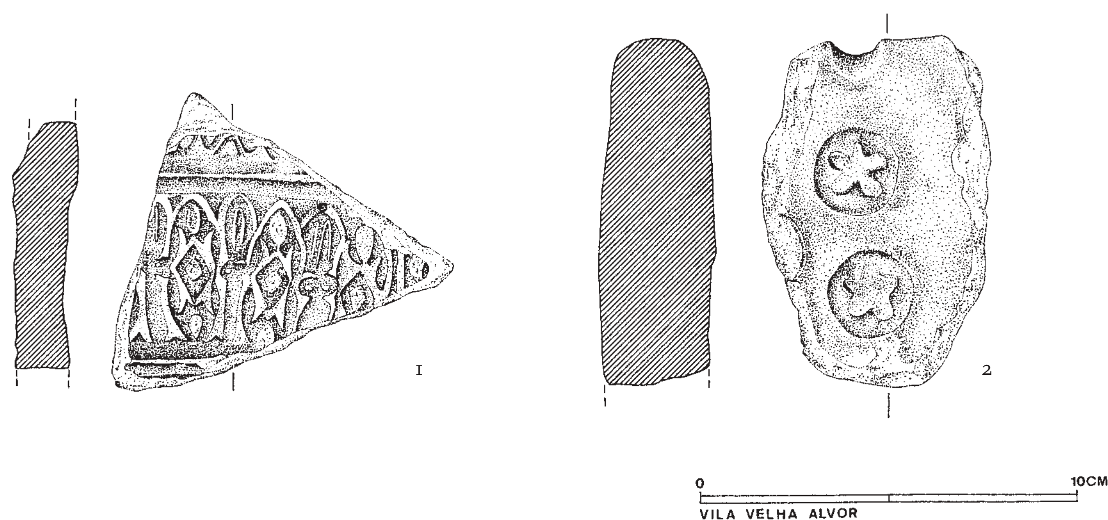


FIG. 82 – Cerâmicas recolhidas na Vila Velha de Alvor (Portimão).

Ulteriormente, o tenente-coronel de engenharia José de Sande Vasconcellos, publicou na obra *"Mappa da Configuração de todas as Praças Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve ordenado para ser prezente ao Principe Nosso Senhor pello Conde d'Vald' Reys G. e Cap. General do mesmo Reyno"*, de 1788, a planta do castelo de Alvor. Segundo aquele desenho a fortificação teria uma entrada em cotovelo e, nos dois cantos opostos à porta de acesso, bateria e armazém (Callixto, 1982). Em função de tal planta pensamos que o acesso ao interior desta fortificação poderia, no Período Islâmico, ser semelhante ao, ainda, visível em Paderne, isto é através de entrada em cotovelo, defendida por torre albarrã.

O castelo de Alvor encontra-se, presentemente, integrado no núcleo urbano da vila e o seu ingresso processa-se através de corredor, com cerca de 2,40 m de comprimento, situado entre as habitações que rodeiam o dispositivo defensivo. O interior foi transformado, em 1989, em Parque Infantil, comemorando-se, deste modo, os "*800 anos da primeira conquista de Alvor aos mouros*".

Na "Vila Velha" procedeu Teresa Júdice Gamito a escavações arqueológicas que permitiram detectar assentamento da II Idade do Ferro, correspondendo, muito possivelmente, a *Ipses*, dado os numismas ali encontrados e, sobretudo, os exumados em outros pontos da actual povoação. A ocupação romana foi intensa, explorando-se os recursos marinhos, tendo, também, sido evidenciada a presença islâmica (Gamito, 1994, p. 213, 215).

José Norton recolheu neste local, há muitos anos, alguns fragmentos de cerâmica muçulmana que amavelmente nos facultou para estudo (Fig. 82). Entre aqueles podemos referir dois pedaços de talha, que mostram o núcleo das paredes de cor bege ou cinzenta clara (10YR 8/3; 10YR 7/2). Um dos exemplares (1) pertence a parede, com a superfície interior de cor semelhante à do núcleo, oferecendo a exterior esmalte, aderente e com algum brilho, de cor verde. Exibe decoração estampilhada representando, possíveis, motivos fitomórficos e parte de banda com matrizes constituídas por linhas oblíquas formando pequenos triângulos.

O segundo fragmento (2) pertenceu a asa de talha, com o bordo ondulado, tendo ambas superfícies cobertas por esmalte com as mesmas características e cor do anteriormente assinalado. Mostra decoração impressa, constituída por motivos circulares, onde se inscrevem elementos fitomórficos.

Estes fragmentos de cerâmica, dadas a forma e a temática decorativa, são semelhantes a exemplares recolhidos na camada 2 do Castelo de Silves e podem ser atribuídos ao século XIII. A sua presença na "Vila Velha" confirma a existência do núcleo populacional, islâmico, situado no exterior do Castelo.

2.2.3.3.6. Castelo de Porches (Concelho de Lagoa).

Coordenadas Gauss: W 774 145 (seg. a *C.M.P.* n.º 604, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P, 1979) (Fig. 83).

Situava-se imediatamente a noroeste da ermida de Nossa Senhora da Rocha, próximo da ribeira de Vale de Engenho. A localização desta fortificação, sobre a falésia litoral, permitia não só a defesa da costa, como da povoação, com o mesmo nome, que se encontraria próxima e tem vindo a ser denominada Porches Velho.

Foi descrito por Estácio da Veiga do seguinte modo: *"A curta distância da ermida estão parcialmente à vista as ruínas romanas de um castello arrazado (castrum), deixando observar um quadrilatero de grossa muralha"*... (Veiga, 1887, p. 378).

O que subsiste daquela construção, que assentava sobre o substrato rochoso, são alguns dos alicerces de pedra e restos de paredes tombadas, de taipa, formando planta sub-rectangular com 53,00 m de lado por 44,50 m de frente (Fig. 84). No interior observam-se, ainda,

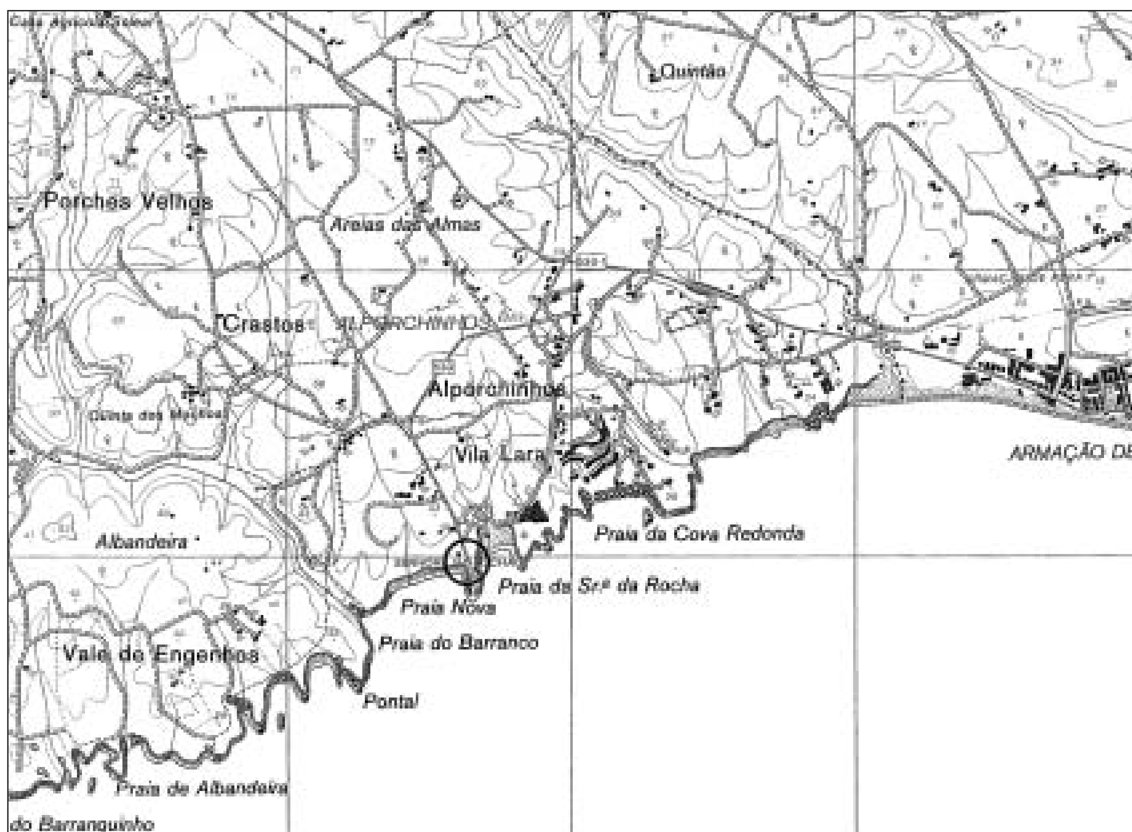


FIG. 83 – Localização do Castelo de Porches (Lagoa).

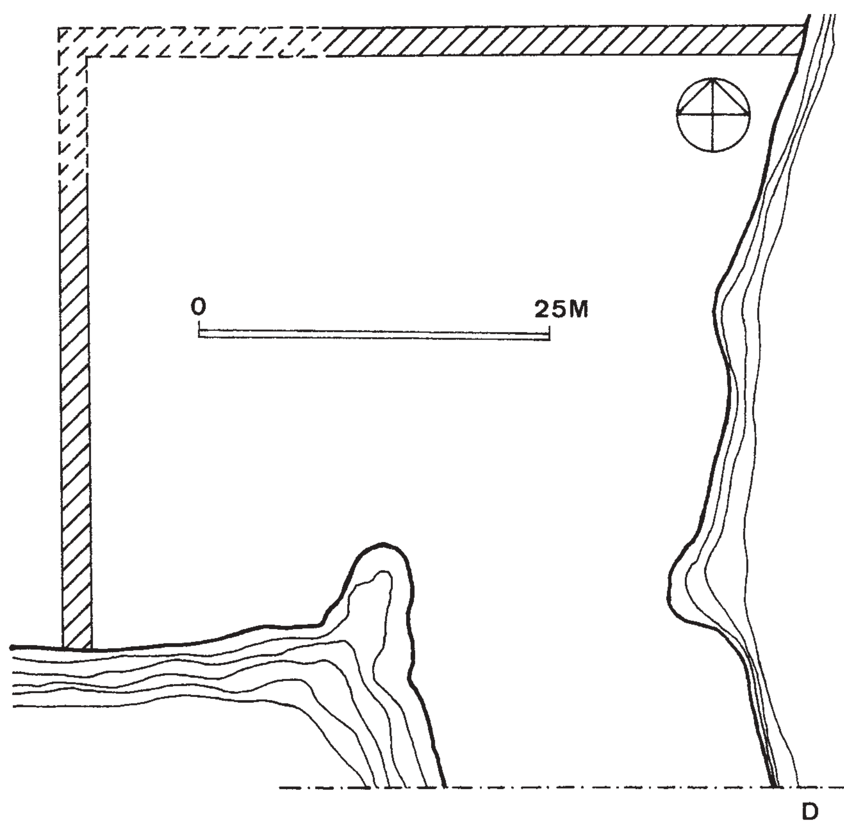


FIG. 84 – Planta do Castelo de Porches (Lagoa).

troços de muros pertencentes, possivelmente, a habitações ali existentes. A técnica construtiva utilizada, similar à que referimos anteriormente, conduz-nos a classificá-la como muçulmana. A implantação sugere tratar-se de *hisn,* semelhante a outros do Norte de África.

A importância desta fortificação perviveu, tendo sido cedida por D. Afonso III, em 1250, ao seu chanceler D. Estêvão Eanes, nos seguintes modos: "*O Castelo de Porches e todo o património a ele circunscrito, tal como estava quando sob o domínio sarraceno, com todos os seus termos, montes, fontes, pastos, campos, prados, vinhas, figueiredos, olivais e direito sobre todo o peixe proveniente do seu limite marítimo*" (Botão, 1989, p. 13, 14; Oliveira, 1912, p. 54, 55, 72). Ulteriormente, em 1286, foi outorgado foral à povoação por D. Dinis.

A situação estratégica daquela fortificação, provavelmente em ruínas no século XV, foi substituída com a construção de outro dispositivo defensivo na ponta de Nossa Senhora da Rocha. De facto, em 1559, o sargento-mór de ordenanças de Silves, Capitão Pedro da Silva, propõe a construção de torre para defesa daquela zona, em Nossa Senhora de Porches (Iria, 1976, p. 53-55).

2.2.3.3.7. Castelo da Cola (Concelho de Ourique).

Coordenadas Gauss: W 851 679 (seg. a *C.M.P.* n.° 563, Gomes Aires, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1952) (Fig. 85).

Completava a mesma estratégia de defesa das fronteiras terrestres e marítimas que integrava os dispositivos militares antes mencionados, o pequeno castelo, ou *hisn,* da Cola, no actual concelho de Ourique.

Localiza-se em relevo, sobranceiro ao rio Mira, onde se detectaram pré- existências ocupacionais que remontam à Pré-História Recente e à Proto-História (Idades do Cobre, Bronze e Ferro). A continuidade de ocupações deve-se, sobretudo, à existência de minério de cobre nas proximidades, à presença de alguns terrenos férteis e à utilização do próprio rio como

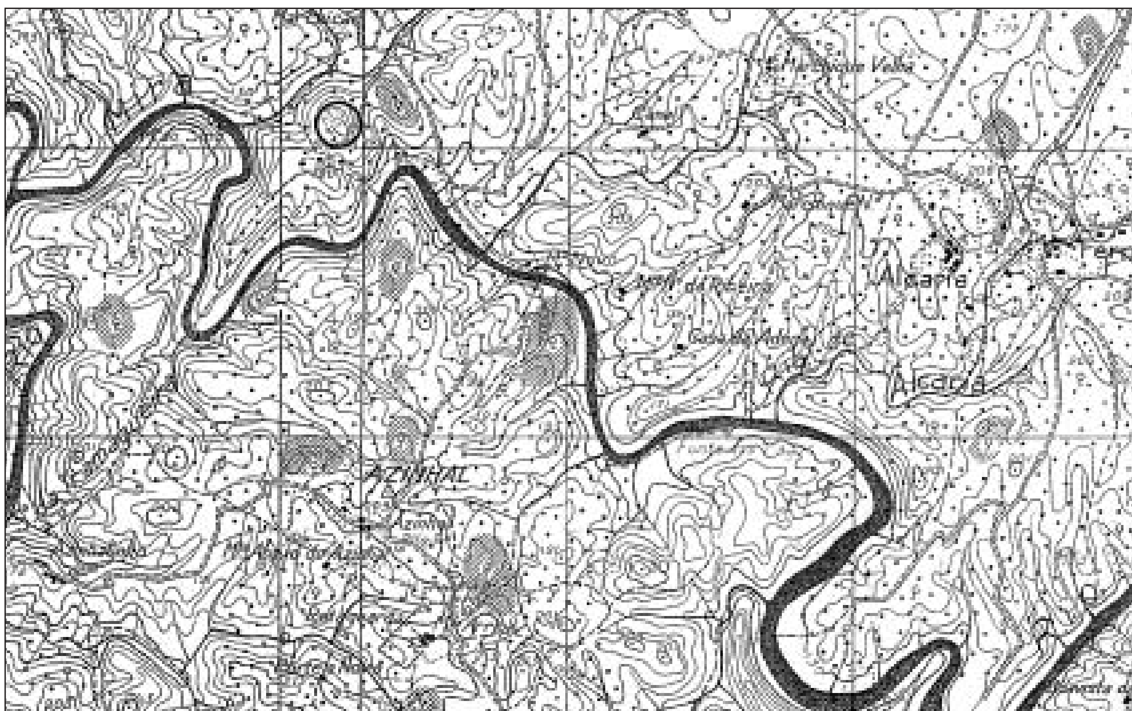


FIG. 85 – Localização do Castelo da Cola (Ourique).

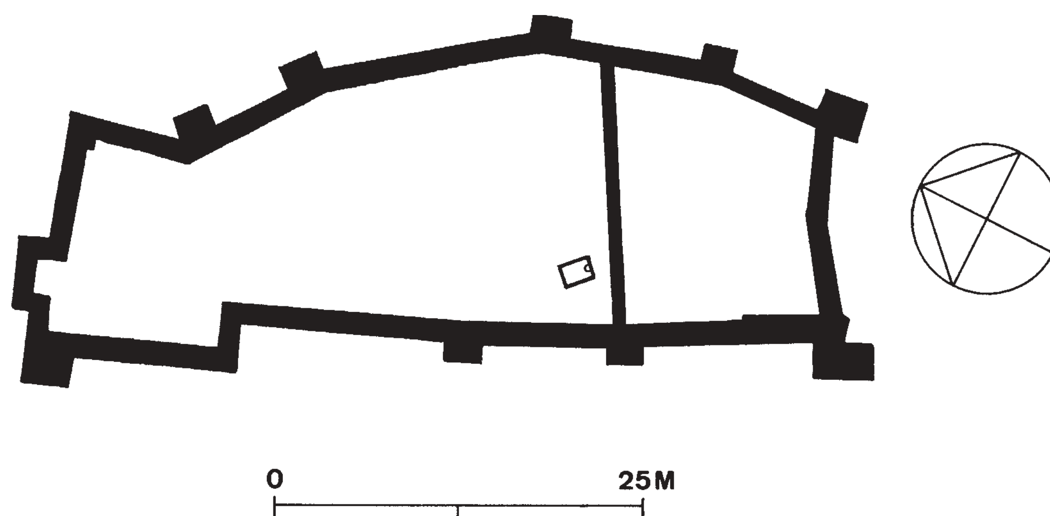


FIG. 86 – Planta do Castelo da Cola (Ourique) (seg. A. Viana, 1958).

via de comunicação. Dali poderia controlar-se um dos principais caminhos para quem, vindo do Norte, se dirigisse ao *Garb* e, sobretudo, à sua costa meridional.

A fortificação graças às indicações de Frei Manuel do Cenáculo, situava-se em local de difícil acesso e dela dependeriam torres atalaias conforme nos elucida aquele ilustre prelado "...*Fortaleza chamada hoje da Senhora da Colla em huma eminencia impraticavel por todos os lados, ficando em hum delles a junção de duas Ribeiras. Nos cabeços dos oiteiros que a cercão por dois lados, encontrão-fe Veftigios de Fortins que erão huma efpecie de Reductos, e Atalaias, que avifavão, e difficultavão o paffo, difpoftos de quarto em quarto de legoa e Menos.A Fortaleza da Colla tem como no centro uma cifterna antiga*..." (Cenáculo, 1791, p. 384).

A fortificação, incorrectamente denominada "Castro da Cola", talvez devido à descoberta no local de artefactos proto-históricos, apresenta planta poligonal, torres rectangulares adossadas aos panos das muralhas e entrada direita, defendida por um daqueles bastiões. No interior existem, além da cisterna, com planta rectangular e cobertura abobadada, os alicerces das habitações ordenadas por vias (Viana, 1958, p. 33, 1959, p. 18). É possível que o aspecto actual desta fortificação seja resultante de diversas campanhas de edificação, ao longo dos séculos, conforme denota a sua análise construtiva e o acervo material ali exumado (Fig. 86).

Abel Viana, que escavou esta estação, descobriu numeroso espólio e, em particular, cerâmicas almoadas que incluem fragmentos de grandes talhas estampilhadas, com motivos semelhantes aos que exumámos na camada 2 do Castelo de Silves (Viana, 1958, est. XII; 1959, est. IX).

O topónimo actual — Cola — parece ser derivado de *Qulla*, significando cume (de monte) em árabe, ou de *Qal'a* que designaria, neste caso, recinto fortificado (Lopes, 1911, p. 73; Marçais, 1913, p. 5). Todavia, o local foi habitado até, pelo menos, ao século XV, tendo-se posto a hipótese de ali ter residido a sede do extinto concelho de Marachique. Este integraria o território de Silves e embora o topónimo tenha desaparecido daquele arqueossítio existem, ainda, nas proximidades locais denominados Marchica e Marchicão. Estes topónimos e a própria localização da fortificação que temos vindo a referir, conduzem-nos a identificá-la com a *Mardjiq*, conquistada aos Almorávidas pelos homens de *Al-Mundhir* e *Ibn Wasir*, antes de tomarem Beja. Vicent Lagardère identifica erradamente *Mardjiq* com Monchique, cuja origem etimológica é bem diferente, conforme já referimos (Coelho, 1973, p. 259; Lagardère, 1998, p. 227; Machado, 1961, p. 169).

2.2.3.4. Torres atalaias

Estas construções completavam a defesa do Barlavento e, muitas delas, terão sido reutilizadas em épocas ulteriores, ficando, no entanto, assinaladas na toponímia, com as denominações de Atalaia, Torre e Torrinha, ou, mesmo, ligadas ao nome de um outeiro, como é o caso do cerro da Atalaia, situado um, entre os concelhos de Monchique e Ourique e outro a sudoeste de Silves. Por vezes reconhecem-se restos daquelas construções, não raro reduzidos aos alicerces.

As torres atalaias parecem ser mais frequentes junto à costa, mas como não dispomos, por ora, de prospecções sistemáticas no *hinterland* ou de dados arqueológicos que confirmem a antiguidade das já conhecidas, torna-se, por isso, difícil atribuí-las ao Período Muçulmano. A título de exemplo, ilustrativo daquela situação, podemos mencionar a torre de Ferragudo, situada na zona alta da povoação com o mesmo nome, apresentando planta circular, transformada em moinho e, depois, em habitação, ou a torre de Monte Agudo, instalada em importante zona mineira, mas que, dado estar muito destruída, impede qualquer atribuição cronológica (Callixto, 1991, p. 196; Cressier, 1998, p. 479, 490, 491; Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 67).

Pensamos, no entanto, que as torres atalaias tiveram grande importância durante a permanência islâmica na região, pelo facto de não só integrarem a estratégia defensiva que temos vindo a enunciar, como por muitas delas poderem, de igual modo, ter funcionado como fachos. Assim se facilitavam as rotas marítimas, feitas normalmente à vista de costa, alertando a sua presença, durante a noite, para acidentes como os promontórios, que constituíam um dos principais perigos para a navegação de cabotagem. Enquadravam-se naquele sistema, com funções múltiplas, a denominada torre do Facho, perto de Alvor, hoje destruída; a torre da Lapa, a sudeste de Ferragudo, com planta de forma circular, e a torre de Alfanzina, de que restam os alicerces, de planta quadrangular, ainda a funcionar no século XVI, assinalando o Cabo Carvoeiro (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 85; Machado, 1958, p. 274-276; Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 157). Também o topónimo Almenara, que denomina torre, referido em 1621, a nascente de Albufeira, sugere origem muçulmana, dado derivar de *al-manarâ* que designa, em árabe, farol (Guedes, 1988, p. 157; Machado, 1958, p. 249, 250).

Para ocidente encontramos muitas outras torres edificadas em alvenaria de pedra, como a torre de Budens, naquela povoação e já existente em 1323, a torre do Burgau ou de Almádena, a atalaia da Ponta dos Caminhos, a nordeste de Sagres, entre outras que, poderão ter, quiçá, origem muçulmana, visto que a presença destas construções, em particular junto à costa, está documentada desde o século IX (Gomes e Silva, 1987, p. 43, 59, 67; Martínez Lillo, 1991, p. 31).

2.2.3.4.1. Atalaia de Silves (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 694 237 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 87).

No cimo da elevação situada na confluência da ribeira de Odelouca com o rio Arade e frente ao ilhéu do Rosário, no denominado cerro da Atalaia, reconhecem-se paredes, de pedra, de construção defensiva com planta rectangular. Dali se observa Silves e quem subisse o Arade desde a sua foz, então navegável até bem a montante da cidade, a principal via de penetração no Barlavento Algarvio (Fig. 88). Esta torre é a denominada "*atalaia da vila*", mencionada no foral afonsino de Silves a que "*deve o rei ter a cargo metade, e a outra metade deve ser feita pelo serviço dos cavaleiros*" (Andrade e Silva, 1993, p. 24).

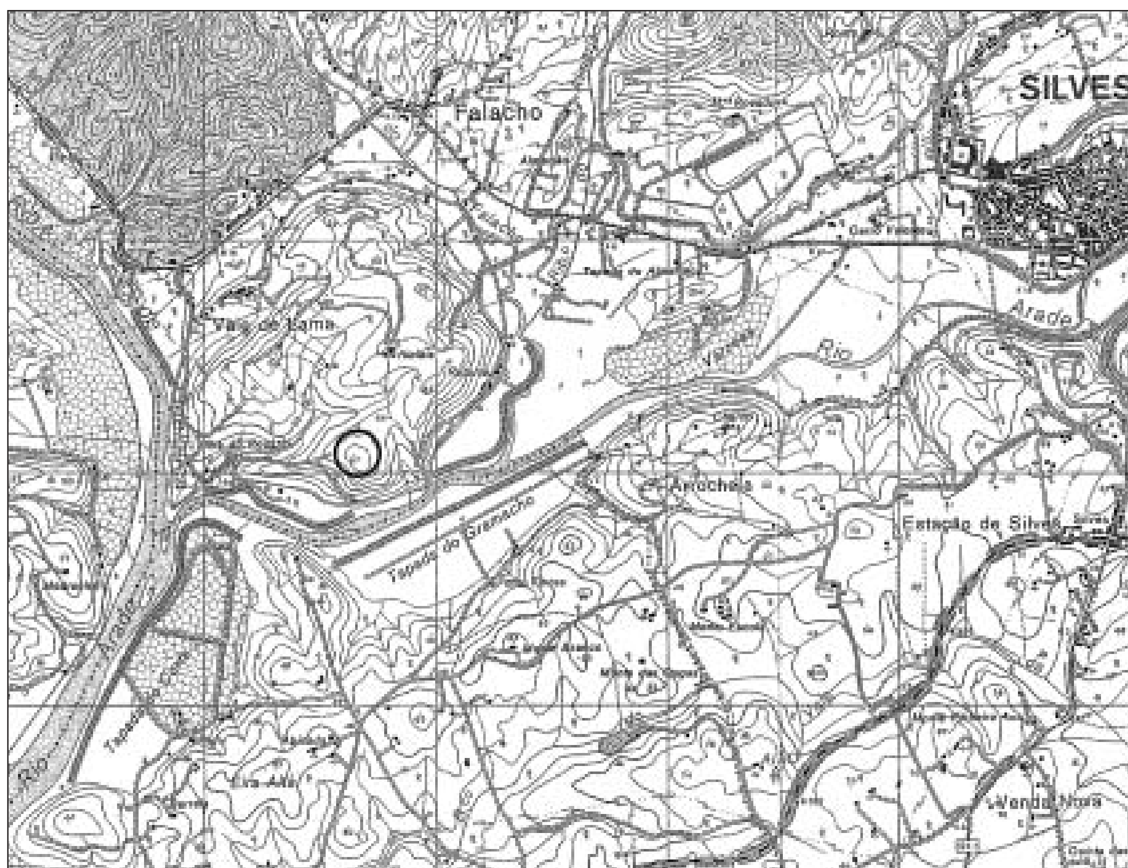


FIG. 87 – Localização da atalaia de Silves.



FIG. 88 – Vista do rio Arade, observando-se o ilhéu do Rosário e alcançando o seu estuário, a partir da atalaia de Silves (R VII/79-27).

2.2.3.4.2. Torre de Algoz (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 872 213 (seg. a *C.M.P.* n.º 596, Algoz, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1980).

Foi identificada por João de Almeida e localizava-se a 2,5 km este-sudeste da povoação do Algoz, no local denominado Torre (Almeida, 1947, p. 507; Gomes e Gomes, 1988, p. 26, 37, 96). Ali recolhemos, em 1995, fragmentos, muito rolados, de cerâmicas medievais, muçulmanas e portuguesas, mas não encontrámos vestígios daquela edificação.

2.2.3.4.3. Atalaia do Torrejão (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 864 223 (seg. a *C.M.P.* n.º 596, Algoz, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1980).

Situava-se a nordeste de Tunes, imediatamente junto à povoação, segundo João de Almeida (Almeida, 1947, p. 507; Gomes e Gomes, 1988, p. 26, 37, 96). Na visita que realizámos ao local, em 1995, verificámos que a torre tinha sido incorporada numa habitação sub-actual pervivendo, possivelmente, parte de uma escada interior que conduziria ao topo e onde foi erguido marco geodésico. Nos terrenos contíguos existem muitos fragmentos de materiais de construção, assim como cerâmicas de aspecto rolado e, em particular, fragmentos de telhas muçulmanas, com característica decoração digitada.

2.2.3.4.4. Atalaia do Monte Agudo (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W843 337 (seg. *C.M.P.* 587, S. Bartolomeu de Messines, 1:25 000, S.C.E., 1979).

Em 1995 identificámos restos de uma torre atalaia, próximo de S. Bartolomeu de Messines, no cerro denominado Monte Agudo. Esta elevação domina grande parte da veiga que dali se estende até junto a Silves. Teria planta rectangular e foi construída em arenito vermelho, da zona. Os blocos, bem aparelhados, encontram-se tombados entre a vegetação. No local recolhemos fragmentos, rolados, de cerâmica muçulmana. Na encosta deste relevo observam-se restos de minerações a céu aberto, que poderão ter explorado pequenos veios de cobre.

O topónimo "*Montagudo*", conforme vimos anteriormente (cf. Cap. 2.2.3.1), é mencionado por Silva Lopes como sendo um castelo dependente de Silves e que, entre outros, se entregou após a conquista da cidade. No local onde localizámos esta torre atalaia não existem vestígios de construções com maior dimensão. Por tal facto, ou o local identificado não corresponde ao referido por aquele autor ou pode ter havido excessiva valorização, dada a sua importância estratégia, de pequeno dispositivo defensivo. Fenómeno semelhante parece, aliás, ter sido comum em diferentes zonas do *al-Andalus* e deve relacionar-se com certa indefinição terminológica, própria de autores tardios e mal informados, como acontece entre *madinat* e *hisn*, tendo como base "*a ideia de um território que depende de um lugar central*" (Mazzoli-Guintard, 1996, p. 21, 25, 321).

2.2.4. Povoamento.

Em torno de medina *Xelb*, além das fortificações e núcleos urbanos, antes referidos, existiriam diferentes assentamentos agrícolas e comunidades instaladas junto à costa que conciliavam, muitas vezes, a pesca com a agricultura como, até há poucos anos, acontecia

nas povoações de Carvoeiro e Ferragudo, traduzindo, afinal, sábia estratégia de exploração dos recursos naturais e dos meios de produção disponíveis, consoante as épocas do ano, as oportunidades e a rentabilidade pretendidas.

Os terrenos em torno de Silves seriam bem cultivados, conforme observou o cruzado que participou na conquista da cidade (Pimenta, 1982, p. 161). No entanto, após a integração deste território na Coroa Portuguesa, parte dos solos com boas capacidades agrícolas devem ter sido abandonados, conforme documentam as queixas apresentadas, nas Cortes de Elvas de 1361, pelos homens-bons de Silves em relação às terras, na posse de certos mouros forros da cidade, que estavam abandonadas por "*mjingoa dadobio*" perdendo, por isso, o rei a dízima (Iria, 1982, p. 23-25). Por decisão de D. Pedro, as terras que não fossem cultivadas teriam que ser aforadas a outras pessoas. Este facto pode estar relacionado com a falta de incentivos oferecidos à comunidade muçulmana, pois Tomás Cabreira considerou que, ainda em 1918, os lavradores algarvios continuaram a utilizar métodos de cultivo "*legados pelos mouros*", existindo, actualmente, dois ditados algarvios em que se diz: "*Quem não tem padrinhos morre mouro*", e "*trabalha que nem um mouro*", indicando terem aquelas populações sido muito laboriosas mas desprotegidas (Cabreira, 1918, p. 66).

Os testemunhos arqueológicos e escritos, permitem concluir que o espaço rural incluía latifúndios, na tradição romana ou tardo-romana, e minifúndios, estes situados, sobretudo, junto à cidade de Silves. Próximo das áreas urbanas semeavam-se, normalmente, os produtos mais valiosos para evitar que fossem cobiçados e, por isso, roubados (Epalza, 1991, p. 12).

O "*Livro do Almoxarifado de Silves*", embora escrito no século XV, oferece importantes indicações sobre a existência de alcarias, os seus nomes e localização, ainda que, por vezes, imprecisas, assim como de propriedades agrícolas, cujas origens podem remontar ao Período Muçulmano. Assim, uma das alcarias mencionadas era a "*Alcarya dos Horfõoes*", implantada no Lobite e, por isso, em zona agrícola fértil. Uma outra foi denominada, apenas, por "*Alcaria*", situando-se nas proximidades de Alvor (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 42, 44, 57, 67, 68, 96).

Também são referidos, naquele texto, os pequenos povoados de Bemposta, Quintã, Alagoa, "*Aldeia de Almadanym*", Santa Maria do Verde e Amoreira, entre outros. Almadanim, já anteriormente citada, teria sido povoação importante pois ali permaneceu, em 1541, durante uma das suas deslocação pelo Algarve o Infante D. Henrique (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 47, 63, 67, 71, 72, 100; Sousa, 1991, p. 41).

Em torno dos núcleos populacionais existiriam diferentes explorações agrícolas, mencionadas na mesma obra, que nos parece serem do tipo minifúndio. Algumas, em particular na região do Lobite, eram trabalhadas, ainda, por muçulmanos, como seria o caso de *Alle Baboso*, *Maryame moura* e *Fadal mouro*, ou muitos outros (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 45, 49, 137-144).

No Barlavento pervive com frequência o topónimo Alcaria, que deve estar relacionado com a existência de antigas povoações islâmicas, como o lugar da Alcaria, ou ruínas de S. Leonardo, no concelho de Albufeira. De facto, a toponímia actual usa para povoação abandonada a palavra derivada do árabe *al-quariâ*, significando aldeia vila ou pequena povoação (Machado, 1958, p. 152).

Outras referências bibliográficas indicam a presença daqueles povoados junto de necrópoles pré-históricas, como acontece com a necrópole da Alcaria, no concelho de Monchique, e de uma outra, com o mesmo nome, no concelho de Aljezur (Gomes e Gomes, 1988, p. 49, 52, 82). Neste último local foram, recentemente, postos à vista, aquando da abertura de uma estrada, estruturas subterrâneas (silos ou fossas sépticas) que continham

fragmentos de cerâmica muçulmana, com cronologias compreendidas entre os séculos IX e XIII, e que tivemos oportunidade de observar graças a José Marreiros, da Associação de Defesa do Património do Concelho de Aljezur.

De certas povoações subsistem alicerces das habitações ou, apenas, fragmentos de cerâmica, dispersos pelo terreno. Outras foram sucessivamente ocupadas até aos dias de hoje dificultando, por isso, o seu estudo.

Além das já referidas povoações de Lobite e Quintão, podemos recensear outras situadas junto a Silves. Preferimos, no entanto, integrar aqueles vestígios na categoria genérica de assentamentos agrícolas, pois pensamos que só futuras investigações arqueológicas poderão averiguar, tanto da extensão como das funções económicas precisas, dos testemunhos chegados até nós.

Por certo que os testemunhos detectados podem, algumas das vezes, corresponder a quintas, outros a pequenos casais agrícolas e outros, ainda, a povoações extensas, como no caso da Arrochela que perviveu até à Idade Moderna.

Os primeiros devem reduzir-se a explorações de carácter familiar e, em muitos casos, certamente que os proprietários não viviam junto das terras que amanhavam, conforme testemunha "*O Livro do Almoxarifado*", onde são referidas diversas propriedades régias, arrendadas a indivíduos moradores tanto em Silves como em outros núcleos urbanos (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 45, 49, 137-144). Já os casais agregariam a denominada família alargada ou mais do que uma família, enquanto que outros núcleos populacionais maiores, do tipo das actuais aldeias ou, em especial, das vilas possuiriam certa organização urbana e, nomeadamente, equipamentos colectivos de carácter sócio-religioso, como a mesquita, banhos públicos e necrópoles. Destes assentamentos pervive, muitas vezes, o topónimo Mesquita.

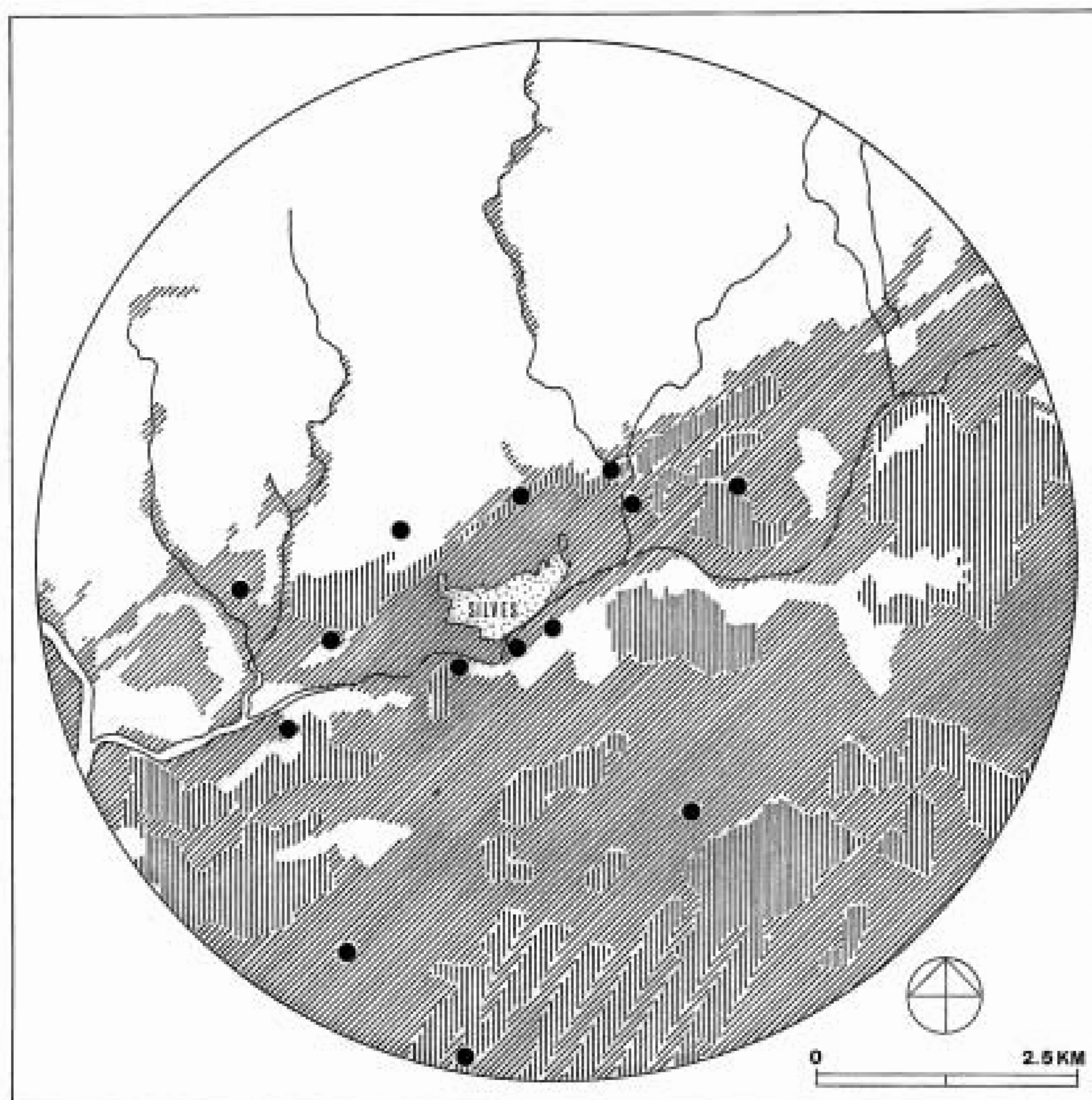
Procedemos à prospecção de tais estabelecimentos agrícolas, em área abrangida por raio com cerca de 5 km a partir de Silves, considerada como usual na exploração, dos recursos naturais, processada pelas comunidades agrícolas tradicionais (Fig. 89). Aquela distância permitia a um agricultor, que residisse no núcleo urbano ou a ele se deslocasse para comercializar os seus produtos, regressar, no mesmo dia, a casa, depois de cerca de uma hora de marcha para cada lado (Renfrew e Bahn, 1991, p. 224, 225).

Observámos, no mapa elaborado a partir da *Carta da Capacidade de Uso Agrícola do Solo*, que a área referida ocupa 7854 hectares. Destes, 3300 hectares, ou seja um pouco menos de metade, correspondem a solos das classes A,B e C, zona onde identificámos os principais assentamentos agrícolas existentes junto a Silves. Pertencem 1375 hectares a solos da classe D e 3125 são da classe E, abrangendo a área da cidade, e arrabaldes cerca de 25 hectares. A percentagem de terrenos agrícolas férteis (classes A, B, e C) na área agora estudada é substancialmente mais elevada que a registada para todo o Barlavento Algarvio. Assim, aqueles terrenos correspondem a 42%, enquanto na totalidade no Barlavento atingem somente 16,50%, conforme já antes indicámos (cf. Cap. 2.1.2.).

A distribuição dos assentamentos humanos coincide, como é lógico, com os terrenos mais ricos e, em particular, ao longo do Arade, onde aproveitam as terras aluvionares e a própria água proporcionada pelo rio.

Aliás, certos poços e noras, cuja antiguidade é, por vezes, difícil determinar, podem ser de origem muçulmana, integrando complexa rede de explorações agrícolas cujo rasto se encontra hoje muito apagado.

Prospecções arqueológicas que realizámos no exterior da área referida permitiram identificar arqueossítios com ocupação islâmica que, pela sua importância histórico-arqueológica, não deixaremos, em seguida, de assinalar.



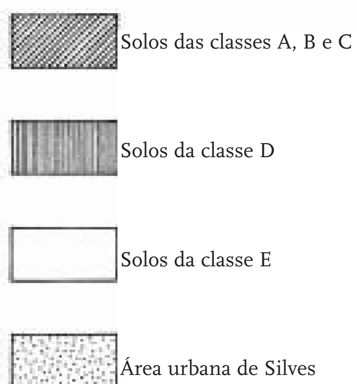


FIG. 89 – Alcarias situadas na área envolvente de Silves, com 5 km de raio, e classes de solos ali existentes.

2.2.4.1. Monte de Roma (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 717 254 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Esta alcaria situava-se na pequena elevação, com aquele topónimo, a poente do Barranco da Caixa de Água e a 1 km noroeste de Silves. Estácio da Veiga ali assinalou a existência de alguns menires, decorados, neolíticos (Gomes e Gomes, 1988, p. 99; Veiga, 1886, p. 155, 1891, p. 234, 235).

Nos anos sessenta do século XX, Carlos Tavares da Silva procedeu a pequenas sondagens tendo, então, detectado algumas estruturas e recolhido cerâmicas muçulmanas. Outros materiais da mesma época foram descobertos por Manuel de Sousa, industrial e numismata de Silves, possuidor de pequena colecção de objectos arqueológicos, grande parte dos quais se encontra, actualmente, no Museu Municipal de Arqueologia daquela cidade.

Não foi possível identificar, entre o espólio de Manuel de Sousa, quais as peças procedentes do Monte de Roma.

2.2.4.2. Monte Branco (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 728 258 (seg: a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979)

Alcaria localizada a 1 km a norte de Silves. Naquele sítio Estácio da Veiga identificou sepulturas, escavadas na rocha, pertencentes, possivelmente, a ocupação medieval-cristã (Veiga, 1891, p. 235). Os poucos fragmentos de cerâmica que ali recolhemos, à superfície da terra, apresentam aspecto muito rolado, o que dificulta a sua atribuição cronológica.

2.2.4.3. Enxerim (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 747 260 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Esta alcaria situava-se a cerca de 1Km a nordeste de Silves. O nome sugere tratar-se de topónimo de origem islâmica, com base no radical *xara'a,* que tanto pode designar caminho ou estrada, como mata e esteva (Machado, 1961, p. 75, 76, 257). José Pedro Machado (1961, p. 75, 76, 257) refere, na Chancelaria de D. Dinis (III, fl. 21 vs), a existência da povoação de *Eixara,* no aro de Torres Vedras, hoje conhecida por *Enxara* . Sabemos que no concelho de Mafra pervive um aglomerado urbano denominado Enxara do Bispo e lugar com o nome de Enxara dos Cavaleiros.

A primeira hipótese acima referida parece confirmada não só pela antiga via que por ali passava, ligando Silves com S. Bartolomeu de Messines ou à Meia-Serra, e de que a denominada Cruz de Portugal é outro testemunho. Aquela, um belo cruzeiro de estilo manuelino, indicaria, de facto, o caminho que da capital do Reino dos Algarves conduziria ao Reino de Portugal.

Enxerim foi povoação importante durante a Idade Média, sendo mencionada no "*Livro do Almoxarifado de Silves*", como "*Exarim*" (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 38, 39, 90), ali tendo sido encontrados, com frequência, silos escavados na rocha. Um deles (Quinta da Barrada) ofereceu sementes carbonizadas, a que aludimos no Capítulo 2.1.3., parte delas em exposição no Museu Municipal de Lagos.

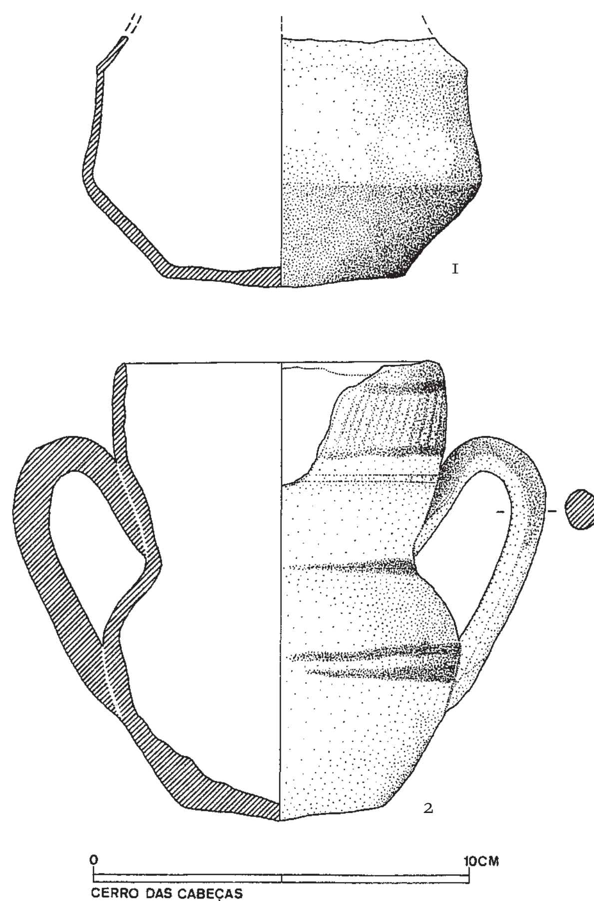


FIG. 90 – Materiais arqueológicos recolhidos na alcaria do Cerro das Cabeças (Silves).

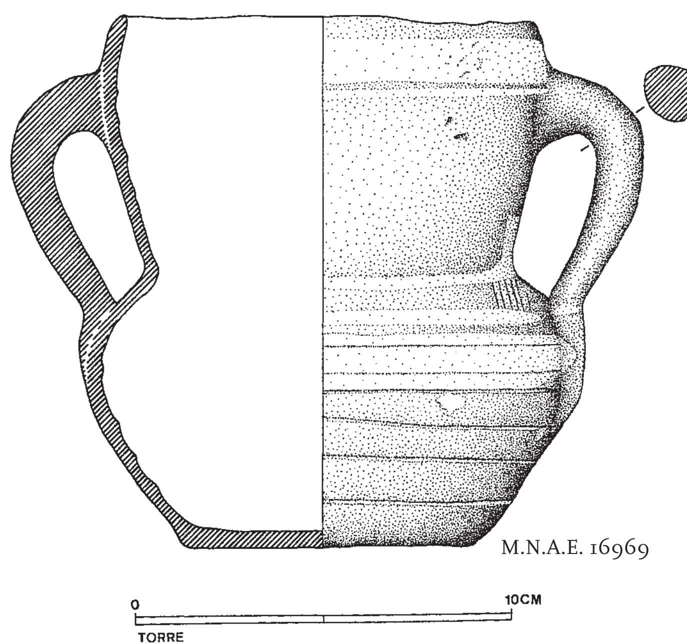


FIG. 91 – Púcaro encontrado na alcaria da Torre (Silves).

2.2.4.4. Cerro das Cabeças (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 754 260 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Trata-se de elevação com cerca de 100 m de altura, 2,5km a nordeste de Silves, não longe da margem direita do rio Arade. Em terrenos pertencentes a José do Carmo Gonçalves, reconheceram-se, nos finais dos anos setenta do século XX e aquando de terraplanagem ali efectuada, restos de muros, assim como amontoados de conchas e ossos, à mistura com alguns fragmentos de cerâmica muçulmana.

Entre aqueles identificaram-se parte de dois púcaros, presentemente depositados no Museu de Silves (Fig. 90). Tais peças foram recolhidas a mais de 1 m de profundidade, conjuntamente com outras cerâmicas muito fragmentadas e conchas.

Um dos exemplares (1) pertence ao corpo de púcaro carenado, com o núcleo das paredes de cor rosada (2.5YR 6/6), tendo as superfícies cor algo mais escura que a do núcleo. O outro exemplar (2) encontra-se quase completo. Mostra bordo com lábio de secção semicircular, gargalo alto e corpo de forma globular achatada, oferece duas asas, opostas, de secção oval e assenta em fundo plano. Foi fabricado com pasta de cor vermelha (10R 5/8) e a superfície exterior oferece decoração de cor negra. Esta é constituída por duas cartelas, ambas delimitadas por três linhas, uma sob o bordo e decorada com pequenos traços, dispostos obliquamente, e a outra no início do corpo. É semelhante a exemplar recolhido no assentamento agrícola da Torre e a muitos outros provenientes de Silves.

Neste local poderá ter existido uma alcaria ou então, tal como actualmente, extensa exploração agrícola. Aliás, o "*Livro do Almoxarifado*" descreve propriedade regalenga que tem como um dos limites, justamente, o sítio das Cabeças (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 38, 89).

Também J. B. da Silva Lopes ali refere a existência de "*hum sem conto*" de sepulturas construídas em pedra ruiva. Tratava-se de necrópole que, embora de cronologia indefinida, poderia estar relacionada com povoação situada nas proximidades (Lopes, 1848, p. 124).

2.2.4.5. Almarjão (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 704 250 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P, 1979).

Localizava-se a cerca de 2,5 km a oeste de Silves. Neste local foram recolhidos, durante a abertura de valas para a plantação de laranjeiras, vários fragmentos de cerâmica muçulmana e medieval portuguesa. Estes encontram-se depositados no Museu Municipal de Arqueologia de Silves (Fig. 92).

Entre aquelas peças identificou-se medida medieval (9), faltando-lhe, parte do bordo, assim como fragmentos de uma taça (2), de fogareiro (1), de cuscuzeira (5) e o fundo de alcatruz (8). Estas cerâmicas mostram o núcleo das paredes cor-de-laranja, de cor vermelha ou cinzenta (2.5YR 4/8; 2.5YR 4/6; 10R 5/6; 7.5YR 4/0; 2.5YR 4/0). As superfícies apresentam cor semelhante à do núcleo em dois fragmentos, tendo a taça (2) decoração pintada de cor branca, sobre bordo extrovertido, com lábio biselado, e o fogareiro (1) oferece bordo extrovertido, com lábio de secção semicircular, reconhece-se, no interior elemento, em relevo, para suster a grelha. Mostra, na superfície exterior, dois cordões, decorados com traços incisos. As restantes peças apresentam aguada, de cor cinzenta, em ambas superfícies. Uma delas (9) exibe linha incisa na superfície exterior e a cuscuzeira apresenta a extremidade inferior das duas asas, que seriam opostas.

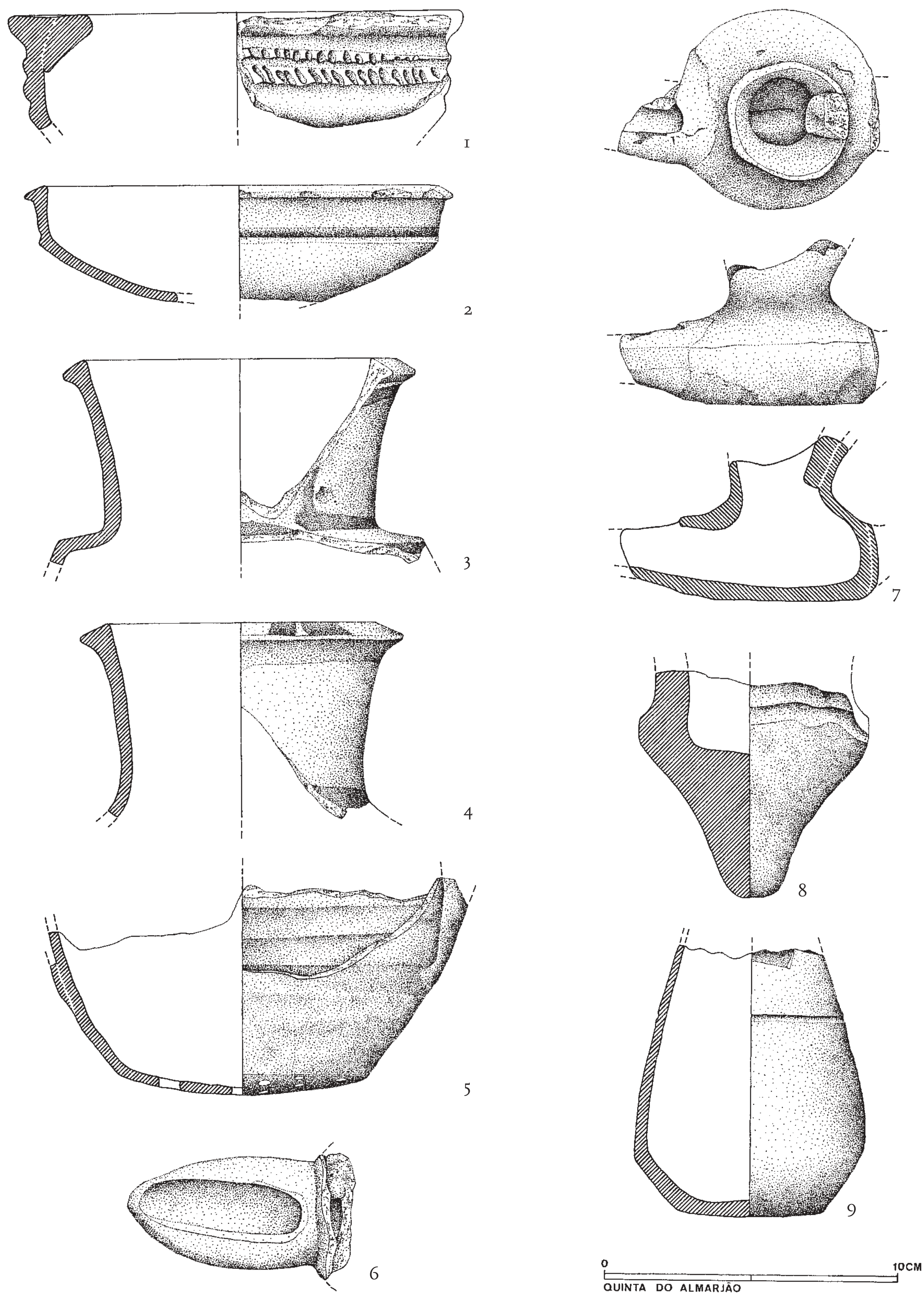


FIG. 92 – Materiais arqueológicos recolhidos na alcaria do Almarjão (Silves).

Dispomos, também, de dois fragmentos contendo porção do bordo, extrovertido e com lábio em bisel, do gargalo de dois cântaros, assim como dois fragmentos de lucernas. O núcleo das paredes destas peças é de cor bege clara, rosada ou rosada acastanhada (10YR 7/3; 5YR 7/3; 2.5YR 6/4). Os cântaros (3 e 4) mostram aguada de cor mais clara que a do núcleo, com decoração pintada de cor negra. As lucernas oferecem as superfícies de cor algo mais escura que a do núcleo, apresentando uma (7) parte do reservatório e o início do bico e a outra (6) somente o bico. Este assemelha-se a exemplar exumado na camada 8 do Castelo de Silves, atribuído ao século VIII. A ocupação desta alcaria pode remontar aos inícios da permanência muçulmana na região, tendo pervivido até aos finais da Idade Média.

2.2.4.6. Arrochela (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 708 237 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 93).

Identificada por Mário Varela Gomes, esta povoação situava-se em cerro com 65 m de cota, sobranceiro à margem esquerda do rio Arade e a 2 km sudoeste de Silves.

Subsistiu, pelo menos, até aos finais do século XV, altura em que terá sido abandonada.

Ali podem observar-se, em zona mais alta e não longe da estrada antiga que de Silves conduz a Estombar, restos de paredes de habitações encontrando-se o solo juncado por fragmentos de telhas, algumas com decoração digitada, assim como por valvas de mariscos, em particular berbigão (*Cerastoderma edule*) e amêijoa (*Venerupis decussata*). Imediatamente a norte e a nordeste,em vasta zona onde recentemente foi plantado laranjal, encontram-se restos de estruturas arquitectónicas, revolvidas pelas terraplanagens então efectuadas, assim como fragmentos de cerâmicas e testemunhos de fauna, tanto mamalógica como malacológica.



FIG. 93 – Localização da alcaria da Arrochela (Silves).

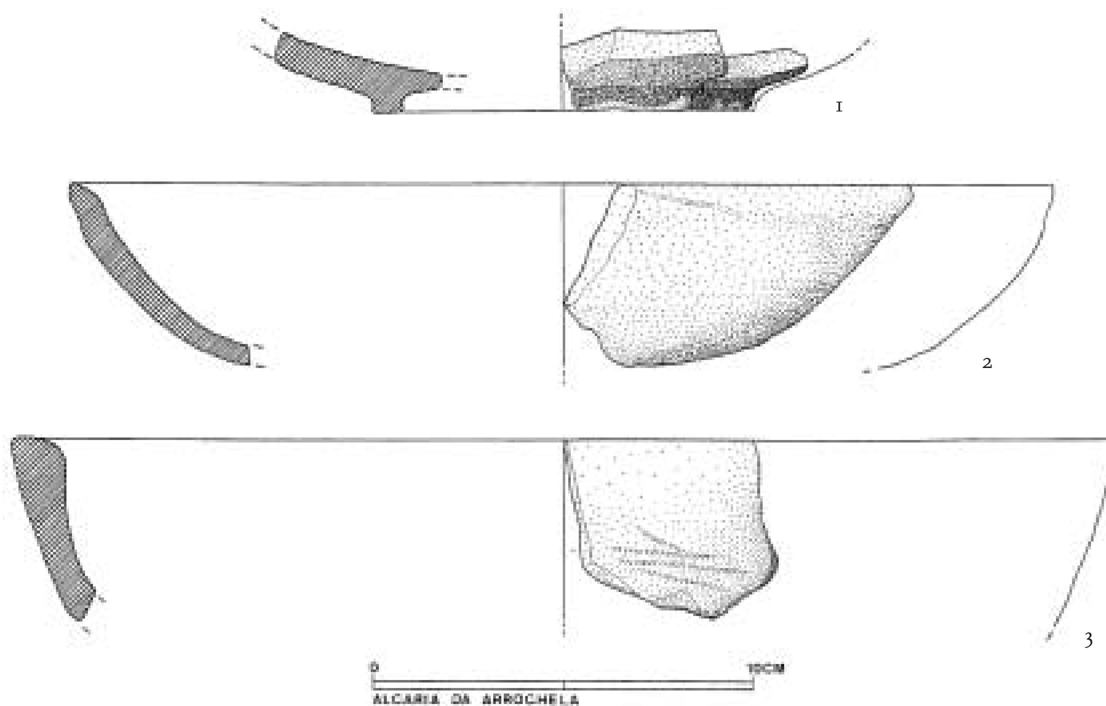


FIG. 94 – Cerâmicas recolhidas na alcaria da Arrochela (Silves).

Entre as cerâmicas recuperadas identificaram-se três fragmentos de taças (Fig. 94). Uma (1), contendo porção do pé, baixo e em anel, apresenta paredes com núcleo de cor castanha (10YR 5/3) e as superfícies com vidrado, aderente e brilhante, de cor castanha melada, oferecendo decoração de tom mais escuro.

Dois outros fragmentos apresentam porção do bordo, espessado no interior, sendo em um deles (2) demarcado por duas caneluras, pouco profundas, uma no interior e outra no exterior e oferecendo ambos lábio algo biselado. O núcleo das paredes é cor-de-laranja ou de cor vermelha (2.5YR 5/8;10R 5/8) e as superfícies mostram cor semelhante à do núcleo.

Os exemplares de cerâmicas muçulmanas recolhidos, embora com aspecto rolado, indicam cronologias a partir, pelo menos, do século X e alcançam os séculos XII-XIII. Este local, dada a sua importância, foi incluído, no foral afonsino de Silves, nas terras pertencentes à Coroa, da região de Lagoa (Andrade e Silva, 1993, p. 23).

2.2.4.7. Torre (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 737 224 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Situava-se a 2,5 km a sul de Silves, não longe do assentamento romano conhecido como Vila Fria. No Museu Municipal de Arqueologia de Silves encontra-se púcaro, que pertence às colecções do Museu Nacional de Arqueologia (inv. n.° 16969), recolhido neste arqueossítio (Fig. 91). Trata-se de recipiente, inteiro, com corpo ovóide, bordo alto, lábio algo biselado, duas asas, opostas, de secção oval, e fundo plano. O núcleo das paredes é de cor vermelha (10R 5/8) e as superfícies mostram aguada de tom algo mais escuro que o da cor daquele. A superfície exterior oferece decoração pintada, de cor branca, e canelada.

Aquela é constituída por seis linhas, dispostas na horizontal sobre o corpo da peça. As pinturas foram executadas de modo a formarem bandas, irregulares, uma sobre o bordo e duas outras abaixo dele. Uma outra banda, preenchida por pequenos traços oblíquos, dispostos em quatro séries com seis e oito linhas, está inscrita em cartela delimitada, em um dos lados, por linha, horizontal, que separa o gargalo do corpo da peça, e do lado oposto, por duas linhas horizontais.

2.2.4.8. Quintã (Concelho de Lagoa)

Coordenadas Gauss: W 710 215 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Denominado, actualmente, Quintão, este assentamento situa-se a cerca de 4 km sudoeste de Silves.

Ainda existia no século XV e no século XVIII foi até mencionado como a aldeia de Quintão Grande (Cardoso, 1758, 1495; Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 43, 97; Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 37). Nos terrenos circundantes daquela antiga povoação é possível recolher fragmentos de cerâmica medieval, muito fracturados, podendo alguns exemplares terem pertencido a peças muçulmanas.

2.2.4.9. Lobite (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 732 205 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Povoação situada a cerca de 4,5 km a sul de Silves, muito possivelmente de origem muçulmana. Encontra-se referida no "*Livro do Almoxarifado de Silves*" e Frei João de S. José, transcreve, no século XVI, verso de habitante da região, em que se diz:

"*Ai de ti, pobre Lobite,*
Que assi te enches de panasco!
Quem te vira noutro tempo,
Quando tu por uã davas cento
E parecias outro Damasco"
(Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 45; Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 45).

No local pervivem, presentemente, restos de muros dispersos e, em particular, abundantes fragmentos de cerâmica muçulmana e medieval portuguesa, com aspecto rolado.

2.2.4.10. Horta Grande (Concelho de Silves)

Coordenadas Gauss: W 732 245 (seg. a *C.M.P.* n.º 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Situa-se junto à margem esquerda do rio Arade e frente à cidade de Silves, imediatamente a jusante da ponte medieval ali existente. Tratava-se de importante exploração agrícola do Período Islâmico, ainda hoje, testemunhada por enorme poço, servido por nora de que se conserva um alcatruz quase completo e fragmento de outro, ali encontrados, no início dos anos noventa do passado século, aquando da limpeza daquela estrutura. Foram recolhidos pelo então presidente da edilidade, José Correia Viola, que os entregou ao Museu Municipal de Arqueologia da cidade, onde se encontram em exposição.

Aquelas peças são formalmente muito semelhantes entre si, mostrando corpo cilíndrico e fundo cónico. Os bordos são espessados no exterior, com lábio de secção semicir-

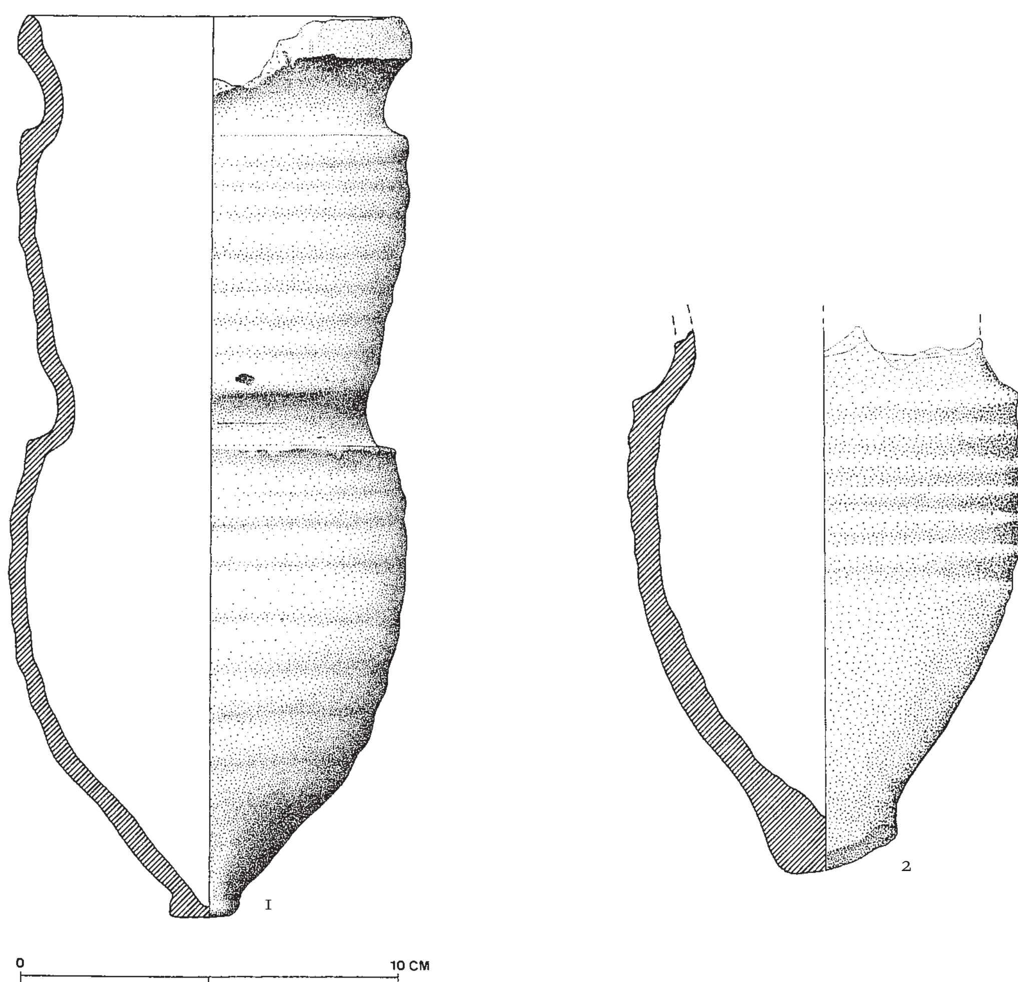


FIG. 95 – Alcatruzes do poço da Horta Grande (Silves).

cular (Fig. 95). O núcleo das paredes de ambos é de cor vermelha (10R 4/6) a castanha avermelhada (2.5YR 4/4) e as superfícies apresentam aguada, de cor castanha escura, com manchas de cor cinzenta a negra. Oferecem estrangulamento sob o bordo e outro, sensivelmente a meio, para fixação às cordas da cadeia da nora. Mostram, ainda, várias caneluras, pouco profundas.

2.2.4.11. Quinta de Mata-Mouros (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 728 245 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

É outra importante exploração agrícola, igualmente na margem esquerda do rio Arade, onde se têm encontrado silos e materiais arqueológicos medievais. Ali existiu, no século XVI, convento franciscano de que restam algumas estruturas hoje dissimuladas por construções ulteriores. Aquele haveria de subsistir até ao terramoto de 1755. Ali reconhecemos, em dois pavimentos, fragmentos de lápides sepulcrais tardo-medievais.

O fundo de uma escudela do século XVI, esmaltada de cor branca, mostrando a letra f, pintada de cor azul, foi exumado no Poço-Cisterna de Silves e recorda, ainda, a existência daquela casa franciscana.

Segundo a tradição *Ibn-al-Mahfut*, o último governador de Silves, teria ali perecido aquando da sua fuga, depois do combate travado contra D. Paio Peres Correia, junto à Porta da Azóia, e que levaria à conquista definitiva da cidade pelos Cristãos. O príncipe muçulmano ter-se-ia então afogado em local mais profundo do rio Arade, conhecido como pêgo de Aben Mafon, o que de facto não aconteceu, dado existirem provas de ter sido, ulteriormente, rei de Niebla e até 1262, altura em que tal povoação foi conquistada por Afonso X (Ladero Quesada, 1992, p. 15; Lopes, 1848, p. 150, 151; Roldán Castro, 1993, p. 73, 74).

Como se sabe, aquele foi induzido a defender Estombar, por estratagema do Mestre da Ordem de Santiago, e quando ocorreu à defesa de Silves, entretanto sob forte ataque das tropas cristãs que a tinham já parcialmente ocupado, é natural que retrocedesse pela zona hoje conhecida como Mata-Mouros, ali atravessando o rio Arade e fugindo na direcção de nascente.

Não podemos pôr de parte a hipótese de o topónimo Mata-Mouros ser derivado de *matmûra*, *matamorra* ou *matmora*, que significa silo ou subterrâneo de pequenas dimensões e, portanto, relacionando este local com exploração agrícola islâmica (Ayoub, 1985, p. 159; Machado, 1961, p. 174). No texto do cruzado que participou na primeira conquista de Silves, em 1189, refere-se: "*...começamos a minar desde huma matamorra em que se guardavão os trigos*". Fica, deste modo, esclarecida a origem do nome daquela antiga propriedade (Pimenta, 1982, p. 177).

2.2.4.12. Quinta da Barrada (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 737 254 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P. 1979).

O silo identificado nesta quinta, situada na zona do Enxerim integraria propriedade agrícola (Silva, 1988, p. 6, 7). Tivemos oportunidade de falar com José António Correia, descobridor do referido silo, nos anos quarenta, e que, apesar da sua avançada idade, continua a trabalhar, como caseiro, na mesma propriedade. Contou-nos que o silo, com forma ovóide, se encontrava coberto por tampa, circular, de arenito vermelho. No interior encontrou, apenas, sementes de favas, miúdas, carbonizadas. O local é actualmente utilizado como laranjal e, não longe, têm sido descobertas sepulturas, romanas ou medievais.

2.2.4.13. Lameira (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 795 205 (seg. a *C.M.P.* n.° 595, Silves, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Alcaria situada a cerca de 500 m sudoeste da quinta da Lameira, a poente da necrópole alto medieval identificada por Elisa Gomes (cf. Cap. 2.2.1.2.), em cerro com 69 m de altura, a cerca de 8 km sudeste de Silves.

Em visita efectuada ao local, não só identificámos outras sepulturas escavadas na rocha como, na encosta que se desenvolve para poente, encontrámos vários fragmentos de cerâmicas muçulmanas.

Entre aqueles reconhecemos porções de púcaros, com duas asas, as superfícies de cor vermelha e decoração pintada, de cor branca, atribuídos ao século VIII, indicando pervivência de ocupação humana no local, entre os tempos tardo-romanos e visigóticos-bizantinos e os primeiros séculos de presença islâmica. Tal como indica o topónimo, a zona é constituída por terrenos com excelentes capacidades agrícolas.

A cerca de 500 m sudeste da quinta da Lameira e a nascente da ribeira de Alcantarilha existe, também, um sítio denominado Alcarias, cujo topónimo indica estar, igualmente, relacionado com povoação muçulmana.

2.2.4.14. Cerro da Portela/Cômoros da Portela (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 885 312 (seg. a *C.M.P.* n.º 587, S. Bartolomeu de Messines, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 96).

Extensa alcaria situada a cerca de 2,5 km sudeste de S. Bartolomeu de Messines, ocupando elevação com 218m de altura, a sul do Barranco do Vale e a nascente do ribeiro Meirinho, fazendo parte do conjunto de relevos que ligam os contrafortes da Serra de Monchique com os do Caldeirão.

Mário Varela Gomes, durante prospecção do local, efectuada em 1993, recolheu fragmentos de telhas com decoração digitada, possivelmente muçulmanas, assim como pedaços de paredes de vasilhas. Entre estas reconhecemos fragmento de talha, contendo porção do bordo, extrovertido, com lábio muito fracturado. O núcleo das paredes é de cor castanha clara (7.5YR6/4) e a superfície exterior oferece aguada de tom algo mais claro que o da cor do núcleo, enquanto que a interior se encontra com concreções devidas a prolongada exposição aos agentes meteóricos (Fig. 97).

Ali se reconheceram restos de estruturas habitacionais e podem encontrar-se, à superfície do terreno, fragmentos de cerâmicas pertencentes, sobretudo, aos séculos XIV e XV. Tais vestígios estendem-se por cerca de 200 m para um e outro lado do v.g. Portela. Informaram-nos, também, do aparecimento de sepulturas na zona que, segundo as descrições, poderiam ser alto-medievais.

Na actual povoação da Portela, onde existem algumas casas atribuíveis ao período tardo-medieval, mostraram-nos, encastrado na parede exterior de uma casa, curioso cachorro antropomórfico pertencente, possivelmente, a templo desaparecido e do qual não conhecemos qualquer notícia.

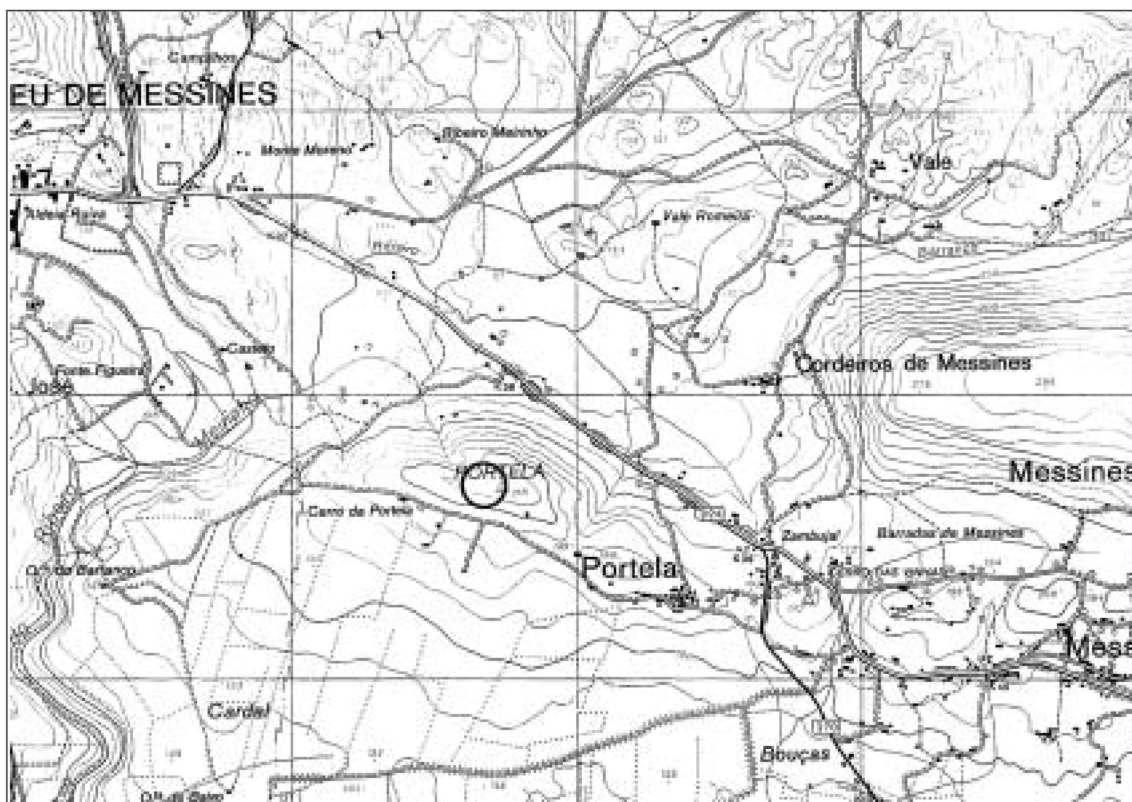


FIG. 96 – Localização do Cerro da Portela (S. Bartolomeu de Messines, Silves).

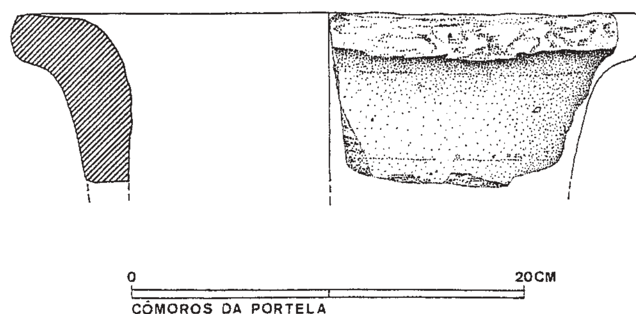


FIG. 97 – Fragmento de bordo de talha, recolhido no Cerro da Portela/ Cômoros da Portela (S. Bartolomeu de Messines, Silves).

2.2.4.15. Messines de Baixo (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 908 305 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, S. Bartolomeu de Messines, esc. 1:25 000, S.C.E. 1979).

Alcaria situada na base da elevação denominada Rocha de Messines e onde hoje existe a povoação com aquele topónimo. Recolhemos, num laranjal, fragmentos de cerâmicas islâmicas ou medievais/modernas portuguesas e, em particular, telhas com decoração digitada.

2.2.4.16. Torre (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 795 166 (seg. a *C.M.P.* n.° 604, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Neste sítio foi descoberta, nos anos quarenta do século XX, uma necrópole. Pertence à actual freguesia de Armação de Pêra e situa-se a cerca de 1,5 km a norte daquela povoação.

Ulteriormente foram identificados nas proximidades, por Elisa Gomes, dois silos e recolhidos fragmentos de cerâmicas muçulmanas (Gomes, 1970, p. 91-93, Figs. I-II e VIII, 13). Entre as peças exumadas, quase inteiras, podemos reconhecer jarra e lucerna. Esta, publicada através de fotografia, parece-nos semelhante a exemplares recolhidos no nível mais antigo do Castelo de Silves, que atribuímos ao século VIII, pois apresenta bico largo, em particular na ligação com o reservatório (Gomes, 1995, p. 29).

Aquele arqueossítio pode classificar-se como alcaria ou, quiçá, extenso latifúndio.

2.2.4.17. Vale da Amargura (Concelho de Lagoa)
Coordenadas Gauss: W 678 201 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979)

Alcaria situada a cerca de 500 m a poente de Estombar. Os testemunhos reconhecidos no local indicam ter existido permanência muçulmana na continuação de ocupação romana e tardo-romana. Entre os vestígios islâmicos identificados encontram-se fragmentos de cerâmica vidrada, de cor castanha melada, e de telhas com decoração digitada (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 42; Santos, 1972, p. 127).

2.2.4.18. Bemposta (Concelho de Lagoa)
Coordenadas Gauss: W 705 194 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979)

Alcaria situada a cerca de 1 km noroeste de Lagoa e que se encontra referida no "*Livro do Almoxarifado de Silves*" (Domingues, Leal e Moreno, 1984, p. 47, 63, 67). Da anterior povoação subsistem, ainda, restos de alicerces e fragmentos, rolados, de cerâmica medieval.

2.2.4.19. Ramalheiro (Concelho de Lagoa)
Coordenadas Gauss: W 757 167 (seg. a *C.M.P.* n.° 604, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979)

Alcaria localizada a cerca de 1,5 km, sudoeste, de Porches, perto do Poço Santo. Dela pervivem, ainda, alicerces e fragmentos, mais ou menos rolados, de cerâmicas muçulmanas e medievais portuguesas (Mateus, 1973, p. 1, 4).

2.2.4.20. Porches Velho (Concelho de Lagoa)
Coordenadas Gauss: W 761 161 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979) (Fig. 98)

Importante povoação a cerca de 2 km sul-sudoeste da actual Porches e próxima do castelo com o mesmo nome. Terá tido, possivelmente, origem muçulmana, pois em 1286 foi-lhe outorgado foral, por D. Dinis, confirmando, assim, a sua importância (Botão, 1989,

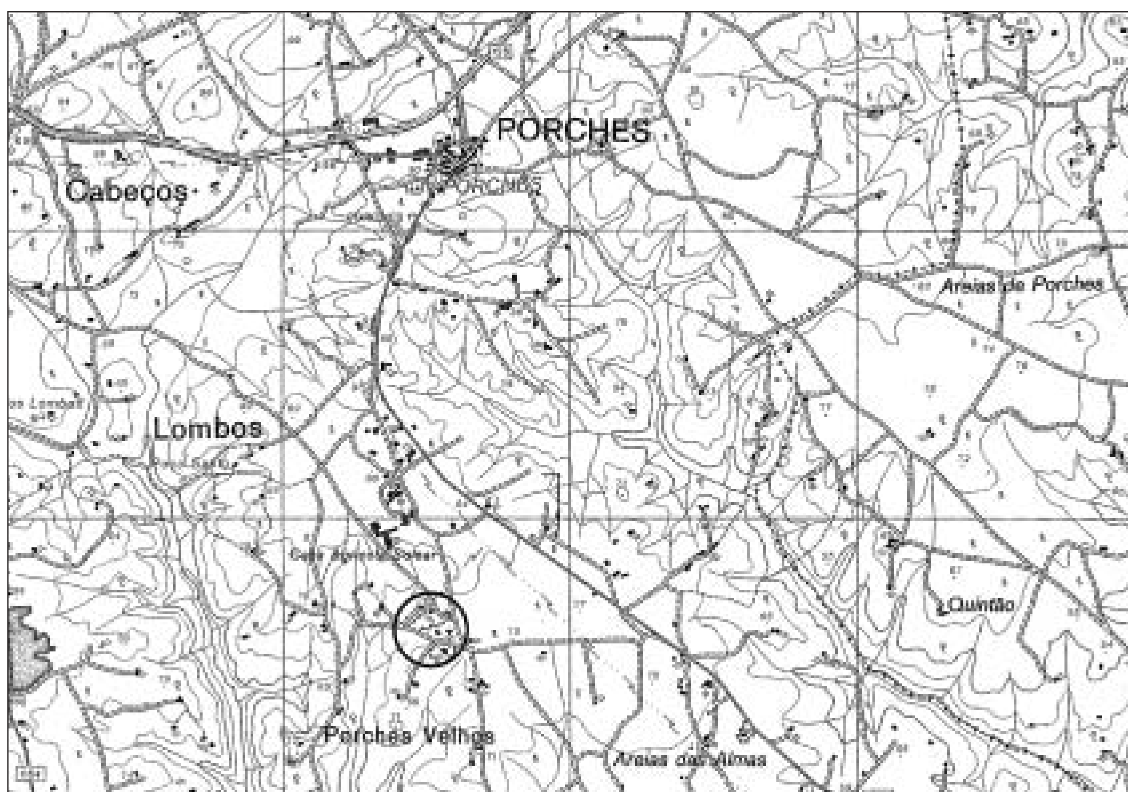


FIG. 98 – Localização da povoação de Porches Velho (Lagoa).

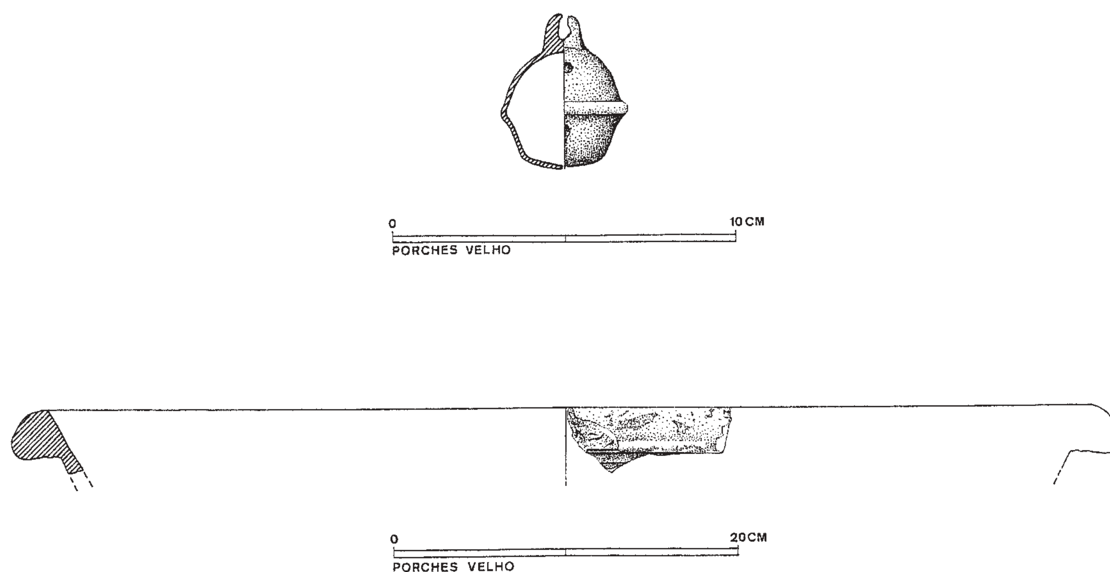


FIG. 99 – Materiais arqueológicos recolhidos em Porches Velho (Lagoa).

p. 34, 40). Encontram-se, disseminados por vasta área, restos de alicerces, sepulturas e, à superfície do terreno, podem recolher-se fragmentos de cerâmica medieval, sobretudo portuguesa (como taças e pratos de tipo conventual, com ambas superfícies esmaltadas de cor branca e verde), assim como moedas e outros objectos. Recuperámos, fragmentos de cerâmicas muçulmanas dos séculos XII-XIII, com aspecto muito rolado, designadamente asas e paredes de panelas, assim como parte de tampas e fragmento de bordo, extrovertido, de alguidar. Este mostra o núcleo com pasta de cor cinzenta (5YR 6/1) e as paredes de cor vermelha amarelada (5YR 7/6). As superfícies apresentam aguada, de cor cinzenta clara, e restos de decoração brunida no interior. Também ali recolhemos um guizo, de cobre/bronze, e numisma de D. Fernando (Fig. 99).

2.2.4.21. Padre Vicente (Concelho de Lagoa)
Coordenadas Gauss: W 690 148 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Lagoa, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979).

Alcaria localizada a 4 km sudoeste de Lagoa, próxima da povoação do Carvoeiro. No local recolheram-se, num corte, alguns fragmentos de cerâmica muçulmana, muito rolada, e, entre eles, exemplares produzidos com pastas claras, com a superfície exterior decorada com linhas incisas, formando canelado, pertencentes a paredes de cântaros, assim como paredes de taças, com as superfícies vidradas de cor verde ou castanha melada. Uma delas, contendo porção do pé, baixo e em anel, pertenceu a taça, com o núcleo cor-de-laranja (2.5YR 6/8). As superfícies mostram vidrado, aderente e com algum brilho, de cor castanha melada. Trata-se de exemplar com paralelos na camada 4 do Castelo de Silves, atribuída ao século XI (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 86; Gomes, 1988, p. 206).

2.2.4.22. Algoz Velho (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 901 213 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Algoz, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1980)

Situa-se na freguesia com o mesmo nome. Ali foi assinalada a existência de cerâmicas muçulmanas (Andrade e Andrade, 1974-77, p. 407-415) e, em particular, junto da ermida da Senhora do Pilar, mas onde encontrámos, apenas, materiais romanos e medievais portugueses. É possível que tenha havido, nas proximidades, uma alcaria, conforme parece indicar o próprio topónimo Algoz, assim como antiga nora e ponte que sugerem origem islâmica.

2.2.4.23. Benafátima (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 743 448 (seg. a *C.M.P.* n.° 578, S. Marcos da Serra, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1978)

Topónimo existente na freguesia de S. Marcos da Serra, que indica a existência de povoação ou sítio de origem muçulmana, devidamente assinalado por J. Pedro Machado (Machado, 1961, p. 25, 89, 90). Segundo aquele autor, Fátima seria antropónimo comum entre os mouros e as populações islamizadas da Península, referindo vários exemplos do século XV. O mesmo autor diz, ainda, ser nome também usado por cristãos e depois tornado topónimo, citando David Lopes, que indica poder tratar-se do artigo *"arábico"* aglutinado a *Hatima*, designando termo ou fim. No caso presente o prefixo Ben sugere relação com o antropónimo (Machado, 1961, p. 89, 90).

Benafátima é, de igual modo, nome do ribeiro afluente da margem direita do rio Odelouca. No entanto, a proximidade com o actual concelho de Ourique, no Alentejo, poderia sugerir o termo norte de Silves, podendo, por isso, ter sido povoação situada junto à "fronteira", entre o Baixo Alentejo e o Algarve, a cerca de 8 km para nordeste do Castelo do Alferce.

2.2.4.24. Alvaledes (Concelho de Silves)
Coordenadas Gauss: W 864 214 (seg. a *C.M.P.* n.° 587, Algoz, esc. 1:25 000, S.C.E.P., 1979)

Situa-se a cerca de 2 km a nascente da povoação do Algoz, a cuja freguesia pertence, sendo próximo da denominada torre do Algoz. O topónimo deriva do árabe *albalate* — morada real —, designando residência senhorial ou casa de campo de fidalgo, encontrando-se grafado em textos portugueses de século X, conforme refere J. Pedro Machado (1958, p. 285-287). Naquele local ainda se reconhece núcleo de casas medievais.

2.2.5. Vias de comunicação

O desenvolvimento do *Gharb* esteve intrinsecamente relacionado com as facilidades de comunicação, por terra ou por mar, com outras zonas do mundo muçulmano. Além da circulação de pessoas e bens, e da fácil divulgação cultural ou ideológica, processou-se intenso relacionamento comercial, mesmo com regiões longínquas, conforme alguns textos relatam e os materiais arqueológicos denunciam.

Embora os principais caminhos que ligavam as cidades algarvias, do Período Islâmico, tivessem origem em antigas vias romanas e, até, proto-históricas, outros, dada a alte-

ração de importância de determinados agregados urbanos, devem ter sido modificados ou reorganizados. Muitos foram, certamente, traçados de novo criando-se melhores acessos (Alarcão, 1973, Fig. 6).

Dispomos, para esta época, de importante itinerário escrito na primeira metade do século XII, por *Abu-Abd-Alla-Mohamed-al-Edrisi*, onde é assinalada a distância entre diferentes núcleos urbanos, umas vezes em milhas outras em jornadas. Tal relato deixa pressupor a existência de vias de comunicação entre eles, embora não nos elucide, concretamente, sobre os seus percursos e constituição (Blázquez, 1901, p. 16-18). Naquele texto, Silves é considerada, para o Barlavento, como referência a partir da qual são determinados outros caminhos. A cidade seria, por isso, importante elemento em termos conceptuais, ou seja, referência obrigatória, tanto física como psicológica, na estruturação do espaço. Assim, além dos aspectos económicos e culturais, a origem mítica dos seus habitantes e, também, por ser a última grande cidade do *Gharb*, onde existiria a maior mesquita da região, tornando-se, devido a todos aqueles factores, em passo importante na peregrinação ao Extremo Ocidente da Península, ou seja ao *Promunturium Sacrum*, onde se erguia, ainda segundo o mesmo autor, a igreja do Corvo.

Seguindo aquele texto, ali se registam ligações, a partir de *medina Xelb*, com Badajoz, Mértola, Faro e, para Ocidente, até à igreja do Corvo (Fig. 100).

No entanto, a via que unia as duas mais importantes cidades algarvias — Silves e Faro — poderia ter, a nosso ver, variantes, sendo uma delas, de oriente para ocidente, pela baixa de Algoz, outra passando por Alcantarilha e Porches, inflectindo, depois, próximo da actual Lagoa e de Lobite. Por último, embora algo mais distante, poderia seguir até Estombar, percorrendo a região da Arrochela, até Silves. Esta via, talvez de origem romana, passaria junto do local onde se haveria de erguer a ermida de S. Pedro e daí descia a Mata-Mouros, frente a Silves, tendo sido muito utilizada no Período Medieval português para a ligação de Silves com Estombar, Mexilhoeira e Portimão. A travessia do rio Arade seria efectuada, provavelmente, através de barcas, tal como acontecia, até ao século XX, em Portimão e na Sevilha e Córdova islâmicas (Arié, 1987, p. 258).

No caso de as ligações para poente passarem todas por Silves, então o percurso entre Faro e o *Promunturium Sacrum* atravessaria as povoações fortificadas já assinaladas, seguindo depois pelo Porto de Lagos em direcção a Alvor, Mexilhoeira Grande, Lagos (talvez a *Halc-ac-Zâwia* referida por *al-Edrisi*, como porto e vila), Sagres e dali à igreja do Corvo (Blázquez, 1901, p. 17). Neste caso, o caminho que conduzia a Portimão, onde poderá ter existido pequena aldeia piscatória, seria menos frequentado pois a largura do rio, naquele local, dificultava a passagem.

No Barrocal, a partir de Silves podia alcançar-se, na direcção de nordeste, passando pela zona mineira da Cumeada — Santo Estêvão, S. Bartolomeu de Messines, Alte e Salir. Para noroeste chegava-se ao Alferce e a Monchique, seguindo as margens do Odelouca, por caminhos ainda existentes.

As ligações com o actual Baixo Alentejo realizavam-se, como ainda hoje acontece, por S. Bartolomeu de Messines, daí a S. Marcos da Serra e, depois, em direcção a Ourique. Este percurso foi seguido pelas tropas comandadas por D. Afonso III, aquando da conquista definitiva do Barlavento Algarvio, mas em sentido contrário: *"...beja e dahi a almodovar do Campo de Ourique e passou a serra pellas corticadas..."* (Machado, 1997, p. 206; Santo Agostinho, 1792, p. 85). Outro dos caminhos atravessaria Monchique em direcção a Garvão[7] (Iria, 1982, p. 76, 77, 112, 113). Mais a ocidente, junto à costa, a passagem efectuava-se por Vila do Bispo, Aljezur e Odeceixe.

Tal como em relação aos anteriores percursos existiriam variantes embora, em 1841, João Baptista da Silva Lopes escrevesse que *"As estradas no Algarve são menos más na beira mar, no barrocal porém peiores, e na serra pessimas"* (Lopes, 1841, p. 75, 76, 499-509).

FIG. 100 – Carta das principais vias muçulmanas do Barlavento algarvio.

A circulação no Barrocal e no Litoral do *Gharb* não deve ter sido muito difícil, dado que predominam vales amplos, onde correm cursos de água não muito largos e zonas baixas. As montanhas que separam o Algarve do Baixo Alentejo não são muito elevadas e a maior parte dos caminhos interiores seriam, tal como actualmente, em terra batida mas, em certos casos, poderiam aproveitar antigos troços de vias romanas. Estas foram detectadas, relativamente bem conservadas, na região de Monchique e, próximo de uma delas, no sítio do Rencovo, encontraram-se moedas romanas do Baixo Império (Santos, 1972, p. 61-63)[8]. Estariam relacionadas com a existência das termas, nas actuais Caldas de Monchique, e, de igual modo, com a exportação de madeiras e frutos ou de outros produtos daquela região.

Recentemente foi identificado um troço de calçada, com cerca de quinhentos metros, junto a S. Bartolomeu de Messines, no sítio do Monte Ruivo. Aquela é delimitada, lateralmente, com blocos de calcário de maiores dimensões que também constituem um alinhamento central, sendo o enchimento feito com elementos de menor tamanho. Embora não tenhamos recolhido materiais que nos indicassem a data de construção daquele caminho, a técnica empregue conduz a pensarmos que será, pelo menos, medieval. Ele poderá estar relacionado com o escoamento de minérios da região de S. Bartolomeu de Messines em direcção ao Litoral.

Muitos caminhos seriam percorridos, durante a Idade Média por almocreves que transportavam, para o interior, pesadas cargas ao dorso de cavalos, mulas e burros. Note-se que a utilização de ferraduras, não foi ainda documentada em Silves em data anterior ao século XII.

Cursos de alguns rios e ribeiros, secos durante a maior parte do ano, podiam ser usados como vias, constituindo os denominados *caminhos de ferradura* (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988, p. 472).

O transporte de mercadorias por via marítima ou fluvial seria menos dispendioso e mais rápido, em particular nas ligações com o Norte de África, Mediterrâneo Oriental, outras zonas do *al-Andalus* ou até com o *hinterland* algarvio, através do rio Arade e de outros cursos de água com menor extensão.

A partir do século IX aos portos peninsulares, como Almería, começaram a chegar barcos provenientes do Egipto, Iraque, Síria, entre outros, que fomentaram intenso comércio e cujos produtos, através das vias fluviais e terrestres, atingiam as zonas interiores (Arié, 1987, p. 258; Fernández Valdés, 1991, p. 323). Todavia, não esqueçamos que Fenícios, Gregos, Cartagineses e, depois, Romanos tinham feito chegar ao Algarve, por via marítima, produtos originários de diferentes pontos da Bacia Mediterrânica.

Dado que as primeiras referências ao porto de Silves datam de 846, é provável que navios comerciais vindos do Mediterrâneo Oriental e do Norte de África, arribassem àquela cidade e, afinal, conforme já acontecia com a feitoria fenício-púnica que lhe deu origem. De facto, nas escavações arqueológicas que temos efectuado na área urbana da antiga *Xelb*, verificámos a existência de espólios exógenos, provenientes do Próximo e Médio Oriente, desde logo, presentes nos níveis mais antigos, datados no século VIII (Gomes, 1988, p. 97-99, 107, 108, 148-151, 1991, p. 13-19, 1993, p. 66, 71, 72).

A segurança e controlo do Sul da Península e do Mediterrâneo estariam garantidos com a criação de frota militar islâmica, a partir de 858, capaz de proteger todo aquele território dos ataques normandos e dos Vikings (Lirola Delgado, 1993, p. 115; Musset, 1992, p. 90, 94). No entanto, tais investidas prosseguiram, pois em 966 uma expedição daqueles aguerridos piratas, que tentaram atacar e saquear Silves, foi derrotada ao subir o Arade, junto ao ilhéu do Rosário, tendo os seus barcos sido afundados (Coelho, 1972, p. 124; Lirola Delgado, 1993, p. 257-261).

A supremacia, militar e comercial, muçulmana no Mediterrâneo manteve-se até ao século XII, quando Cristãos, Catalães e Genoveses, se tornaram importantes concorrentes, chegando a transportar peregrinos que se deslocavam a Meca (Arié, 1987, p. 258). Assim, além de viagens com fins meramente comerciais, existiam outras, com carácter científico e, sobretudo, religioso, procurando-se os grandes centros de estudo, de reflexão filosófica e teológica.

As escavações arqueológicas permitiram comprovar, através dos materiais exumados, que a actividade comercial à distância e por via marítima, mais ou menos intensa, perdurou, em Silves, ao longo de toda a permanência muçulmana. Aos portos do Barlavento, e nomeadamente ao da sua capital, chegaram bens trazidos por mercadores, peregrinos ou até militares, das diferentes regiões islamizadas, dali se exportando diversos produtos, entre os quais grandes quantidades de frutos secos e, muito provavelmente, peixe, sal e metais.

NOTAS

1 Neste artigo tratámos o assunto referido em relação à cerâmica medieval encontrada em escavações arqueológicas, integradas em projectos de investigação mais amplos.

2 Tanto os moinhos como as azenhas são estruturas hidráulicas, movimentadas pelas águas dos rios ou do mar, residindo a diferente denominação no sistema de captação de energia: nos primeiros usa-se roda horizontal (de rodete) e nos segundos roda vertical.

3 A mina da Cumiada ainda possuía cobre no século passado, tendo sido solicitada autorização para a sua exploração em 1877. O mesmo se terá passado em relação à mina do Picalto, em 1879, e na de Monte Rosso, em 1874 e 1884, conforme consta no "Livro 1 do Registo de Minas", da Câmara Municipal de Silves.

4 Pensamos que o conjunto constituído pelas cerâmicas fabricadas com pastas, bem depuradas e cor-de-laranja, com formas distintas das autóctones, poderão ser de produção ou de influência bizantina, cuja presença no Algarve se manteve até depois de 628.

5 Os dados apresentados referem as coordenadas Gauss do arqueossítio, o número da Carta Militar de Portugal, onde este se situa a escala e a data da edição consultada.

6 A transcrição deste texto foi-me, amavelmente, cedida pelo Dr. José Palhinha, de Portimão.

7 Garvão era povoação muito frequentada por mercadores algarvios que, em 1398, solicitaram, a D. João I, dispensa de pagarem, indevidamente, duas taxas quando ali se deslocavam.

8 Estes caminhos eram delimitados por duas fiadas de lajes, de maiores dimensões, sendo o interior preenchido com blocos mais pequenos.

Bibliografia

AGUIRRE DE CÁRCER, L. F. (1995) - *Ibn Wafid (m. 460/1067) Kitab Al-Adwiya Al-Mufrada (livro de los medicamentos simples)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

ALARCÃO, J. (1973) - *Portugal Romano*. Lisboa: Verbo (Col. História Mundi).

ALARCÃO, J. (1976) - Sobre a economia rural do Alentejo na época romana. *Conimbriga*. Coimbra. 15, p. 1-40.

ALARCÃO, J. (1990) - O domínio romano. In *Nova História de Portugal*, I: Portugal das origens à romanização. Lisboa: Presença, p. 345-381.

ALMEIDA, J. de (1947) - *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa: Edição do Autor.

ALVES, F. J. S. (1986) - O desenvolvimento da arqueologia subaquática e da defesa do património cultural do Algarve. In 4.° *Congresso do Algarve*, 1. Silves: Racal Clube, p. 129-141.

ALVES, F. J. S.; SOARES, A. M. M.; CABRAL, J. M. P.; GOMES, M. V.; RIBEIRO, M. I. M. (1994) - Datações de radiocarbono relacionadas com o património arqueonáutico em Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34, p. 405-411.

AMADO, A. (1993) - *A Carta de foral da vila de Albufeira e o seu termo: D. Manuel I, 1504*. Albufeira: Câmara Municipal.

AMADO, A. (1993a) - *Roteiros histórico-monumentais da cidade de Albufeira*. Albufeira: Câmara Municipal.

AMADO, A. (1997) - *A carta de doação de Albufeira à Ordem de Avis, 1250*. Albufeira: Câmara Municipal

ANDRADE, E. L. P. DE; ANDRADE, L. A. N. P. de (1974-77) - A estação romana da Senhora do Pilar (Algoz). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7-9, p. 407-415.

ANDRADE, M. F.; SILVA, M.S. (1993) - *Forais de Silves*. Silves: Câmara Municipal.

ANTUNES, M. T. (1991) - Restos de animais no Castelo de Silves (séculos VIII-X). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto Islâmico. *Estudos Orientais*. Lisboa. 2, p. 41-74.

ANTUNES, M. T. (1995) - Restos de animais da estação arqueológica de Garvão (séc.III a.C.). In *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, p. 271-276.

ANTUNES, M. T. (1997) - Arqueozoologia medieval em Silves. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 269-277.

ANTUNES, M. T.; SIDARUS, A. (1991-92) - Moedas árabes invocando Ibn Qasi, nova leitura e interpretação histórica. *Nummus*. Porto. 2.ª série. 14-15, p. 25-38.

ARIÉ, R. (1987) - España musulmana (Siglos VIII-XV). In *Historia de España, III*. Madrid: Labor, 558 p.

ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) - Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In *As ânforas lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Paris: De Boccard, p. 199-213.

AYOUB, A. (1985) - Les moyens de conservation des produits agricoles dans le nort-ouest de la Jordanie actuelle. In *Les techniques de conservation des grains à long terme*. Paris: CNRS, p. 155-169.

BAZZANA, A. (1980) - L'Architecture militaire arabe. *Al-Qantara*. Madrid. 1, p. 339-363.

BAZZANA, A.; CRESSIER, P. (1989) - *Shaltish/Saltés (Huelva), Une Ville Médiévale d´Al-Andalus*. Madrid: Casa de Velázquez.

BELTRÁN, M. (1990) - *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.

BLÁZQUEZ, A. (1901) - *Abu-Ab-Alla-Mohamed-al-Edrisi - Descripción de España*. Madrid: s/editora.

BONNET, C.; MESQUITA, J. C. V.; VIEGAS, M. A. T. R. (1990) - *Memória sobre o Reino do Algarve, Descrição Geográfica e Geológica*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.

BOTÃO, M. F. (1989) - *O foral de Porches*. Faro: Algarve em Foco.

BOTÃO, M. F. (1992) - *Silves capital de um reino medievo*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

CABALLERO ZOREDA, L.; ARCE, F. (1995) - El ultimo influjo clásico en la Lusitania extremeña. Pervivencia visigoda e innovación musulmana. In *Los últimos romanos en Lusitania*. Madrid, p. 185-217.

CABREIRA, T. (1918) - *O Algarve Económico*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

CALLIXTO, C. P. (1982) - Apontamentos para a história das fortificações do Reino do Algarve. O mapa das fortificações do Algarve desenhado por José de Sande Vasconcelos. *Anais do Município de Faro*. Faro. 12. 14 ests, p. 295-309.

CALLIXTO, C. P. (1991) - *Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa*. Faro: Algarve em Foco.

CARABAZA, J. (1996) - Productos agrícolas extremeños y portugueses citados en las fuentes Árabes. In *Bataliús, El reino taifa de Badajoz*. Madrid: Letrúmero, p. 51-62.

CARDOSO, J. L. (1993) - Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: Estudo dos restos mamalógicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Mértola. 2, p. 103-107.

CARDOSO, J. L. (1994) - Sobre a presença de cobre na mina da Cumiada. Nota prévia. *Xelb*. Silves. 2, p. 149, 150.

CARDOSO, J. L.; GOMES, M. V. (1996) – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (séculos XV-XVI). *Xelb*. Silves. 3, p. 207-268.

CARDOSO, P. L. (1758) - *Dicionário Geográfico*, 3, fl. 375-391 (manuscrito existente na Torre do Tombo).

CARVALHO, F. N. de (1994) – Milho. In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, II. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 734-737.

CATARINO, H. (1990) - Arqueologia medieval islâmica no Algarve, Alcoutim, Salir e Paderne. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, p. 123-131.

CATARINO, H. (1992a) - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé), primeiros resultados arqueológicos. *Al-Ulyã*. Loulé. 1, p. 9-32.

CATARINO, H. (1992b) - *Cerâmicas islâmicas do castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia.

CATARINO, H. (1994) - O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 3, p. 73-87.

CATARINO, H. (1995) - O castelo de Salir: resultados da escavação dos silos. *Al-Ulyã*. Loulé. 4, p. 9-30.

CATARINO, H. (1997-98) - O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica. *Al-Ulyã*. Loulé. 6, 1306 p.

CAVACO, C. (1976) - *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

CENÁCULO, F. M. do (1791) - *Cuidados literários do prelado de Beja em graça do seu bispado*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira.

CHALMETA, P. (1994) - An approximate picture of the economy of Al-Andalus. In *The Legacy of Muslim Spain*. Leiden: Brill, p. 741-758.

CINTRA, L. F. L. (1954) - *Crónica Geral de Espanha de 1344*, II. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

COELHO, A. B. (1972) - *Portugal na Espanha Árabe*, I. Lisboa: Seara Nova.

COELHO, A. B. (1972a) - *Portugal na Espanha Árabe*, II. Lisboa: Seara Nova.

COELHO, A. B. (1973) - *Portugal na Espanha Árabe*, III. Lisboa: Seara Nova.

COELHO, A. B. (1975) - *Portugal na Espanha Árabe*, IV, Lisboa: Seara Nova.

CONDE, J. A. (1799) - *Description de España por Xerif Aledris*. Madrid: Imprenta Real.

CORREIA, E. (1987) - Castelo de Aljezur. *Espaço Cultural*. Aljezur. 2, p. 11-13.

CORREIA, E. (1987a) - Lenda da tomada do Castelo de Aljezur. *O Concelho de Aljezur*. Aljezur. 15, p. 4.

CORREIA, E. (1988) - Castelo de Aljezur, ocupação e cronologia. *O Concelho de Aljezur*. Aljezur. 20, p. 5.

COUTINHO, H. M. R. (1993) - Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 2, p. 39-54.

CRESSIER, P. (1998) - Observaciones sobre fortificación y minería en la Almería islámica. In *Castillos y Territorio en Al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, p. 470-496.

CUNHA, R. M. M. (1997) - *As medidas como elemento caracterizador da arquitectura entre os séculos XIII a XVIII com base na vila de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1 desdobrável (texto policopiado).

DALCHÉ, P. G. (1992) - De la liste a la carte: Limite et frontière dans la géographie et la cartographie de l'Occident Médiéval, *Castrum* 4. Madrid: Casa de Velázquez, p. 19-31.

DALMAS, A. (1986) - *Vitruve. Les Dix Livres d'Architecture*. Paris: Éditions Errance.

DIAS, J. J. A., ed. (1998) - *Chancelarias Portuguesas - D.Duarte, I, 1 (1433-1435)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, M. M. A; GOMES, M. V. (1992) - Fragmento de inscrição funerária paleocristã (Silves). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, fot. 180, p.180.

DÍAZ GARCÍA, A. (1990) - El azúcar en los textos árabes medievales. In *La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 59-72.

DOMINGUES, J. D. G. (1956) - Novos aspectos da Silves arábica, sep. da revista *Gil Vicente*. Guimarães. 46 p.

DOMINGUES, J. D. G.; LEAL, M. J. da S.; MORENO, H. B. (1984) - *Livro do Almoxarifado de Silves (Século XV)*. Silves: Câmara Municipal.

DOMERGUE, C. (1987) - *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid : Casa de Velázquez.

EDMONDSON, J. C. (1990) - Le garum en Lusitanie urbaine et rurale: hiérarchies de demande et de production. In *Les villes de Lusitanie romaine*. Paris: CNRS, p. 123-147.

D'ENCARNAÇÃO, J. (1984) - *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

EPALZA, M. de (1991) - Espacios y sus funciones en la ciudad Arabe, *La Ciudad Islámica*. Zaragoza: Institución Fernando el Catolico, p. 9-30.

EPALZA, M. de (1997) - Sobre *Kanisa* (“Iglesia”), *Kanis* (“Sinagoga”) y *Kanisiyya* (“Ruinas religiosas”): Toponimia y arqueología cristianizadas. *Qurtuba*. Córdova, p. 49-57.

FABIÃO, C. (1992-93) - Garum na Lusitania rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Historica, Historia Antigua*. Salamanca. 10-11, p. 227-252.

FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) - Ânforas de S. João da Venda (Faro). In *As ânforas lusitanas, tipologia, produção, comércio*. Paris: De Boccard, p. 215-224.

FABRICIUS, A. K. (1892) - La première invasion des Normandes dans l’Espagne Musulmane en 844. In *Congrès International des Orientalistes*. separata com 22 p., Lisboa.

FEIO, M. (1949) - *Le Bas Alentejo et l’Algarve*. In Congrès International de Géographie, Lisbonne.

FERNÁNDEZ VALDÉS, F. (1991) - Aspectos comerciales de la economia peninsular durante el Periodo de los Reinos Taifas, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*, 18, p. 319-330.

FIGUEIREDO, A. M. de (1895) - Informações archeologicas colhidas no “Diccionario Geographico” de Cardoso. *O Archeologo Português*. Lisboa. I, p. 241-243.

FONSECA, L. A. da; PIZARRO, J. A. P. de S. M. (1987) - Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal, p. 61-89.

FRANCO, G. L. (1968) - À memória de Afonso do Paço. Moedas árabes com o topónimo de Silves. *Correio do Sul*. Faro. 2471, p. 3.

FREITAS, J. de (1938) - *A vila e fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*. Coimbra: Instituto para a Alta Cultura.

GAMITO, T. J. (1994) - Ipses (Vila Velha, Alvor). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 213-218.

GARCÍA SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. (1978) - *La España Musulmana*, II, Madrid: Espasa-Calpe S.A.

GARCÍA SÁNCHEZ, E. (1994) - La conservación de los productos vegetales en las fuentes agronómicas andalusíes. In *La alimentación en las culturas islámicas*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, p. 251-293.

GARCÍA SÁNCHEZ, E. (1995) - Caña de azúcar y cultivos asociados en al-Andalus. In *Paisajes del Azúcar*. Granada: Diputación Provincial de Granada, p. 41-69.

GASCON, J. A. G. (1993) - *Subsídios para a monografia de Monchique*. Faro: Algarve em Foco.

GASPAR, J. (1993) - *As regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

GIRÃO, A. de A. (1933) - *Esbôço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GIRÃO, A. de A. (1960) - *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

GOMES, A. (2001) - *Moedas Portuguesas e do Território Português antes da fundação da nacionalidade*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

GOMES, M. E. H. H. (1970) - Monumentos arqueológicos inéditos do concelho de Silves. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia,* II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 75-94.

GOMES, M. V. (1986) - *Silves no passado. Cinco anos de trabalhos arqueológicos*. catálogo da exposição realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Silves.

GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 73-107.

GOMES, M. V. (1994) - A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves, *Xelb*. Silves. 2, , 80 figs., 162 p.

GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1976-77) - As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel-Beja) - estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 281-343.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BEIRÃO, C. de M. (1986) - O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4.° Congresso sobre o Algarve*, I, Silves: Racal Clube, p. 77-83.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1988) - *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura-Delegação Regional do Sul.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1995) - Cerâmicas muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas?. In *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 41-50.

GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L.; ALVES, F. J. S. (1995) - *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal.

GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (1996) - Loulé Velho (Quarteira, Loulé), resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-Ulyã*. Loulé. 5, p. 29-49.

GOMES, M. V.; SILVA, C. T. da (1987) - *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Sul.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CARDOSO, J. L. (1996) - Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *Xelb*. Silves. 3, p. 33-78.

GOMES, R. V. (1988) - Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb*. Silves. 1.

GOMES, R. V. (1991) - Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas policromas e de reflexo metálico). *Estudos Orientais*. Lisboa. II, p. 13-39.

GOMES, R. V. (1993) - Fragmento de placa insculturada do Castelo de Silves. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 2, p. 79-83.

GOMES, R. V. (1995) - Cerâmicas muçulmanas, dos séculos VIII e IX de Silves. In *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 21-34.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1984) - Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI, encontradas no poço-cisterna árabe de Silves. In *3.° Congresso sobre o Algarve*. Silves: Racal Clube, p. 35-44.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1990) - Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal). In *Moçárabe em Peregrinação a S. Vicente*. Lisboa: Caminus, p. 59-66.

GONÇALVES, V. (1983-84) - Quinta do Lago, uma intervenção de emergência da UNIARCH. *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 270-271.

GOZALBES CRAVIOTO, E. (1991) - Algunos datos sobre el comercio entre al-Andalus y el norte de África en la época omeya; los puertos de contacto. *Sharq Al-Andalus*. Teruel. 8, p. 25-42.

GUEDES, L. da C. (1988) - *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII, A "Descripção" de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. (1983) - *Duas Descripções do Algarve do Século XVI*, Col. Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Lisboa: Sá da Costa Editora.

GUSMÃO, A. N. de (1956) - *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia da Idade Média)*. Lisboa.

HAUSCHILD, T. (1986) - Arte visigótica. In *História da Arte em Portugal, 1. Do Paleolítico à Arte visigótica*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-169.

HERCULANO, A. (1847a) - *História de Portugal,* tomo II, Livro I e II. Lisboa: Aillaud Bertrand.

HERCULANO, A. (1847b) - *História de Portugal,* tomo IV, Livro IV e V-1.ª parte. Lisboa: Aillaud Bertrand.

HERCULANO, A. (1847c) - *História de Portugal,* tomo V, Livro V-1.ª parte e VI. Lisboa: Aillaud Bertrand.

HERNÁNDEZ GIMÉNEZ, F. (1985) - *Madinat al-Zahra: arquitectura y decoración*. Granada: Patronato de la Alhambra.

HUICI DE MIRANDA, A. (1953) - *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, II, Tetuán: Marroquí.

IRIA, A. (1976) - *Da Importância Geo-Política do Algarve na Defesa Marítima de Portugal, nos Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

IRIA, A. (1982) - *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XIV (Subsídios para a sua História)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

IRIA, A. (1983) - O vinho no Algarve Medieval (subsídios para a sua História), *O Vinho na História Portuguesa-Séc. XIII-XIX*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 127-166.

IRIA, A. (1988) - *Descobrimentos Portugueses, O Algarve e os Descobrimentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

IRIA, A. (1989) - *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios; 18).

JOMARD, E. (1822) - Mémoire sur le système métrique des Anciens Egyptiens, contenant des recherches sur leurs connoissances geométriques et sur les mesures des Autres Peuples de l´Antiquité. In *Description de l´Égypte*, 7, Paris, p. 496-802.

JÚDICE, P. P. M. (1911) - *Atravez de Silves, I Parte, Sé-Castelo-Cruz de Portugal e Pelourinho*. Silves: Armando M. de Mascarenhas.

JÚDICE, P. P. M. (1934) - *A Sé e o Castelo de Silves*. Gaia: Edições Pátria.

LADERO QUESADA, M. A. (1992) - *Niebla, de Reino a Condado, Noticias sobre el Algarbe Andaluz en la Baja Edad Media*. Madrid: Real Academia de la Historia.

LAGARDÈRE, V. (1990) - Murier et culture de la soie en Andalus au Moyen Âge (Xe-XIVe siècles). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 26, p. 97-111.

LAGARDÈRE, V. (1998) - *Les Almoravides, Le Djihâd Andalou (1106-1143)*. Paris: L'Harmattan.

LEITE, D. (1941) - *Coisas de Vária História*. Lisboa: Seara Nova.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1938) - *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'aprés le Kitab Ar-Rawd Al-mi'tar Fi Habar Al-Aktar d'Ibn Abd Al-Mun'im Al-Himyari*. Leiden: Brill S.A., Publications de la Fondation de Goeje.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1953) - La description de l'Espagne d'Ahmad Al-Razi-Essai de reconstitucion de l'original árabe et tradution française, *Al-Andalus*.Madrid. XVIII, p. 51-108.

LÉVI-PROVENÇAL, E. ; TORRES BALBÁS, L. (1982) - España Musulmana (711-1031), Instituciones, sociedad, cultura, *História de España,* tomo V, Madrid: Espasa - Calpe.

LILLO CARPIO, P. (1993) - *El poblado ibérico fortificado de Los Molinicos, Moratalla* (*Murcia*). Murcia: Servicio Regional de Patrimonio Histórico (Col. Documentos, Serie Arqueología, 4).

LIROLA DELGADO, J. (1993) - *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya*. Granada: Universidad de Granada.

LOPES, D. (1895) - Cousas arabico-portuguesas - Cêrco de Silves. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1, p. 274-279.

LOPES, D. (1911) - Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginaes de lingua e historia portuguesa, sep. do *Boletim da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. 3-4.

LOPES, J. B. da S. (1841) - *Corografia ou memória económica, estadistica e topografica do Reino do Algarve*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

LOPES, J. B. da S. (1844) - *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Ano de 1189 (Escrita em Latim por Hum dos mesmos cruzados. Traduzida e anotada pelo autor)*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 108 p.

LOPES, J. B. da S. (1848) - *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

MACIAS, S. (1996) - *Mértola islâmica: estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIEL, M. J. P. (1993) - *Arte romana tardia e paleocristã em Portugal*. Dissertação de doutoramento em História da Arte da Antiguidade apresentada à Universidade Nova de Lisboa, (texto policopiado).

MACCARI-POISSON, B. (1980) - Méthodes archéologiques de relevé et d'étude de la céramique pour restituer l'espace intérieur des maisons médiévales (Brucato, Sicile). In *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale Xe-XVe siècles*. Paris: CNRS, p. 167-174.

MACHADO, J. P. (1958) - *Influência arábica no vocabulário português*. Lisboa: de Álvaro Pinto.

MACHADO, J. P. (1958a) - *Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa.

MACHADO, J. P. (1961) - *Influência arábica no vocabulário português*. Lisboa: de Álvaro Pinto, II.

MACHADO, J. P. (1997) - *Ensaios arábico-portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias.

MAGALHÃES, J. A. R. (1970) - *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Lisboa: Edições Cosmos.

MAÍLLO SALGADO, F., ed. (1991) - *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas*. Madrid: Ediciones Akal S.A.

MANCHADO, A. I. C. (1995) - La percepción del agua y los sistemas hidráulicos en la Obra de Al-Idrisi. In *Agricultura y Regadío en Al-Andalus, II Coloquio Historia y Medio Físico*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, p. 57-65.

MARÇAIS, G. (1913) - *Les poteries & faïences de la Qal´a des Benû Hammâd (XIe siècle), Contribution à l'étude de la céramique musulmane*. Paris: D. Braham.

MARINHO, J. R. (1990) - Numismática muçulmana no Algarve. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, p. 133-136.

MARINHO, J. R. (1991) - Panorâmica da numismática muçulmana em Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa. 2, p. 85-90.

MARINHO, J. R. (1991-92) - Novas moedas de prata das oficinas muçulmanas de Beja e de Silves. *Nummus*. Porto. 2.ª série. 14-15, p. 169-171.

MARQUES, A. H. de O. (1973) - *História de Portugal, I*. Lisboa: Edições Ágora.

MARQUES, A. H. de O. (1984) - *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I (1357- 1367)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

MARQUES, A. H. de O. (1987a) - *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

MARQUES, A. H. de O. (1987b) - Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In *Nova História de Portugal, IV*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de O. (1993) - Portugal das invasões germânicas à "reconquista". In *Nova História de Portugal, II*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, T. [et al.] (1992) - *Carta Arqueológica de Portugal- Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MARTÍNEZ LILLO, S. (1991) - Estudio sobre ciertos elementos y estructuras de la arquitectura militar andalusí. La continuidad entre Roma y el Islam. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid. 5, p. 11-37.

MATEUS, J. I. (1973) - A povoação de Porches tem motivos de interesse para a Arqueologia. *Jornal do Algarve*. Vila Real de Santo António. 7:867, p. 1, 4.

MATOS, J. L. de (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 375-389.

MATOS, J. L. de (1991) - Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 429-456.

MATOS, J. L. de (1996) - Cerro da Vila. *Al-Ulyã*. Loulé. 5, p. 23-28.

MATTOSO, J. (1992) - Introdução à História Urbana portuguesa: A cidade e o poder. In *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 9-20.

MATTOSO, J. (1993) - A formação da nacionalidade no Espaço Ibérico-1096-1325, *História de Portugal*, 2.°, Lisboa; Círculo de Leitores, p. 11-309.

MAZZOLI-GUINTARD, C. (1996) - *Villes d'Al-Andalus l'Espagne et le Portugal à l´Époque Musulmane (VIIIe. XVe. siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

MEDINA GÓMEZ, A. (1992) - *Monedas Hispano-musulmanas*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudíos Toledanos.

MOITA, I. (1973) - *Catálogo da exposição iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MOLINA, L. (1983) - *Una descripción anónima de Al-Andalus*. Madrid: Instituto Miguel Asín.

MOLINA LÓPEZ, E. (1997) - Economía, propiedad, impuestos y sectores productivos. In *Historia de España, VIII: el retroceso territorial de al-Andalus, Almorávides y Almohades, siglos XI al XIII*. Madrid. Espasa-Calpe, p. 211-300.

MUSSET, J. (1992) - *Les Scandinaves et l'Ouest du continent européen, les vikings-Les Scandinaves et l'Europe 800-1200*. Paris: Ministère des Affaires Étrangères.

NAVARRO PALAZÓN, J.; ROBLES FERNÁNDEZ, A. (1996) - *Liétor, formas de vida rurales en Sarq Al-Andalus a través de una ocultación de los siglos X-XI*. Murcia: Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos Ibn Arabi.

NOBRE, I. N. (1989) - *Breve História de Albufeira*. Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira.

NYKL, A. R. (1940) - Algunas inscripciones árabes de Portugal. *Al-Andalus*. Madrid. 5, p. 399-410.

OLIVEIRA, F. X. d'A. (1905) - *Monografia do Concelho de Loulé*. Faro: Algarve em Foco.

OLIVEIRA, F. X. d'A. (1912) - *Monografia de Porches*. Faro: Algarve em Foco.

PAIS, J. (1996) - Paleoetnobotânica (Finais Séc. XI a Sécs. XIII/XIV) do Sul de Portugal, Setúbal, Mértola e Silves. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 4, p. 277-282.

PARREIRA, H. G. de A. (1952) - História do açúcar em Portugal. *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*. Lisboa.

PAVÓN MALDONADO, B. (1996) - *Arquitectura islámica y mudéjar en Huelva y su provincia*. Huelva: Diputación.

PEREIRA, J. M. E. (1900) - *A indústria portugueza (Séculos XII-XIX)*. Lisboa: Empresa do Occidente.

PÉREZ HIGUERA, T. (1994) - *Objetos e imágenes de Al-Andalus*. Madrid: Lunwerg Editores S.A.

PERES, D. (1929) - *História de Portugal*, II, Barcelos: Portucalense Editora Lda.

PICARD, C. (1983) - Les Mozarabes dans l'Occident ibérique. *Revue des Études Islamiques*. Paris. 51, p. 78-88.

PICARD, C. (1997) - *L´Océan Atlantique Musulman-De la Conquête Arabe à l´Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d´al-Andalus et du Maghreb Occidental* (*Portugal-Espagne-Maroc*), Paris: Maisonneuve & Larose/ Editions Unesco.

PIMENTA, A. (1982) - *Fontes medievais da História de Portugal*, I, Lisboa: Livraria Sá da Costa.

PONSICH, M. (1988) - *Aceite de oliva y salazones de pescado: factores geo-económicos de Betica y Tingitania*. Madrid: Universidad Complutense.

QUEIROZ, J. (1907) - *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typographia do Annuario Comercial.

R., F. (1984) - Importante achado arqueológico na Quinta do Lago. *Jornal do Algarve*. Vila Real de Santo António. 1438, p. 1, 3.

R., F. (1986) - Quinta do Lago. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 6, p. 44-45.

RAU, V. (1984) - *Estudos sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1991) - *Archaeology, Theories, Methods and Practice*. London: Thames and Hudson.

RIBEIRO, M. (1987) – Património cerâmico e linguístico português sob influência islâmica. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola, p. 491-496.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1988) - *Geografia de Portugal, II, O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa, João Sá da Costa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1989) - *Geografia de Portugal, III, O Povo Português*. Lisboa: João Sá da Costa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991a) - *Geografia de Portugal, I, A Posição geográfica e o território*. Lisboa: João Sá da Costa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991b) - *Geografia de Portugal, IV, A vida económica e social.* Lisboa: João Sá da Costa.

RIPOLL LÓPEZ, G. (1996) - Acerca de la supuesta frontera entre el *Regnum Visigothorum* y la *Hispania* Bizantina. *Pyrenae*. Barcelona. 27, p. 251-267.

RIVERA NUÑEZ, D.; OBON DE CASTRO, C. (1995) - Los contactos de las poblaciones ibéricas con los colonos del litoral y la expansión de nuevas especies de plantas. In *XXI Congreso Nacional de Arqueología*, I. Zaragoza: Diputación General de Aragón, Departamento de Educación y Cultura, p. 215-227.

ROCHA, A. dos S. (1909) - Noticia de alguns silos e louças arabes do Algarve. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figueira da Foz. est. III, p. 20, 21.

ROLDÁN CASTRO, F. (1993) - *Niebla musulmana (siglos VIII-XIII)*. Huelva: Diputación Provincial.

ROMERO-CAMACHO, I. M. (1987) - La iglesia de Silves sufraganea de Sevilla: La restauracion de un obispado medieval en medio de la lucha por el Algarbe, entre Portugal y Castilla. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal, p. 131-148.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1991) - *El Nombre de las Cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Mallorca: Museu de Mallorca.

ROUILLARD, P. (1991) - *Les Grecs et la Péninsule Ibérique du VIIIe au IVe Siècle Avant Jésus-Christ*. Paris: Diffusion de Boccard.

SALGADO, Fr. V. (1786) - *Memórias eclesiásticas do Reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SANTO AGOSTINHO, Fr. J. de (1792) - Memoria sobre huma chronica inedita da conquista do Algarve. In *Memorias de Litteratura Portugueza,* tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 74-97.

SANTOS, M. F. dos; FERREIRA, O. da V. (1969) - O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. série III, III, p. 37-62.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) - *Arqueologia romana do Algarve*, I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) - *Arqueologia romana do Algarve* II, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SEYBOLD, C.F. (1903) - Onomatologia arábico-portuguesa, Monchique e Arrifana d'Algarve, chez les auteurs arabes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 8, p. 123-126.

SCHUBART, H. (1975) - *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

SCHULTEN, A. (1952) - *Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona: Fontes Hispaniae Antiquae, Librería Boch.

SCHULTEN, A. (1955) - *Avieno, Ora Marítima*. Barcelona: Fontes Hispaniae Antiquae, Librería Bosch.

SCHULTEN, A. (1959) - *Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Rodrigo Caro" de Arqueologia.

SERRÃO, E. da C.; VICENTE, E. P. (1959) - Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol I, 5 figs, II ests, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 317-335.

SERRÃO, J. V. (1993) - *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SIDARUS, A. (1993) - Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora. 71-76, p. 7-37.

SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. (1992) - *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, A. R. P. da (1988) - A Paleoetnobotânica na Arqueologia Portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. In *Paleoecologia e Arqueologia*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 5-36.

SILVA, A. R. P. da; TELES, A. N. (1952) - Nota acerca do conteúdo dum silo descoberto em Silves, separata do *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*. Lisboa. 4, 3 p.

SILVA, C. T. da; SOARES, A. C.; SOARES, J. (1987) - Nota sobre material anfórico da Foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 203-220.

SILVA, C. T. da; SOARES, J. (1987) - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba I- Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares), *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 29-79.

SILVA, C. T. da; SOARES, A. C.; CORREIA, V. H. (1990) - Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres), *As Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção, Comércio*. Paris: de Boccard, p. 225-250.

SOUSA, J. S. de (1991) - *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte.

TAROUCA, C. da S. (1952) - *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, I, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

TEICHNER, F. (1994) - Acerca da vila romana de Milreu/Estoi: continuidade da ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 3, p. 89-100.

TEICHNER, F. (1995) - Un hallazgo de monedas romanas en el "*Mare Externum*". *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 35, p. 281-287.

TRILLO SAN JOSÉ, C. (1996) - Los aranceles de la ciudad de Granada al final de la Edad Media. *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén. 3, p. 253-272.

VALLVÉ BERMEJO, J. (1976) - El codo en la España musulmana, *Al-Andalus*. Madrid. XLI, p. 339-354.

VALLVÉ BERMEJO, J. (1980) - La industria en Al-Andalus. *Al-Qantara*. Madrid. 1, p. 209-241.

VALLVÉ BERMEJO, J. (1995) - La minería en al-Andalus. In *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular*. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa, p. 56-64.

VASCONCELLOS, J. L. de (1902) - Candeias árabes do Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. 7, p. 119-123.

VASCONCELLOS, J. L. de (1918) - Pelo Sul de Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. 23, p. 104-138.

VEIGA, S. P. M. E da (1886) - *Antiguidades monumentaes do Algarve*, I, Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. E da (1887) - *Antiguidades monumentaes do Algarve*, II, Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. E da (1889) - *Antiguidades monumentaes do Algarve*, III, Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. E da (1891) - *Antiguidades monumentaes do Algarve*, IV, Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. E da (1905) - Antiguidades monumentaes do Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10, p. 107-118.

VEIGA, S. P. M. E da (1910) - Antiguidades monumentaes do Algarve, *O Archeologo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.

VIANA, A. (1958) - Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique). *Arquivo de Beja*. Beja. 15, p. 25-35.

VIANA, A. (1959) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo, 1- Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), *Arquivo de Beja*, 16, ests VII-XIII, p. 3-24.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. (1953) - De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, VIII ests, p. 113-138

VIDAL, J. P. (1973) - *La Cultura de la Caña de Azúcar en el Levante Español*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

VIEIRA, A. (1993) - O açúcar na Madeira: Produção e comércio nos séculos XV a XVII. In *Producción y Comercio del Azúcar de Caña en Época Preindustrial*. Granada: Diputación Provincial, p. 29-70.

WHEELER, M. (1954) - *Archaeology from the Earth*. London: Oxford University Press.

S/A (1948) - *Castelo de Silves*. Lisboa. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Boletim 51, 38 figs., 29 p.

S/A (1955) - *Sé Catedral de Silves*. Lisboa. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Boletim 80, 11 figs, 43 ests., 45 p.

S/A (1842) - "O Panorama". Lisboa. VI.